



UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO
MÔNICA MENEZES DE SOUZA

UMA HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB: 1962-1972

SÃO PAULO
2015

MÔNICA MENEZES DE SOUZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MATEMÁTICA

**UMA HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB: 1962-1972**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Anhanguera de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título Doutor em Educação Matemática, sob a orientação da Prof^a Dr^a Aparecida Rodrigues Silva Duarte.

SÃO PAULO
2015

S696u Souza, Mônica Menezes de

Uma história do Departamento de Matemática da Universidade de Brasília – UNB: 1962-1972 / Mônica Menezes de Souza. -- São Paulo, 2015.

XIII; 229 f.; 30 cm.

Tese (Programa de Doutorado em Educação Matemática) – Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Anhanguera de São Paulo, 2016.

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Rodrigues Silva Duarte.

1. Educação Matemática 2. Instituições educativas. 3. Universidade de Brasília - UNB. I. Duarte, Aparecida Rodrigues Silva. II. Universidade Anhanguera de São Paulo. III. Doutorado em Educação Matemática. IV. Título.

CDD 372.7

MÔNICA MENEZES DE SOUZA

UMA HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB: 1962-1972

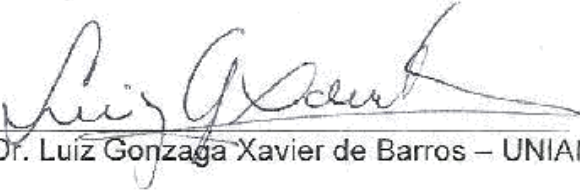
BANCA EXAMINADORA

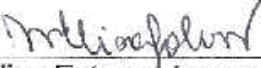

Prof.^a Dr.^a Aparecida Rodrigues Silva Duarte – UNIAN


Prof. Dr. José Luis Sanfelice – UNICAMP


Prof.^a Dr.^a Maria Terezinha Jesus Gaspar – UnB


Prof. Dr. Wagner Rodrigues Valente – UNIFESP


Prof. Dr. Luiz Gonzaga Xavier de Barros – UNIAN


Prof.^a Dr.^a Maria Elisa Esteves Lopes Galvão – UNIAN

SÃO PAULO
2015

*À minha mãe
com gratidão e amor.*

AGRADECIMENTOS

Nesses últimos quatro anos, passei por uma experiência diferente, fui estudar em São Paulo... um mundão! Na UNIAN! Cheia de pessoas acolhedoras, singulares e interessadas na troca de experiências e conhecimentos! Em Brasília, me envolvi com a história do ICM/MAT e tive a oportunidade de conhecer histórias e personagens de um período no qual eu ainda nem existia! Foi muito bom!!!

Das pessoas que caminharam comigo nesse período, muitas fazem parte da minha vida desde sempre, elas dão cor, alegria e movimento à minha jornada, são elas que me fazem sentir a presença e a misericórdia de Deus, me ajudam a ser uma pessoa melhor, realizada e feliz. Outras pessoas que compartilharam desse período deixaram suas marcas, talvez nos afastemos, mas certamente, estarão sempre em meu coração. Agradeço a todas essas pessoas por serem e me ajudarem a ser!

Agradecer significa reconhecer e valorizar. Algumas pessoas contribuíram para a consecução desse trabalho e eu gostaria de registrar um agradecimento especial:

- À professora Aparecida Rodrigues Silva Duarte pela amizade, apoio e orientação, mesmo nos momentos difíceis pelos quais ela passou e superou.
- À Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN pela concessão da bolsa de estudos.
- A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Educação Matemática da UNIAN pelo acolhimento, amizade e profundo conhecimento em suas áreas. Conhecê-los foi um grande prazer! Aprender com vocês foi uma experiência enriquecedora!
- Aos professores doutores José Luís Sanfelice, Luiz Gonzaga Xavier de Barros, Maria Elisa Esteves Lopes Galvão, Maria Terezinha Gaspar Jesus e Wagner Rodrigues Valente, que gentilmente se prontificaram em participar da banca examinadora,

contribuindo com relevantes sugestões para o aprimoramento desta pesquisa.

- Às meninas da Secretaria, Anália e Débora, que sempre me atenderam com muita presteza e ao Guilherme, sempre paciente.
- Aos amigos do Grupo de Pesquisa em História da Matemática e da Educação Matemática – GHMEM.
- Aos professores Carlos Antônio de Moura, Djairo Guedes Figueiredo, Elon Lages Lima, Kleber Farias Pinto e Nilza Eigenheer Bertoni por terem compartilhado suas memórias.
- Aos professores Manfredo Perdigão do Carmo e Mário Matos pelo carinho de me enviarem documentos e histórias tão preciosas.
- À Professora Maria Terezinha Gaspar Jesus, que intercedeu junto ao MAT, para que tivéssemos acesso aos documentos do arquivo permanente.
- Ao MAT que abriu seu arquivo permanente para que esse trabalho se realizasse.
- À Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF pela oportunidade de me afastar do trabalho para estudar.
- Ao Grupo COMPASSODF pelos saborosos momentos de estudo e de produção científica coletiva. Aprendo muito com vocês!
- Às tias Zigomar e Ozay que me apoiam e me recebem com tanto carinho em São Paulo.
- A Rinaldo (*in memoriam*), Astrogilda, Gabriela, Priscila, Helena, Mariana, Rodrigo, Murilo, Mário, João Pedro, Miguel, Sara, Cecília, Heitor e Maria Rosa, minha vida.

Em breve, esses agradecimentos se tornarão memória que, segundo Bosi (2003, p. 53), “é sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido”. Será a memória de um tempo muito bom! E sempre serei grata a todos pela oportunidade de ter vivido esses momentos!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o processo de criação, instalação e desenvolvimento do Departamento de Matemática da Universidade de Brasília – UnB, procurando compreender seu passado permeado por intenções políticas e pedagógicas. A UnB foi inaugurada em abril de 1962, seu primeiro reitor foi Darcy Ribeiro. Surgiu como um modelo moderno para o ensino superior no Brasil e influenciou as universidades que surgiram depois dela. O atual Departamento de Matemática – MAT surgiu em 1962 como Instituto Central de Matemática – ICM, atendia aos cursos de Administração, Economia e Arquitetura e Urbanismo. O ICM/MAT teve como primeiro coordenador geral Leopoldo Nachbin e como professores fundadores Geraldo Ávila e Djairo Figueiredo. O curso de mestrado em Matemática foi criado com o objetivo formar os matemáticos para atuarem na graduação e realizarem pesquisa. Quando a graduação em Matemática começou a funcionar, o instituto passou a contribuir para a formação de matemáticos desde sua entrada na universidade. Como aporte teórico-metodológico, foram utilizados conceitos da História Cultural, a análise de documentos e entrevistas. Os documentos institucionais analisados fazem parte do arquivo permanente da Secretaria do ICM/MAT e outros mais gerais, sobre a universidade, foram encontrados na Biblioteca Central. Os entrevistados integraram o corpo docente do ICM/MAT no período delimitado pela pesquisa. Criou-se uma possível matriz curricular da graduação em Matemática dos anos 1960, dada a falta desse documento nos arquivos do ICM/MAT; para isso foram utilizadas as matrizes da FFCL/USP e da FNFu que eram modelos de universidades a serem seguidos, além das legislações em vigor e das informações contidas nos depoimentos dos entrevistados. Atualmente, o MAT continua bem conceituado e tal mérito pode ser atribuído àqueles profissionais que a ele dedicaram seu trabalho. Espera-se que este estudo possibilite o alargamento do campo da história das instituições educativas, particularmente daquelas voltadas ao ensino e aprendizagem da Matemática.

Palavras-chave: Universidade de Brasília – UnB. Departamento de Matemática – MAT. Instituto Central de Matemática – ICM. Instituições educativas. Educação Matemática.

ABSTRACT

This research has the objective of investigating the creation, installation and development of the Mathematics Department of the University of Brasilia – UnB, while also trying to comprehend its past, filled with political and pedagogical intents. UnB was inaugurated in April, 1962, and its first dean was Darcy Ribeiro. It arose as a modern exemplar for higher education in Brazil and it influenced universities that came later. The current Mathematics Department – MAT came to be in 1962 under the name Central Mathematics Institute – ICM, and addressed matters of the Business, Economics and Architecture and Urban Studies courses. The first ICM/MAT coordinator was Leopoldo Nachbin and its founding professors were Geraldo Ávila and Djairo Figueiredo. The Masters program was created with the goal of forming professionals to work on the undergraduate course and on research projects, and when the undergraduate course was started, the Institute contributed to form mathematicians since their beginning at the university. Concepts of Cultural History were used as support to the theoretical and methodological approach of the research, that is, the analysis of documents and interviews. The institutional documents analyzed are part of the permanent archives of the ICM/MAT Secretary and also of more general archives about the university, found at the Central Library. The people interviewed were part of the faculty of the ICM/MAT during the time the research refers to. About the curricular elements of the undergraduate course in 1960, a hypothetical curriculum was proposed due to the lack of documentation of such information. The hypothetical curriculum was based on the curricular elements present in the FFCL/USP and in the FNFi, which were considered model universities; in addition to the laws in force at the time and the information provided in the interviews. Currently, the MAT continues a reputable department and the merit of such achievement can be attributed to the professionals who dedicated their lifetime work to the department. The hopes for this study are that it will enlarge the field of study of the history of educational institutions, specially those which aim at the teaching and learning of Mathematics.

Key-words: University of Brasilia – UnB. Mathematics Department – MAT. Central Mathematics Institute – ICM. Educational institution. Mathematics Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Boneco metodológico.
- Figura 2 – Arquivo permanente do MAT.
- Figura 3 – Armário de ferro do arquivo permanente do MAT.
- Figura 4 – Recorte de jornal sobre demissão dos coordenadores da UnB.
- Figura 5 – Pedido de demissão do professor Manfredo Perdigão do Carmo.
- Figura 6 – Formulário de aferição final de rendimento do curso de verão.
- Figura 7 – Carta de Leopoldo Nachbin ao professor Djairo Figueiredo.
- Figura 8 – Juscelino Kubitschek e Lúcio Costa no Planalto Central durante a construção de Brasília, 1959.
- Figura 9 – Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Lúcio Costa e Juscelino Kubitschek.
- Figura 10 – Desenho do projeto número 22, criado por Lúcio Costa e vencedor do concurso público lançado em 19 de setembro de 1956 para execução do plano piloto de Brasília.
- Figura 11 – Esquema numérico das quadras de Brasília.
- Figura 12 – Assinatura do primeiro Conselho Diretor da UnB pelo Ministro da Educação Antônio Oliveira Brito.
- Figura 13 – Solenidade de inauguração da UnB.
- Figura 14 – Operários trabalhando na construção do 1o. Prédio da UnB.
- Figura 15 – Autoridades saindo de uma visita ao primeiro prédio da UnB.
- Figura 16 – Professor Leopoldo Nachbin.
- Figura 17 – Vista aérea da UnB. Em segundo plano o Instituto Central de Ciências – ICC, onde está localizado o Departamento de Matemática.
- Figura 18 – Vista do corredor do ICC onde se localiza o Departamento de Matemática.
- Figura 19 – Entrada do MAT.
- Figura 20 – Entrada do MAT.
- Figura 21 – Professor Elon Lages Lima.
- Figura 22 – Professor Geraldo Severo de Souza Ávila.
- Figura 23 – Professor Djairo Guedes Figueiredo.
- Figura 24 – Da esquerda para a direita Mauro Bianchini, Sérgio Falcão, Nelson Braga e Mário Carvalho Matos numa das salas do barracão de Matemática na UnB.

- Figura 25 – Professor Manoel Perdigão do Carmo.
- Figura 26 – Professor Roberto Araújo Lima.
- Figura 27 – Professor Kleber Farias Pinto.
- Figura 28 – Professor Carlos Antônio de Moura.
- Figura 29 – Professora Nilza Eigenheer Bertoni.
- Figura 30 – Sala do arquivo permanente do ICM/MAT.
- Figura 31 – Caixa-arquivo 1º semestre de 1962 a 2º semestre de 1968.
- Figura 32 – Documentos dentro da caixa-arquivo.
- Figura 33 – Registro de avaliação da disciplina Matemática – Arquitetura – Turma B – Supletivo.
- Quadro 1 – Unidades acadêmicas da UnB em 1962 e em 2014.
- Quadro 2 – Membros do grupo Bourbaki, local e período onde estiveram nos Estados Unidos e no Brasil.
- Quadro 3 – Relação da direção do ICM/MAT no período de 1962 a 1972.
- Quadro 4 – Ano da saída dos docentes do ICM/MAT.
- Quadro 5 – Disciplinas oferecidas aos alunos de mestrado entre 1967 e 1971
- Quadro 6 – Nome dos docentes do ICM/MAT que aí concluíram seus mestrados e ano de conclusão.
- Quadro 7 – Nome dos docentes do ICM/MAT que concluíram seus mestrados em outras instituições e ano de conclusão.
- Quadro 8 – Disciplinas cursadas por Carlos Antônio de Moura na graduação.
- Quadro 9 – Informações do envelope do 1º semestre de 1962.
- Quadro 10 – Disciplinas de recuperação do envelope do 1º semestre de 1962.
- Quadro 11 – Matriz curricular do curso básico de Matemática da FFCL/USP de 1946.
- Quadro 12 – Matriz curricular do curso básico de Matemática da FNFi de 1947 a 1955.
- Quadro 13 – Possível matriz curricular da graduação em Matemática da UnB.
- Quadro 14 – Comparação entre as disciplinas do curso de graduação em Matemática da FNFi, FFCL/USP e da UnB nos anos 1960.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Academia Brasileira de Ciências.
ABE – Associação Brasileira de Educação.
AEB – Agência Espacial Brasileira.
AI-5 – Ato Institucional nº 5.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento.
CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CASEB – Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília.
CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.
CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.
CEDERJ – Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro.
CEDOC – Centro de Documentação da UnB.
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa.
CFE – Conselho Federal de Educação.
CIEM – Centro Integrado de Ensino Médio.
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
COMPASSODF – Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Matemática.
CONEP – Comissão Nacional de Ética para Pesquisa da Plataforma Brasil.
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.
DAE – Departamento de Água e Esgoto.
DF – Distrito Federal.
E.M. – Exposição de motivo.
EM – Educação Matemática.
ENBA – Escola Nacional de Belas Artes.
EUA – Estados Unidos da América.
FE – Faculdade de Educação da UnB.
FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia da UB.
FFCL/USP – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP.
FUB – Fundação Universidade de Brasília.
GEPEMDF – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Matemática – Distrito Federal.
ICC – Instituto Central de Ciências da UnB.
ICM – Instituto Central de Matemática da UnB.
IE – Instituto de Ciências Exatas da UnB.
IES – Instituição de Ensino Superior.
IMECC/UNICAMP – Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação da Universidade Estadual de Campinas.
IMPA – Associação do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada.

IMU – União Matemática Internacional.
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica.
LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica.
MAT – Departamento de Matemática da UnB.
MEC – Ministério da Educação.
MMM – Movimento da Matemática Moderna.
NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital.
NYU – Universidade de Nova Iorque.
OEA – Organização dos Estados Americanos.
ON – Observatório Nacional.
PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A.
PIE – Curso de Pedagogia para Professores em Exercício no Início de Escolarização.
PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
PSD – Partido Social Democrata.
SBEM – Sociedade Brasileira de Educação Matemática.
SBEM/DF – Sociedade Brasileira de Educação Matemática seção regional DF.
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
SERES/MEC – Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.
SPEC – Subprograma Educação para a Ciência.
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
UB – Universidade do Brasil.
UCB – Universidade Católica de Brasília.
UDF – Universidade do Distrito Federal.
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
UFCE – Universidade Federal do Ceará.
UFF – Universidade Federal Fluminense.
UFGO – Universidade Federal de Goiás.
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UnB – Universidade de Brasília.
UNE – União Nacional dos Estudantes.
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNIBAN – Universidade Bandeirante de São Paulo.
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília UniCEUB.
URJ – Universidade do Rio de Janeiro.
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	25
1.1 As fontes escritas do arquivo permanente do Departamento de Matemática.....	42
1.1.1 Os arquivos do ICM/MAT	44
2 A UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL: dos anos 1920 aos anos 1960	47
2.1 Os reflexos do golpe civil-militar de 1964 na UnB	57
2.2 O golpe civil-militar na visão de pessoas do ICM	61
3 A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB.....	75
4 O INSTITUTO CENTRAL DE MATEMÁTICA ATUAL DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA	99
4.1 Leopoldo Nachbin: o primeiro coordenador do ICM.....	104
4.2 A criação do ICM/MAT	108
4.3 O ICM segundo seus docentes	113
4.3.1 O que narrou o Professor Elon Lages Lima	114
4.3.2 O que narrou o Professor Geraldo Severo de Souza Ávila	117
4.3.3 O que narrou o Professor Djairo Figueiredo.....	120
4.3.4 O que narrou o Professor Mário Matos – Tempos de Brasília... ..	123
4.3.5 O que narrou o Professor Manfredo Perdigão do Carmo	128
4.3.6 O que narrou o Professor Roberto de Araújo Lima	130
4.3.7 O que narrou o Professor Kleber Farias Pinto.....	133
5 O MESTRADO EM MATEMÁTICA.....	138
5.1 O mestrado no período de 1967 à 1971	143
6 A GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA	148
6.1 O que narrou o professor Carlos Antônio de Moura	150
6.2 O que narrou a professora Nilza Eigenheer Bertoni	158
7 O ARQUIVO PERMANENTE DO ICM/MAT	167
7.1 As disciplinas supletivas ou de recuperação	170
7.2 Uma possível matriz curricular da graduação em Matemática do ICM/MAT	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
Referências	193
APÊNDICES.....	205
APÊNDICE A – Modelo de carta de cessão de direitos	205
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o professor Dr. Djairo Guedes Figueiredo.....	206
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o professor Dr. Elon Lages Lima.....	207
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com o professor Dr. Carlos Antônio de Moura	208
APÊNDICE E – Roteiro de entrevista com a Professora Dra. Nilza Eigenheer Bertoni.....	209

APÊNDICE F – Comparação entre relação alunos do mestrado em Matemática e os docentes do ICM/MAT no período de 1967 a 1971.	210
APÊNDICE G – Quadros com as disciplinas encontradas nos formulários de frequências e menções e seus respectivos docentes.	213
APÊNDICE H – Carta de recomendação ao Chefe do Departamento de Matemática da UnB.....	225
ANEXOS	226
ANEXOS A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP.....	226
ANEXOS B – Resposta do Inep acerca da solicitação de informações sobre o curso de graduação em Matemática da UnB	228

INTRODUÇÃO

Meu interesse pela história do ensino de Matemática no Distrito Federal – DF surgiu em 2006 quando o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Matemática COMPASSODF, do qual faço parte, passou a desenvolver seus trabalhos nessa área. Esse é um grupo não institucional, cujas participantes são professoras mestres e doutoras da rede pública do DF, sendo uma delas da rede pública federal do estado de Mato Grosso.

O COMPASSODF já apresentou trabalhos em vários eventos de Educação Matemática nacionais e internacionais. O grupo pesquisa as seguintes instâncias: A matemática escolar no início da construção de Brasília; a Matemática Moderna no ensino do DF; o Centro Interescolar de Comunicação Expressão e Matemática; o Projeto “Um novo currículo de Matemática”, vinculado ao Subprograma Educação para a Ciência – SPEC e realizado pela Universidade de Brasília/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – UnB/CAPES; a Escola Candanga – projeto político-pedagógico do governo do DF no período de 1995 a 1998; o Laboratório de Matemática – UnB; a Educação Matemática na matemática escolar do DF; a seção regional da Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM – DF; os projetos de formação de professores: “Curso de Pedagogia para Professores em Exercício no Início de Escolarização – PIE/UnB/SEEDF” e o Curso “Professor Nota Dez” – Centro Universitário de Brasília/Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – UniCEUB/SEEDF.

Encantada com as pesquisas que estávamos desenvolvendo e, ciente da necessidade de ampliarmos a história do ensino de Matemática em nossa capital, comecei a pesquisar a história do Departamento de Matemática – MAT da UnB que, como eu já imaginava, é muito interessante, pois o mestrado em Matemática foi o primeiro dos cursos ali implantado. Posteriormente foram criados os cursos de bacharelado e de licenciatura em Matemática.

Desde então, comecei a me interessar pela história dos cursos de licenciatura em Matemática. Verifiquei que há pouca pesquisa sobre esses cursos no DF e que, no momento, os únicos trabalhos científicos que visam conhecer a história do ensino e da aprendizagem matemática na capital do país são os realizados pelo grupo COMPASSODF que, até então, não se dedicou ao estudo da história dos cursos de licenciatura, graduação ou pós-graduação em Matemática nessa localidade. Para chegar a essa conclusão, realizei várias pesquisas acerca do assunto em revistas acadêmicas, bancos de dissertações e teses das universidades brasileiras e da CAPES.

Em minhas investigações, encontrei dois trabalhos sobre esse tema. O primeiro é a transcrição da mesa redonda que foi apresentada em março de 2005, no VI Seminário Nacional de História da Matemática, intitulada *A história do Departamento de Matemática da Universidade de Brasília*, cujo coordenador da mesa foi o professor Dr. Alberto Azevedo e, compondo a mesa estavam os professores Djairo Figueiredo, Geraldo Ávila e Ketí Tenemlat. Essa mesa redonda foi um momento de lembranças na qual cada participante contou um pouco da história que viveu no início da UnB.

O segundo trabalho foi uma comunicação apresentada em 2011, no IX Seminário Nacional de História da Matemática, de autoria de Maria Adélia do Nascimento Filha, intitulado *Um histórico da graduação em Matemática da UnB*, que utilizou como fonte de pesquisa a transcrição da mesa redonda e entrevistas realizadas com o professor Geraldo Ávila e com a professora Nilza Eigenheer Bertoni. Essa autora tinha sua atenção voltada especificamente para a licenciatura, porém não deu continuidade ao seu trabalho, até o momento.

Esse cenário de pesquisa gerou uma série de questionamentos: quais eram as intenções políticas e pedagógicas que permearam a estruturação da UnB? Como se deu a implementação e configuração do Departamento de Matemática da UnB? Quem eram os professores que foram trabalhar no departamento após a sua fundação? Quais foram as apropriações dos fatos relacionados ao funcionamento do Departamento de Matemática da UnB pelo grupo de docentes? Quais eram as intenções

pedagógicas e práticas de ensino dos docentes do Departamento de Matemática da UnB? Quando surgiram os cursos de licenciatura e de bacharelado em Matemática?

Na busca de respostas às tais indagações e, tendo como tema a história dos primórdios do Departamento de Matemática da UnB, emergiu como questão central de pesquisa: como se deu o processo de criação, instalação e desenvolvimento do Departamento de Matemática da UnB no seu primeiro decênio de funcionamento?

As instituições educativas têm sido o foco de muitas pesquisas, pois o conhecimento do passado dessas instituições promove a compreensão do presente, favorecendo novas formas de ação (NUNES, 1992). Essas pesquisas são relevantes também para o estudo e a compreensão de uma parcela da história da educação, pois permitem traçar um retrato da instituição, com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, sua cultura e seu significado para uma determinada sociedade (BUFFA, 2002). No caso do Departamento de Matemática da UnB, esperamos que esse estudo possibilite o alargamento do campo da história das instituições educativas, particularmente daquelas voltadas ao ensino e aprendizagem da Matemática.

Assim, esta pesquisa parte da hipótese de que as intenções pedagógicas dos docentes de Matemática da UnB, no período de 1962 a 1972, possibilitaram a implementação de um Departamento integrado com os anseios da Universidade que se construía.

A história das instituições educativas tem como finalidade compreender as questões envolvidas em sua composição considerando seus aspectos sociais, políticos e financeiros, entre outros. Para realizar uma pesquisa histórica sobre essas instituições, é necessário analisá-las dentro de um cenário que envolve o sistema educacional, o seu contexto histórico e o seu desenvolvimento dentro da comunidade em que está inserida. É nesse panorama que a instituição desenvolve sua identidade, que varia dependendo da relação instaurada com o público e com o meio que a envolve e, por isso, mantém-se em constante transformação. (MAGALHÃES, 2004, 2007).

Logo, as instituições educativas são entidades que sofrem mudanças relacionadas ao momento sociocultural e político de maneira local, regional ou nacional. No entanto, possuem uma vida própria e transmitem uma cultura escolar. Segundo Julia (2001, p. 10), a cultura escolar é um “conjunto de *normas* que definem os conhecimentos a ensinar e as condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”, deve ser estudada juntamente com as culturas religiosa, política ou popular e com as relações que mantém em cada período da história.

O período que antecedeu a implantação da UnB, no governo de Juscelino Kubitschek, caracterizou-se pelo impulsionamento da economia e da indústria resultando na modernização do Brasil. A vontade de desenvolver o interior resultou na mudança da capital para o centro do país. (FAUSTO, 2008).

A UnB foi incluída no plano piloto de Lúcio Costa e no plano educacional de Brasília, elaborado por Anísio Teixeira, quando a capital ainda estava sendo planejada. Cabia à UnB o desenvolvimento cultural da cidade e a execução do último nível de escolarização, o ensino superior e a pós-graduação. Sua estrutura organizacional foi discutida entre os mais importantes acadêmicos da época e o modelo concebido também foi utilizado pelas universidades criadas após a UnB. (SALMERON, 1999).

Os primeiros profissionais contratados para lecionar nessa universidade eram expoentes em suas áreas, portanto a abertura dessa instituição de ensino superior influenciou a cultura acadêmica local e nacional. Entendemos essa cultura como um conjunto de normas e práticas que definem os saberes científicos e a maneira como ensiná-los.

As palavras de Salmeron (1999, p. 100) a seguir apresentam como se estabeleceu uma cultura acadêmica na UnB:

Desejamos fazer menção especial aos cursos de pós-graduação e aos trabalhos de tese de mestrado e doutorado, que na década de 1960 eram quase inexistentes no Brasil, mesmo nas universidades mais importantes. O fato de a Universidade de Brasília instaurá-los logo no início, em todas as áreas, não era comum na época e indicava o grau de experiência das pessoas responsáveis pelos vários setores.

Tivemos, então, uma agradável surpresa. Devido às possibilidades que oferecia, a UnB atraía para a pós-graduação pessoas bem formadas e com certo amadurecimento, permitindo que os cursos fossem ministrados em bom nível. Em geral eram jovens assistentes em outras universidades, habituados a lecionar, que, não encontrando orientação para teses onde trabalhavam, iam para Brasília extremamente motivados.

Foi a cultura básica desses jovens que nos permitiu não somente iniciar logo os cursos de pós-graduação, mas dá-los em nível superior ao que tínhamos imaginado antes de começá-los.

Como podemos observar, os docentes que chegaram à UnB vinham de outras instituições e já estavam familiarizados com o ensino superior e portanto, eram detentores de saberes científicos e práticas desenvolvidas nesse nível de ensino.

O estudo das instituições educativas tem a função de compreender e explicar sua realidade, organização e desenvolvimento, de forma sistematizada e fazendo o cruzamento de informações buscadas nas memórias, arquivos e museus. Cria-se, assim, uma narrativa historiográfica que tem como enredo a materialidade, a representação e a apropriação em associação com o meio sociocultural que envolve essas entidades. Nesse sentido, Magalhães (2004, p. 139) define materialidade, representação e apropriação da seguinte forma,

[...] a materialidade inclui condições materiais, espaços, tempos, meios didáticos e pedagógicos, programas, estruturas (organizacional, de poder e de comunicação) – instâncias basicamente objetivas e de funcionamento. A representação engloba os aspectos relativos às memórias, à bibliografia, aos arquivo(s), e à modelização orgânica e projetual da ação, ao grau de mobilização e de aplicação – pedagogias, currículo, estatutos, agentes. A apropriação refere-se às aprendizagens, ao modelo pedagógico, ao ideário, à identidade dos sujeitos e da instituição, aos destinos de vida.

Esse enredo conduz a um epílogo que apresenta a organização da identidade histórica da instituição educativa.

Pautada nesse panorama histórico e nessa fundamentação teórica é que criamos uma narrativa historiográfica sobre o Departamento de Matemática – MAT¹ da UnB que, durante sua primeira década de

¹ O Instituto Central de Matemática – ICM passou a ser um Departamento do Instituto Central de Ciências – ICC. Deixou de ser ICM e passou a MAT. Como tínhamos de nos referir ora a ICM, ora a MAT, optamos por denominar ICM/MAT para não causar desentendimentos durante a leitura do trabalho.

existência era o Instituto Central de Matemática – ICM, tendo como objetivo geral investigar o processo de criação, instalação e desenvolvimento do ICM/MAT, procurando compreender um passado permeado por intenções políticas e pedagógicas. Como objetivos específicos, pretendemos:

- Identificar as intenções políticas e pedagógicas que permearam a estruturação da UnB.
- Analisar o processo de implementação e configuração do ICM/MAT.
- Verificar as apropriações dos fatos relacionados ao funcionamento do ICM/MAT pelo grupo de docentes dessa instituição no período em estudo.
- Conhecer as intenções pedagógicas e práticas de ensino de docentes do ICM/MAT, no período de 1962 a 1972.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas a pessoas envolvidas com o ICM/MAT (professores e aluno), pois os relatos das pessoas que participaram da implantação dessa Instituição, ou que por ela passaram, podem enriquecer essa história. A análise dos documentos do instituto, desde sua criação, também se constituiu numa forma de coleta de dados para a realização dessa investigação.

Portanto, o percurso metodológico desta investigação foi o seguinte: 1) pesquisa de dados bibliográficos e documentais; 2) entrevista de pessoas que pudessem contribuir para a pesquisa com suas memórias e 3) realização de novas pesquisas partindo das informações coletadas. Para seguir esse caminho, foi necessário enviar o projeto referente a esse estudo para a Comissão Nacional de Ética para Pesquisa – CONEP da Plataforma Brasil que o aprovou em outubro de 2013.

Para iniciar as buscas documentais, entramos em contato com a professora da disciplina História da Matemática da UnB, Dra. Maria Terezinha Jesus Gaspar, que nos cedeu algumas cópias de documentos que poderiam auxiliar nessa pesquisa. Além disso, ela buscou, na Secretaria do Departamento, informações sobre o arquivamento dos documentos antigos. Informada do local onde os documentos estavam

guardados, pediu autorização ao Chefe do MAT para pesquisá-los. De sua conversa com a chefia do departamento, surgiu a ideia de organização desses arquivos antigos. Um projeto de pesquisa foi apresentado ao Colegiado do MAT que autorizou a pesquisa.

Para tanto, a professora Terezinha solicitou ajuda do grupo COMPASSODF, que de pronto concordou em organizar o arquivo, de forma material e digital e, na medida do possível, criar um repositório institucional, possibilitando maior acesso de outros pesquisadores a essa documentação. Portanto, enquanto membro do grupo COMPASSODF, estamos trabalhando no projeto citado, que compreende o período que vai desde a fundação do ICM/MAT até os dias atuais, e paralelamente coletamos dados para a realização desta tese, que analisa o primeiro decênio de funcionamento do ICM/MAT.

Essa delimitação parte do início do funcionamento do ICM/MAT, em 1962, e vai até 1972, quando os acadêmicos que tinham se afastado do instituto, devido ao golpe civil-militar de 1964, começaram a retornar ainda mais capacitados, já que quase todos, ao deixarem a UnB, partiram para estudar/trabalhar em centros de pesquisa em Matemática.

As fontes selecionadas também determinaram o espaço temporal da pesquisa. Os documentos encontrados dizem respeito às disciplinas oferecidas desde o primeiro semestre de 1962 até o primeiro semestre de 1972. Tais documentos levaram aos entrevistados. Assim, entrevistamos um aluno e alguns professores fundadores do ICM/MAT que concordaram em compartilhar suas memórias. No material analisado, foi possível conhecer os docentes e as disciplinas oferecidas entre outras informações que variavam a cada semestre. Nesse sentido, consideramos pertinente o estudo desta primeira década do ICM/MAT, por existir a possibilidade, nessa verificação, de conhecer a forma como foi pensado o ensino de Matemática na UnB.

Diante do exposto, estruturamos esse trabalho da seguinte forma:

Na introdução, contextualizamos e justificamos a escolha pelo tema da pesquisa e mencionamos o referencial teórico e a metodologia de pesquisa utilizada na investigação.

No primeiro capítulo, apresentamos e discutimos os procedimentos teórico-metodológicos que fundamentam essa investigação. Nesse sentido, expusemos elementos teóricos referentes à história cultural, às instituições educativas e ao campo científico, além de detalhar nosso percurso metodológico. Também fizemos uma exposição das fontes documentais que foram utilizadas na pesquisa.

O segundo capítulo faz um breve retrospecto do percurso de implantação das universidades públicas no Brasil, dos anos 1920 a 1960, discute a reforma universitária de 1968 e os reflexos do golpe civil-militar na UnB segundo alguns docentes e um aluno do ICM/MAT.

O terceiro capítulo narra a história da criação da UnB, desde as primeiras discussões para sua implantação e inclusão no plano piloto de Lúcio Costa, até o início da década de 1970, quando foram alcançadas as metas propostas no seu primeiro plano orientador.

O quarto capítulo trata da história do Instituto Central de Matemática – ICM, atual Departamento de Matemática – MAT, segundo documentos escritos e relatos orais dos professores fundadores.

No quinto capítulo, apresentamos o curso de Mestrado em Matemática, o qual foi criado logo que o ICM/MAT começou a funcionar e tinha o objetivo de preparar os docentes para integrarem o quadro do magistério da universidade.

Tal curso foi suspenso pela reitoria em 1969 com o propósito de se adequar à estrutura prevista pelo Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação – CFE e, ao que tudo indica, voltou a funcionar no início dos anos 1970.

O sexto capítulo trata do curso de graduação em Matemática. Apresentamos os documentos que o regulamentaram e também relatos dos professores Carlos Antônio de Moura e Nilza Eigenheer Bertoni sobre esse curso. No período em estudo, Carlos era aluno da graduação em Matemática e a professora Nilza permaneceu na UnB até os anos 1990.

No sétimo capítulo, trabalhamos com os documentos do arquivo permanente do ICM/MAT. Esse material foi utilizado durante toda a pesquisa, mas entendemos que alguns deles trazem informações que mereceram ser tratadas num capítulo específico. Por exemplo, não

encontramos a matriz curricular da graduação em Matemática, então, criamos uma a partir de documentos encontrados no arquivo permanente. Também analisamos um material que denominamos de fichas de registro de avaliação. Esses documentos chamaram nossa atenção porque se referem ao acompanhamento mensal de duas turmas em disciplinas, cuja função era trabalhar os conhecimentos básicos de Matemática dos novos universitários.

Nas considerações finais, apresentamos os resultados obtidos nessa investigação que analisou o contexto histórico e o desenvolvimento de uma instituição educativa. Acreditamos que as fontes documentais do acervo permanente do ICM/MAT dão ensejo a outras histórias, oferecendo aos pesquisadores oportunidades para novas narrativas que venham contribuir com a História da Educação Matemática.

1 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A História da Educação Matemática – EM é um campo de pesquisa que tem se desenvolvido muito nos últimos anos. Em 2014, havia aproximadamente 31 grupos cadastrados no diretório de grupos de pesquisa do CNPq envolvidos com a História da EM, cada um com suas especificidades.

Valente (2014) considera a História da EM como uma especificidade da História da Educação que vai além do campo da Educação e da Matemática. Esse autor entende que há quatro vertentes nacionais de desenvolvimento de investigações em História da EM:

Uma produção vê a história da educação matemática como um subconjunto da História da Matemática; uma segunda vertente autodenominada “história na educação matemática”; um terceiro grupo que se afirma na relação “história oral e educação matemática” e, por fim, numa quarta vertente, os trabalhos que consideram a história da educação matemática como uma especificidade da História da Educação. (VALENTE, 2014, p. 103).

Esse autor esclarece ainda que essas vertentes se diferenciam no modo como dialogam com a produção historiográfica, mas todas interagem com as teorias da história e apropriam-se desse referencial. (VALENTE, 2014).

A utilidade da História da EM está em orientar as tomadas de decisões em Educação e também em possibilitar que o professor se aproxime e se aproprie de fatos históricos, que podem levá-lo a alterar suas práticas cotidianas, dessa forma,

mais conhecimento implica em melhores práticas de ensino: a alteração da relação que o professor de matemática tem com o passado profissional de seu ofício leva, assim, a uma mudança de qualidade de suas práticas na realidade presente. (VALENTE, 2013, p. 28).

As definições teóricas utilizadas nesse trabalho são apropriações da História Cultural que têm por objeto identificar o modo como uma determinada realidade social é construída, pensada e lida em diferentes

lugares e momentos (CHARTIER, 2002). Para fazer a identificação dessa realidade social, Chartier (2002, p. 17) indica três caminhos: fazer “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”; entender as classes sociais ou os meios intelectuais como variáveis de um grupo e considerar que os esquemas intelectuais incorporados aos grupos dão sentido ao presente e o espaço pode ser compreendido.

O conceito de representação e apropriação que fundamenta este estudo é aquele cunhado por Chartier (2002). Para esse teórico, a representação possibilita o entendimento de “uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado” ou a representação pode ser como a “exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém”. Dessa forma, as representações “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. (CHARTIER, 2002, p. 20).

Nessa linha de entendimento, as representações são criações de um grupo social que para tal organizam o mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real por meio de classificações, divisões e delimitações, além de considerar que os seus esquemas intelectuais possibilitam a compreensão do espaço e dão sentido ao presente.

Já a apropriação está relacionada à maneira como se compreende a sociedade, as instituições e as culturas, considerando-se suas práticas. Nas palavras de Chartier (2002, p. 26),

A apropriação, tal como a entendemos, tem por objectivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. [...] Daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação.

A partir desses conceitos de Chartier (1991), Valente (2013) definiu a História Cultural da Educação Matemática. Assim,

os estudos históricos culturais da educação matemática deveriam caracterizar-se pelas pesquisas que intentam saber como historicamente foram construídas representações sobre

os processos de ensino e aprendizagem da Matemática e de que modo essas representações passaram a ter um significado nas práticas pedagógicas dos professores em seus mais diversos contextos e épocas. (VALENTE, 2013, p. 37).

Cumpra ainda esclarecer que, nesta investigação, entendemos a História da EM como uma representação do passado que foi construída pelo historiador por meio dos fatos históricos e depois apresentada por meio de uma narrativa.

Nesse caso, o historiador não é um mero coletor de fontes. Sua principal função é produzir, elaborar e construir conhecimento histórico, além de ser o responsável pela sistematização da memória transformada em história, sendo portanto, um “recriador” de um passado sempre vivo em diálogo com seu presente” (SILVA, 2007, p. 188). O fato histórico refere-se “a um determinado evento humano que se tornou objeto de apropriação e sistematização intelectual, social, cultural e temporal” (SILVA, 2007, p. 188) em um determinado lugar social. Logo, o fato histórico é construído pelo historiador.

Outro tema de pesquisa significativo atualmente é o que envolve as instituições educativas², escolares e/ou educacionais. Inclusive, existem alguns grupos de pesquisa que se dedicam especificamente a esse tema e os apresentam nos vários congressos de educação, em encontros próprios desse assunto e em artigos de periódicos ou livros. (NOSELLA; BUFFA, 2013).

A História das Instituições Educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem. (GATTI JÚNIOR, 2000, p. 4).

Para escrever essa história os pesquisadores nacionais e internacionais ocupam-se dos processos de criação e desenvolvimento, da disposição arquitetônica e suas transformações, do perfil dos profissionais da educação e estudantes, da ordenação e mudanças nos

² Os autores Nunes (1992), Buffa (2002) e Gatti Júnior (2005) utilizam o termo instituições escolares, Sanfelice (2009) utiliza instituições escolares e/ou educativas e Magalhães (2004) usa instituições educativas porque reúne a história das instituições escolares e suas práticas educativas.

conhecimentos transmitidos e nas propostas educacionais, os quais possibilitam a apreensão da identidade institucional dentro de um panorama local e social. (GATTI JÚNIOR, 2000).

Sanfelice (2009, p. 198) considera que a instituição escolar é um objeto singular, pois “é único, delimitado no espaço e no tempo, dentre outras múltiplas instituições inter-relacionadas”. No entanto, seu estudo só se justifica “se tais esforços trouxerem mais luzes para compreendermos o fenômeno educativo geral de uma sociedade historicamente determinada”. (SANFELICE, 2008, p. 16).

Nosella e Buffa (2013) apontam que o foco das investigações sobre instituições educativas está na sua criação, implantação e evolução, com recortes para “formação de professores, evolução do currículo, experiências pedagógicas inovadoras, origem social da clientela escolar, trajetórias dos ex-alunos, valores professados, organização do espaço etc” (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 28), e que as principais fontes são:

[...] legislação, documentos oficiais da criação da instalação da escola, recuperação da memória dos dirigentes, professores, ex-alunos, entrevistas e questionários, livros didáticos, diários de classe, currículo e programa das disciplinas, cadernos dos alunos, materiais didáticos, jornais da época, fotografias etc. (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 28).

Magalhães (2004) considera que uma instituição possui memória, historicismo, processo histórico, tradição e está em constante atualização devido às relações que mantém com a realidade que a cerca.

Encarada como um objeto epistêmico, a instituição educativa tem sua estrutura fundamentada na historiografia da escola e da escolarização, na instituição educativa em sua totalidade (intra e extramuros) e “na análise institucional como uma matriz conceitual interdisciplinar” (MAGALHÃES, 2004, p. 113). Além disso, tem como modelo científico-funcional a pedagogia institucional. Tal pedagogia está relacionada ao espaço físico e arquitetônico da instituição e também às representações e às apropriações advindas da relação educativa e da relação entre os sujeitos e a instituição. (MAGALHÃES, 2004).

As instituições educativas são organizações de um sistema de ensino e possuem relações política e social, por isso, devem ser

analisadas dentro de um contexto histórico local e global. O contexto local inclui suas relações internas com a comunidade, com a cidade, e os vínculos com as instâncias regionais que as regulamentam institucionalmente. No contexto global, estão as ligações com as estruturas e normas nacionais e internacionais. São responsáveis pela formação de hábitos, mudança de atitudes, interiorização de valores e produção de uma cultura científica e tecnológica. Logo, contribuem para uma construção social, por meio de sua ação “para além de seus muros e difere-se no tempo, seja pelas suas transformações de caráter material, seja especificamente como representação, referência e memória dos indivíduos e dos grupos”. (MAGALHÃES, 2004, p. 116).

Essas instituições criam uma cultura que estabelece uma estrutura escolar, uma relação sociocultural e política, e está fundamentada nas bases normativas, culturais, organizacionais, metodológicas e relacionais. Essa cultura, por sua vez, imprime-lhes uma identidade histórica formada pela atuação dos sujeitos (alunos, professores, funcionários e comunidade) os quais atribuem sentido às realizações da instituição.

A instituição educativa apresenta uma identidade que não varia significativamente com as circunstâncias geográficas ou com as circunstâncias históricas. É, porém, na relação que estabelece com o público e com a realidade envolvente, na forma como a cultura escolar interpreta, representa e se relaciona com o contexto na sua multidimensionalidade, como na medida em que o público se apropria e se relaciona com as estruturas e órgãos de uma mesma instituição, que as instituições educativas desenvolvem a sua própria identidade histórica. Deste modo, ainda que segmentadas e especializadas, articuladas ou não de forma sistêmica, as instituições educativas desenvolvem uma identidade com base na relação com o contexto. (MAGALHÃES, 2004, p. 68).

Ainda segundo esse teórico, “as instituições educativas são organismos criativos, na sua vivência interna, e construtivos no que se refere à relação com a comunidade e com os públicos a que se destinam” (MAGALHÃES, 2004, p. 127). Sua história insere-se num campo de pesquisa que articula a instituição e a educação por meio da ação dos sujeitos.

Para conhecer o processo histórico dessas instituições, deve-se “analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento,

quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação” (MAGALHÃES, 2004, p. 58). A materialidade envolve o modo de produção, funcionamento e a realidade processual e material, a representação visa à inscrição e à avaliação dos papéis e graus de empenho dos agentes e a apropriação refere-se às dimensões institucionais, às aprendizagens e às vivências que marcaram os sujeitos que passaram pela instituição.

A história das instituições educativas tem o papel de registrar o conhecimento passado, problematizar o presente e criar perspectivas para o futuro. Insere-se num quadro epistêmico que vai além da descrição e justificativa de sua relação com o meio onde está inserida ou com o cumprimento de políticas regionais ou nacionais, isto é,

compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição, [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. A sistematização e a (re)escrita do itinerário histórico de uma instituição educativa na multidimensionalidade e na construção de um sentido encontram nessa relação a sua principal base de informação e de orientação. (MAGALHÃES, 2004, p. 133).

A investigação da história das instituições educativas é interdisciplinar porque inclui muitos assuntos como por exemplo alunos, professores, funcionários, organização administrativa, transformação ao longo dos tempos, espaço e estruturas arquitetônica, física, administrativa e sociocultural entre outros. Todas essas temáticas levam ao conhecimento da instituição educativa e à construção de sua identidade histórica. Assim, “a história de uma instituição educativa traduz-se na construção de uma identidade cultural e educacional, que resulta na articulação do itinerário histórico com o modelo educacional”. (MAGALHÃES, 2004, p. 147).

Para realizar essa pesquisa, os arquivos do ICM/MAT e os depoimentos foram fundamentais. A ordenação dos arquivos é uma atividade importante na historiografia das instituições educativas, pois exige uma organização técnica no arquivamento das fontes e também o

olhar do pesquisador que é quem vai tecer uma narrativa partindo do cruzamento das informações.

Ainda, as memórias pessoais e coletivas, se construídas com rigor metodológico, tornam-se indícios para a investigação. Além disso,

a memória desafia o historiador para uma explicação sobre o ordenamento dos objetos e a organização dos espaços, dos tempos e das coisas; desafia-o ainda para a explicação das relações hierárquicas, valorativas e de comunicação entre as pessoas e das pessoas com as coisas. (MAGALHÃES, 2004, p. 156).

A narrativa historiográfica das instituições educativas deve explicar sua evolução dentro da realidade histórica em que encontra-se inserida e deve compor “um discurso criativo e remissivo, organizado por meio de uma trama, com espaços, tempos, ação, agentes e sujeitos” (MAGALHÃES, 2004, p. 147). É o percurso final do trabalho de investigação no qual o pesquisador descreve, identifica, conhece e compreende a instituição, a partir da mediação das informações dos arquivos e das memórias. Dessa maneira, esse tipo de narrativa inicia-se com

uma pergunta geral, envolve a demarcação de um objeto, a identificação de um princípio e de um final e uma trama, cujo desenvolvimento corresponda à dinâmica histórica, com inclusão de personagens e seleção de cenas e de episódios. (MAGALHÃES, 2004, p. 159).

Essa narrativa precisa manter “uma estrutura discursiva que argumenta, comunica e orienta a leitura” (MAGALHÃES, 2004, p. 101) e consiste numa interpretação e representação da realidade institucional.

Diante de tais considerações, neste trabalho consideramos o ICM/MAT como uma instituição educativa porque:

- Possui uma história e uma cultura acadêmica. Seus criadores eram professores atuantes na área, vindos de outros estados, logo, detentores de uma cultura acadêmica. Portanto, o departamento foi criando, ao longo de sua existência, uma cultura própria que, inicialmente, recebeu influência das culturas trazidas por seus docentes e depois pela cultura de seus primeiros alunos.

- Cria disciplinas³. Algumas foram criadas a fim de auxiliar os alunos nos conhecimentos necessários às disciplinas matemáticas de seus cursos. Essa necessidade surgiu assim que a universidade começou a funcionar, e persistiu por um bom tempo.
- Contribui para uma construção social, por meio de sua ação “para além de seus muros”. Possui relações com os institutos e faculdades da UnB já que ministra as aulas de matemática de toda universidade e, por isso, deve estar sempre interagindo com a comunidade universitária. Também desenvolve atividades voltadas para o atendimento da comunidade escolar do Distrito Federal por meio de cursos de extensão para docentes e projetos de ensino de matemática para alunos do ensino fundamental e médio.
- É responsável pela formação de hábitos, mudança de atitudes, interiorização de valores, produção de uma cultura científica e tecnológica e de uma identidade. Devido ao nível de excelência da pós-graduação em Matemática, imprimiu uma identidade ao instituto e às pessoas que dele participam, de modo que, alguns de seus alunos tornaram-se docentes do ICM reforçando, assim, essa identidade.
- Possui espaço físico próprio dentro da estrutura da UnB.
- Investe na formação de seus docentes, na realização de eventos e no intercâmbio de conhecimentos da área, com a presença de especialistas de outras instituições de ensino superior nacionais e internacionais.

Outro conceito utilizado nesta pesquisa foi o de campo científico, pois entendemos que Darcy Ribeiro, ao contratar os melhores cientistas e profissionais de cada área do conhecimento para criarem os institutos e

³ Uma disciplina é “o resultado da demarcação de um campo acadêmico por parte de um determinado grupo de docentes”, são produtos da cultura escolar e “resultado da mediação pedagógica num campo de conhecimento”. (FRAGO, 2006, pp. 72-76).

faculdades da UnB, tinha a intenção de criar campos científicos na capital do país.

O campo científico é o lugar onde estão em luta a capacidade técnica e a capacidade de agir com competência. Nele há disputas no nível das ideias, das práticas e da capacidade/competência científica. Nas palavras de Bourdieu (2013, p. 116),

O campo científico (lugar de luta política pela dominação científica) é que designa a cada pesquisador, em função de sua posição, seus problemas político-científicos, bem como seus métodos e estratégias que – por se definirem expressa ou objetivamente na referência ao sistema de posições políticas e científicas que formam o campo científico – são ao mesmo tempo estratégias políticas.

As autoridades científicas que vieram fundar a UnB trouxeram para assessorá-los pessoas competentes e interessadas em se estabelecer nesse campo, já que o prestígio também vem do contato com os “mestres mais prestigiados”. (BOURDIEU, 2013, p. 124).

No campo científico, o pesquisador está em constante avaliação, seu percurso acadêmico e as relações estabelecidas com seus pares o levam a uma posição hierárquica dentro do campo e sua reputação lhe possibilita receber fundos para pesquisa, prêmios, bolsas, convites, consultas, atrai estudantes qualificados e com tudo isso vem o reconhecimento.

O reconhecimento – socialmente demarcado e garantido por um conjunto de sinais de consagração que os pares-concorrentes concedem a cada um de seus membros – é função do *valor distintivo* de seus produtos e da *originalidade* (no sentido da teoria da informação) que se atribui coletivamente à contribuição trazida por ele aos recursos científicos já acumulados. [grifos do autor]. (BOURDIEU, 2013, p. 121).

Assim, as instituições onde estão os pesquisadores também são julgadas por suas capacidades científicas, pela quantidade e pela qualidade dos trabalhos. Logo, era do interesse da UnB fomentar campos científicos para se estabelecer no cenário científico do país e os pesquisadores se beneficiaram com mais espaços para exercerem suas práticas, pois são elas que levam à aquisição da autoridade científica (prestígio, reconhecimento). (BOURDIEU, 2013).

Ao imergirmos no estudo do ICM/MAT, encontramos documentos relacionados à algumas disciplinas ministradas no período de 1962 a 1972. A maioria desses documentos são listas de frequência e menções das disciplinas, outros são documentos que denominamos de registros de avaliação dos alunos, pois se trata de uma ficha individual no qual o docente foi registrando o desenvolvimento do aluno durante um semestre letivo.

Sobre as disciplinas escolares, Julia (2001, p. 33) diz que elas “são inseparáveis das finalidades educativas, no sentido amplo do termo ‘escola’, e constituem ‘um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos e programados’”. Assim, as disciplinas e a forma de ensinar cumpriam seu papel dentro de um instituto criado com a finalidade de suprir os vários cursos da universidade com as disciplinas matemáticas. No entanto, os primeiros docentes, recém chegados de seus doutoramentos na Universidade de Nova Iorque – NYU, não se contentaram em ministrar apenas essas disciplinas de serviço e por isso criaram disciplinas para o mestrado em Matemática inspirados no modelo de pós-graduação da universidade nova-iorquina.

As disciplinas escolares tornaram-se objeto histórico desde os anos 1990 a partir dos trabalhos de André Chervel que define a disciplina escolar como “aquilo que se ensina e ponto final” (CHERVEL, 1990, p. 177) e que Frago (2008, p. 206) completa dizendo tratar-se de “um corpo de conteúdos concretos dispostos em uma ordem, um método e uma extensão determinada em forma de temas, questões, unidades didáticas ou outros agrupamentos semelhantes”.

Com base nas ideias desses teóricos, Pinto (2014, p. 131) nos explica que as disciplinas escolares são

compreendidas como um produto cultural, responsáveis pela transmissão de conteúdos e saberes escolares, além de seu rol programático, são também constituídas pelo aparato didático-pedagógico que orienta o ensino. Concebida como uma construção escolar, uma disciplina escolar, pelos códigos próprios criados para o seu funcionamento, ajuda a moldar a cultura escolar.

Logo, o estudo das disciplinas escolares está intimamente relacionado ao estudo das instituições educativas, pois ambas criam uma

cultura escolar, além disso, a primeira é resultado da mediação pedagógica de saberes próprios da segunda. (FRAGO, 2008).

Segundo Frago (2008, pp. 204-205), essas disciplinas podem “ser vistas como campos de poder social e acadêmico [...] e de espaços onde se mesclam interesses e atores, ações e estratégias”, além de serem o “produto ou resultado da reserva de um campo acadêmico”. Exemplificando isso temos a existência das cátedras nas primeiras décadas do século XX, nas universidades brasileiras, isto é, as disciplinas tinham um dono, eram de propriedade do catedrático, que só as deixava quando morria, visto ser um cargo vitalício.

Os documentos nos levaram a buscar os conceitos de estratégia e tática criados por Certeau (1998). Para esse autor, a estratégia é

o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* próprio suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). [grifos do autor]. (CERTEAU, 1998, p. 99).

E a tática é

a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”. (CERTEAU, 1998, p. 100).

Certeau acrescenta ainda que “as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor [relações de força], ao passo que as táticas só podem utilizá-las, manipular e alterar” (CERTEAU, 1998, p. 92). Em razão desses conceitos, entendemos que as estratégias estão relacionadas às ações daqueles que detêm o poder e as táticas àqueles que as devem obedecer.

Nessa pesquisa historiográfica, buscamos a documentação referente à constituição do ICM/MAT e realizamos algumas entrevistas,

pois entendemos que ouvir a narrativa daqueles que se empenharam na criação desse instituto, torna essa história viva e personalizada.

A história oral parte dos relatos orais, constituindo-os documentos, para elaborar e aprofundar compreensões (GARNICA, 2008). A história oral possibilita, a partir de relatos das pessoas que participaram da implantação do ICM/MAT, escrever uma história dessa Instituição. Nesse sentido, os materiais de investigação e reflexão foram produzidos com base nos depoimentos coletados, que depois foram analisados utilizando-se os métodos adequados.

Essa metodologia de pesquisa possibilita a reconstrução da história contemporânea a partir da realização de entrevistas. Portanto, trabalha-se com fontes orais colhidas pelo próprio pesquisador.

Os depoimentos orais são convidados, com precaução, a fazerem parte da caixa de ferramentas do historiador contemporâneo, sob condição de que eles – os testemunhos orais – não intentem, por si só, narrarem a história. Deverão, de outra parte, submeterem-se às regras seculares do método crítico histórico, do cruzamento de fontes, relativamente a qualquer outro tipo delas, quer sejam manuscritas, impressas, estatísticas, ou mais recentemente, audiovisuais ou fotográficas. (DESCAMPS apud VALENTE, 2013, p. 38).

Ao que tudo indica, a história oral chegou ao Brasil em 1975, com o I Curso Nacional de História Oral, de modo que, na década de 1980 já havia várias instituições que utilizavam essa forma de pesquisar. Atualmente, essa abordagem firmou-se como metodologia de pesquisa no Brasil e no mundo.

A História Oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, ela está afinada com as novas tendências de pesquisa nas ciências humanas, que reconhecem as múltiplas influências a que estão submetidos os diferentes grupos no mundo globalizado. (ALBERTI, 2006, p. 164).

A entrevista na história oral tem como princípio a narrativa. Nela o entrevistado relata sua vivência e traz à tona suas memórias, as quais possibilitam a compreensão dos campos de investigação que o pesquisador está estudando.

As imagens do passado que estão disponíveis no presente compõem a memória, porém não são as mesmas imagens porque o entendimento do passado recebe influências do presente. (BOSI, 2006). Assim,

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem a tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” essas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 2006, p. 47).

A memória é influenciada pelo convívio social e cultural, tem como instrumento socializador a linguagem e, a memória individual representa um olhar sobre a memória coletiva (BOSI, 2006). Portanto, ao criar documentos a partir dos relatos orais, sabe-se que eles trazem em si as representações da sóciocultura de cada indivíduo.

Dessa forma, partindo da memória das experiências de vida dos atores envolvidos numa pesquisa e expressos pela oralidade, o pesquisador mobiliza conhecimentos históricos que, talvez, não pudessem ser escritos, se não fossem coletados dessa maneira. Com isso, transforma-se a narrativa oral, depois de transcrita, em fonte histórica.

As entrevistas foram realizadas de forma focalizada, isto é, destacando um tema bem específico, que é a criação do ICM/MAT. Nesse tipo de pesquisa, “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. (GIL, 2006, p. 120).

Como a entrevista tem uma intenção a alcançar, necessita ser bem planejada. Esse planejamento requer a elaboração de um roteiro observando-se quem são os depoentes, o tempo e a quantidade de encontros, e as perguntas a serem feitas, mesmo que o pesquisador queira interferir o mínimo possível na fala do entrevistado.

Assim, o contato inicial com os entrevistados foi realizado por meio de correio eletrônico. Nesse primeiro contato, expusemos o objetivo da pesquisa e a importância da colaboração do entrevistado para a escrita

de uma história do ICM/MAT. Depois da troca de mensagens, foi marcada uma data para a entrevista. As questões abordadas na entrevista foram encaminhadas com antecedência para que os entrevistados pudessem se preparar. O tempo da entrevista e o local foram combinados com os entrevistados e, quando necessário, foram marcados outros encontros.

Poderíamos pensar em criar um questionário para ser respondido por escrito, também via correio eletrônico, o que tornaria o custo da pesquisa bem menor, no entanto, o contato entre entrevistador e entrevistado favorece a exploração em profundidade dos saberes, representações e crenças dos entrevistados. (LAVILLE; DIONNE, 1999).

As entrevistas seguiram o seguinte procedimento: foram gravadas em áudio. Ao iniciar a gravação, informamos o nome do entrevistado, a data, o horário e o local da entrevista; as palavras que não foram ditas de forma clara foram anotadas; os gestos necessários à compreensão da entrevista também foram anotados; e, depois de realizada a transcrição, o documento foi entregue aos entrevistados para leitura, correções e complementações e foi providenciada a assinatura da carta de cessão de direitos sobre a entrevista.

Utilizamos, nessa investigação, entrevistas planejadas especificamente para esse trabalho e também entrevistas que foram concedidas a outras pessoas, mas que traziam informações pertinentes a essa pesquisa.

Nossa primeira entrevistada foi a professora Nilza Eigenheer Bertoni em 2013. Naquela época, ainda não tínhamos delimitado o período da pesquisa e ela narrou sua história no ICM/MAT, desde sua chegada em 1967 até sua aposentadoria nos anos 1990.

Em 2013, entrevistamos o professor Elon Lages Lima em sua sala na Associação do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e em 2014 conversamos com o professor Djairo Guedes Figueiredo, no Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação da Universidade Estadual de Campinas – IMECC/UNICAMP. Posteriormente lemos outras entrevistas desses professores numa publicação do IMPA e também as utilizamos neste trabalho.

O professor Mário Matos nos enviou, em 2013, parte de suas memórias e com elas narramos os fatos sobre sua vinda para Brasília e sua passagem pelo ICM/MAT.

As entrevistas dos professores Geraldo Ávila, Kleber Farias Pinto e Roberto de Araújo Lima foram realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Matemática – COMPASSODF em 2007 e 2008. Nessa época, o grupo estava buscando informações sobre o Movimento da Matemática Moderna – MMM e o assunto ICM/MAT surgiu quando foram questionados sobre como vieram para a capital. Em 2014, entrevistamos novamente o professor Kleber, pois queríamos mais informações sobre as fichas de registro de avaliação encontradas no arquivo permanente e que foram assinadas por ele.

Sobre o professor Manfredo Perdigão do Carmo, utilizamos a entrevista concedida a Pedro Mendes e publicada na Revista Matemática Universitária, número 16 de junho de 1994, além das informações contidas na publicação do IMPA.

Dos demais professores que passaram pelo ICM/MAT conseguimos encontrar o endereço eletrônico de aproximadamente quinze professores. Desses, três nos responderam e apenas um concordou em ser entrevistado. Então, entrevistamos o professor Carlos Antônio de Moura, em 2015, no restaurante da Livraria Travessa, em Botafogo, Rio de Janeiro/RJ.

Além de fazer uso de entrevistas como fonte de pesquisa, nesta investigação também foi utilizada a pesquisa documental, pois, segundo Garnica (2008, p. 139), “negar os arquivos escritos como recurso de pesquisa seria um equívoco tão alarmante quanto negar a importância da oralidade para entender a temporalidade e, nessa temporalidade, as circunstâncias humanas”.

A pesquisa documental utiliza como fonte os documentos tais como relatórios, reportagens, cartas, filmes, gravações, fotografias etc. Esses materiais são considerados como fontes primárias, “são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados” (SÁ-SILVA et al, 2009, p. 6). Nesse trabalho, foram consultados documentos que tratam da fundação da UnB e do ICM/MAT,

além de outros que fazem parte do acervo permanente da secretaria do instituto.

A busca e a análise de documentos têm o propósito de obter informações sobre a história que se quer escrever, pois

o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. (SÁ-SILVA et al, 2009, p. 2).

No final do século XIX, considerava-se documento, sinônimo de prova histórica, somente o que era escrito e principalmente o que fazia parte de arquivos oficiais. Atualmente, considera-se documento qualquer material que possua informações ou fragmentos do passado, sirva para consultas ou como provas e podem ser de natureza variada, escrita, oral ou cinematográfica. (SÁ-SILVA et al, 2009).

A valorização do uso de documentos em pesquisas se deve à vários fatores: possibilidade de entendimento de determinadas situações a partir de documentos históricos; a dimensão tempo, registrada nos documentos, permite a observação da evolução de indivíduos, grupos, mentalidades, comportamentos, etc. (CELLARD, apud SÁ-SILVA et al, 2009).

Para Sá-Silva et al (2009), antes de se analisar um documento, é necessário avaliar sua credibilidade e representatividade; compreender o sentido da mensagem; aceitá-lo como se apresenta; e, principalmente, saber compor fontes, pois alguns apresentam-se incompletos, parciais e imprecisos.

A avaliação preliminar dos documentos, segundo Sá-Silva et al (2009, p. 9), exige que se dê atenção a cinco aspectos: conhecer o período em estudo, sua conjuntura socioeconômica-cultural; conhecer os autores e sua relação com os fatos descritos; conhecer a procedência, veracidade e confiabilidade dos documentos; considerar a natureza do texto e observar os conceitos-chave e a lógica interna do documento.

Após a avaliação, vem a etapa da análise dos documentos, quando se propõe “a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos”. (SÁ-SILVA et al, 2009, p. 10).

A etapa a seguir é a da análise dos dados, quando o pesquisador relaciona seu problema de pesquisa às informações encontradas nos documentos e os interpreta. Dessa maneira, “a análise é desenvolvida através da discussão que os temas e os dados suscitam e inclui geralmente o *corpus* da pesquisa, as referências bibliográficas e o modelo teórico”. (SÁ-SILVA et al, 2009, p. 11).

Portanto, essa análise também pode ajudar a situar as informações orais em um tempo histórico, mas é importante ressaltar que essas fontes não têm o objetivo de validar as informações orais e sim complementá-las e vice-versa.

Ao unirmos os dois procedimentos metodológicos, essa pesquisa ficou organizada da seguinte maneira:

1. Revisão da literatura com vistas a encontrar o que já existia publicado sobre a UnB e o ICM/MAT.
2. Busca de fontes documentais na UnB, no ICM/MAT, na Biblioteca Central e no Departamento de Arquivamento de Documentos da universidade.
3. Análise das fontes documentais.
4. Entrevista com os professores criadores do ICM/MAT.
5. Paralelamente às entrevistas, continuamos analisando os documentos que foram encontrados na UnB ou com os entrevistados.
6. As entrevistas foram gravadas, transcritas, textualizadas e devolvidas para que os entrevistados fizessem correções ou acrescentassem mais informações. Nesse momento, foi solicitada a assinatura da carta de cessão de direitos sobre a entrevista.

O boneco metodológico a seguir apresenta os caminhos deste estudo.

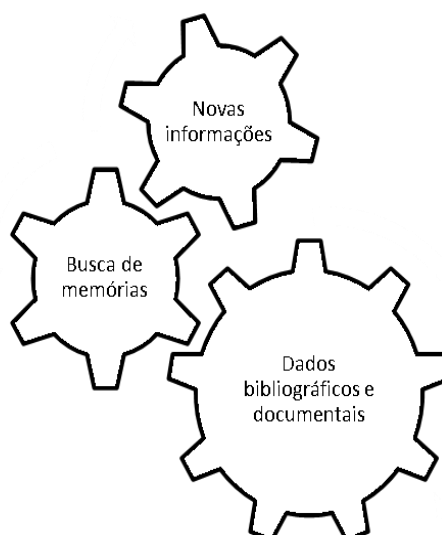


Figura 1 – Boneco metodológico.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Inicialmente pensamos que os dados bibliográficos nos levariam às entrevistas, que por sua vez, nos trariam novas informações, mas constatamos que, como numa engrenagem, os dados dos documentos e dos depoimentos foram se encaixando e compondo nossa história. É necessário ressaltar que tomamos o máximo de cuidado na manipulação dos documentos utilizados, de forma a não apresentar qualquer tipo de risco para a documentação consultada.

1.1 As fontes escritas do arquivo permanente do Departamento de Matemática

As pesquisas desenvolvidas em arquivos escolares têm ganhado especial atenção dos historiadores em educação porque possibilitam o conhecimento dos vários aspectos da história dessas instituições. (ZAIA, 2005).

Para Paes (1997, p. 16), o arquivo

é a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro.

Dessa forma, o arquivo serve para guardar conhecimento histórico e tem a função de tornar esse conhecimento disponível, logo precisa estar disposto de maneira a “servir o usuário com precisão e rapidez”. (PAES, 1997, p. 16).

Segundo Paes (1997, p. 22) os arquivos são classificados segundo sua idade. O arquivo de primeira idade ou corrente possui documentos consultados com frequência, o de segunda idade ou intermediário é composto por documentos que já não são consultados com tanta frequência, mas que devem ser mantidos próximos de seus usuários e, por fim, o arquivo de terceira idade ou permanente, ou ainda, arquivo morto é formado por documentos “que se conservam em razão de seu valor histórico ou documental e que constituem os meios de conhecer o passado e sua evolução. Estes são os arquivos propriamente ditos”. Na escola, o arquivo permanente possui documentos que retratam suas atividades. (BONATO, 2005).

O arquivo escolar é constituído por documentos produzidos e recebidos pela escola e são todos preservados em seu próprio espaço físico ou em arquivos públicos.

Os arquivos escolares têm por finalidade serem meio de prova de direito de pessoas ou da administração. Mas também têm função informativa para administração pública, pois a ela podem oferecer informações, por exemplo, “da evolução do oferecimento do número de vagas, de repetência, evasão escolar, etc.” Mas, os documentos escolares têm também valor histórico-cultural. Para os historiadores, tais documentos são fontes para a história da educação, *manifestação ou representação da memória*. [grifos da autora]. (BONATO, 2005, p. 197).

Autoras como Bonato (2005) e Zaia (2005) abordam a falta de cuidado das escolas na guarda dos arquivos permanentes devido à falta de espaço físico e à dificuldade em encontrar recursos humano e material para mantê-los. Geralmente esses arquivos são alocados em lugares insalubres e impróprios para receber esse tipo de material. Assim,

O “arquivo morto”, termo comumente utilizado [...], dentro da escola, se refere aos muitos espaços em que encontramos documentos acumulados: banheiros desativados, vãos embaixo de escadas, quartos de guarda de materiais de limpeza, dispensas dos refeitórios, salas desativadas próximas à lanchonete, porões, sala de materiais da fanfarra, “cantos” da

biblioteca em atividade (ou desativada), entre outros. (ZAIA, 2005, p. 166).

Essas autoras consideram que a dificuldade para acessar os arquivos escolares é o maior desafio da pesquisa em arquivos escolares.

Os documentos escolares atendem às questões administrativas e jurídicas. Dessa forma, são arquivados, segundo essa finalidade, e atendendo à secretaria escolar, que é a responsável por esses documentos.

Os arquivos encontrados no ICM/MAT foram organizados pela Secretaria em caixas-arquivo separadas por ano. Dentro dessas caixas, os documentos estavam separados (por envelope, elástico ou barbante) segundo o assunto. Ao abrirmos essas caixas, tivemos o cuidado de não mudar a ordem já estabelecida.

1.1.1 Os arquivos do ICM/MAT

Inicialmente, nossas buscas detiveram-se nos documentos encontrados na Biblioteca Central da UnB, na seção de arquivamento dos documentos da universidade, e em algumas cópias de documentos que a professora Maria Terezinha possuía arquivados. Depois de apresentado o projeto de pesquisa ao colegiado do departamento, tivemos acesso a alguns documentos permanentes da secretaria que estavam guardados numa de suas salas juntamente com outros materiais.

Com a ajuda dos funcionários do ICM/MAT, os documentos foram transferidos para a sala que nos foi cedida para a realização da pesquisa. Foram levados para esta sala dois armários de ferro e os documentos de um terceiro armário que foram colocados em prateleiras, como se pode ver nas fotografias a seguir.



Figura 2 – Sala do arquivo permanente do MAT.
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.



Figura 3 – Organização dos documentos dentro dos armários de metal.
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

As caixas-arquivo foram organizadas pela secretaria do ICM/MAT e, ao recebermos os arquivos, não modificamos sua organização. Percebemos que algumas caixas foram numeradas, outras guardam documentos dos docentes aposentados e seguem ordem alfabética. Também há prestação de contas de eventos e outros documentos administrativos.

O material analisado nessa investigação está disposto em três caixas-arquivo, duas da graduação e uma do mestrado. Encontramos, em

uma outra caixa, as pastas funcionais dos professores Djairo Figueiredo e Geraldo Ávila contendo informações posteriores aos anos delimitados nesse trabalho e tratam, em sua maioria, de liberações para viagens.

Tivemos livre acesso a essa sala e isso foi um facilitador para a execução da pesquisa, pois pudemos consultar a documentação sempre que necessário. Muitas informações desse material foram utilizadas ao longo dos capítulos, no entanto, algumas delas exigiram uma análise mais detalhada e por isso foram incluídas num capítulo específico.

2 A UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL: dos anos 1920 aos anos 1960

Como este trabalho trata de uma história de um Departamento de Matemática de uma universidade federal brasileira, consideramos necessário fazer um breve retrospecto do percurso de implantação dessas universidades no Brasil até a década de 1960.

Utilizamos a definição dada por Prota (1987, p. 231), segundo a qual universidade é uma instituição de ensino superior, dedicada à pesquisa científica, a serviço da comunidade e que questiona “sistematicamente os pressupostos, os conceitos fundamentais, os métodos, os graus de legitimidade, os limites das diferentes disciplinas e, enfim, as condições de existência da própria ciência”.

Para Trindade (1999), a universidade brasileira somente se institucionalizou nos anos 1920, no entanto, desde 1808, quando a corte portuguesa se transferiu para o Brasil, foi criado o curso de cirurgia, anatomia e obstetrícia e havia também as escolas e faculdades profissionais isoladas.

Em setembro de 1920, foi instituída a primeira universidade criada pelo governo federal, a Universidade do Rio de Janeiro – URJ, composta pela Escola Politécnica, pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro e pela Faculdade Livre de Direito. (FÁVERO, 2006).

A criação da URJ incitou discussões sobre o ensino universitário no país. A Associação Brasileira de Educação – ABE e a Academia Brasileira de Ciências – ABC promoveram debates sobre a concepção, a função, a autonomia e o modelo de universidade que deveriam ser adotados no Brasil. Concluíram que uma universidade “deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova”, além de formar profissionais para tal. (ABE, 1929 apud FÁVERO, 2006, p. 23).

Na década de 1930, foi promulgado o Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto-lei nº 19851/31, que deu um novo formato à URJ,

integrou as escolas e faculdades numa nova estrutura universitária e organizou as cátedras, dentre outras coisas.

A cátedra era uma “unidade operativa de ensino e pesquisa docente, entregue a um professor (cujos privilégios) adquiriram uma feição histórica, apresentando-se [...] como núcleo ou *alma mater* das instituições de ensino superior” (FÁVERO, 2006, p. 24) e permaneceu até a Lei 5540/68 (Lei da reforma universitária). O regime de cátedra⁴ tinha como fundamentos o provimento por concurso público de títulos e provas, liberdade de cátedra e vitaliciedade, porém, em situações excepcionais, era possível fazer nomeações. (RIOS, 2008, p. 55).

A vitaliciedade das cátedras estava prevista na Constituição de 46, artigo 168. O parecer n.º 281/67, do Conselho Federal de Educação, trata de sua extinção, e na Constituição de 1967 a cátedra é eliminada. O modelo das universidades americanas, em sua estrutura flexível e descentralizada, funcionalmente articulado em departamentos e estruturado segundo a ótica dos interesses, foi, sem dúvida, fator importante que levou à substituição das cátedras pelos departamentos como a menor unidade dentro de nosso sistema universitário. [...] Fortaleceu-se no seio da comunidade científica a convicção de que a organização universitária em cátedras impedia a circulação e renovação dos quadros docentes na universidade. O catedrático não só acumulava em sua função titulada autoridade acadêmica na definição dos campos de estudo, dos métodos a serem privilegiados e das questões a serem perseguidas, como também concentrava em sua pessoa uma autoridade político-administrativa por ser um avalista e/ou censor das demandas existentes para ingresso no magistério superior. Reproduziam-se sucessivamente feudos personalizados dentro da vida universitária, mantendo posições de privilégio adquiridas e inalteradas. (BOMENY, 1994, p. 61).

Em 1934, a Universidade de São Paulo – USP foi instituída a partir do agrupamento das instituições existentes e da criação da Faculdade de Filosofia que, na época, era considerada a essência da universidade visto ser responsável “por todos os ramos do saber, pela promoção do ensino de disciplinas de caráter não propriamente profissional, bem como pela realização de cursos básicos”. (PROTA, 1987, p. 32).

A Universidade do Distrito Federal – UDF foi criada em 1935, no Rio de Janeiro, por Anísio Teixeira e era composta pela Faculdade de Filosofia e Letras, pela Faculdade de Ciência, pela Faculdade de

⁴ A extinção desse regime foi “prescrito pela lei da reforma universitária”. (CUNHA, 2007, p. 208).

Economia e Direito, pela Faculdade de Educação e pelo Instituto de Artes. Segundo Prota (1987, p. 32), a UDF teve a capacidade de agrupar adeptos de uma universidade voltada para a expansão da pesquisa. Essa universidade materializou as propostas da ABE e da ABC. No entender de Fávero (2006, p. 25),

apesar de ter existido por período inferior a quatro anos essa instituição marcou significativamente a história da universidade no país, pela forma criadora e inovações com que a experiência se desenvolveu. Vale lembrar que, desde o início, apesar de grandes obstáculos, ela se apresenta não somente com uma definição precisa e original do sentido e das funções da universidade, mas também prevê os mecanismos que se fazem necessários, em termos de recursos humanos e materiais, para a consecução de seus objetivos.

Em janeiro de 1939, a UDF foi extinta “em nome da disciplina e da ordem, características do regime autoritário em vigor” (FÁVERO, 2008, p. 176) e seus cursos foram incorporados pela Universidade do Brasil – UB, ex-URJ, criada pelo governo em 1937, a fim de servir de modelo para o projeto universitário nacional.

Nas décadas de 1940 e 1950, “a ideologia desenvolvimentista clamava pela modernização do ensino brasileiro” (CUNHA, 2007, p. 127) e era necessária a revisão da estrutura e do funcionamento do ensino brasileiro, inclusive do ensino superior.

Nos anos 1940, houve um aumento de escolas secundárias⁵ porque o diploma ginásial era visto pelas classes popular e média como uma possibilidade de ascender socialmente e obter prestígio, pois aquele diploma era o caminho para o ensino superior, depois de conquistada a etapa seguinte, que era o colégio. (ROMANELLI, 2005).

Considerando a necessidade de crescimento do país, o Estado iniciou a modernização do ensino superior observando a segurança e o desenvolvimento (CUNHA, 2007). Assim, em 1947, começou a funcionar

⁵ O ensino secundário, segundo o Decreto-lei 4244 de 9 de abril de 1942, estava dividido em ginásial, que era o primeiro ciclo e tinha quatro anos de duração e o segundo ciclo que estava subdividido em clássico e científico, com três anos. No clássico a ênfase estava no ensino de filosofia e letras antigas e no científico se destacava o ensino de ciências. (<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>).

o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, uma instituição de ensino superior cheia de inovações acadêmicas:

Os professores não ocupavam cátedras vitalícias, ganhas por concursos ou nomeações, mas eram escolhidos pela congregação através do exame dos seus currículos e contratados pela legislação trabalhista, a qual possibilitava seu desligamento se eles não correspondessem às expectativas quanto à capacidade e eficiência; (2)⁶ a carreira do magistério se estruturava de modo que o primeiro degrau, o de “auxiliar de ensino”, fosse em geral ocupado por estudantes de pós-graduação e os demais, “professores assistentes”, “associados” e “plenos”, fossem sendo galgados pelo merecimento comprovado, independentemente da abertura de vagas; (3) a organização era departamental, reunindo professores e auxiliares técnicos e administrativos, bem como recursos materiais para as atividades de ensino e pesquisa em um campo profissional ou assuntos afins, substituindo, assim, a cátedra como unidade básica do ensino superior; (4) os professores e os estudantes residiam no câmpus e dedicavam-se exclusivamente ao ensino e à pesquisa; (5) os professores estavam à disposição dos estudantes fora do tempo das aulas, de modo que as dúvidas e os temas relacionados podiam ser explorados de modo produtivo; (6) o currículo era flexível, podendo-se acrescentar ou subtrair disciplinas conforme as necessidades e as disponibilidades de pessoal docente; (7) as cinco séries do curso estavam divididas em uma parte “fundamental”, de dois anos – na qual se estudavam os assuntos comuns a todas as especializações, corrigiam-se os defeitos trazidos do curso secundário e alertavam-se os estudantes para a importância da ciência pura para a engenharia do “amanhã” –, e uma parte “profissional”, de três anos, na qual se concentravam as disciplinas que levavam às especializações; (8) promoção de autogoverno e da autodisciplina, tornando a “cola” um expediente raro; (9) estímulo à investigação e à pesquisa, principalmente nos cursos de pós-graduação, visando formar novos docentes e pesquisadores. (TOLLE, 1964 apud CUNHA, 2007, p. 129).

Essas inovações apresentadas pelo ITA reacenderam as discussões sobre os caminhos da universidade brasileira que deixaram de se restringir à estrutura e à organização e ampliaram o seu papel dentro de uma sociedade em desenvolvimento, como era o caso do Brasil. Eram discutidos o aumento de cursos e de vagas, a função e a qualidade do ensino superior e um projeto universitário para que a união das escolas isoladas atendesse às necessidades sociais. (BOMENY, 1994).

Nos anos 1950, as escolas isoladas foram aglutinadas e surgiram as universidades. Em 1964 já existiam trinta e nove, mas esse número ainda era insuficiente para gerar a quantidade de vagas demandadas pela

⁶ O texto original não apresenta o número 1.

população apta a cursar o ensino superior. Houve um aumento no número de universidades com ênfase na formação profissional e pouco se fez pela pesquisa e produção de conhecimento. (BOMENY, 1994).

A necessidade de promoção da pesquisa científica e tecnológica levou à criação do Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq em 1951. Essa instituição estava voltada à expansão de pesquisas nas áreas de ciências biológicas e exatas, à concessão de bolsas de estudos no país e fora dele, ao fornecimento de verbas para a aquisição de equipamentos de pesquisa das universidades e dos institutos de pesquisa especializados como o Instituto de Energia Atômica, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, o Instituto de Pesquisas Rodoviárias e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. (CUNHA, 2007).

O CNPq, além de buscar o desenvolvimento de pesquisas fora das universidades, sinalizava que a formação de pesquisadores estava diretamente relacionada à modernização do ensino superior. (CUNHA, 2007).

Desde meados dos anos 1940 até os anos 1960, vários acordos de atividades educacionais e assistência técnica foram assinados com os Estados Unidos visando ao aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa. No entanto, segundo Cunha (2007) a modernização do ensino superior não se deu por causa desses acordos, já que, quando eles foram firmados, essa discussão já estava bem consolidada pelos grupos envolvidos.

Nos anos 1960, continuava-se a pensar numa reforma universitária cujo tema principal fosse a função do ensino, da pesquisa e da prestação de serviço à comunidade. A universidade ainda não conseguia abarcar as carências de vagas para os estudantes e a de profissionais exigidos pelo novo modelo de sociedade urbano-industrial que se constituía no país.

O ponto alto dessas discussões resultou na criação da UnB que surgiu “como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 30”. (FÁVERO, 2006, p. 29).

A UnB surgiu como um modelo moderno para o ensino superior do Brasil, sendo que muitas das características presentes no formato

adotado pelo ITA também foram incorporadas nessa Instituição. Segundo Cunha (2007), o padrão adotado na UnB era mais amplo que o do ITA visto abarcar todos os campos do saber e ser capaz de influenciar as universidades tradicionais pelo exemplo. Essas mudanças repercutiram em outras universidades que buscaram adequar-se àquela modernização.

Essa década firmou-se como um tempo de crise política e econômica, em que reinava o autoritarismo, mas também foi um tempo de reformas.

Campanhas e movimentos de educação e cultura popular despontavam em todos os pontos do país, notadamente no Nordeste, com propostas de conscientização política e social do povo. A matrícula no ensino fundamental aumentou no período (1960-1964), enquanto uma parcela dos estudantes universitários, através da UNE (União Nacional dos Estudantes) engajou-se na luta pela organização da cultura com vistas a uma transformação estrutural da sociedade brasileira. Greves, mobilizações, assembleias, crescimento de organizações sindicais, surgimento de Ligas Camponesas e dos Sindicatos rurais faziam parte do contexto político da época. (GERMANO, 2011, p. 50).

Muitas reformas resultaram da movimentação das massas em busca da melhoria de sua qualidade de vida, o que levou à perda do poder das classes dominantes e isso foi um dos motivos para que o movimento de 1964 acontecesse. Segundo Germano (2011, p. 18), “apesar da iniciativa e do caráter burguês, coube às Forças Armadas a intervenção executiva do golpe, mediante o qual assumiram o poder do Estado durante vinte e um anos”. Assim, o Estado Militar favoreceu a conservação da desigualdade social em decorrência de uma forte repressão.

A partir do golpe de Estado de 1964, as políticas educacionais⁷ não asseguraram a escolarização das classes populares e economicamente ativas e privilegiaram a classe burguesa. Os movimentos de educação e cultura popular foram fechados, as universidades sofreram intervenção civil-militar, os estudantes se rebelaram contra o regime imposto e cargos civis foram ocupados por militares. Na educação, essa militarização

⁷ Segundo Cunha (2014), é mais adequado falar em políticas educacionais, no plural, pois várias foram formuladas e implantadas nesse período de ditadura, sendo que algumas delas já vinham sendo efetivadas desde o Estado Novo (1937-1945).

atingiu universidades e escolas, houve nomeação de vários reitores militares e vários cargos do MEC foram ocupados por coronéis dessa força. (GERMANO, 2011).

Naquela época, fazia-se um discurso a favor do fim do analfabetismo e da expansão da educação, mas os recursos destinados à educação eram empregados em outras áreas. Dessa maneira, o ensino público ficava sem verbas e incentivava-se o crescimento do setor educacional privado. (GERMANO, 2011).

Segundo Germano (2011), a política educacional no regime civil-militar teve como eixos: domínio político e ideológico em todos os níveis da educação escolar; relação entre educação e produção de bens, verificada na ênfase dada à profissionalização do estudante no 2º grau; vinculação entre pesquisa e acúmulo de capital; falta de compromisso com o financiamento da educação levando à desqualificação do ensino público e incentivando o crescimento do setor privado. Logo, essa política educacional proporcionada pelos militares resultou na ascensão da burguesia e a classe popular teve o acesso ao ensino mais restrito.

O ensino superior, que se encontrava em crise desde os anos 1940, durante os anos que sucederam o golpe civil-militar, mesmo com as iniciativas de modernização, ainda continuavam sem atender às necessidades da sociedade. Também faltavam vagas para a população que buscava as universidades e os egressos não conseguiam a remuneração e o prestígio que achavam que viria com o diploma, pois o número de vagas de emprego era menor que o de diplomados. (CUNHA, 2007a).

Isso acontecia tendo como pano de fundo a alta inflação, o baixo poder de compra, o fechamento das pequenas indústrias, o aumento da evasão rural, eleições indiretas e extinção dos partidos políticos (GERMANO, 2011). A busca pela escolarização continuava a ser uma forma de ascensão social. Por isso, o movimento estudantil que era muito atuante naquele período ajudou a impulsionar a busca pela renovação das universidades.

Em 1966, os estudantes universitários brasileiros reagiram contra a política educacional, contra a opressão dos militares e, também, contra a

Lei Suplicy⁸. No ano seguinte, mobilizaram-se contra os acordos norte americanos, contra a privatização do ensino e pediram mais verbas para a educação. Em 1968, protestaram contra a ditadura e

no campo específico da educação colocavam na ordem do dia a expansão do ensino superior e a reforma universitária. Daí as constantes passeatas dos chamados excedentes, que haviam sido aprovados nos vestibulares mas que não tinham acesso à universidade por falta de vagas. (GERMANO, 2011, p. 114).

Percebe-se que os estudantes tinham uma grande capacidade de mobilização e, por isso, desde a fundação da UNE, em 1938, o Estado considerava essa força relevante. Um dos motivos da atenção do governo ao meio estudantil é que a maior parte dos itens utilizados no parecer da reforma do ensino superior foram elaborados pelos estudantes. (CUNHA, 2007).

A bandeira da reforma universitária estava sempre presente nas reivindicações dos estudantes. Portanto, diante da insatisfação vigente, em 1968, por meio do Decreto 62937/68, o governo federal criou um grupo de trabalho “com a missão de estudar a forma da universidade brasileira, torná-la eficiente, modernizada, com flexibilidade administrativa e formando recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” e, assim, promover uma reforma universitária (SANFELICE, 2008, p. 371). Esse grupo de trabalho fundamentou-se nas legislações já existentes sobre a reestruturação das universidades para determinar as formas de crescimento e de financiamento do ensino superior, seu lugar na sociedade e sua relação com o Estado (PROTA, 1987). Portanto,

a Reforma considera a Universidade como a forma, por excelência, do ensino superior, admitindo a faculdade isolada como exceção. Universidade polivalente, multifuncional, baseada na indissociação do ensino e da pesquisa, mas que pretende abrigar, ao mesmo tempo, a formação técnico-profissional, inclusive de nível intermediário, e as mais altas formas do saber. (PROTA, 1987, p. 56).

A Lei da Reforma Universitária, Lei 5540 de 28 de novembro de 1968, foi elaborada conforme os resultados apresentados pelo referido grupo de trabalho em 1968, porém, desde o início da década de 1960, já

⁸ Lei nº 4464, de 9 de novembro de 1964, também conhecida por Lei Suplicy pretendia controlar, esvaziar ou extinguir o movimento estudantil. (SANFELICE, 2008).

se discutia esse assunto. A grande ênfase da reforma foi dada à estrutura departamental como base da organização universitária. A ideia dos departamentos, proveniente do modelo americano, caracteriza-se pela reunião, articulação e estruturação de professores/pesquisadores segundo atividades afins e são a menor unidade do sistema universitário. (BOMENY, 1994).

No entanto, para alguns autores como Prota (1987), Bomeny (1994) e Fávero (2006), essa nova estrutura não atingiu os resultados esperados. Segundo os autores citados, o poder da cátedra foi apenas reduzido e a departamentalização teve apenas um caráter nominal, pois o departamento, sem o fortalecimento dos colegiados, perdia força e se tornava uma instância estanque e compartimentada.

Maior atenção à pesquisa também foi resultado dessa reforma, apesar de, naquela época, ainda não ter chegado aos patamares ideais necessários. A implantação do magistério em tempo integral foi mais uma forma de se favorecer o impulsionamento da pesquisa científica. (PROTA, 1987).

A autonomia universitária a qual, desde 1920, era a principal reivindicação e que, mesmo constando nos documentos oficiais, não foi alcançada e foi novamente colocada como meta, pois era consenso geral que a reforma fora somente administrativa, fortaleceu a reunião das faculdades isoladas e pouco se ateu às solicitações de conteúdo liberal. Dessa feita, as universidades continuaram na busca “para superar os mesmos problemas, os mesmos entraves, as mesmas limitações, a mesma inflexibilidade e a mesma falta de autonomia didática e científica, detectadas antes da reforma universitária”. (PROTA, 1987, p. 59).

A reforma universitária de 1968 deu um novo fôlego às universidades públicas brasileiras, porém não pode ser tomada

como um ato, consumando-se com o decreto que a prescreveu. Trata-se de um processo que se inicia e prossegue numa série de medidas efetivadoras que vão desde a reforma de estatutos e regimentos, modificações e construções de edifícios, adaptações funcionais e arquitetônicas, até a implantação de novos currículos e novas formas de ensinar e novas concepções da instituição. (BOMENY, 1994, p. 61).

Logo, as mudanças almejadas no ensino superior não podiam estar atreladas somente aos documentos reguladores, mas também dependiam das práticas tomadas por cada instituição. As universidades, nas décadas seguintes, tornaram disponíveis um número maior de vagas para os cursos de graduação, deram maior atenção à pós-graduação, criaram novos cursos e houve um aumento no número de docentes contratados em tempo integral. Portanto, de certa forma, as reivindicações da comunidade acadêmica, desde a década de 1920, foram atendidas.

No nosso entendimento, as políticas educacionais formuladas e implementadas durante a ditadura foram algumas das estratégias utilizadas pelos agentes do poder instituído na época. Mas essas políticas, na sua maioria, apenas institucionalizaram o que já vinha sendo construído desde os anos 1920 pela intelectualidade nacional.

Ao que tudo indica, a reforma universitária foi uma estratégia que resultou na legitimação da universidade brasileira, já a criação de agências estatais que estimularam a pesquisa foi uma estratégia para a ampliação de recursos destinados à pós-graduação e à construção de laboratórios tanto nas universidades quanto nos institutos de pesquisa especializados. Em contrapartida, os estudantes e docentes usaram como tática a mobilização para a reivindicar um ensino superior de qualidade e com um maior número de vagas.

Assim, o fim das cátedras e a modernização administrativa e acadêmica das universidades foi possível a partir das táticas criadas pelos intelectuais, cientistas e professores que se reuniram, sob a liderança de Darcy Ribeiro, para criar um novo modelo universitário que foi posteriormente adequado à proposta da reforma universitária de 1968. Os vários teóricos pesquisados afirmam que não se pode falar sobre a reforma, sem tecer comentários à UnB, logo, ao considerarmos essa universidade como uma inovação, fazêmo-lo porque pudemos perceber, na estrutura da reforma universitária, as propostas implantadas por Darcy Ribeiro nessa instituição de ensino.

2.1 Os reflexos do golpe civil-militar de 1964 na UnB

Em 1964, após o golpe civil-militar, as universidades passaram a ser vigiadas e a sofrerem intervenções militares. Reitores e diretores foram demitidos, professores e alunos foram expulsos e a UNE foi fechada.

A UnB foi uma das universidades que mais sofreu com a intervenção militar devido a razões políticas. Para Salmeron (1999, p. 164), “combater a Universidade de Brasília era combater as ideias dos governos anteriores” e Cunha (2007a, p. 40) confirma essa declaração quando escreve que,

a localização da Universidade de Brasília junto à sede do poder foi sua força e sua fraqueza. Foi sua força quando os presidentes Kubitschek e Goulart apoiaram o projeto inovador contra toda sorte de oposições. Foi sua fraqueza quando a mudança do regime trouxe seus inimigos para o primeiro escalão do governo.

Foram três o número de invasões de tropas militares vivenciadas pela UnB. A primeira foi no dia 9 de abril de 1964, a segunda, em 11 de agosto de 1965 e a terceira, dia 29 de outubro de 1968.

Na primeira invasão, funcionários, professores e estudantes foram surpreendidos com tropas do Exército vindas de Mato Grosso e da Polícia Militar de Minas Gerais dentro do câmpus. Pessoas e instalações foram revistadas e, como resultado dessa invasão, a biblioteca e os gabinetes dos professores ficaram fechados por duas semanas, o reitor e o vice-reitor foram demitidos e o conselho diretor da FUB foi destituído. Assumiu a reitoria o professor Zeferino Vaz. (SALMERON, 1999).

Uma das primeiras ações do novo reitor foi a demissão de treze professores. Segundo Cunha (2007a, p. 43), esse ato “recebeu apoio dos professores sobreviventes, pois declarava-se disposto a defender o projeto original da universidade contra os ataques que ela sofria dos novos ocupantes do poder”. No entanto, para Salmeron (1999), esse ato gerou a primeira crise na UnB, pois os docentes sentiram-se inseguros e à mercê de arbitrariedades políticas.

Como Zeferino Vaz conseguiu contratar professores experientes, alguns deles recém chegados do exterior, instalou-se uma certa calma nos ânimos da universidade.

Porém, naquele momento já estava instaurada, dentro e fora dos espaços da UnB, a ideia oficial de que aquela universidade era um “foco de subversão e de indisciplina, que justificaria interferências de caráter policial”. (SALMERON, 1999, p. 174).

Zeferino Vaz demitiu-se do cargo e indicou Laerte Ramos Carvalho para substituí-lo. O novo reitor também recebeu voto de confiança dos professores “por suas declarações de apoio ao projeto original da Universidade de Brasília”. (CUNHA, 2007a, p. 44).

O segundo semestre de 1965 começou com greve dos estudantes motivada pela expulsão de um estudante e pela demissão de um professor. Em setembro, já vivendo uma situação de redução na transferência dos recursos financeiros do governo federal, alguns professores cedidos por órgãos federais tiveram que retornar a seus trabalhos de origem. A recusa de retorno de um dos docentes gerou outra crise. Os coordenadores das unidades universitárias intercederam em apoio ao docente, no entanto, não conseguiram evitar a sua devolução/demissão. Sentindo-se impotentes e frustrados, decidiram pedir demissão de seus cargos. (CUNHA, 2007a).

Os estudantes convocaram, então, no dia nove de outubro uma greve em apoio aos professores, dentre outras reivindicações. Na segunda-feira seguinte, onze de outubro, encontraram a UnB cercada por tropas militares. O reitor, visando reprimir a greve, tinha solicitado ao diretor do Departamento Federal de Segurança Pública o envio de tropas militares para a universidade. Mais quinze professores foram demitidos/devolvidos e o sentimento de que a universidade tão sonhada estava no fim tomou conta, mais uma vez, dos docentes. (SALMERON, 1999).

O saldo daquela situação foi o pedido de demissão de duzentos e dez professores, quase 80% dos docentes da UnB, no ano de 1965. Apenas quinze docentes permaneceram em seus cargos. Assim, a

estrutura que ainda estava em implantação não foi concluída o que facilitou a modificação do plano original.

A Faculdade de Educação teve frustrado o objetivo de implantar escolas experimentais pré-primária, primária e média, tampouco foi implantada a projetada Escola Normal Superior. O Instituto de Tecnologia Católica foi destruído até mesmo em termos físicos, pois seu edifício, provisório, foi incendiado, coerentemente com a perseguição movida aos frades dominicanos por seu engajamento político. O Centro Militar foi outra unidade extinta. (CUNHA, 2007a, p. 45).

Apresentamos, a seguir, a cópia de um recorte de jornal⁹ do dia 30 de novembro de 1965 (figura 4) no qual consta um comunicado dos coordenadores da UnB relatando os motivos para seus pedidos de demissão. Essa cópia foi enviada pelo professor Manfredo Perdigão do Carmo, via correio eletrônico, dia 10 de abril de 2015.

Nesse comunicado, os coordenadores explicaram que, em agosto de 1965, os professores em assembléia redigiram um documento solicitando que “fossem postos em funcionamento imediato os órgãos estatutários aos quais compete rever os atos de admissão e as categorias docentes dos professores”.

O Conselho Diretor delegou ao reitor Laerte Ramos de Carvalho que providenciasse o atendimento à solicitação e os professores em assembléia deram voto de confiança ao novo reitor. Porém, o reitor decidiu demitir um professor, violando o compromisso assumido.

Os coordenadores questionaram a competência do reitor para demitir arbitrariamente os docentes e se viram “impossibilitados de continuar representando a reitoria perante os corpos docentes e discentes, uma vez que haviam sido os fiadores perante a Universidade do compromisso assumido pelo Reitor”, conforme se encontra explicitado no recorte de jornal enviado pelo professor Manfredo.

Posteriormente, o reitor demitiu mais quinze professores e duzentos e dez pediram demissão. Ainda no comunicado, os docentes agradecem a solidariedade dos estudantes e lamentam que os esforços despendidos para que a UnB continuasse funcionando não tivessem atingido os resultados esperados por eles.

⁹ Não conseguimos obter o nome do jornal que publicou esse comunicado.

Dentre os docentes que assinaram o comunicado, destacamos os professores Antônio Carlos do Patrocínio, Célio Alvarenga¹⁰, Elon Lages Lima, José Ubyrajara Alves, Manfredo Perdigão do Carmo, Marco Antônio Raupp, Mário Bianchini, Paulo Rodrigues Esteves e Sílvio Machado que eram do ICM.



Figura 4 – Recorte de jornal sobre demissão dos coordenadores da UnB.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

¹⁰ O jornal escreveu Célio Alvarenga quando o nome correto é Célio Alvarenga. Confirmamos que se trata de um erro, pois a notícia sobre o mesmo assunto publicada no Jornal Correio da Manhã de 3 de dezembro de 1965, trás o nome Célio Alvarenga, na mesma relação de nomes da notícia acima.

Na terceira invasão, em outubro de 1968, um estudante morreu e algumas pessoas ficaram feridas, a maioria alunos. Segundo Salmeron (1999), essa invasão repercutiu nacionalmente e senadores e deputados se pronunciaram pedindo que os fatos fossem apurados e os responsáveis punidos. Professores, funcionários e alunos publicaram, no jornal *Correio Braziliense*, de 30 de agosto de 1968, um pronunciamento de “protesto e repúdio ante a brutal agressão perpetrada” e cerca de cento e setenta mães assinaram um manifesto protesto contra a violência. Mesmo assim, os fatos não foram apurados e ninguém foi responsabilizado pelos acontecimentos. (SALMERON, 1999, p. 451).

2.2 O golpe civil-militar na visão de pessoas do ICM

A seguir apresentaremos alguns fragmentos das narrativas dos professores Djairo Guedes Figueiredo, Elon Lages Lima e Manfredo Perdigão do Carmo que vivenciaram a invasão militar na UnB. Essas informações foram extraídas das entrevistas do livro *IMPA: 50 anos*, publicado em 2003.

Logo depois, apresentaremos a cópia do pedido de demissão do professor Manfredo. Esse documento foi enviado via correio eletrônico dia 10 de abril de 2015 e Manfredo autorizou sua inclusão neste trabalho.

Também apresentaremos parte dos depoimentos colhidos do então aluno Carlos Antônio de Moura e da professora Nilza Bertoni e trechos do livro de memórias de Mário Matos, na época instrutor e mestrando da UnB, e que foram cedidos a esta pesquisadora.

As narrativas dessas pessoas dizem respeito aos fatos sobre o período da ditadura na UnB em diferentes épocas. Djairo e Mário chegaram à UnB em 1962, Carlos chegou em 1963, e era aluno da graduação. Elon chegou em 1964, Manfredo assumiu como professor visitante em 1965, a professora Nilza chegou em 1967 e permaneceu até se aposentar na década de 1990.

Sobre o golpe civil-militar, Djairo Figueiredo narrou que, em março de 1964, ele ainda estava na UnB cujo reitor era Frei Mateus, pois Darcy Ribeiro tinha assumido a Casa Civil.

Após o golpe militar a Universidade de Brasília foi cercada. Foram dias incertos e de muita preocupação para muitos de seus professores. E a Universidade começou a passar por uma fase muito difícil. Em dezembro de 64, ganhei uma bolsa Guggenheim e viajei para os Estados Unidos. Entretanto, antes de eu viajar, Zeferino Vaz, que mais tarde foi reitor da Unicamp, foi nomeado reitor da UnB. (FIGUEIREDO, 2003, p. 84).

O professor Djairo chegou à Brasília em 1962 e permaneceu até 1964. Depois, em 1971, retornou da Universidade de Illinois em Chicago, onde era professor titular, e encontrou a universidade se reerguendo.

Em maio de 1971 voltei para Brasília e vieram comigo uns cinco doutores recém-formados nos Estados Unidos, brasileiros e não brasileiros. Pouco depois se juntaram outros, ainda como parte desse primeiro contacto. Alguns deles são hoje matemáticos conhecidos trabalhando no país: Marco Antônio Raupp, Adilson Gonçalves, Antônio Conde, Said Sidki. Isso mostra uma característica interessante, em que vale a pena pensar. Por que foi possível tão rapidamente formar um forte grupo de pesquisadores numa instituição? Porque era uma fundação, que passava ao largo da burocracia universitária brasileira; seu presidente funcionava como homem de negócios, como um empresário. Com isso, a UnB tornou-se outra vez um dos melhores lugares em Matemática do Brasil, com o mestrado montado novamente, e logo em seguida o doutorado. (FIGUEIREDO, 2003, p. 86).

Para esse professor, nos anos 1970 a UnB voltou a ser uma instituição acadêmica de destaque na Matemática brasileira e por isso ocupou um lugar importante na sua trajetória profissional. (FIGUEIREDO, 2003, p. 86).

Mário Matos era estagiário no IMPA, quando foi convidado por Djairo, a fazer o mestrado na UnB. Chegou a Brasília em 1962 junto com o professor Djairo e mais três colegas.

Sobre a situação política de 1964, Mário escreveu que:

A efervescência política dentro da UnB preocupava muita gente fora do ambiente universitário. Comentava-se sobre a tendência marxista de seus professores e, na Câmara dos Deputados, foi sugerida a abertura de uma CPI para avaliar o problema. Nessa ocasião, Darcy Ribeiro, levado a depor, defendeu a UnB como centro de debates, aberto a todas as ideias. Após o golpe militar de 31 de Março de 1964, a UnB

passou a ser tratada como se fosse um centro de subversão. Em 9 de Abril, eu estava dando aula tranquilamente, quando vejo pela janela uma fila de militares, com armas em punho, formando um grande círculo ao redor dos edifícios da universidade. Carlos Antônio de Moura, que era meu aluno nessa época e estava naquela aula, disse-me que eu fiquei branco. Realmente, estava assustado com a cena. É claro que encerrei a aula, dispensei os alunos e saí da sala, parando para conversar com outros alunos e professores, comentando a inusitada invasão. Mais tarde, soubemos que aqueles soldados eram da Polícia Militar de Minas Gerais e vinham com uma lista de professores e estudantes a serem detidos. [...] Anísio Teixeira foi destituído da reitoria no dia 13 de Abril e Zeferino Vaz foi nomeado reitor pro-tempore. De vez em quando um grupo de militares aparecia na reitoria, mandava chamar alguns professores, depois levando-os presos. O ambiente acabou ficando tenso por causa de tais acontecimentos, e havia provocações. Lembro-me de um estudante da própria UnB, que trabalhava na polícia, comentando durante refeição no restaurante da universidade, em voz bem alta para todos ouvirmos, o tratamento que era dado aos “subversivos” presos. (MATOS, 2010, p. 78).

O professor Mário Matos também narrou uma situação inusitada pela qual ele e os colegas¹¹ passaram. Os quatro dividiam a moradia e o carro.

Nisso [após dispensar os alunos] surge Mauro afobado, querendo saber em que lugar eu havia estacionado o nosso fusca. Ele estava estacionado em frente à reitoria. Ele insistiu em que fôssemos pegar o carro rapidamente. Lá fomos nós, sem que eu atinasse com a pressa de Mauro. Chegando lá ele apanhou um caderninho impresso que estava no porta mala do fusca, com a frente virada para cima e visível para quem olhasse o fusca pelo vidro traseiro. Ocorreria o seguinte. Na noite anterior havíamos ido ao ginásio de esportes de uma escola da Asa Sul chamada de Elefante Branco, para assistir um jogo de basquete. Na volta do jogo, na saída do ginásio, Mauro encontrou no chão o tal caderno impresso. Era um manifesto do Partido Comunista Brasileiro. Eu estava dirigindo o carro naquele dia. Mauro e os outros folhearam o caderno, leram trechos e comentaram durante a viagem de volta. Eu realmente não tinha nenhum interesse naquilo e, chegando em casa, subi e fui dormir, pois tinha aula bem cedo no dia seguinte. O fato é que o caderno foi atirado para o porta malas do fusca por um deles. No dia seguinte, na hora da invasão, Mauro se lembrou do fato e saiu à minha procura e do carro. Apanhou o caderno, colocou em baixo do banco onde se sentava e pediu para irmos até o edifício de nosso apartamento, o que fizemos sem qualquer incidente. Lá subiu com a brochura, para guardá-la, não sei para que, desceu novamente e voltamos à UnB. Na entrada fomos parados pelos soldados, agora ali postados, que nos fizeram descer e examinaram com cuidado o carro, inclusive levantando o assento do banco traseiro. Nem ousou pensar no que teria

¹¹ Mauro Bianchini, Nelson Braga e Sérgio Falcão.

ocorrido conosco se aquela vistoria tivesse sido realizada em nossa saída da universidade. (MATOS, 2010, p. 78).

O professor Mário Matos permaneceu em Brasília até setembro de 1964, quando viajou para os Estados Unidos, a fim de cursar o doutorado.

Carlos Antônio de Moura também contou sua percepção dos acontecimentos em 1964, já que naquela época era aluno da UnB.

Eu não lembrava que eu estava em aula com ele [Mário Matos]. Eu lembro das aulas do Mário Matos, lembro até de uma prova que ele deu uma vez, eu até a cito para os meus alunos, eu nunca a esqueci. Eu lembro da invasão, foi inesperada. Um belo dia, estava no dia de aula, entra a força policial militar de Minas Gerais, que disseram que eram os mais cangaceiros, apesar de não serem nordestinos! Aí, então, quando houve a crise, mudou o reitor. (MOURA, 2015).

Mas a crise real se instalou no segundo semestre de 1965. Naquele momento, houve outra mudança de reitor, o semestre foi interrompido no meio e os alunos ficaram sem aula por um bom tempo. O novo reitor conseguiu que os professores da Universidade Federal de Goiás – UFGO trabalhassem um ou dois dias da semana na UnB com o intuito de finalizarem o semestre letivo. Aqueles professores não eram bem vistos pelos estudantes, uma vez que haviam tomado o lugar dos docentes os quais já possuíam uma relação de amizade e de confiança com os alunos.

O segundo semestre de 1965 foi interrompido. Foi retomado depois pelos professores de Goiânia. É claro que a gente via esses professores com olhos horríveis, porque eles estavam tomando o lugar daqueles professores que a gente confiava. (MOURA, 2015).

No semestre seguinte, Carlos e os colegas de curso foram terminar as disciplinas no Rio de Janeiro. Lá, Carlos foi aprovado para o mestrado no IMPA e seguiu a carreira acadêmica.

Em 1964, o professor Elon Lages Lima recebeu o convite do reitor Zeferino Vaz para trabalhar na UnB, dessa maneira, deixou seu trabalho na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, e chegou a Brasília cinco meses depois do golpe para substituir o professor Djairo na coordenação interina do ICM.

O novo reitor estava empenhado em reestruturar a UnB e contratou renomados cientistas sem a intervenção do governo, por isso,

ele [Zeferino Vaz] teve a ilusão de que em Brasília teria carta branca para fazer uma grande universidade, porque era apoiado por Ademar de Barros, governador de São Paulo que apoiara a Revolução. Mas a coisa não foi bem assim, porque o próprio Ademar já estava sendo “fritado” pelos militares. Quanto à UnB, a verdade era: “Pode fazer o que quiser, desde que reze por nossa cartilha”. Ora, um professor, pesquisador de alto nível, não reza por cartilha militar de jeito nenhum. (LIMA, 2003, p. 100).

Mas, no ano seguinte, a situação mudou. Segundo Elon,

até o fim do primeiro ano, as coisas estavam relativamente calmas, e pudemos fazer alguns trabalhos, algumas pesquisas, dar cursos. Levei Manfredo do Carmo, trouxe César Camacho, que viera do Peru muito jovem, para estudar comigo. Em meados de 65, vimos que não ia dar certo, e todo mundo pediu demissão, coletivamente. (LIMA, 2003, p. 100).

O episódio que, para Elon, levou a essa crise foi a contratação do professor Ernâni Maria Fiori que havia sido demitido da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS por motivos políticos. Os militares consideraram essa contratação uma afronta e mandaram demiti-lo. Os professores consideraram que os militares estavam desacatando a autonomia da universidade e não aceitaram a demissão.

Quando ocorreu esse episódio do Fiori, o Exército interveio na Universidade, e a cada mês eram demitidas duas, três pessoas. Era um regime de terror, em que nunca sabíamos o que ia acontecer no dia seguinte, ninguém tinha segurança. Assim, os coordenadores dos Institutos se reuniram sob a liderança do Salmerón, que era o coordenador geral dos Institutos de Ciências; fizemos contatos com o general Golbery, com o próprio presidente Castelo Branco [...]. O general Golbery era uma pessoa muito inteligente e me impressionou bastante; lembro até de uma frase sua: “Aonde vocês pensam que estão, no mundo da lua?! Vocês estão em Brasília, no meio de uma revolução. Querem liberdade acadêmica? Pois não há liberdade nenhuma” – ele falava com a maior naturalidade. “Liberdade depende das forças dominantes; essas têm liberdade de fazer o que quiserem. Vocês precisam ser um pouco menos idealistas e mais realistas”. O reitor Zeferino Vaz pediu demissão e foi substituído por Laerte Ramos de Carvalho, indicado pelo jornal O Estado de São Paulo. Era um homem fraco, que não sabia como lidar com aquela situação. A crise foi-se agravando até que decidimos pedir demissão coletivamente. Foi uma coisa triste, porque a Universidade, que tinha aquele padrão elevadíssimo, trouxe professores de Goiás para substituir os que se demitiram. Aliás, Leopoldo Nachbin teve um papel nesse desfecho, porque

ajudou o novo reitor a recompor os quadros da Universidade com esses professores de Goiás. (LIMA, 2003, p. 101).

Após sair da UnB, o professor Elon permaneceu dois anos nos Estados Unidos e, quando voltou ao Brasil, foi trabalhar no IMPA.

O professor Manfredo Perdigão do Carmo contou que, após voltar do doutorado em Berkeley na Califórnia, em 1963, reassumiu suas funções na Escola de Engenharia do Recife e na Faculdade de Filosofia. Como era consultor da UnB, já era conhecido da reitoria e conhecia bem a Instituição, deixou Recife e mudou-se para Brasília.

Elon [...] me escreveu: “Por que você não vem para Brasília?” [...] Depois, o Leopoldo também me escreveu, e acabei me decidindo. Era, afinal, o grande sonho da nossa geração: “Mesmo com o governo militar, será que conseguiremos fazer alguma coisa? Vamos lá, vamos tentar”. Havia um grande movimento intelectual em Brasília, e esperávamos que daquilo resultasse uma universidade extremamente nova. Havia um grupo de música muito bom, em torno de Cláudio Santoro, que promovia concertos todos os sábados, havia festivais de cinema. (CARMO, 2003, p. 207).

Manfredo vivenciou o golpe militar em Recife e depois na UnB.

Para ele

os militares não perdoavam o nascimento da Universidade de Brasília por causa de Darcy Ribeiro, seu criador; assim, a área de ciências sociais da UnB era extremamente perseguida. De vez em quando, um professor era demitido: “Esse cidadão não merece a confiança do governo, não pode ficar numa universidade federal”. Havia um grupo de pessoas respeitáveis na Universidade, como Roberto Salmerón, Jayme Tiomno, e não dava para continuar daquele jeito. Fizemos uma reunião e decidimos: “Não se retira mais nenhum professor da Universidade, a não ser após o devido processo da lei”. Se houvesse alguma acusação, que fosse apresentada e seria discutida; de outra maneira, não aceitaríamos. Não demorou três semanas, foi retirado um; houve um protesto, e ameaçamos que os coordenadores pediriam demissão. Zeferino Vaz percebeu que as coisas estavam piorando rapidamente e se demitiu da reitoria; foi substituído por Laerte Ramos de Carvalho, pessoa subserviente, completamente incapaz de tomar posições claras e limpas. Apoiou totalmente o Comando Militar de Brasília, que queria intervir na Universidade e botar mais alguns professores para fora. Em consequência, todos os coordenadores pediram demissão, e criou-se um estado de tensão insuportável. As aulas continuavam, os coordenadores estavam demitidos, e não havia negociações com o reitor para mudar aquela situação. A única saída era fazer uma greve. Não era muita gente, eram geralmente professores de outros cantos do país que estavam ali. Então, fizemos uma greve, provavelmente a primeira greve de universidade nessa época. O governo começou a ficar

irritado e editou um ato institucional, que acabava com o direito de greve dos professores universitários brasileiros. Já não fazíamos reuniões abertas, nossos telefones eram grampeados. Em reuniões na casa do Elon, na casa de um ou de outro, decidimos que os professores pediriam demissão em massa. Então, a partir de determinada segunda-feira, começou a chover pedidos de demissão no Protocolo; entre segunda e quarta-feira, de 210 professores, 194 (eu incluído) pediram demissão. (CARMO, 2007, p. 207).

Manfredo considerou que o sonho de uma universidade que serviria de modelo para todo o país foi destruído. Ele expressou sua consternação assim:

Aí chamaram professores de cidades próximas, em tempo parcial. Nós esperávamos que esse negócio fosse bastante chocante para criar uma comoção no Brasil, mas esquecemos que em época de ditadura a imprensa é censurada; não apareceu nada na imprensa, a não ser uma notinha em Última Hora. Mas a UnB praticamente acabou. Ressurgiu mais tarde, hoje é boa, é do tamanho da cidade, mas aquele sonho acabou. Nossa ideia era de que aquilo servisse de modelo para uma reestruturação de toda a universidade brasileira. Queríamos montar cursos básicos, em que o estudante entraria sem definir a carreira; só depois de dois anos ele escolheria sua profissão, depois de ter experimentado muita coisa – quando sai do colégio, o jovem não sabe de nada, não tem a menor ideia nem do que seja uma universidade. E isso acabou, foi destruído. A Universidade de Brasília não teve o efeito que queríamos, que era servir de modelo para uma completa reformulação da universidade brasileira. (CARMO, 2007, p. 208).

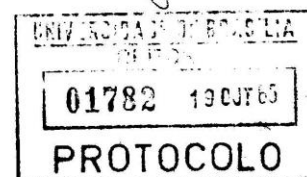
Depois de deixar a UnB, o professor passou mais um período no Estados Unidos e, ao retornar, assumiu funções no IMPA.

A seguir, cópia do seu pedido de demissão da UnB.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Recebi o original
que foi protocolado
sob o nº abstrato.
19-X-65*

Brasília, 19 de Outubro de 1965
Exmo. Sr.
Prof. Laertes Ramos de Carvalho
Magnífico Reitor da Universidade de Brasília



Sr. Reitor:

Em março do corrente ano, aceitei o convite de colaborar com um promissor grupo de Matemática, que se estava formando na UNB. Um fator básico na minha decisão foi a existência na UNB de professores altamente qualificados nos postos de direção, o que garantia o nível dos trabalhos dessa Universidade. As recentes demissões arbitrárias de alguns desses professores, e o ambiente de ameaça que daí resulta para os outros, destõem a principal razão de minha permanência na UNB.

Por esse motivo, venho comunicar a V. Magnificência que, a partir dessa data, não posso continuar a emprestar minha colaboração a essa Universidade.

Ateunciõsamente

Manfredo Perdigão do Carmo
Manfredo Perdigão do Carmo
Prof. Titular Visitante

Figura 5 – Pedido de demissão do professor Manfredo Perdigão do Carmo.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

A professora Nilza Bertoni chegou à UnB em janeiro de 1967, quando foi participar de uma disciplina de verão, ministrada pelo professor Leopoldo Nachbin que, ao final do curso, convidou-a para permanecer como docente da universidade.

Eu tinha voltado da Alemanha em 1966. Eu morava em Limeira e fui contratada em seguida pela atual UNESP, que era a Universidade de Filosofia e Letras de Rio Claro. Passou por lá um professor que era da Universidade Federal de Goiânia, professor Milano, para recrutar gente para um curso de verão aqui na UnB, dado pelo Leopoldo Nachbin. Eles estavam revigorando a UnB. Então, o curso do professor Nachbin, trazendo pessoas de fora, alunos, era um marco. E, eu vim. O Departamento de Matemática não tinha estrutura nenhuma! Quem dava as aulas eram os professores emprestados de Goiânia. Eles vinham a Brasília dar aulas e voltavam a Goiânia, onde moravam. Mas, o Leopoldo tinha a intenção de reestabelecer e, ele me convidou para dar aulas, para ficar

aqui. Mas, disse o seguinte: – Olha nós ainda não estamos contratando ninguém, não tem condições, mas você ficará esse ano contratada pela Universidade Federal de Goiânia, com quem eles tinham uma articulação, mas, não é vindo e indo, é estabelecida aqui. Eu aceitei. Então, foi assim que eu vim! Isso foi começo de 1967. (BERTONI, 2013).

A seguir, apresentaremos o formulário de aferição de notas do curso de verão ministrado por Leopoldo Nachbin em janeiro e fevereiro de 1967. Como se pode observar no documento, além de Nilza, ao que tudo indica, Virginia Mendes Martins também passou a integrar o quadro de docentes da UnB após a realização dessa disciplina. (Figura 6).

UnB — AFERIÇÃO FINAL DO RENDIMENTO

Disciplina: *Introdução à Análise Funcional* Turma: _____
 Período: *Janeiro/Fevereiro* Ano Letivo: *1967*

N.º de Matrícula	NOME DO ESTUDANTE	Menção	OBSERVAÇÃO
	Aurelina Alves dos Santos		Tem apenas frequência
	Antônio Carlos do Patrocínio	MS	
	Agenor Cortarelli	MS	
	Benjamim Bordin	MS	
	Eduardo Kanan Marques		Tem apenas frequência
	Genésio Lima dos Reis	MS	
	Érico pinho Machado		Tem apenas frequência
	Hildebrando Munhoz Rodrigues	MS	
	José Raimundo Braga Coêlho		Tem apenas frequência
	Juarez Milano		Tem apenas frequência
	Ivo Bertoni		Tem apenas frequência
	Kasue Iamaguchi		Tem apenas frequência
	Maria de Lurdes Fonseca	MS	
	Nilza Queiroz Teles Eigenheer	MS	
	Paulo Rodrigues Esteves		Não tem frequência
	Roberto de Maria Nunes Mendes	MS	
	Virginia Mendes Martins	MS	
	Walter Broches	MS	
	Plácido Zoega Taboas	MS	

Brasília, 28 de *fevereiro* de 1967

Leopoldo Nachbin
Professor

Edson Judice
p/ Secretário Executivo do Tronco

Figura 6 – Formulário de aferição final de rendimento do curso de verão.
Fonte: Arquivo permanente da Secretaria do ICM/MAT.

Os comentários da professora Nilza levam-nos a perceber uma resistência do ideal de universidade indo de encontro à incoerência da ditadura civil-militar, isto é, há indícios de que Nachbin intercedeu para que os professores demitidos fossem substituídos por profissionais não tão qualificados quanto os que saíram, mas também buscou uma estratégia para trazer novos bons profissionais para o ICM, como podemos ver em parte de uma carta enviada ao professor Djairo, que se encontrava na Universidade de Maryland, em 1 de fevereiro de 1967.

Universidade de Brasília

ICM, C.FUB nº 1/67

Brasília, 1 de fevereiro de 1967

Caro Djairo:

Estou ministrando na Universidade de Brasília um curso de análise funcional, para cerca de 20 professores de Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Rio Claro e Salvador, durante janeiro e fevereiro. Alimento fortes esperanças de reorganizar o Instituto Central de Matemática em seu bom nível anterior. O ambiente e o estado geral da Universidade causaram-me impressão muito melhor do que a por mim esperada e a que prevejo no país e no estrangeiro. A parte de Medicina, em particular, parece ir de bem a melhor, em progresso ascendente. Como na criação da Universidade, em 1962, a Matemática é atualmente o ramo científico com maiores chances de se implantar prestigiosamente.

Receba com Marija o abraço amigo de Graça e de

LM
Leopoldo Nachbin
Coordenador do ICM

Ilmo. Sr.

Professor DJAIRO GUEDES DE FIGUEIREDO
Institute for Fluid Dynamics and Applied Mathematics
University of Maryland
College Park, Maryland, USA

Figura 7 – Carta de Leopoldo Nachbin ao professor Djairo Figueiredo.
Fonte: Arquivo permanente da Secretaria do MAT.

Para Nilza, no período de 1965 até 1984, época da ditadura civil-militar, a UnB sofreu uma influência nefasta que impossibilitou o crescimento da universidade. Os anos de 1965, 1968 e 1977, marcados

por crises e invasões, trouxeram instabilidade, perda de professores, desestruturação, falta de verba e falta de elã. Só com a volta do regime democrático, com a eleição do reitor Cristovão Buarque, que tomou posse em 1985, é que a UnB se desafogou um pouco.

Na crise de 1970, o reitor Amadeu Cury conseguiu contemporizá-la. Ele não enfrentou tanto a ditadura e, ao mesmo tempo, conseguiu verbas. Parece que conseguiu algo [o sonho] que tinha sido interrompido. Só que aquela situação durou pouco. Em 1976, assumiu José Carlos de Almeida Azevedo, capitão de mar e guerra como reitor da universidade. Os estudantes se mobilizaram, houve passeata, movimento dos professores e até o senado se pronunciou. No entanto, os militares continuaram presentes no câmpus e, às vezes, assistindo às aulas. Também aconteceram movimentos de apoio à ditadura.

A professora relatou que, naquele período nefasto, apesar de não ter sentido muito medo, percebia que havia situações de risco: um dos alunos do MAT foi baleado quase na frente do departamento e, durante as invasões, quando saía de carro da Universidade, era comum ver muitos estudantes correndo para o lado do lago, fugindo dos policiais. No departamento, a prática docente estava limitada, faltava estímulo para qualquer mudança. A didática politicamente correta era não criar problemas e não discutir questões políticas.

Contou também um caso de uma aluna que era atendida no laboratório do projeto SPEC¹², levada até lá por um aluno do departamento.

Um caso que eu vivi foi no tempo do laboratório do projeto SPEC. Tinha uma aluna [da comunidade] trazida por um aluno nosso. Certo dia, veio o pai dela e um amigo. Eu achei, nossa! Depois me ofereceram carona, eu disse: – Não, vou com meu marido. Ainda assim me deram carona até em casa. Ao chegar disseram: – A gente pode subir para telefonar? A senhora tem muitos livros? – Tenho, tenho sim, não tenho uma estante, tenho estantes, mas não tenho uma biblioteca. – Mas a gente pode ver? – Pode! Vai aí no fundo do corredor, olha. Daí eu soube que eram militares. Agora, de onde veio a suspeita? Eu fico pensando, será que foi aquele aluno que levou a menina?

¹² O projeto Um novo currículo de matemática da 1ª a 8ª séries da UnB foi financiado pelo Subprograma Educação para a Ciência – SPEC como parte do Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT, sob a coordenação da professora Nilza Bertoni entre 1985 e 1988. (UNB, 1988).

Mas eu não dava margem para isso [pensar que ela era comunista]. [O projeto] Atendia [a comunidade] sabe como? No estágio. A gente começou a desdobrar o estágio, inicialmente, em mini cursos dados para comunidade. Esse fato foi nítido, desconfiaram e foram averiguar. Você sabe, cada informação dessa rendia louros para quem denunciava. O que era duro em Brasília, eram os denunciantes, a corja dos denunciantes. Havia gente com quem você convivia e mais tarde você sabia que era denunciante, informante. (BERTONI, 2013).

Para a professora Nilza, as dificuldades sofridas pela/na UnB tiveram uma extensão bem maior do que a narrada pelos professores que deixaram a universidade logo após o golpe civil-militar, pois ela permaneceu na universidade até a década de 1990, quando se aposentou.

Ao analisarmos as narrativas dos professores e do aluno do ICM, verificamos que a invasão militar e as demissões inadvertidas dos docentes foram os pontos mais marcantes para todos, mesmo para Nilza, que chegou após 1965, mas que ressaltou a continuidade das demissões.

Todas essas informações nos levam a crer que alguns professores do ICM tinham a convicção de que a UnB representava o modelo universitário ideal e, por isso, apropriaram-se dessa proposta e empenharam-se para que ela desse certo, porém, viram aquele sonho esvaindo-se com as intervenções que a instituição sofreu, assim, buscaram como saída retomar seus estudos fora do país.

A estratégia utilizada pelos golpistas foi manter uma vigilância acirrada sobre os funcionários, professores e alunos da UnB. O primeiro reitor interventor, Zeferino Vaz, a nosso ver usou a tática de seguir as ordens dos militares e também mediar as relações entre esses e os professores via coordenadores das unidades, até o momento em que se viu impossibilitado de permanecer no cargo.

Já os coordenadores tinham como tática mediar as relações entre os professores, os estudantes e a reitoria na tentativa de que se evitasse o fim do projeto tão almejado por todos. Quando se viram sem condições de manter essa mediação, pediram demissão do cargo. Do mesmo modo, os docentes usaram a tática de também pedir demissão a fim de pressionar os golpistas a permitirem a manutenção de um pouco da autonomia universitária. Os estudantes, por sua vez, mobilizaram-se

numa greve visando à continuidade das atividades universitárias, além de apoiar a decisão dos docentes.

Naquele momento em que a UnB estava sendo criada, no início dos anos 1960, a Escola Nova¹³ era o movimento pedagógico que circulava nas escolas do país e encontrava na nova capital um ambiente propício para se desenvolver.

Anísio Teixeira¹⁴ era o responsável pela implantação do sistema educacional de Brasília e, como era um grande seguidor das ideias de Dewey¹⁵, colocou-as em prática não só nas ações educativas e administrativas, mas também nas construções de prédios próprios para cada nível de ensino. Assim, as escolas já foram incluídas no projeto urbanístico da cidade e desenhadas de maneira adequada a fim atender a cada clientela específica, incluindo aí, a universidade.

A UnB ofertou vagas para a população e preocupou-se em possibilitar a permanência desses estudantes oferecendo acompanhamento por meio de ações pedagógicas – função democratizadora da escola, presente nas concepções de Anísio Teixeira.

Tendo em vista essa função da universidade em formação, as ideias que a criaram, a força do grupo de seus trabalhadores e estudantes

¹³ Segundo Machado (2009, p. 911), a Escola Nova propunha “um método que levava em conta a experiência integrada ao mundo social, as matérias de estudos propostas para os programas escolares deveriam ter relevância para vida social, terem significações que proporcionassem o desenvolvimento da solidariedade e a formação do homem cidadão sem a imposição externa”.

¹⁴ Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) nasceu em Caetité/BA. Formou-se na Universidade de Direito do Rio de Janeiro. Sua trajetória na Educação começou na década de 1920 quando assumiu o cargo de inspetor geral de ensino da Bahia. Especializou-se em educação na Universidade de Columbia em Nova Iorque. Atuou como educador, filósofo da educação e gestor. “Ele foi um dos signatários do Manifesto da Escola Nova (1932) que dirigido ao *povo* e ao *governo* delineava todo um programa de renovação da educação escolar, que deveria responder – ajustando-se e direcionando – às transformações sociais decorrentes do processo de industrialização e modernização do País” (BRANDÃO, 1999, p. 96). Esteve na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Inep entre 1952 e 1964, em 1955 criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE no Rio de Janeiro e foi reitor da UnB. Anísio exerceu vários outros cargos de gestão durante sua vida. Também criou a primeira Escola Parque em Salvador/BA.

¹⁵ John Dewey (1859 – 1952) nasceu nos Estados Unidos, é conhecido por suas ideias que “serviram de base para o movimento conhecido como Escola Nova, que difundiu-se pelo mundo inteiro e transformou a educação brasileira nas décadas de 60 e 70” (ANTUNES, 2003, p. 27). As propostas educacionais de Dewey têm como “pressuposto fundamental a idéia de que a educação é responsável pela formação de uma sociedade mais justa e mais humana, mediada pela democracia como um modo de vida e como alavanca do desenvolvimento social”. (MACHADO, 2009, p. 910).

numa sociedade que vivia uma ditadura, acreditamos que o grupo que assumiu o poder do país queria subjugar essa universidade ou, no mínimo, mantê-la sem forças para exercer seu ofício, apesar dela ter servido de modelo para as outras universidades devido a sua estrutura enxuta e mais barata para os cofres públicos.

3 A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

A década de 1950 foi marcada pela vontade de dinamizar a economia, incentivando a industrialização e a modernização do país. A partir de 1955, com a posse de Juscelino Kubitschek¹⁶, o país viveu um clima de estabilidade política e otimismo. (FAUSTO, 2008).



Figura 8 – Juscelino Kubitschek e Lúcio Costa no Planalto Central em Brasília, 1959. **Fonte:** Mário Fontenele.

¹⁶ Juscelino Kubitschek (1902 – 1976) nasceu em Diamantina/MG. Graduou-se médico pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais. Foi prefeito de Belo Horizonte entre 1940 e 1945, deputado federal pelo Partido Social Democrata – PSD de 1945 a 1950, governador de Minas Gerais entre 1951 e 1955 e depois foi eleito presidente do Brasil, o qual governou de 1956 a 1961. Durante seu mandato presidencial lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento ou Plano de Metas cujo lema era “50 anos de desenvolvimento em 5 anos de governo”. Esse plano era composto por 30 metas agrupadas em seis grupos: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e meta síntese. Foi o responsável pela construção de Brasília levando a cabo a execução de um projeto previsto em três constituições. (http://www.memorialjk.com.br/pt/?page_id=104).



Figura 9 – Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Lúcio Costa e Juscelino Kubitschek.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

A ideia de interiorização e desenvolvimento do Brasil estava diretamente ligada ao empenho de Juscelino Kubitschek e ao pensamento de Anísio Teixeira.

Tratava-se de um projeto “modernizador” para um Brasil vigente na época. O capitalismo industrial lançava suas bases sólidas na sociedade brasileira [...]. Uma pedagogia pragmática, voltada para a técnica e a prática, ofereceria sustentação a esse ideal de nação que se pretendia instalar em nosso país. Nesse momento da história brasileira o ideário escolanovista será retomado, bem como o pensamento de Dewey. (SOUZA; MARTINELLI, 2009, p. 164).

O plano de educação de Brasília foi formulado por Anísio Teixeira, no final da década de 1950, e tinha a intenção de ser um modelo para todo o país. O sistema de educação seria composto por Centros de Educação Elementar (jardins de infância, escolas classe e escolas parque), por Centros de Educação Média e pela Universidade de Brasília (PEREIRA; ROCHA, 2011). Para tanto, o plano urbanístico da cidade teve suas concepções totalmente ajustadas ao plano educacional.

Lúcio Costa não concebeu Brasília como cidade que teria unicamente status de sede do governo e centro administrativo, quis dar-lhe a ambição de se tornar um núcleo importante de irradiação cultural no país, à imagem de grandes metrópoles existentes no mundo. E foi levado naturalmente a pensar que uma universidade, aberta a espíritos criadores, seria elemento estimulante dessa ambição, impedindo a estagnação intelectual. Incluiu-a, portanto, em seu Plano Piloto. Via longe. (SALMERON, 1999, p. 28).

A fim de eleger o melhor projeto para a edificação da nova capital, houve um concurso para o qual cada participante deveria apresentar um

relatório com as propostas de construção e idealização de Brasília. O projeto vencedor, pertencente ao urbanista Lúcio Costa¹⁷, apresentou, então, o perfil da capital federal e as expectativas para a instituição de ensino superior que começaria a funcionar cheia de inovações, num local idealizado para ser monumental,

monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, *ciente*, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país. [grifos do autor] (COSTA apud UNB, 1962, p. 6).

É assim que, sendo monumental é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. (COSTA apud UNB, 1962, p. 11).

Nessas transcrições, Lúcio Costa deixou evidente o que desejava para a capital do país, logo, uma universidade não poderia ser menos importante, por isso, foi idealizada para renovar o modelo de instituição superior existente. Foi planejada para compor o setor cultural da cidade, numa área de 257 hectares destinados ao câmpus; também foram destinados quatro mil hectares para a faculdade de Ciências Agrárias e do Centro de Pesquisa e Experimentação da Tecnologia do Cerrado, situado a 20 quilômetros do plano piloto.

No projeto, a universidade coloca-se próxima ao setor cultural (Ministério da Educação, Biblioteca e Teatro Nacional). Porém, essa localização, perto da sede do governo e do congresso, era temida por alguns assessores de Juscelino Kubitschek, devido à forte atuação política dos estudantes. Provavelmente, se já não estivesse incluída nos planos de Lúcio Costa, a UnB não seria inaugurada naquela época e tão pouco se localizaria dentro da cidade (SALMERON, 1999). A figura 8

¹⁷ Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro Lima Costa (1902-1998) nasceu em Toulon/França. Formou-se em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes – ENBA, no Rio de Janeiro. Em 1930, foi nomeado diretor da ENBA. De 1937 a 1972, foi diretor da Divisão de Estudos de Tombamentos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. O plano piloto de Brasília o consagrou como urbanista. Recebeu o título de professor *honoris causa* da Universidade de Harvard em 1960. Publicou diversos livros sobre arquitetura. Recebeu várias honrarias por suas obras. (<<http://www.museuvirtualbrasil.org.br/PT/personalidades.php?ator=lucio>>).

mostra o desenho do projeto número 22, criado por Lúcio Costa, e vencedor do concurso público para execução do plano piloto de Brasília.

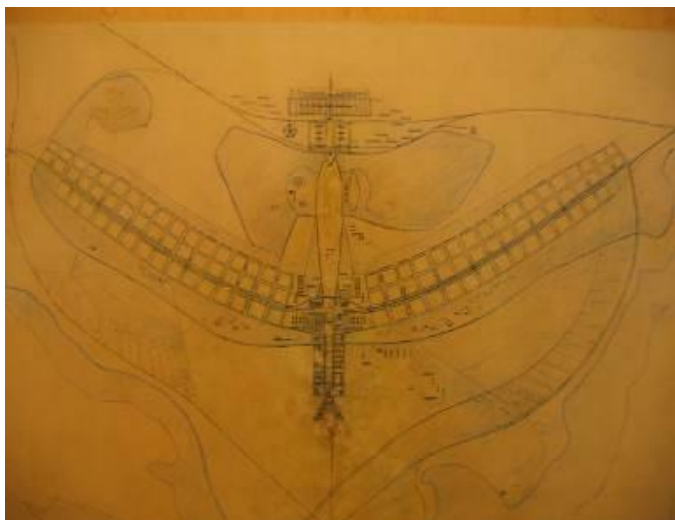


Figura 10 – Desenho do projeto número 22.

Fonte: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=845930>>.

Para uma visualização mais clara da cidade e suas quadras, na figura 11, exibimos o esquema numérico das quadras de Brasília, acrescida da localização da UnB pela pesquisadora.

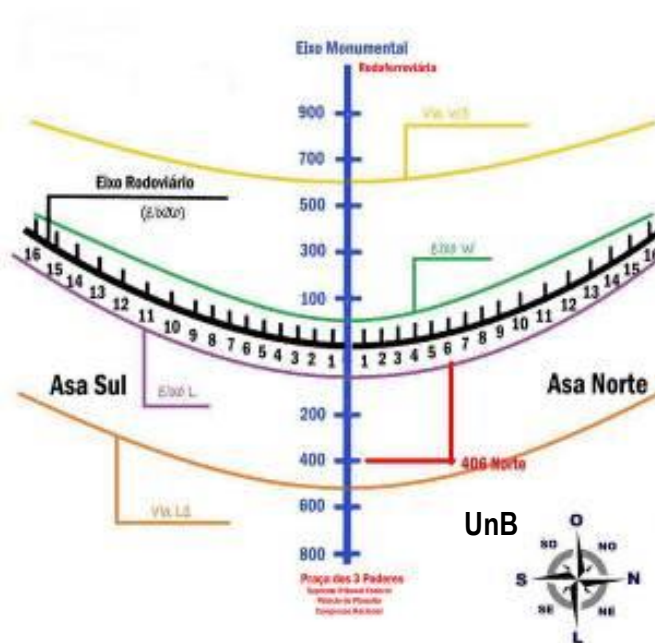


Figura 11 – Esquema numérico das quadras de Brasília.

Fonte: lazereturismoembrasil.com.br.

As ideias educacionais de Anísio Teixeira eram contrárias ao ensino tradicional ou à escola clássica, considerada rigorosa, disciplinar e insuficiente diante das mudanças históricas, econômicas e sociais ocorridas no século XX (SOUZA; MARTINELLI, 2009). Teixeira fundamentou-se nas concepções de John Dewey de quem foi aluno e seguidor. Também traduziu as principais obras de Dewey e reinterpretou suas teorias “conforme a leitura que realizou da realidade brasileira”. (PEREIRA, 2011, p. 48).

Segundo Chaves (1999, p. 89), pode-se destacar como ideias comuns a Teixeira e Dewey: o entendimento da função social e democrática da escola, a necessidade de diagnosticar, por meio de pesquisa, a realidade das escolas que administravam; a administração descentralizada, mas globalmente unificada e, além disso, defendiam uma “educação para o descobrir e o fazer”.

Dentre as ideias de Anísio Teixeira sobre educação, pode-se evidenciar a necessidade das teorias embasando o ensino; a necessidade da escola em adequar-se às mudanças da sociedade; a relevância da filosofia como um instrumento que auxilia na compreensão da escola e do mundo; a compreensão sobre a educação democrática, a interação social como geradora do conhecimento e do desenvolvimento, a educação como instrumento para o desenvolvimento da capacidade de raciocínio e do espírito crítico do aluno. (CHAVES, 1999).

Eram, pois, concepções que expressavam sua contrariedade a uma educação elitista e em favor de uma educação pública de qualidade (CALDAS; COELHO, 2011). Assim, no que se refere à administração descentralizada, à educação pública de qualidade e à importância das teorias na educação, os ideais de Anísio foram essenciais para a criação do sistema de educação do DF e da UnB.

Como Anísio Teixeira já estava muito envolvido com o Plano Educacional de Brasília, delegou a Darcy Ribeiro o planejamento da UnB. Trabalhando nesse projeto desde 1959, Darcy buscou imprimir as ideias de importantes intelectuais comprometidos com o ensino superior que, em sua maioria, faziam parte da SBPC.

Inumeráveis foram os encontros informais, muitíssimas as reuniões formais daquela equipe da SBPC. Presentes quase sempre estavam Leite Lopes, Tiomno, Héron, Nachbin, Haiti, Cordeiro, Moojen, Danon, Gottlieb, Carolina, José Reis, e tantos, tantíssimos mais. Que calorosas discussões tivemos, que polêmicas profundas travamos, que discussões de ideias as mais díspares, que coragem de pensar, que predisposição a não copiar [...]. (RIBEIRO, 1986, p. 4).

Na reunião anual da SBPC de 1960, aconteceu uma sessão “para debater o plano de estruturação da Universidade de Brasília” (RIBEIRO, 1960, p. 33). Participaram os seguintes intelectuais, cientistas e professores:

Físicos: Gleb Wataghin, José Leite Lopes, Mário Schemberg, José Goldenberg, Jayme Tiomno, Richard Wallauschek, Oscar Sala, Guido Beck, Lauro Nepomuceno.

Matemáticos: Leopoldo Nachbin, M. L. Leite Lopes¹⁸, A. Pereira Gomes¹⁹.

Químicos: J. Cristovão Cardoso, Jacques Danon, Walter B. Mors, Júlio Pudles, Ricardo Ferreira, Lúcia Furtado.

Geógrafos: Orlando Valverde, Pinchas Geiger, Fábio M. S. Guimarães.

Diplomata: Wladimir Murinho.

Filósofo: Euryalo Cannabrava.

Biólogos: Paulo Sawaya, F. Briguer, Carlos Chagas F., W. Oswaldo Cruz, Haiti Moussatché, M. Rocha e Silva, Crodovaldo Pavan, Newton F. Maia, J. Ribeiro do Valle, S. Barta Henriques, Annie P. Danon, Amadeu Cury, Herman Lent, Antônio Couceiro, O. Frota Pessoa, Segadas Viana, Carlos Zilberstchmidt.

Ciências médicas: Arthur Moses, Paulo de Góes, M. de Freitas Amorim, Haydée G. Dourado.

Escritores: Ciro dos Anjos, Paulo Duarte, Afrânio Coutinho, J. I. Mendonça, P. Madureira de Pinho.

Historiadores: Maria Yedda Leite Linhares, Francisco Iglézias.

Crítico de arte: Mário Pedrosa.

Antropólogos: Darcy Ribeiro, L. De Castro Faria, Roberto C. de Oliveira, Josidelth G. Consorte.

Economistas: Celso Furtado, Pompeu Accioly Borges, Frederico Rangel.

Educadores: Anísio Teixeira, Jayme Abreu, Faria Goes Sobrinho.

Sociólogos: Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Morse

¹⁸ Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1917-2013), nasceu em Timbaúba dos Mocós/PE, estudou na FNFi e depois tornou-se docente dessa instituição, participou da criação do CBPF e do IMPA. Ela e o esposo, o físico José Leite Lopes eram amigos pessoais de Darcy Ribeiro. Em 1969, o casal mudou-se para a Estrasburgo na França retornando somente nos anos 1980. No período em que esteve na França trabalhou no Instituto de Pesquisa para o Ensino de Matemática – IREM. (PEREIRA, 2010).

¹⁹ Alfredo Pereira Gomes (1919-2006), matemático português, nasceu em Espinho, foi fundador do Instituto de Matemática do Recife, membro do conselho diretor do IMPA e sócio honorário da Sociedade Portuguesa de Matemática. Deixou Portugal em 1947 e foi para Paris onde permaneceu até 1953, quando veio para o Brasil. Devido à ditadura civil-militar voltou para a França à convite do bourbakista Jean Delsarte. Em 1972 retornou à Portugal. (https://www.spm.pt/alfredo_pereira_gomes/).

Belém Teixeira, Oswaldo Gusmão.
 Urbanista: Lúcio Costa.
 Biblioteconomistas: Lídia Sambaqui, Kadem Moussatché.
 Parlamentar: Dep. Colombo de Souza.
 Ciências agrônômicas: Felisberto Camargo. (RIBEIRO, 1960, p. 33).

Portanto, essa nova universidade tinha sua concepção amparada nas discussões da intelectualidade nacional com uma estrutura que possibilitava o desenvolvimento da pesquisa. Assim,

a UnB, em sua trajetória inicial, se constitui como um projeto universitário inovador na medida em que sua institucionalização diferencia-se da grande maioria das universidades brasileiras por: 1) ser resultante de um amplo movimento envolvendo sociedades científicas, especialmente a SBPC, renomados cientistas e acadêmicos diferenciando-se da lógica predominante das universidades brasileiras estruturadas a partir de estabelecimentos de ensino isolados; 2) sua concepção, estrutura, gestão e organização acadêmica estruturada com base em concepção ampla de educação superior e vida acadêmica. (OLIVEIRA et al, 2011. p. 119).

As funções básicas da UnB, segundo seus idealizadores, seriam:

- Ampliar as exíguas oportunidades de educação oferecidas à juventude brasileira.
- Diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica atualmente ministradas, instituindo as novas orientações técnico-profissionais que o incremento da produção, a expansão dos serviços e das atividades intelectuais estão a exigir.
- Contribuir para que Brasília exerça, efetivamente, a função integradora que se propõe assumir, através da criação de um núcleo de ensino superior aberto aos jovens de todo o país e a uma parcela da América Latina e de um centro de pesquisas científicas e de estudos de alto padrão.
- Assegurar a Brasília a categoria intelectual que ela precisa ter como capital do país e torná-la, prontamente, capaz de imprimir um caráter renovador aos empreendimentos que deverá projetar e executar.
- Garantir à nova capital a capacidade de interagir com os nossos principais centros culturais, para ensejar o pleno desenvolvimento das ciências, das letras e das artes em todo o Brasil.
- Facilitar aos poderes públicos o assessoramento de que carecem em todos os ramos do saber, o que somente uma universidade pode prover.
- Dar à população de Brasília uma perspectiva cultural que a libere do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo. (RIBEIRO, 1960, p. 42).

A estrutura criada para a UnB foi chamada por Darcy Ribeiro (1978, p. 180), mais tarde, de Tripartida e Integrada. Possuía três

componentes, os institutos centrais, as faculdades profissionais e os órgãos complementares. Nos institutos centrais, os estudantes receberiam formação básica e as informações seriam “cultivadas como campos específicos do saber, com seus respectivos métodos, técnicas e temas de pesquisa”; nas faculdades profissionais, realizar-se-iam as aplicações científicas e seriam cultivados “repertórios de procedimentos experimentais de cada ramo profissional”; por fim, os órgãos complementares, biblioteca, museu, centro de teledifusão educacional, editora e estádio universitário os quais seriam necessários ao funcionamento do trabalho da comunidade universitária. O câmpus universitário deveria conter esses três componentes, além de alimentação, moradia e assistência a professores e alunos.

Em 21 de abril de 1960, data da inauguração da capital, Juscelino Kubitschek enviou ao congresso a Mensagem ao Poder Executivo n° 128, autorizando esse poder a instituir a Fundação Universidade de Brasília – FUB. A mensagem estava acompanhada de uma exposição de motivos (E.M. n° 492 de 16 de abril de 1960) do Ministro de Estado de Educação, Clóvis Salgado, justificando o projeto de lei. Nesse documento, foi esboçado o perfil da universidade brasileira a que se almejava e, em onze itens, foi exposto, especificamente, o formato da UnB. (BRASIL, 1960, pp. 3375-76).

Três meses depois, em 25 de julho, o Decreto n° 48599 designou uma outra comissão para realizar estudos complementares sobre a UnB. Fizeram parte dessa comissão o professor Darcy Ribeiro, o arquiteto Oscar Niemeyer e o subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Cyro Versiani dos Anjos. Esses membros foram ratificados em 1961, pelo novo presidente Jânio Quadros, mas, somente em 15 de dezembro de 1961, pela Lei n° 3998, já no governo de João Goulart, a FUB foi criada e, em 15 de janeiro de 1962, foi instituída pelo Decreto n° 500. (SALMERON, 1999).

O modelo de universidade²⁰ anterior à UnB era formado por escolas agregadas, estanques, independentes, com disciplinas e

²⁰ Segundo Sheen (2000, p. 76), essas eram as universidades conglomeradas, constituídas pela “simples aglutinação de escolas superiores isoladas”.

laboratórios duplicados ignorando-se mutuamente, e com professores catedráticos e suas equipes.

Apesar de já termos explicado o que eram as cátedras, achamos necessário mostrar o que Darcy Ribeiro pensava sobre isso. Para ele, a cátedra era

o loteamento do saber em províncias vitalícias, outorgáveis através de certos procedimentos de seleção, que asseguram a um professor-donatário a propriedade do ensino de uma disciplina, em certa série de dado curso, a determinada faculdade. Após o concurso, o usufrutuário vitalício da cátedra se liberta da obrigação de estudar e atualizar-se. Pairando acima de qualquer juízo, orienta o ensino como bem entende ou desentende, se quiser, pode dar ou não dar aulas e até ensinar outra disciplina, desde que esta não tenha donatário. (RIBEIRO, 1986, p. 12).

Nesse sentido, os termos nos quais a UnB foi criada, para a época, constituíam-se em inovações que foram seguidas pelas universidades criadas posteriormente. Esse modelo, como apresentado anteriormente, teve inspiração na criação do ITA, em 1947, com departamentos, formação básica e profissional, sistema de créditos, orientação tecnocrática (produtividade, eficácia e eficiência) e desenvolvimento de projetos de pesquisa. (MENEGHEL, 2005).

Uma justificativa para a necessidade de uma universidade em Brasília foi apresentada no primeiro Plano Orientador da UnB (1962).

Quando êstes órgãos se encontravam no Rio de Janeiro, cidade dotada de tradição cultural própria e servida por grande variedade de instituições científicas, tal assessoramento se processava quase espontaneamente. Especialistas de todos os campos do saber podiam ser chamados a pronunciar-se sôbre cada problema, em tôdas as fases da formulação de soluções por parte do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Com a transferência da capital para uma cidade nova, vêem-se os poderes públicos diante do grave risco de perderem este assessoramento intelectual e científico. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962, p. 23)

Portanto, a capital recém criada no centro do país, com todos os órgãos do poder público, precisava de assistência intelectual, científica e cultural, e a UnB tinha essa função.

Outra justificativa foi apresentada pelo senador Jarbas Maranhão, no dia da inauguração de Brasília, ao fazer uma apreciação da mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek, solicitando autorização

para instituir a UnB. Naquele momento, o senador apresentou um diagnóstico do ensino superior no país pontuando que eram 400 escolas de ensino superior, sendo aproximadamente trinta mil vagas em todo o país.

Das instituições de ensino superior, apenas um quarto possuía equipamento didático e pessoal qualificado para o exercício de suas funções; o progresso da indústria nacional exigia técnicos altamente qualificados e o ensino superior não atendia àquela carência; as vagas abertas nos vestibulares para os cursos de Medicina e Engenharia eram escassas e as novas vagas que surgiam eram fruto de novas instituições que funcionavam em situações precárias.

Além disso, as instituições mais antigas, com melhor equipamento e professores experientes, encontravam-se estagnadas; o número de médicos formados anualmente era insuficiente para atender à população brasileira bem como o efetivo de engenheiros era precário para atender às exigências das indústrias.

O senador Jarbas Maranhão, então, para melhorar aquela situação, sugeriu uma reforma na organização universitária vigente; libertar o ensino superior da legislação contraditória e rígida; equipar devidamente aquelas instituições e implantar um plano nacional de aperfeiçoamento profissional docente. Por fim, ele ratificou a importância de uma universidade na capital do país.

A êste núcleo cultural não poderia faltar uma Universidade, porque somente esta — cobrindo todos os ramos do saber, através das formas mais nobres de domínio que são o estudo, a pesquisa, o ensino e a divulgação — será capaz de dar a Brasília a autonomia cultural que deve ter a capital da República. (MARANHÃO apud UNB, 1962, p. 17).

Criada sob um regime de fundação para ter “um sistema administrativo mais flexível e mais prontamente eficaz” (SALMERON, 1999, p. 56), diferentemente da estrutura de autarquia das universidades vigentes, a FUB foi estabelecida pela Lei nº 3998, de 15 de dezembro de 1961. Seu primeiro estatuto foi publicado no Diário Oficial da União, em 16 de janeiro de 1962, e tem “por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo, em todos

os ramos do saber, e de divulgação científica, técnica e cultural”. (PADOVANI, 1968, p. 1).

O estatuto determinava que a FUB fosse uma entidade não governamental, administrativa e financeiramente autônoma, de duração indeterminada e cujo objetivo era criar e manter a UnB. Essa determinação continua em vigor atualmente. (PADOVANI, 1968, p. 1).

Era administrada da seguinte forma:

Art. 7. A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, composto por 6 (seis) membros e 2 (dois) suplentes escolhidos, uns e outros, entre pessoas de ilibada reputação e notória competência e se renovará, cada 2 (dois) anos, pela sua metade.

§ 1. O Conselho Diretor elegerá o seu Presidente.

§ 2. O Presidente do Conselho Diretor exercerá as funções de Presidente da Fundação e terá o título de Reitor da Universidade. (BRASIL, 1961, p. 2).

Os membros do conselho exerciam suas funções por quatro anos e podiam ser reconduzidos aos cargos, cabendo ao Presidente da República a renovação do conselho a partir de uma lista tríplice indicada pelo próprio conselho. (PADOVANI, 1968).

Esse conselho era responsável por eleger o presidente da fundação que também acumularia a função de reitor da universidade. O vice-reitor era eleito pelo mesmo conselho para exercer as funções executivas relativas à “vida escolar e às atividades de ensino e de pesquisa”. (BRASÍLIA, 1962, p. 35).

No capítulo III do estatuto, estão deliberadas as competências do conselho diretor; no IV, seu patrimônio e regime financeiro e o capítulo V versa sobre os servidores da FUB. O capítulo VI descreve a UnB, suas funções, objetivos, órgãos e estrutura entre outras informações. (PADOVANI, 1968).

Foram nomeados pelo Presidente da República os seis membros do primeiro Conselho Diretor, com mandato de quatro anos, que seria renovado por escolha em lista tríplice: Anísio Spínola Teixeira, Darcy Ribeiro e Hermes Lima, com mandatos de quatro anos; Abgar Renault, Mateus Rocha e Oswaldo Trigueiro, com mandatos de dois anos e, como suplentes, Alcides da Rocha Miranda e João Moojen de Oliveira.

(BRASÍLIA, 1962).



Figura 12 – Assinatura do primeiro Conselho Diretor da UnB pelo Ministro da Educação Antônio Oliveira Brito.

Fonte: Acervo CEDOC/UnB/foto 117.

No artigo primeiro do primeiro estatuto da UnB, a universidade é descrita como uma

instituição não-governamental de ensino superior, de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber, e de divulgação científica, técnica e cultural, criada e mantida pela Fundação nos termos da Lei nº 3998, de 15.XII.1961, com ela constitui uma unidade orgânica, dotada de plena autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar que se regerá pelo presente estatuto (arts. 9 e 13 da Lei nº 3998, citada, combinados com os arts. 21 e 80 da Lei nº 4024 de 20.XII.1961). (PADOVANI, 1968, p. 20).

A seguir, o estatuto descreve a finalidade, os objetivos, as unidades universitárias, os institutos centrais, as faculdades, as unidades complementares, o conselho universitário e demais órgãos normativos, órgãos de coordenação, de direção e de supervisão, o sistema departamental, o regime didático e o corpo docente e discente.

A inauguração da UnB²¹ aconteceu em 1962 e apresentava-se nos seguintes moldes:

unidade orgânica, constituída de Institutos Centrais de ensino e pesquisa, por Faculdades destinadas à formação profissional e por órgãos complementares, cabendo: I – aos Institutos

²¹ Segundo Salmeron (1999, p. 20), a UnB “foi concebida e construída com a participação otimista de muitos intelectuais, numa tentativa de introduzir mudanças nas estruturas universitárias. Tivemos o privilégio de iniciar a experiência nova em terreno virgem: as letras, as artes, a arquitetura, as ciências humanas, as ciências naturais e exatas eram implantadas ao mesmo tempo, lado a lado”.

Centrais, na sua esfera de competência: a) ministrar cursos básicos de ciências, letras e artes; b) formar pesquisadores e especialistas; c) dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades. II – às Faculdades, na sua esfera de competência: a) ministrar cursos de graduação para formação profissional e técnica; b) dar cursos de especialização e de pós-graduação; c) realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural. (BRASÍLIA, 1962, p. 6).

Tinha como objetivos:

I – ministrar educação geral de nível superior, formando cidadãos responsáveis, empenhados na procura de soluções democráticas para os problemas nacionais; II – preparar profissionais especialistas altamente qualificados em todos os ramos do saber, capazes de promover o progresso social, pela aplicação de recursos da técnica e da ciência; III – congregar mestres, cientistas, técnicos e artistas e lhes assegurar os necessários meios materiais e as indispensáveis condições de autonomia e de liberdade para devotarem à ampliação do conhecimento, ao cultivo das artes e a sua aplicação a serviço do homem. (BRASÍLIA, 1962, p. 6).

Segundo o Plano Orientador (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962), a UnB seria composta por institutos, faculdades e órgãos complementares. Os institutos eram os seguintes: Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências Humanas, Letras e Artes; as faculdades: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Educação, Direito-Economia-Administração-Diplomacia, Ciências Agrárias e Ciências Médicas; e os órgãos complementares: auditório, biblioteca central, rádio e televisão, museu e casas da cultura.

Os primeiros coordenadores dos institutos centrais foram nomeados em fevereiro de 1962 pelo Conselho Diretor da FUB: Leopoldo Nachbin, do Instituto Central de Matemática, José Leite Lopes, do Instituto Central de Física, Jacques Danon, do Instituto Central de Química, Mauricio Rocha e Silva, do Instituto Central de Biologia, Eduardo Eneas Gustavo Galvão, do Instituto Central de Ciências Humanas, Cyro Versiani dos Anjos, do Instituto Central de Letras e Alcides da Rocha Miranda, do Instituto Central de Artes.

Eles tinham como atribuições

tomar as providências necessárias à sua implantação [institutos centrais], tais como: contratar o corpo docente, assistir os responsáveis pelo planejamento do espaço físico a ser ocupado por suas respectivas unidades, planejar e promover a

aquisição de equipamento e biblioteca, preparar a elaboração dos livros de texto e outros materiais a serem adotados pela Universidade para os cursos iniciais. (TODOROV, 1995, p. 7).

Os institutos centrais não estavam vinculados a nenhuma faculdade, mas atendiam a todas, reduzindo, assim, o número de profissionais contratados e aumentando o “rendimento do trabalho que passa a ser feito em equipe por especialistas congregados e dirigidos para objetivos comuns”. (BRASIL, 1960, p. 3375).

Os alunos aprovados no vestibular ingressavam nesses institutos nos quais recebiam uma formação básica durante dois anos e depois eram encaminhados para a faculdade adequada, ou permaneciam no instituto, completando sua formação. Foi criado o sistema de créditos, isto é, as disciplinas eram reconhecidas em toda a universidade. (SALMERON, 1999).

A cerimônia oficial de inauguração do câmpus da UnB aconteceu às 10 horas do dia 21 de abril de 1962, como parte das comemorações do segundo aniversário da cidade.

Numa área que, 59 dias antes, ainda se encontrava totalmente coberta pela vegetação típica do "cerrado", técnicos e candangos, num ritmo de trabalho inédito mesmo nos anais de Brasília, conseguiram erguer dois pavilhões para a hospedagem de professores visitantes e residência de assistentes; um prédio de largas proporções no qual, durante dois anos, funcionarão alguns cursos da Universidade e que, futuramente, será a sede da Faculdade de Educação; um restaurante com capacidade para duas mil refeições diárias; o pavilhão onde se encontra instalado um dos auditórios da Universidade — a tudo isso se somando as obras já iniciadas do edifício destinado a abrigar provisoriamente a Reitoria e diversos serviços auxiliares. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962, p. 47).

A solenidade foi presidida pelo Dr. Antônio de Oliveira Britto, Ministro da Educação e Cultura, que em seu discurso pontuou a importância da UnB como exemplo de instituição superior a ser seguido devido a sua nova estrutura e modernidade, criada nos moldes das universidades norte americanas e de seu compromisso na “reintegração da educação nos objetivos do desenvolvimento econômico e social do País” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962, p. 48). O ministro elogiou o

empenho de Darcy Ribeiro para que a inauguração acontecesse em prazo tão curto e com tamanha qualidade.

Em 30 dias, completa-se a estrutura jurídica da Universidade; em 40, organizam-se os cursos e realizam-se os exames vestibulares; em 49, constrói-se o bloco 1 e, em 32, o bloco 2, nos quais são empregados 7.000 sacos de cimento, 50 toneladas de ferro, 18.000 tábuas, 25.000 metros cúbicos de areia, 20.000 de pedras, 1.500 metros quadrados de mármore, 120.000 tijolos, 15 mil caibros, 5.000 quilos de pregos, 1.500 metros quadrados de impermeabilização, 420 de esquadrias e 200 de lambris. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962, p. 49).

O ministro mencionou também a necessidade de renovação das universidades existentes, distanciadas das exigências de desenvolvimento do país, oferecendo número insuficiente de vagas, com alto custo e baixo rendimento, mantendo cursos tradicionais num momento em que o país, em fase de início de industrialização, urgia por técnicos de nível superior.



Figura 13 – Solenidade de inauguração da UnB.

Fonte: Acervo CEDOC/UnB/foto 100.

No programa financeiro, apresentado no documento de 1962, pontuou-se a necessidade de se criarem convênios com empresas públicas e particulares visando ao provimento de fundos para a UnB.

Naturalmente muitas dificuldades se apresentarão para a execução deste programa, dado o isolamento em que têm vivido nossas instituições de ensino superior, habitualmente desvinculadas dos problemas da produção e dada a falta de uma tradição de convívio e ajuda entre a Universidade e a Indústria. Mas, nos últimos anos, os dois setores vêm tomando consciência de sua recíproca complementariedade e um

programa desta ordem já encontraria algumas condições de realização que permitiriam acelerar o plano de instalação da Universidade de Brasília, de modo que alguns dos seus setores entrassem em funcionamento antes dos prazos previstos. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962, p. 44).

Com as construções, previa-se, naquele ano, um gasto de nove bilhões de cruzeiros, moeda da época; cinco milhões seriam gastos com a instalação de bibliotecas e laboratórios e dois milhões e meio, com o aperfeiçoamento de pessoal. Para obter essa verba, foram listados os possíveis parceiros para a implantação das necessidades da universidade, dentre eles, o Fundo Especial das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos – OEA, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Fundações Ford e Rockefeller, Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS, Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e países como os Estados Unidos da América – EUA, a França, o Japão e a Inglaterra.

Calculava-se em quinze mil alunos a lotação total da universidade no ano de 1970, e, para isso, fez-se a previsão do número de edificações para atender àquela demanda.

Os Institutos Centrais como as Faculdades se dividem em Departamentos que são as unidades básicas da Universidade. A cada um deles será necessário assegurar instalações apropriadas para o pessoal docente e os estudantes de nível pós-graduado. Para isto, o departamento-tipo deverá contar com uma sala de chefia que servirá para reunião de professores (50 m²); duas salas para professores titulares (60 m²); quatro salas para professores adjuntos (100 m²); dez salas para professor assistente, instrutores e estagiários (250 m²); espaço para os serviços administrativos (140 m²), o que soma 600 m² por unidade.

Os laboratórios dos Institutos Centrais ou instalações equivalentes das Faculdades poderão ter como módulo uma unidade didática, com área de 500 m², 5 unidades de pesquisa com o total de 250 m² e igual área para oficinas e serviços, perfazendo um total de 1.000 m² por laboratório.

Os diversos institutos deverão contar, ainda, com áreas de 500 m² para biblioteca e com espaços para serviços, avaliados em 20% da área total. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962, p. 41).

Segundo o Programa de Implantação (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962), seriam necessários dois anos para a inauguração dos

oito institutos e dos serviços indispensáveis aos cursos, para a construção dos edifícios e para a aquisição de equipamentos didáticos e de pesquisa. Porém, devido à instabilidade política da época, o Conselho Diretor da FUB deliberou o início dos cursos de Letras Brasileiras, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Administração e Economia, em regime transitório. Tais cursos seriam absorvidos, depois de dois anos, pelos institutos e faculdades tão logo entrassem em funcionamento. Esses cursos foram escolhidos devido à possibilidade de se contratar docentes qualificados para trabalhar no ensino e na pesquisa dessas áreas.

Eles tinham como objetivos:

- a) iniciar, de pronto, as atividades da Universidade oferecendo oportunidade de educação superior em Brasília;
- b) criar, prontamente, um núcleo de atividades culturais, científicas e artísticas, de nível universitário, a serviço da população local;
- c) permitir a organização progressiva dos centros de assessoramento aos poderes públicos em problemas de planejamento, que impliquem pesquisa e documentação, cientificamente conduzidas;
- d) estabelecer, experimentalmente, novos modelos e padrões de ensino e de pesquisa, de divulgação científica e de extensão cultural, que a Universidade deverá *ampliar* e generalizar;
- e) fixar, em Brasília, uma equipe de professores e pesquisadores que, além das funções docentes, possa colaborar na programação das diversas unidades da Universidade. [grifo do autor]. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962, p. 45).

As disciplinas eram semestrais, à escolha do aluno devidamente instruído por seu orientador, sendo quatro consideradas como de formação e uma de cultura geral. Ao final dos dois anos, o aluno deveria ter cursado, no mínimo, dez disciplinas para entrar na formação profissional (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962). As notas das disciplinas também eram diferentes das demais universidades existentes. A UnB trabalhava com as menções SS (superior), MS (médio superior), MM (médio), MI (médio inferior), II (inferior) e SR (sem rendimento). (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1971a).

Os institutos centrais e as faculdades adotadas na UnB foram uma inovação para as instituições de ensino superior brasileiras, mas já estavam consolidadas nas universidades norte americanas. Essa

estrutura permite a integração universitária e a economia financeira. Foram criados inicialmente oito institutos centrais que agrupavam “todas as atividades de ensino, de pesquisa ou outra criação intelectual em sua área” (SALMERON, 1999, p. 80). Nos institutos, os alunos tinham uma formação básica por dois anos e, depois desse período, o aluno poderia optar por continuar no instituto e seguir uma carreira científica, artística ou literária ou poderia seguir para a faculdade adequada.

Os institutos centrais foram criados não simplesmente para se evitar a constituição de vários departamentos da mesma disciplina, nas diferentes escolas da universidade, mas para que especialistas suficientemente numerosos pudessem trabalhar juntos, constituindo grupos fortes dedicados às Letras, às Artes ou às Ciências, formando ambiente estimulante para a criação intelectual. (SALMERON, 1999, p. 81).

Os professores foram contratados em tempo integral e dedicação exclusiva. Na carreira docente, exigia-se o mestrado para assumir o posto de assistente e o grau de doutorado, para os postos de professor assistente, professor associado e professor titular. O instrutor era o aluno do mestrado contratado para atender à graduação. Foi criado o sistema de créditos, isto é, as disciplinas eram reconhecidas em toda a universidade, logo, se algum aluno quisesse mudar de curso, não teria que cursar novamente a mesma disciplina. (SALMERON, 1999).

Nesse sentido entendemos que a UnB constituiu-se uma universidade inovadora, porque concretizou os anseios almejados pelos acadêmicos do país.

As aulas da UnB começaram no dia 9 de abril de 1962, em salas do Ministério da Educação e Cultura²².

Os cursos foram reunidos em três grupos, chamados “cursos-troncos”: o de Letras Brasileiras, coordenado por Cyro dos Anjos, que deu origem ao futuro Instituto Central de Letras; o de Administração, Direito e Economia, articulado por Victor Nunes Leal, gérmen do Instituto Central de Ciências Humanas; e o de Arquitetura e Urbanismo, iniciado por Alcides da Rocha Miranda, posteriormente dividido em Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, coordenada por Oscar Niemeyer, e Instituto

²² Embora o autor consultado afirme que as aulas da UnB começaram em salas alugadas do Ministério da Educação e Cultura, segundo informações orais de vários entrevistados e também do professor Djairo Guedes Figueiredo, na mesa redonda do VI Seminário Nacional de História da Matemática, as aulas da UnB começaram em salas do Ministério da Saúde.

Central de Artes, sob a responsabilidade do próprio Rocha Miranda. [...] Esses cursos troncos foram então batizados Instituto Central de Ciências Humanas e Instituto Central de Letras, como tinha sido previsto. (SALMERON, 1999, pp. 92-93).

Tinha-se uma previsão de que a universidade começasse a funcionar apenas dois anos mais tarde, mas, devido à instabilidade política da época, temia-se que, se adiado seu início de funcionamento, a UnB não fosse inaugurada. (SALMERON, 1999).



Figura 14 – Operários trabalhando na construção do primeiro prédio da UnB.
Fonte: Acervo CEDOC/UnB/foto 112-6.



Figura 15 – Autoridades saindo de uma visita ao primeiro prédio da UnB.
Fonte: Acervo CEDOC/UnB/foto 115.

Aos poucos, os cursos foram transferidos para os prédios construídos no câmpus da UnB, na sua maioria de forma precária, de

madeira ou de alvenaria. (SALMERON, 1999).

A UnB também implantou, logo no seu início de funcionamento, os cursos de pós-graduação, o que era raro acontecer em instituições da época que normalmente demoravam algum tempo, após sua implantação, para oferecerem tais oportunidades de estudo.

Devido às possibilidades que oferecia, a UnB atraía para a pós-graduação pessoas bem formadas e com certo amadurecimento, permitindo que os cursos fossem ministrados em bom nível. Em geral eram jovens assistentes em outras universidades, habituados a lecionar, que, não encontrando orientação para teses onde trabalhavam, iam para Brasília extremamente motivados. (SALMERON, 1999, p. 100).

Com o decorrer dos anos, a UnB teve vários reitores e seu estatuto foi sendo atualizado, visando ajustar a instituição à legislação vigente. O Estatuto e o regimento geral foram reformulados em 1970 a fim de seguir as exigências prescritas pelo MEC.

No triênio 1967-1971, o reitor Caio Benjamin Dias elaborou juntamente com sua assessoria um documento relatando suas principais realizações.

Dentre as várias ações administrativas realizadas, uma delas foi a aprovação dos currículos de vinte e um cursos pelo Parecer 123/71 do CFE.

Esses cursos já vinham funcionando há vários anos, sem esta aprovação. Os novos currículos aboliram a seriação de cursos, implantaram em definitivo o sistema de créditos, dando aos alunos a possibilidade de escolha de disciplinas, introduziram cursos de curta duração e possibilitaram aos alunos a graduação em todos os cursos, dentro dos limites de tempo previsto em lei.

São os seguintes os cursos aprovados: Ciclo Geral dos Cursos de Graduação, Pedagogia, *Matemática*, Física, Química, Geologia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Economia, História, Filosofia, Psicologia, Geografia, Letras, Engenharia, Administração, Biblioteconomia, Comunicação e Direito. Os currículos de Medicina, Arquitetura e Música estão sendo, presentemente, preparados para serem examinados pelo Conselho Federal de Educação. [Grifo nosso]. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1971, p. 28).

Outra ação foi a edição, a partir de 1970, do Catálogo Geral “uma publicação onde podem ser encontradas todas informações relativas a cursos oferecidos pela Universidade”. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1971, p. 30).

Sobre os cursos de pós-graduação, o catálogo diz o seguinte:

Os cursos de pós-graduação, a rigor, não existiam até 1969. Os títulos de Mestre e Doutor eram atribuídos pela dissertação de mestrado ou doutorado sem a defesa pública de teses e atribuição de créditos a cursos regulares.

O Ato da Reitoria nº 17/69 pôs fim a tal processo, até que os cursos de pós-graduação se instituísem nos moldes do Conselho Federal de Educação [...]. Outros três cursos de pós-graduação funcionam com a finalidade de aperfeiçoar professores: Química, *Matemática* e Sociologia. Não estão ainda reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura. No entanto, êste reconhecimento está numa etapa adiantada. [Grifo nosso]. (UNB, 1971, p. 37).

Uma outra informação relevante diz respeito ao curso de verão que visa “oferecer ao aluno a oportunidade de terminar seu curso num período de tempo menor e recuperar em apenas dois meses alguma disciplina do semestre anterior na qual tenha sido reprovado” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1971, p. 38). Esse curso foi oficialmente estabelecido no artigo 99 do Regimento Geral: “Haverá por ano dois períodos regulares de atividades, além de um período especial, a iniciar-se após o segundo período regular”. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1971, p. 38).

Atualmente, a UnB tem um quadro com 2.445 professores, 2.630 técnicos-administrativos, 28.570 alunos regulares e 6.304 alunos de pós-graduação. Além dos institutos e faculdades, possui 21 centros de pesquisa especializados e os órgãos de apoio incluem o Hospital Universitário, a Biblioteca Central, o Hospital Veterinário e a Fazenda Água Limpa. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015).

O quadro a seguir apresenta as unidades acadêmicas em 1962 e as de 2015:

Unidades Acadêmicas	
1962	2015
Instituto Central de Matemática	Instituto de Ciências Exatas
Instituto Central de Física	Instituto de Física
Instituto Central de Química	Instituto de Química
Instituto Central de Biologia	Instituto de Ciências Biológicas
Instituto Central de Geociências	Instituto de Geociências
Instituto Central de Ciências Humanas	Instituto de Ciências Humanas

Instituto Central de Letras	Instituto de Letras
Instituto Central de Artes	Instituto de Artes
	Instituto de Relações Internacionais
	Instituto de Psicologia
	Instituto de Ciência Política
	Instituto de Ciências Sociais
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Faculdade de Engenharia	Faculdade de Tecnologia
Faculdade de Educação	Faculdade de Educação
Faculdade de Direito-Economia-Administração-Diplomacia	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação
Faculdade de Ciências Agrárias	Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária
Faculdade de Ciências Médicas	Faculdade de Medicina
	Faculdade de Ciência da Informação
	Faculdade de Comunicação
	Faculdade de Direito
	Faculdade de Educação Física
	Faculdade de Ciências da Saúde
	Faculdade UnB Ceilândia
	Faculdade UnB Gama
	Faculdade UnB Planaltina

Quadro 1 – Unidades acadêmicas da UnB em 1962 e em 2015.

Fonte: Todorov (1995, p. 9) e UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2015).

Observamos que, em 1962, havia oito institutos e seis faculdades e, em 2015, são doze institutos e quatorze faculdades, ou seja, o número de unidades acadêmicas aumentou bastante ao longo de cinquenta e três anos.

O modelo de universidade criado para a UnB foi resultado do debate de vários intelectuais, artistas e professores, coordenados por Darcy Ribeiro e em oposição à estrutura universitária existente, muito antes da aprovação de seu funcionamento. A UnB começou seus trabalhos apenas quatro meses depois de sancionada a lei que a criou, com aproximadamente 500 alunos, em salas emprestadas do Ministério da Saúde. Tal fato revela o tamanho do empenho dedicado a esse empreendimento.

Sua nova estrutura abriu espaço aos novos acadêmicos, que estavam retornando de seus estudos no exterior com suas titulações, e que ainda tinham que permanecer à sombra dos catedráticos. Dessa forma, essa universidade tinha em seu quadro funcional docentes altamente qualificados.

Integrada aos planos de criação da cidade, a instituição mostrou sua vocação interdisciplinar desde sua concepção, sendo legitimada em sua estrutura física, na integração das áreas de conhecimento por meio dos institutos e na sua arquitetura pensada por Oscar Niemeyer e seus colaboradores.

Assim como Brasília representou uma síntese do ideário nacional-desenvolvimentista, a UnB representou, por um lado, uma ruptura com o modelo de universidade enclausurada, centrada na vitaliciedade e no poder da cátedra e, por outro, o ideário de uma instituição que *sente, participa, estuda e busca* solução *para os problemas da nação*, conectada com os avanços das artes, das ciências e da filosofia em âmbito nacional e internacional. Ela representa, portanto, o ideário de modernização, que se articula a uma promessa de nação brasileira socialmente integrada e desenvolvida. Brasília e UnB representaram, pois, a materialização do *espírito de uma época*, que tem por norte a superação dos antagonismos e a solução dos grandes problemas nacionais. [grifos do autor]. (OLIVEIRA et al, 2006, p. 126).

Consideramos necessário retornar aos conceitos de representação e apropriação de Chartier (2002), pois essa narrativa consiste numa representação da UnB. Segundo esse teórico, a representação é entendida como a descrição de uma sociedade, por atores sociais, “tal como pensam que ela é, ou gostariam que ela fosse” (CHARTIER, 2002, p. 19) e a apropriação é uma prática de interpretação e produção de sentido.

Nessa perspectiva, a representação sobre a UnB pelos atores sociais envolvidos na criação dessa universidade é de instituição educativa criada para ser pública, porém, autônoma e sustentável, original e enxuta em sua estrutura, com a função de instituir um núcleo cultural da capital recém inaugurada e assistir intelectual e cientificamente os diversos órgãos públicos vindos do Rio de Janeiro, antiga capital do país, que já possuía tal assessoramento.

Sua estrutura surgiu em oposição às universidades existentes,

compostas por escolas/faculdades, reunidas por uma reitoria, mas independentes, autossuficientes e providas das cátedras. Esta oposição deu lugar a uma carreira docente planejada, escalonada hierarquicamente e estável visto tratar-se de um cargo público. Todas essas mudanças refletiram as necessidades de uma comunidade científica renovada, a qual não queria mais permanecer à sombra dos cargos vitalícios e impossibilitados de produzir novos conhecimentos.

Os novos acadêmicos sabiam das dificuldades que enfrentariam, mas consideravam necessário encarar aquele desafio. Apropriaram-se do mesmo espírito de inovação que pairava nos primeiros anos da nova capital e que era difundido no governo Juscelino Kubitschek. Deram materialidade aos anseios de Darcy Ribeiro que queria ver, no câmpus universitário, uma verdadeira integração de áreas do conhecimento e de pessoas, pois, nos primeiros dois anos de estudo, os universitários estudariam as disciplinas introdutórias, comuns a vários cursos, logo compartilhariam ideias e saberes com colegas das mais variadas áreas. Os docentes, por sua vez, também ministrariam aulas para um grupo heterogêneo de estudantes e teriam a oportunidade de se relacionar com os professores dos diferentes cursos.

Inserido nessa instituição está o atual Departamento de Matemática, que trataremos detalhadamente no próximo capítulo, foco principal desta pesquisa e que, atualmente, está inserido no Instituto de Ciências Exatas juntamente com os Departamentos de Estatística e Ciência da Computação. Foi criado como Instituto Central de Matemática e tinha a função de atender todas as disciplinas matemáticas da universidade. Foi concebido dentro desse cenário de avanço social, cultural e científico por professores que se apropriaram desse ideário de modernização e colocaram em ação seus conhecimentos adquiridos em grandes centros de pesquisa.

4 O INSTITUTO CENTRAL DE MATEMÁTICA ATUAL DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA

Com vistas a conhecer a história do Instituto Central de Matemática – ICM, consideramos necessário entender o que se passava no cenário matemático internacional naquela época pois, segundo Chartier (2015, p. 57), existem práticas que mesmo em mundos distantes são interdependentes e

a união indissociável do global e do local levou alguns a propor a noção de “glocal”, que designa com correção, se não com elegância, os processos pelos quais são apropriadas as referências partilhadas, os modelos impostos, os textos e os bens que circulam mundialmente, para fazer sentido em um tempo e em um lugar concretos. (CHARTIER, 2015, p. 57).

Logo, foi preciso conhecer o que se passava além das ideias que surgiam junto com a nova capital e além do que se passava nas outras capitais do país que já tinham suas universidades consolidadas.

Eram tempos de estruturalismo, uma corrente metodológica que surgiu na França no final dos anos 1920. Ela foi criada pelo linguista Ferdinand Saussure e depois foi desenvolvida por Roman Jakobson.

Inicialmente, o estruturalismo foi pensado para a linguística e tem como núcleo teórico o conceito de estrutura, baseado no estudo da linguagem como sistema de signos e entendido como um todo que só pode ser compreendido segundo a análise de seus elementos e da função que esses cumprem dentro do todo. Dessa forma, se as estruturas forem modificadas, o conjunto também o é, e por isso, elas têm um cunho de totalidade. (PETERS, 2000).

Posteriormente, esse conceito de estrutura foi absorvido por várias áreas do conhecimento, inclusive pelos trabalhos do grupo Bourbaki²³,

²³ Esse grupo surgiu em 1934 a partir de inquietações pedagógicas que, depois, tornaram-se necessidade de organizar a matemática para que servisse de base para os interessados nessa área. Os membros fundadores do grupo Bourbaki são os matemáticos: André Weil, Charles Ehresmann, Claude Chevalley, Henri Cartan, Jean Coulomb, Jean Desarte, Jean Dieudonné, Jean Leray, René Pössel e Szolem Mandelbrojt. (DUARTE, 2007).

mas, somente nos anos 1950, o estruturalismo matemático tornou-se conhecido e, nos anos 1960/70, passou a orientar a modernização do ensino da matemática. (PIRES, 2006).

Para esse grupo, “o termo estrutura corresponde a uma classe particular de definições de objetos abstratos, tendo em mente que esses objetos têm um certo número de propriedades características, que poderiam ser eventualmente exibidas”. (DUARTE, 2007, p. 72).

O trabalho do grupo Bourbaki foi importante porque organizou toda a Matemática (clássica e moderna) numa nova ordenação na qual pautou-se “nas estruturas algébricas, na teoria dos conjuntos e no método axiomático” (PIRES, 2006, p. 129) e também deixaram de lado a separação da Aritmética, Álgebra, Geometria e Análise como campos de investigação isolados e fechados.

Há indícios de que esse estruturalismo matemático chegou aos Estados Unidos e ao Brasil por meio dos membros do grupo Bourbaki que passaram temporadas nesses países.

No Brasil, alguns bourbakistas trabalharam na FFCL/USP e na FNFfi. No entanto, a influência dos membros desse grupo foi mais consistente na USP onde passaram mais tempo. Segundo Lima (2012, p. 154), a matemática que passou a influenciar o curso de Matemática da USP, nas décadas de 1940 e 1950, tinha uma “perspectiva ampla, privilegiando os métodos algébricos e abstratos” que era marca dos bourbakistas.

Os membros desse grupo que estiveram no Brasil foram:

- André Weil (1906-1998) nasceu em Paris/França. Estudou na École Normale Supérieure. Recebeu uma bolsa Rockefeller e estudou em Göttingen, Berlim e Frankfurt. Trabalhou na USP entre 1945 e 1947 e depois retornou para os Estados Unidos onde estava desde 1941. Sua obra abordou principalmente a geometria algébrica e a teoria dos números, mas, de forma geral, embasou o trabalho de vários matemáticos. Foi figura central do grupo Bourbaki até 1956, quando se afastou. (PIRES, 2006).

- Jean Alexandre Eugène Dieudonné (1906-1992) nasceu em Lille/França. Estudou na École Normale Supérieure e, depois de formado, recebeu uma bolsa de estudos para a Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, onde permaneceu durante um ano. Nos primeiros anos da década de 1930, recebeu uma bolsa Rockefeller e estudou em Berlim e Zurich. Nos anos de 1946/7, esteve na USP; em 1952, trabalhou como professor visitante na FNFi; entre 1952 e 1959, trabalhou na Universidade de Michigan nos Estados Unidos e, entre esses períodos, estava na França onde era docente. Seus trabalhos referem-se à álgebra, a espaços vetoriais topológicos, a grupos de Lie e à análise. Deixou o grupo Bourbaki em 1956, quando completou cinquenta anos. Segundo Pires (2006, p. 46), “foi para este grupo uma de suas locomotivas por seu temperamento intempestivo, seu largo conhecimento, sua grande memória, sua imensa capacidade de trabalho e de redação”.
- Jean Frédéric Auguste Delsarte (1903-1968) nasceu em Fourmies/França. Estudou na École Normale Supérieure. Desde 1928, era professor na Universidade de Nancy. Envolveu-se com os bourbakista em 1934/5 durante viagem à Paris. Ministrou conferências na Índia, Estados Unidos, México, Canadá e passou temporadas de quatro meses na USP nos anos compreendidos entre 1947 e 1950. (PIRES, 2006).
- Laurent Schwartz (1915-2002) nasceu em Paris/França. Estudou na École Normale Supérieure. Trabalhou nas universidades de Grenoble, Nancy, Paris VII e na École Polytechnique de Paris. Passou dois anos em Nova Iorque, 1962/63. Integrou-se ao grupo Bourbaki em 1948, mas dois anos antes já participava das reuniões. Foi um representante da segunda geração do grupo Bourbaki. Esteve na USP e FNFi em 1952. Sua contribuição matemática mais conhecida é a Teoria das Distribuições. (BOMBAL, 2005).
- Charles Ehresmann (1905-1979) nasceu em Strasbourg/França. Estudou na École Normale Supérieure, depois em

Göttingen/Alemanha, e em Princeton/Estados Unidos. Trabalhou no Centre Nationale de Recherche Scientifiques – CNRS e nas universidades de Strasbourg, Clermont Ferrand, Paris e Amiens. Foi membro do grupo Bourbaki entre 1935 e 1950. Sua obra abordou principalmente a topologia diferencial (PIRES, 2006). Trabalhou na USP e na FNF i em 1952. (SILVA, 2002).

- Alexander Grothendieck (1928-2014) nasceu em Berlim/Alemanha. Estudou na Universidade de Montpellier. Em 1948, foi orientando de Laurent Schwartz e Jean Dieudonné na Universidade de Nancy, quando entrou para o grupo Bourbaki, já em sua terceira geração. Permaneceu nesse grupo entre 1950 e 1960 (LIMA, 2012). Trabalhou no Institut des Hautes Études Scientifiques – IHES e na Universidade de Montpellier. Foi docente da USP entre 1952 e 1954 e passou um ano na Universidade do Kansas. Grande parte de sua obra refere-se principalmente à geometria algébrica. (AZEVEDO, 2008).
- Samuel Eilenberg (1913-1998) nasceu em Warsaw/Rússia. Estudou na Universidade de Warsaw. Trabalhou nas universidades de Princeton, Michigan, Indiana e Columbia em Nova Iorque. Esteve na USP em 1952. Participou do grupo Bourbaki de 1951 a 1966 (LIMA, 2012). Sua produção de pesquisa é vasta incluindo trabalhos em Matemática Aplicada. (PIRES, 2006).
- Jean-Louis Koszul (1921-) nasceu em Strasbourg/França. Estudou na Faculdade de Ciências de Strasbourg e na Faculdade de Ciências de Paris. Foi docente na Universidade de Strasbourg e na Faculdade de Ciências de Grenoble. Foi membro da segunda geração de bourbakistas. Esteve na USP em 1956 e 1958 (LIMA, 2012). Dentre o seu variado repertório de pesquisa tem-se a homologia e cohomologia da álgebra de Lie.

A seguir listaremos os locais e as datas por onde passaram esses matemáticos nos Estados Unidos e no Brasil.

Nome	Estados Unidos: local e período	Brasil: local e período
André Weil	<ul style="list-style-type: none"> • Nova Iorque – Fundação Rockefeller: 1941. • Universidade de Chicago: 1949. • Instituto de Estudos Avançados de Princeton: 1958. 	<ul style="list-style-type: none"> • USP: 1945 a 1947.
Jean Dieudonné	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade de Princeton: 1928. • Universidade de Michigan: 1952 a 1959. 	<ul style="list-style-type: none"> • USP: 1946 e 1947. • FNFi: 1952.
Jean Delsarte	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto de Estudos Avançados de Princeton: 1947. 	<ul style="list-style-type: none"> • USP: 4 meses em 1948 e mais 4 meses em 1951.
Laurent Schwartz	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade de Nova Iorque. 	<ul style="list-style-type: none"> • USP: 1952. • FNFi: 1952.
Charles Ehresmann	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto de Estudos Avançados de Princeton: 1932 a 1934. 	<ul style="list-style-type: none"> • USP: 1952. • FNFi: 1952.
Samuel Eilenberg	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto de Estudos Avançados de Princeton: 1939, 1945 a 1946. • Universidade de Michigan: 1940. • Universidade de Indiana: 1946. • Universidade de Columbia: 1947 a 1960. 	<ul style="list-style-type: none"> • USP: 1952.
Alexander Grothendieck	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade de Kansas: 1955. 	<ul style="list-style-type: none"> • USP: 1953 a 1956.
Jean-Louis Koszul		<ul style="list-style-type: none"> • USP: 1954 ou 1955 e depois em 1958.

Quadro 2 – Membros do grupo Bourbaki, local e período onde estiveram nos Estados Unidos e no Brasil. **Fonte:** PIRES (2006) e SILVA (2002).

Ao que tudo indica, o ICM recebeu a influência do grupo Bourbaki por meio dos seus professores fundadores Djairo Figueiredo e Geraldo Ávila, pois o primeiro estudou na UB entre 1952 e 1956 e o segundo era aluno da USP entre 1953 e 1956, e nesse período, como se pode

observar no quadro 2, alguns dos bourbakistas estavam envolvidos em atividades nessas universidades.

Em 1968, Piaget publicou um livro intitulado *O Estruturalismo* no qual discutiu as estruturas matemáticas, físicas e biológicas dentre outras. Para esse epistemólogo, havia uma correspondência entre as estruturas matemáticas e as estruturas de pensamento, isto é, as estruturas-mãe, algébricas, topológicas e de ordem, próprias do pensamento matemático eram as mesmas encontradas na gênese do pensamento humano. (NOVAES et al, 2008).

No ensino, o estruturalismo matemático e os estudos de Piaget resultaram no Movimento da Matemática Moderna – MMM que, segundo Pinto et al (2007, p. 1748), tinha como ideia central “redimensionar os conteúdos programáticos, unificando estruturas antes fragmentadas no ensino de Matemática: aritmética, álgebra e geometria”.

Esse Movimento tinha a intenção de modificar os programas e os métodos de ensino adequando-os aos avanços científicos e tecnológicos orientados pela Teoria dos Conjuntos que era fundamentada pelo conceito de estrutura. O MMM tinha como características o pensamento axiomático, maior grau de generalização, de abstração, de rigor lógico, o uso de vocábulos contemporâneos, a precisão da linguagem, o método dedutivo e a forte influência estruturalista. (NOVAES et al, 2008).

No Brasil, o MMM ficou conhecido em meados da década de 1950 e foi divulgado por meio de congressos e a formação de grupos de estudos que se encarregaram da promoção de cursos, palestras e livros. (WIELEWSKI et al, 2008).

Em Brasília, o MMM alcançou o ensino médio por meio dos livros de Osvaldo Sangiorgi em 1963 e 1964 os quais se tornaram o currículo de Matemática da capital federal. (BATISTA et al, 2013).

4.1 Leopoldo Nachbin: o primeiro coordenador do ICM

Leopoldo Nachbin (1922-1993) nasceu em Recife/PE. Estudou na Escola Nacional de Engenharia da UB entre 1939 e 1943. No ano

seguinte, tornou-se professor assistente dessa Escola. Em 1947, foi contratado professor regente na FNFi e, em 1972, tornou-se professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. (MUJICA, 1994).



Figura 16 – Professor Leopoldo Nachbin.

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/thumb/5/54/Leopoldo_Nachbin_formatura_1943.jpg/200px-Leopoldo_Nachbin_formatura_1943.jpg.

Nachbin foi o primeiro matemático brasileiro que se empenhou para o desenvolvimento da pesquisa matemática no país, além de ter uma produção científica reconhecida internacionalmente. Publicou seu primeiro trabalho enquanto ainda era estudante de engenharia, aos 19 anos. (DIAS et al, 1994).

Foi professor das universidades de Rochester, Chicago, Princeton, Paris e Institut Henry Poincaré.

Foi docente e fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF²⁴ (1949) e do IMPA (1952), criador do núcleo de Matemática da Fundação Getúlio Vargas e da revista *Summa Brasiliensis Mathematicae*. Dirigiu a coleção *Notas Matemáticas*, publicou inúmeros trabalhos e livros, recebeu vários prêmios e sua atuação foi fundamental para a criação dos Colóquios Brasileiros de Matemática. (DIAS et al, 1994).

²⁴ O CBPF era uma instituição privada, “tornou-se o principal centro de pesquisas física do país, reunindo o maior número de físicos teóricos da América Latina”. (CUNHA, 2007, p. 133).

Manteve contato com os professores italianos Gabriele Mammana, Luigi Sobrero e com os membros do grupo Bourbaki, enquanto eles estiveram no Brasil. Há indícios de que esses matemáticos tenham influenciado o estilo matemático de Nachbin. (DIAS et al, 1994).

Atuou principalmente nas linhas de sistemas ordenados, topologia, análise funcional, análise complexa e holomorfia.

Em 1957, Nachbin conseguiu uma bolsa da Fundação Rockefeller, que, naquela época, não tinha a Matemática como uma área de muito interesse, para se dedicar à pesquisa matemática na Universidade de Chicago. Aberto o diálogo com essa fundação, posteriormente, outros matemáticos brasileiros foram agraciados com bolsas de estudos. Além disso, várias instituições brasileiras de pesquisa matemática receberam apoio financeiro para a compra de materiais e bibliografia específica. (TRIVIZOLI, 2013).

No período de 1961 a 1963, Nachbin esteve na Universidade de Paris e, de 1963 a 1965, esteve na Universidade de Rochester (MUJICA, 1994). Em 1964, passou a ocupar uma posição permanente na Universidade de Rochester e, por isso, segundo Mujica (1994), todo ano, Nachbin passava uma temporada nessa universidade.

Nachbin permaneceu no IMPA até 1971, quando retornou para a UFRJ, onde ficou até 1982. Em 1983, ele retornou para o CBPF. (MUJICA, 1994).

Em 1962, Nachbin foi convidado por Darcy Ribeiro para coordenar o ICM e permaneceu no cargo até 1968. Em um depoimento dado à revista *O metropolitano*, em novembro de 1961, e publicado no livro *Universidade de Brasília*, de autoria de Darcy Ribeiro, editado pela UnB em 2011, ele discorreu sobre o que pensava sobre o futuro ICM:

A ideia de ter um Instituto Central de Matemática, onde se concentrem todas as atividades de ensino e de pesquisa, me parece excelente, e eu espero que essa ideia venha a ser posteriormente copiada por outras universidades brasileiras. Atualmente há uma enorme carência de matemáticos no Brasil, devido ao aparecimento de várias escolas de Engenharia, faculdades de ciências, centros de pesquisas, em todo o país, de modo que não será fácil conseguirmos, dentro de três anos, o número total de matemáticos previstos pelo corpo docente da Universidade de Brasília [...] além disso, é necessário que desenvolvamos a parte de Matemática Aplicada, que até hoje

não foi estudada no Brasil. É possível que a Universidade de Brasília venha a ter um centro de cálculo numérico, que corresponderá, no setor de matemática, à Física Experimental, no campo da Física. (NACHBIN, 2011, p. 119).

Esse depoimento indica que, ao assumir a coordenação do ICM, Nachbin tinha a intenção de criar uma Instituição com alta produtividade científica e capaz de formar seus próprios docentes.

Devido ao seu reconhecimento e contato com a comunidade Matemática internacional, Nachbin abriu as portas para que vários pesquisadores brasileiros estudassem fora do país. Pois,

Nachbin orientou doutorados, participou de conferências internacionais e atuou em cursos e temporadas em diversas universidades no exterior. É inegável que Leopoldo Nachbin foi importante para a então nascente comunidade matemática brasileira, o que não o privou de embates em algumas instituições que atuou. Os primeiros matemáticos brasileiros que foram bolsistas dessas instituições se tornaram fundamentais no estímulo dos intercâmbios que vieram a acontecer logo em seguida, inclusive sugerindo e recomendando colegas brasileiros para participarem dos programas de fomento das fundações e para irem aos centros matemáticos estadunidenses. (TRIVIZOLI, 2013, p. 8).

Portanto, a produção científica e a influência de Leopoldo Nachbin entre os matemáticos nacionais e internacionais colocou o Brasil dentro do circuito de pesquisa matemática mundial.

Segundo André Nachbin (2012), a União Matemática Internacional – IMU colocou no primeiro escalão da matemática mundial os Estados Unidos, o Japão, a França e a Alemanha e, no segundo, está o Brasil juntamente com a Suíça. Instituições tais como IMPA, PUC/RJ, UFRJ, USP, UNICAMP e UnB dentre outras, possuem pesquisadores matemáticos em plena produção, dessa forma, o país se mantém em uma boa posição mundial.

É possível pensar que o movimento realizado por Leopoldo Nachbin, em torno do incentivo à pesquisa matemática e à capacitação dos pesquisadores brasileiros, estava diretamente relacionado à formação do campo científico matemático.

Para Bourdieu (2013, p. 113), o campo científico é um lugar onde se disputa o domínio da autoridade e da competência científica, onde as práticas científicas produzem e supõem uma concorrência de ideias e

seus membros possuem uma posição que depende de sua carreira, capacidade e produção científica.

Esse campo científico matemático já vinha se constituindo desde os anos 1930, quando surgiram as primeiras universidades, principalmente a USP e a FNF, que dispunham de cursos de Matemática e tiveram em Nachbin um grande incentivador da ampliação e legitimação desse campo.

4.2 A criação do ICM/MAT

O ICM/MAT surgiu em 1962 e tinha como coordenador geral o professor Leopoldo Nachbin.

A Universidade de Brasília tem sua estrutura com base em Institutos Centrais, aos quais compete o ensino de tôdas as disciplinas básicas da universidade. Assim, o Instituto Central de Matemática tem a atribuição de ministrar todos os cursos de matemática que os diversos setores da Universidade venham necessitar. O Instituto Central de Matemática sob coordenação geral do professor Leopoldo Nachbin, tem seu núcleo formador no atual Departamento de Matemática. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1963a, p. 1).

Os Institutos Centrais de Matemática, Física e Química tinham laboratórios e equipamentos comuns. Os alunos desses institutos, depois de concluídos os estudos básicos, podiam prosseguir estudando por mais um ano no instituto para alcançar o grau de bacharel ou poderiam seguir para a Faculdade de Tecnologia e completar “sua formação como engenheiro civil ou especializado em engenharia química, mecânica, eletrônica, metalurgia, geologia ou de produção industrial” (BRASÍLIA, 1962, p. 26). Aqueles que quisessem tornar-se pesquisadores poderiam prosseguir seus estudos a fim de alcançarem o grau de mestre ou doutor ou também complementar seus estudos na Faculdade de Educação e se licenciarem como professores de ensino médio.

Aos bacharéis, por qualquer destes três Institutos, que revelarem especial talento para a pesquisa, se oferecerá a oportunidade de prosseguir nos estudos por dois anos mais, a fim de graduar-se como pesquisadores no respectivo campo, sendo facultado continuar os estudos até o doutoramento àqueles que se interessarem pela carreira universitária ou

desejarem o aprimoramento científico. O grau de bacharel dá o ensejo de encaminhar-se a duas outras Faculdades profissionais, a saber: a de Educação, para os que desejarem licenciar-se como professores de nível médio de *Matemática*, Física ou Química, ou a de Biblioteconomia, para os que quiserem graduar-se como bibliotecários especializados em ciências exatas. [Grifo nosso]. (BRASÍLIA, 1962, p. 26).

Para implantar esses institutos, o Conselho Diretor da UnB contava com os recursos e assessoria técnica de organizações, universidades internacionais e fundações. (TODOROV, 1995, p. 11).

Os institutos tinham como função:

- a) ministrar cursos básicos de ciências, letras e artes;
- b) formar pesquisadores e especialistas;
- c) dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades. (PADOVANI, 1968, p. 3).

No Estatuto de 1970, há uma mudança e o Instituto Central de Matemática, que teve seu nome alterado para Instituto de Matemática no Estatuto de 1968, passou a ser um departamento dentro do Instituto de Ciências Exatas – IE que reuniu as áreas de Física, Geociências, Matemática e Química. (TODOROV, 1995).

Em 1974, um ato da reitoria criou o Departamento de Estatística que também passou a fazer parte do IE. Nas décadas de 1980 e 1990, os departamentos de Geociências, Física e Química tornaram-se institutos e o IE passou a ser composto pelos departamentos de Matemática, Ciência da Computação e Estatística. Atualmente o IE continua oferecendo as disciplinas do curso básico para todas as unidades acadêmicas do câmpus Darcy Ribeiro²⁵, além de cursos de mestrado em Matemática, Ciência da Computação e Estatística e doutorado em Matemática. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2014).

Para uma visualização da instituição educativa em estudo, apresentaremos algumas fotografias. A figura 16 mostra uma vista aérea da UnB com o Instituto Central de Ciências – ICC, onde está localizado o Departamento de Matemática, em segundo plano. Em seguida, temos uma vista do corredor do ICC onde está localizado o ICM/MAT.

²⁵ A UnB possui campi nas regiões administrativas do Gama, Ceilândia e Planaltina. Neles há disciplinas matemáticas que não são de responsabilidade do MAT.



Figura 17 – Vista aérea da UnB.
Fonte: ceraunavolta.files.wordpress.com



Figura 18 – Vista do corredor do ICC.
Fonte: <http://www.mat.unb.br/images/random/pb270032.jpg>.

As figuras 19 e 20 mostram a entrada do MAT, atualmente.



Figura 19 – Entrada do ICM/MAT.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.



Figura 20 – Entrada do ICM/MAT.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Fizemos um levantamento dos coordenadores do ICM/MAT a partir da análise do acervo permanente da secretaria.

Período	Direção
1962	Coordenador: Leopoldo Nachbin
	Coordenador interino: Elon Lages Lima
1963	Coordenador: Leopoldo Nachbin
1964	Coordenador: Leopoldo Nachbin
	Secretário Executivo do tronco: Elon Lages Lima
1965	Coordenador: Leopoldo Nachbin
	Secretário Executivo do tronco: Elon Lages Lima
	Secretário Executivo do tronco: Carlos Falcão
1966	Coordenador: Leopoldo Nachbin
	Secretário Executivo do tronco: Carlos Falcão
	Secretário Executivo do tronco: Alberto Azevedo
1967	Coordenador: Leopoldo Nachbin
	Secretário Executivo do tronco: Alberto Azevedo
	Secretário Executivo do tronco: Ivo Bertoni
1968	Coordenador: Leopoldo Nachbin
	Secretário Executivo do tronco: Ivo Bertoni
	Secretário Executivo do tronco: Rodney Bassanesi
1969	Sem informações
1970	Chefe do MAT: José Raimundo Braga Coelho
1971	Chefe do MAT: José Raimundo Braga Coelho
	Coordenador: Djairo Guedes Figueiredo
1972	Chefe do MAT: José Raimundo Braga Coelho
	Coordenador: Djairo Guedes Figueiredo

Quadro 3 – Relação da direção do ICM/MAT no período de 1962 a 1972.**Fonte:** Arquivo permanente da secretaria do ICM/MAT.

O cargo de secretário executivo do tronco correspondia ao de coordenador em exercício e a partir dos anos 1970, o cargo de direção recebeu a denominação de Chefe do MAT.

Esse levantamento aponta a permanência de Leopoldo Nachbin na coordenação do ICM/MAT de 1962 a 1968. No entanto, entre 1961 e 1965, ele estava trabalhando, como citado anteriormente, nas universidades de Paris e de Rochester, fato que explica sua ausência no ICM/MAT, sendo constantemente substituído por um coordenador interino/secretário executivo do tronco.

No ano de 1965, os coordenadores dos cursos da UnB pediram demissão coletivamente devido às dificuldades encontradas para manter a autonomia da universidade, tendo em vista a ditadura civil-militar que se instalara no país. No entanto, Nachbin não pediu demissão e considerou um desmando de Elon, que o substituíra, abandonar o cargo. Naquele momento, Nachbin se fez presente no ICM/MAT e ajudou na reorganização do departamento no sentido de providenciar que as aulas fossem retomadas.

Numa entrevista concedida ao Canal Ciência, publicada em março de 1991, Nachbin explicou o motivo que o levou a não pedir demissão junto com todo o grupo de coordenadores da UnB em 1965. Ele disse:

Tornei-me coordenador do Instituto de Matemática da UnB a convite de seu primeiro reitor, Darcy Ribeiro. Com o golpe militar de 1964, muitos dos meus melhores amigos na universidade, como Roberto Salmeron, Jayme Tiomno e outros, pediram demissão. Eu, porém, decidi continuar, com a intenção de salvar a parte da matemática da UnB. Fiquei assim em uma situação politicamente difícil e fui alvo de críticas, mas afinal meus amigos compreenderam que eu não estava apoiando o governo militar, mas sim procurando preservar a obra de Darcy Ribeiro. (NACHBIN, 1991, p. 5).

Leopoldo Nachbin conseguiu retomar as atividades do ICM/MAT trazendo professores substitutos da Universidade Federal de Goiás – UFGO e realizando um curso de Introdução à Análise Funcional em janeiro e fevereiro de 1967. Alguns desses alunos foram convidados a trabalharem no ICM/MAT.

Tudo isso nos leva a crer que, desde a criação do ICM/MAT, Nachbin estava empenhado em estabelecer e manter um campo científico matemático. Ele manteve o ICM/MAT em funcionamento, com professores substitutos e atraiu outros docentes ministrando cursos. Posteriormente, ele conseguiu recontratar os docentes afastados durante o golpe civil militar.

4.3 O ICM segundo seus docentes

As narrativas que seguem surgiram de entrevistas realizadas com os docentes que fundaram o instituto. No dia 12 de dezembro de 2013, na sala 322 do IMPA, entrevistamos o professor Elon Lages Lima; em 25 de abril de 2014, na sala 248b do IMECC/UNICAMP, conversamos com o professor Djairo Figueiredo. A entrevista com o professor Geraldo Ávila foi concedida ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Matemática – Distrito Federal – GEPEMDF, atual COMPASSODF, no dia 29 de março de 2007.

Os fatos narrados pelo professor Mário Matos estão contidos no capítulo cinco de suas memórias as quais foram escritas entre 2010 e 2011 para registrar fatos interessantes de sua vida acadêmica encerrada em 2009. Esse capítulo, intitulado *Tempos de Brasília*, foi enviado para a pesquisadora por correio eletrônico no dia 19 de novembro de 2013. Solicitamos autorização para utilizar algumas informações neste trabalho de pesquisa e questionamos como seria feita a referência ao texto. Ele informou que o material estaria disponível na internet, em forma de um livro de memórias, pois não havia interesse em editá-lo graficamente, assim, autorizou-nos a utilizar as informações para fins acadêmicos. Em setembro de 2015, realizamos uma busca na internet a fim de verificar se as memórias já estavam disponíveis, mas não as encontramos.

A narrativa do professor Manfredo Perdigão do Carmo foi escrita a partir da entrevista concedida a Pedro Mendes e publicada na Revista Matemática Universitária, número 16, de junho de 1994.

Em 5 de agosto de 2008, o professor Roberto de Araújo Lima

concedeu uma entrevista ao grupo COMPASSODF e o professor Kleber Farias Pinto foi entrevistado pelo mesmo grupo no dia 20 de outubro de 2007. Foi a partir dessas declarações que escrevemos as narrativas da relação desses professores com a UnB. Em 29 de junho de 2014, entrevistamos novamente o professor Kleber, pois queríamos esclarecer algumas dúvidas sobre o registro de avaliação que encontramos no acervo permanente do ICM/MAT.

4.3.1 O que narrou o Professor Elon Lages Lima

O professor Elon Lages Lima nasceu em Maceió/AL, em 1929. Graduou-se em Matemática pela UB, é mestre e doutor pela Universidade de Chicago. Foi professor da UnB, das universidades americanas de Columbia, Rochester, Califórnia e do Instituto de Estudos Avançados de Princeton. Trabalhou no CNPq e, atualmente, é pesquisador titular do IMPA e membro titular da ABC. É autor de vários livros e já recebeu muitos títulos e premiações.



Figura 21 – Professor Elon Lages Lima.

Fonte: <http://www.impa.br/opencms/imagens/pesquisadores_elon_lages_lima_foto.jpg>.

Em 1962, o professor Elon foi contactado por Darcy Ribeiro cuja

intenção era que ele fosse criar o Departamento de Matemática da UnB. Elon não pôde aceitar, pois ganhara uma bolsa Guggenheim²⁶ e ia para os Estados Unidos. Então, sugeriu os nomes dos professores Djairo Figueiredo e Geraldo Ávila, os quais haviam acabado de voltar de seus doutorados em Nova Iorque.

Dois anos depois, no começo de 1964, enquanto professor visitante da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, nos Estados Unidos, Elon recebeu um convite dessa universidade para permanecer como professor. Mas, praticamente ao mesmo tempo, recebeu um telefonema de Zeferino Vaz, novo reitor da UnB, que o convidou para compor seu quadro docente. O reitor explicou a Elon que estava reorganizando a instituição, após os acontecimentos políticos de 1964, visto que muitos professores haviam se afastado da universidade. Explicou também que estava contratando renomados acadêmicos brasileiros, como por exemplo, Jayme Tiomno e Roberto Salmeron, da Física, Antônio Machado Neto do Direito, Cláudio Santoro, da Música, dentre outros.

Encantado com o chamado, o professor Elon decidiu recusar o convite de permanecer em Nova Iorque e aceitou ir para a UnB. Segundo depoimento, deixou seus colegas incrédulos com sua decisão²⁷. A razão principal para essa resolução foi a de que qualquer coisa que fizesse no Brasil, mesmo que fosse pequena, teria um significado importante e Elon tinha o interesse de ajudar o país. Além disso, considerava que o trabalho na UnB era um desafio, e isso o motivava. Também o motivou o sentimento personificado pela figura de Juscelino Kubitschek que, para o professor, era um político tradicional, mas com um sentimento de grandeza que não estava presente nos outros políticos da época e que foi

²⁶ A bolsa Guggenheim é concedida pela Fundação Memoria John Simon Guggenheim aos profissionais de excepcional capacidade produtiva ou habilidade criativa nas mais variadas áreas do conhecimento desde 1925. As bolsas são anuais e o agraciado pode utilizá-la da maneira que achar conveniente. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa_Guggenheim>.

²⁷ Um dos colegas de Elon que não concordou com sua escolha de voltar para o Brasil foi o matemático Harold Rosenberg, atualmente seu vizinho de sala no IMPA. Também voltaram para o Brasil, passaram pela UnB e depois foram para o IMPA, Jacob Palis e Manfredo Perdigão do Carmo.

capaz de construir a cidade de Brasília “no peito e na raça”.

Sobre a estrutura da UnB, Elon contou que era formada por institutos. Cada instituto dedicava-se a um grupo de atividades congêntas. Foram criados os institutos de Matemática, Física, Línguas e História, entre outros. Essa era uma concepção do Darcy Ribeiro, que era o líder de um grupo de intelectuais, que se reuniram, principalmente no Rio de Janeiro, para criar um modelo de universidade que fosse formada por institutos em vez de departamentos. Elon também explicou que Darcy Ribeiro criou a universidade sem cátedras, como já acontecia nos Estados Unidos e no IMPA.

O coordenador do Instituto Central de Matemática, o professor Leopoldo Nachbin, segundo Elon, um matemático extremamente capacitado e uma pessoa notável, não estava em Brasília, dessa forma, o professor Elon exerceu as funções de coordenador. Sua principal preocupação era organizar a pós-graduação sem deixar de lado a graduação. O instituto atendia a todas as disciplinas matemáticas da universidade e cada professor podia ministrar a disciplina que quisesse observando-se a continuidade da disciplina anterior.

Segundo o professor Elon, o mestrado e a graduação foram criados simultaneamente e, de maneira geral, os professores da graduação eram os alunos da pós-graduação. Esses alunos vinham das proximidades, Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Para darem aulas no mestrado, muitos matemáticos trabalharam como professor visitante, entre eles Manfredo Perdigão, Ubirajara Alves e Edson Durão Júdice.

Sua estada na UnB não foi muito longa, pois, durante o golpe militar, em 1964, diariamente professores eram demitidos, causando verdadeira instabilidade e insatisfação. Ele, Salmeron, e Cláudio Santoro formaram uma pequena comissão e foram falar com as autoridades sobre os acontecimentos na Universidade. Falaram com Golbery do Couto e Silva, que segundo Elon, era uma pessoa muito inteligente e sagaz e com o presidente Castelo Branco, que também se considerava um acadêmico, já que foi diretor da Escola Superior de Guerra. Tanto Golbery quanto Castelo Branco explicaram à comissão que em época de revolução, o axioma principal da academia, que era a liberdade, perdia seu valor.

Estavam em voga as regras do Exército fundamentadas na hierarquia, portanto “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Depois dessa conversa, os professores da UnB se reuniram em um auditório e decidiram pedir demissão coletivamente. Mais de 240 docentes assinaram o documento, somente uns poucos não participaram desse ato.

O professor Elon explicou que essa foi uma decisão muito difícil para todos que, de uma hora para outra, ficaram desempregados. Ele logo conseguiu trabalho na Universidade de Rochester. Assim, permaneceu em Brasília de agosto de 1964 até novembro de 1965.

Após a demissão coletiva, o governo contratou professores da Universidade Federal de Goiás em regime parcial. Dessa forma, esses professores davam suas aulas e retornavam para Goiânia. Segundo Elon, esse período foi pouco produtivo para a UnB que demorou a se recompor.

4.3.2 O que narrou o Professor Geraldo Severo de Souza Ávila

O professor Geraldo Ávila nasceu em Alfenas/MG (1933 – 2010). Foi professor de Física no interior de São Paulo. Formou-se bacharel e licenciado em Matemática pela USP, mestre e doutor pela NYU. Foi professor do ITA, em São José dos Campos/SP, do Instituto de Física Teórica de São Paulo, da Universidade de Wincosin, da Universidade de Georgetown, da UnB, da UNICAMP e da UFGO. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Matemática – SBM por dois anos.



Figura 22 – Professor Geraldo Severo de Souza Ávila²⁸.
Fonte: Acervo do grupo COMPASSODF.

O professor contou que ficou sabendo o que viria a ser a UnB, quando estava estudando na Universidade de Nova Iorque, já na fase final do seu doutorado. Naquele momento, achou que seria interessante trabalhar na futura universidade.

No entanto, quando voltou para o Brasil, foi trabalhar no Instituto de Física Teórica de São Paulo, uma instituição particular criada por José Leal Ferreira. Trabalhou nesse instituto durante 10 anos. Em 1962, o professor Elon Lages Lima, seu colega do Rio de Janeiro, foi visitá-lo. Comentou que estivera em Brasília e sugeriu que ele, Geraldo, deveria trabalhar na universidade que estava para ser fundada e, cujo coordenador geral de Matemática, seria o Leopoldo Nachbin. O professor Elon comentou também que o professor Darcy Ribeiro havia admitido vários coordenadores muito competentes em suas áreas. Então, Elon insistiu para que Geraldo fosse para Brasília.

O professor Geraldo aceitou o convite e, em sua primeira estadia em Brasília, conversou com Darcy Ribeiro, que lhe falou com entusiasmo sobre o que pretendia e reforçou que ele deveria esquecer São Paulo e ir para a nova capital do país.

Era, então, o início de 1962. O professor Geraldo interessou-se pela proposta, mas verificou que seria necessário contratar outros profissionais para trabalharem com ele e Darcy Ribeiro pediu-lhe que encontrasse mais pessoas interessadas naquele trabalho. Geraldo

²⁸ Fotografia tirada durante entrevista concedida ao GEPEMDF em 29 mar. 2007.

sugeriu o professor Djairo, que estava no IMPA. Darcy solicitou, então, que ele passasse no Rio, antes de voltar a São Paulo, e que conseguisse quantas pessoas ele considerasse necessário.

Geraldo também explicou a Darcy que ele e Djairo haviam acabado de concluir seus doutorados e sugeriu a abertura do curso de Mestrado em Matemática. Darcy compreendeu aquela necessidade e aprovou a tal recomendação. Geraldo foi ao Rio de Janeiro e conversou com seu colega do IMPA. No dia 5 de maio de 1962, o professor Geraldo chegou a Brasília e, em seguida, chegaram o professor Djairo e os alunos para o mestrado Sérgio Falcão, Nelson de Almeida Braga, Mauro Bianchini e Mário Carvalho de Matos. Esses quatro foram contratados como instrutores e ministravam as aulas para as turmas de graduação.

A universidade já tinha muitos alunos na graduação e o mestrado em Matemática também estava se desenvolvendo, quando chegaram Airton Fontenelle e sua esposa Terezinha Maria Bezerra Xavier, do Ceará, para cursar o mestrado e trabalharem como instrutores. Vieram também Marco Antônio Raupp e Eduardo Kannan Marques, do Rio Grande do Sul.

No final do ano de 1962, o professor Geraldo conseguiu mais seis alunos que haviam finalizado o curso de graduação em Matemática na cidade de Campinas/SP. Eram eles Alaciel Franklin de Almeida, Eduardo Sebastiani Ferreira, Antônio Carlos do Patrocínio, Paulo Rodrigues Esteves, Plínio Amarante Quirino Simões e Claude Paquay. Em um ano, contou Geraldo, a universidade cresceu muito e havia boas perspectivas para 1963. Para ajudar nas aulas de mestrado para todos aqueles alunos, veio para a UnB o professor Alexandre Augusto Martins Rodrigues, que estava voltando dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo em que a universidade foi crescendo, a situação política foi se agravando. Em 1963, o professor Darcy saiu da universidade. Primeiramente foi para o Ministério da Educação e depois para Casa Civil, no governo do presidente João Goulart. O professor Anísio Teixeira assumiu a reitoria da UnB. Geraldo, Djairo e Alexandre perceberam que a Universidade estava se abatendo com a situação política vigente e, por essa razão, decidiram fazer seus pós-doutorados

fora do país.

Durante a revolução, o professor Geraldo estava no Kansas, num pós-doutorado e, em seguida, foi para a Universidade de Georgetown, em Washington. Voltou para Brasília em 1972, juntamente com outros colegas, quando a situação política já se mostrava mais estável.

4.3.3 O que narrou o Professor Djairo Figueiredo

O professor Djairo Guedes Figueiredo nasceu em Limoeiro do Norte/CE, em 1934. Formou-se Engenheiro Civil pela UB, é mestre e doutor pela NYU. Foi professor das Universidades de Miami, em Coral Gables, de Ilínois e de Wisconsin, nos Estados Unidos, e da UnB. Atualmente é professor da UNICAMP, membro titular da Academia de Ciências do Estado de São Paulo, possui uma vasta produção acadêmica e recebeu várias premiações e títulos.



Figura 23 – Professor Djairo Guedes Figueiredo²⁹.
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Para o professor Djairo Figueiredo, o período de 1962 até o final de 1963 na UnB foi muito produtivo. Darcy Ribeiro saiu para ser Ministro da Educação, em seguida, foi para a Casa Civil e quem assumiu a reitoria da UnB foi Frei Mateus da Rocha.

²⁹ Fotografia tirada durante entrevista concedida à pesquisadora em 25 abr. 2014.

As aulas começaram em salas do Ministério da Saúde e depois passaram para o câmpus. Foi construído um barracão com salas em que dava para se realizar seminários e cada professor tinha um gabinete. A cobertura era de telhas de amianto e, como havia muito barro, a construção estava sobre palafitas. O espaço era dividido com o Instituto de Letras Brasileiras cujo chefe era Eron de Alencar. Posteriormente mudaram-se para um prédio próximo ao câmpus e só tempos depois o Minhocão³⁰ ficou pronto.

A universidade e, conseqüentemente, o Instituto Central de Matemática recebeu muito apoio do próprio governo para se estabelecer por influência do Darcy Ribeiro e havia a possibilidade de trazer matemáticos renomados para trabalhar, como aconteceu com Jaak Peetre e François Trèves.

Já ocorriam, naquele momento, algumas aulas de mestrado. Formaram-se, à época, Mário Matos, que foi o primeiro a receber o título de mestre, e Alexandro Ortiz³¹, um peruano que teve o professor Djairo como orientador e que depois voltou para o Peru. Também formou-se Mauro Bianchini, que trabalhou com Geraldo Ávila. Tanto Mário Matos quanto Mauro Bianchini foram professores da UNICAMP e já estão aposentados. Para Djairo, essa pós-graduação foi a primeira no Brasil que deu o título de mestre, segundo modelo norte-americano, com uma estrutura e disciplinas. No IMPA e na USP já existiam os cursos de pós-graduação, mas não se dava esse título.

O Instituto Central de Matemática era responsável pelas aulas básicas de cálculo para os cursos de Administração, Economia e Arquitetura. Segundo Djairo, a universidade fez uma coisa muito interessante: os alunos chegavam, como ainda acontece hoje, sem muita base, por isso, recebiam aulas nos chamados cursos de recuperação nos quais se visava complementar a formação do aluno a fim de que ele ficasse pronto para o curso de Cálculo.

Djairo explicou que para ele era oportuno ir para Brasília, não só

³⁰ Nome dado ao Instituto Central de Ciências – ICC.

³¹ Alejandro Ortiz Fernández defendeu sua dissertação *Unicidade do problema de Cauchy* em 1964. Atualmente é professor na Pontifícia Universidade Católica do Peru.

pela situação pessoal, já que o salário seria melhor que a bolsa recebida no IMPA, mas por um ideal. Juscelino Kubitschek teve um papel muito importante no Brasil, pois criou um sentimento de idealismo com a construção da cidade.

Os funcionários públicos que iam trabalhar em Brasília recebiam a famosa “dobradinha”, isto é, criaram um sistema de dobrar os salários. Alguns professores questionaram Darcy Ribeiro sobre essa “dobradinha” e ele respondeu que na universidade não havia esse sistema e que eles estavam lá porque queriam estar, mas, ainda assim, havia muito entusiasmo no grupo, relembra Djairo.

Darcy Ribeiro conseguiu reunir grandes nomes em torno da UnB, desde sua estruturação, que foi debatida numa reunião da SBPC, até a assinatura da lei que a fundou em 1961. Já havia, no meio acadêmico, uma reação e uma pressão contra o sistema vigente que precisava de mudanças, visto que estavam surgindo no Brasil cientistas de renome, como Cesar Lattes, conhecido fora do país, e os matemáticos, Leopoldo Nachbin que tinha posição na Universidade de Rochester e Maurício Peixoto, da Universidade de Brown.

Para o professor Djairo, o ano de 1964 foi difícil porque a universidade foi cercada, havia uma lista de professores que foram presos e ficaram, por muito tempo, no Batalhão da Guarda Presidencial. Uma comissão de professores foi falar com o Ministro³², e foram informados de que ele não se poderia soltá-los, porque não se sabia quem os tinha mandado prender.

Naquele momento, o departamento estava recebendo a visita de um professor francês, François Trèves, que ficou insatisfeito com a situação e queria retornar ao seu país, mas foi convencido a permanecer até terminar sua estadia.

Segundo Djairo, embora 1964 tenha sido um ano difícil, 1969, com o AI-5, fora muito pior. Como, no início de 1964, ele recebeu uma bolsa Guggenheim, voltou para os Estados Unidos e depois foi trabalhar na

³² Essa comissão foi citada pelo professor Elon. Era composta por Elon Lages Lima, Roberto Salmeron e Cláudio Santoro e conversaram com Golbery do Couto e Silva e com o presidente Castelo Branco.

Universidade de Illinois, em Chicago. Só retornou para a UnB em 1971 quando a vida na universidade já estava se normalizando. Ao deixar a coordenação do instituto em 1964, foi substituído pelo professor Elon.

O professor Djairo voltou para a UnB porque já sabia que Amadeu Cury, da Academia Brasileira de Ciências, era o novo reitor. No entanto, antes de retornar, conversou com o reitor e notou muito entusiasmo. Foi informado de que o ex-Instituto de Matemática, já departamento, estava sendo reorganizado e que ele poderia convidar outros colegas. Djairo conversou com Marco Antônio Raupp, Adilson Gonçalves, Antônio Conde, Célio Alvarenga e Hilton Machado, que também estavam em Chicago, sobre o convite de trabalhar na UnB. Todos aceitaram e, quando voltaram para o Brasil, já estavam contratados.

Segundo Djairo, o departamento se reergueu na década de 1970, época na qual muitos matemáticos renomados foram convidados a passar uma temporada na UnB e muito material foi produzido. Ele permaneceu na UnB até fins da década de 1980, quando foi trabalhar na UNICAMP.

4.3.4 O que narrou o Professor Mário Matos³³ – Tempos de Brasília

O professor Mário de Carvalho Matos graduou-se bacharel e licenciado em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, é mestre pela UnB e doutor pela Universidade de Rochester. Foi professor da UnB, da Universidade de Rochester nos Estados Unidos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, da Universidade de Dublin na Irlanda, da Universidade Complutense de Madri na Espanha, da Universidade de Oldenburg na Alemanha e da Universidade de Nancy na França. Trabalhou no CBPF e atualmente é professor aposentado e voluntário colaborador da UNICAMP.

³³ MATOS, Mário Carvalho. *Tempos de Brasília*. Mensagem recebida por profmonicams@yahoo.com.br em 19 nov. 2013.



Figura 24 – Da esquerda para a direita Mauro Bianchini, Sérgio Falcão, Nelson Braga e Mário Carvalho Matos numa das salas do barracão de Matemática na UnB.
Fonte: Matos (2010).

O professor Mário narrou que o ano de 1962 foi cheio de surpresas. Ele e Mauro Bianchini eram bolsistas do IMPA, cujo diretor era Lindolpho de Carvalho Dias e que, naquele ano, contava com a chegada de Djairo Guedes Figueiredo para juntar-se a Elon Lages Lima e Maurício Mattos Peixoto. O IMPA contaria também com a presença do professor Pedro Nowosad que lá permaneceria até partir para um doutorado. O professor Leopoldo Nachbin havia viajado para a França onde foi trabalhar como professor visitante entre 1961 e 1963 e depois iria para Rochester nos Estados Unidos. (MATOS, 2010, p. 1).

Enquanto aguardavam o início do ano letivo, um fato importante aconteceu, o professor Djairo convidou vários estagiários para, junto a ele, trabalharem na UnB. Ele iria implantar o mestrado em Matemática e

aqueles que o acompanhassem iriam fazer esse curso e, ao mesmo tempo, seriam instrutores, dando aulas no ciclo básico. O salário de instrutor estava bem acima da nova bolsa que estávamos recebendo. Informou ainda que Geraldo Ávila, doutorado como ele pela NYU, iria também trabalhar lá. Quatro dos estagiários³⁴ (Sérgio, Nelson, Mauro e eu), achando a ideia boa, aceitaram a proposta. (MATOS, 2010, p. 1).

A UnB já fora incluída no projeto inicial de Brasília e foi construída

em um terreno situado entre a Asa Norte e o Lago Paranoá. Em 15 de Dezembro de 1961, o presidente João Goulart sancionou a lei 3.998, criando a da Universidade de Brasília, UnB. Darcy Ribeiro foi o idealizador e o primeiro reitor dessa universidade. No Brasil, foi a primeira a ser dividida em

³⁴ Mário Carvalho Matos, Mauro Bianchini, Nelson Braga e Sérgio Falcão.

institutos centrais e faculdades. Foram criados os cursos-tronco, nos quais os alunos tinham a formação básica durante dois anos, depois seguiam para os institutos e faculdades. Leopoldo Nachbin, convidado por Darcy Ribeiro, era o coordenador do Instituto de Matemática. (MATOS, 2010, p. 2).

Dias depois, os quatro ex-estagiários do IMPA já estavam em Brasília, morando num alojamento provisório e trabalhando na correção de provas do primeiro vestibular da UnB.

Naquelas provas havia um certo número de erros grosseiros e frases sem nexo, que em alguns casos eram até cômicas. Mas havia também provas quase perfeitas. Foram 413 alunos aprovados para os quatro cursos que a universidade iria oferecer naquele primeiro ano: Direito, Administração e Economia, Letras Brasileiras, e Arquitetura e Urbanismo. (MATOS, 2010, p. 2).

Resolveram o problema de alojamento alugando quartos de um morador da Asa Norte e também compraram um carro, Jeep, que seria dirigido por Sérgio, o único que tinha carteira de motorista.

A percepção de Mário sobre Brasília era a seguinte:

Brasília era realmente diferente das cidades usuais que conhecíamos na época. Cada superquadra fora planejada para ser auto suficiente, com uma área de comércio, escola, e jardins entre os blocos de prédios. Na superquadra em que ficamos nos primeiros dias, quase não víamos os vizinhos moradores do nosso prédio ou dos outros. As pessoas chegavam de carro, saltavam do mesmo e subiam para seus apartamentos. Quando saíam, pegavam seus carros e desapareciam. Não víamos pessoas passeando pelos jardins ou reunidas em grupos para uma conversa informal. Mais tarde descobrimos que o único ponto da cidade que tinha alguma semelhança com as cidades brasileiras era a W3, uma rua, que se tornara comercial, com vários restaurantes. Ali as pessoas passeavam pelas calçadas e formavam grupos para conversar. A rodoviária da cidade era outro lugar onde se viam muitas pessoas reunidas, frequentando lanchonetes e cafés. Mas não era um ponto de encontro, era simplesmente um lugar de passagem. Um aspecto triste da rodoviária eram as longas filas formadas por trabalhadores sem emprego, que ali iam buscar as passagens gratuitas distribuídas pelo governo, para a voltar às suas regiões de origem. Em 1962 o ritmo de construção da cidade diminuía e o desemprego campeava. Havia favelas que o governo tentava acabar fazendo remoção para as cidades satélites. Aquela oferta de passagens na rodoviária fazia parte desse esforço.

A umidade relativa do ar média era muito baixa, melhorando um pouco na época das chuvas. Os jardins das superquadras e das casas situadas acima da W3 eram regados com muita frequência, mas mesmo assim a grama não estava lá essas coisas. Diziam que o Lago Paranoá, que era artificial, fora criado com o objetivo de melhorar a umidade do ar da região.

Isso estaria dando certo, pois desde a sua formação aquela taxa estava aumentando de ano para ano. (MATOS, 2010, p. 4).

Parte da universidade funcionava no Ministério da Educação (reitoria e administração) e outra parte, no Ministério da Saúde. Sobre a inauguração da UnB e as primeiras aulas, o professor descreveu assim:

As aulas na universidade começaram em 9 de Abril. No campus da UnB havia 13 mil metros quadrados de área sendo construída, distribuídos em nove prédios. Apenas os estudantes de Arquitetura e Urbanismo assistiam às aulas no campus em obras. Os outros cursos eram ministrados no nono andar do Ministério da Saúde. Nós dávamos aulas no campus e muitas delas, no início, foram dadas em barracões de madeira, com mesas e cadeiras improvisadas para os alunos. Cheguei a dar aulas na sala de estar da OCA, que era uma residência para instrutores e professores da universidade, os alunos sentados em cadeiras e sofás e eu explicando o assunto num pequeno quadro negro colocado sobre um cavalete. Tempos de improvisação. O Instituto de Matemática ficava num barracão de madeira e tinha duas salas de aula, com quadros negros razoáveis e algumas salas com escrivaninhas. Djairo e Geraldo tinham salas individuais e nós quatro nos dividimos em duas salas, Mauro e eu em uma, Sérgio e Nelson em outra. Naquele primeiro semestre, já tivemos duas disciplinas de mestrado ministradas por Geraldo e Djairo. A inauguração oficial da UnB, deu-se às 10 horas do dia 21 de abril de 1962, no Auditório Dois Candangos, finalizado 20 minutos antes. Seu nome homenageia os pedreiros Expedito Xavier Gomes e Gedelmar Marques, que morreram soterrados em um acidente durante a construção. (MATOS, 2010, p. 3).

No primeiro ano do curso de mestrado, houve quatro disciplinas ministradas por Geraldo e Djairo e um curso de álgebra ministrado por Jacy Monteiro, durante as férias do início do ano, era o chamado curso de verão.

Em geral estudávamos no barracão da Matemática no campus, mesmo à noite, embora algumas vezes acabássemos fazendo algo em casa. No primeiro ano do curso de mestrado fizemos quatro disciplinas ministradas por Geraldo e Djairo, ambos excelentes expositores. Numa das aulas, Geraldo, segurando o giz numa mão e um cigarro na outra, acabou se confundindo e levou o giz à boca para uma tragada, provocando incontroláveis risadas nos quatro alunos. No verão tivemos um curso de álgebra dado por Jacy Monteiro. Este, além de um excelente professor, acabou se tornando um amigo de todos nós. Com ele visitamos Goiânia e outras pequenas cidades de Goiás nos fins de semana. (MATOS, 2010, p. 6).

Em 1963, novos instrutores e um professor para o mestrado chegaram,

o número de alunos e instrutores aumentou. Assim, Antônio Carlos do Patrocínio, Eduardo Sebastiani, Paulo Esteves, Plínio Quirino Simões, Alaciel e Claude vieram de Campinas. Do Rio Grande do Sul, Marco Antônio Raupp e Kanan. Do Ceará chegou João Bosco Pitombeira de Carvalho, que ficaria em Brasília até sua planejada viagem em Setembro para fazer o curso de doutorado em Chicago e daria um curso de Álgebra Linear, seguindo o livro do Gelfand. Vieram também Airtton e Terezinha. Alejandro Ortiz Fernandez, um peruano, James Scarafield, um baiano, também chegaram. Geraldo Ávila havia visitado a Faculdade de Filosofia de Campinas e feito uma reunião com os alunos de último ano da graduação em Matemática. Isso explica o número de novos instrutores procedentes de Campinas. Todos foram residir na OCA. (MATOS, 2010, p. 7).

Chegou também para ministrar a disciplina Aplicações da Álgebra Linear à Geometria, no mestrado, o professor Alexandre Martins Rodrigues da USP. Esse docente tinha a intenção de permanecer em Brasília, mas desistiu. Deram aulas nesse ano os professores visitantes Jaak Peetre e François Trèves.

Em setembro de 1963, o professor Geraldo Ávila foi passar nova temporada nos Estados Unidos. Nesse mesmo ano, Sérgio Falcão e Nelson Braga voltaram para Fortaleza, foram trabalhar no Departamento de Matemática da Universidade Federal do Ceará – UFCE.

Já em 1964, Mário Matos, Mauro Bianchini e Alejandro Ortiz terminaram seus mestrados em Matemática na UnB. Os dois primeiros já tinham o projeto de ir fazer o doutorado em Rochester no mês de setembro de 1965.

O ano de 1964 começou com a conclusão dos mestrados de Mauro e eu. Minha dissertação foi orientada por Djairo e Mauro foi orientado por Geraldo. Lembro-me de datilografar minha dissertação em uma Remington portátil, presente de aniversário dos meus 16 anos, durante o mês de Janeiro de 1964. Um dos membros de minha banca foi Manfredo Perdigão do Carmo, que seria professor da UnB em 1965. Eliseu Resende foi membro da banca de Mauro. As duas dissertações foram aprovadas em Março daquele ano, mas o grau de mestre só nos foi concedido em Julho, quando fomos promovidos a professores assistentes. Somos os primeiros mestres em Matemática do Brasil formados num curso de mestrado institucionalizado. (MATOS, 2010, p. 12).

Ainda em 1964, o Instituto Central de Matemática mudou-se para um prédio próximo ao câmpus,

o prédio do CIEM, Centro Integrado de Ensino Médio. Agora haviam várias salas de aula, escritórios para os professores e uma ampla sala para a biblioteca. No início da UnB, Darcy Ribeiro havia obtido uma boa verba para compra de livros e revistas, mas andou reclamando que os diversos setores da universidade não estavam fazendo os pedidos na quantidade esperada. A exceção era o Departamento de Matemática, razão pela qual Djairo recebeu elogio público do reitor. Para uma biblioteca que começara em 1962, o que ela apresentava no início de 1964 era impressionante. (MATOS, 2010, p. 12).

Outros docentes chegaram ao instituto, ainda em 1964. Eram eles, Elon Lages Lima, Ubirajara Alves e Manfredo Perdigão do Carmo.

Essas informações, extraídas do texto de memórias acadêmicas do professor Mário Matos, são apenas uma parte de um texto de onze páginas nas quais ele conta outros acontecimentos muito interessantes sobre sua estada em Brasília. Grande parte dos fatos por ele narrados ainda não tinham sido abordados por nenhum outro fundador do atual Departamento de Matemática da UnB.

Por meio de nossa troca de correspondência eletrônica, o professor Mário informou que Nelson Braga já havia falecido. Não conseguimos fazer contato com Sérgio Falcão no endereço por ele indicado.

4.3.5 O que narrou o Professor Manfredo Perdigão do Carmo

O professor Manfredo nasceu em Maceió/AL em 1928. Formou-se em Engenharia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e cursou o doutorado em Matemática na Universidade da Califórnia. É pesquisador emérito do IMPA e membro da ABC. Publicou vários livros e artigos.

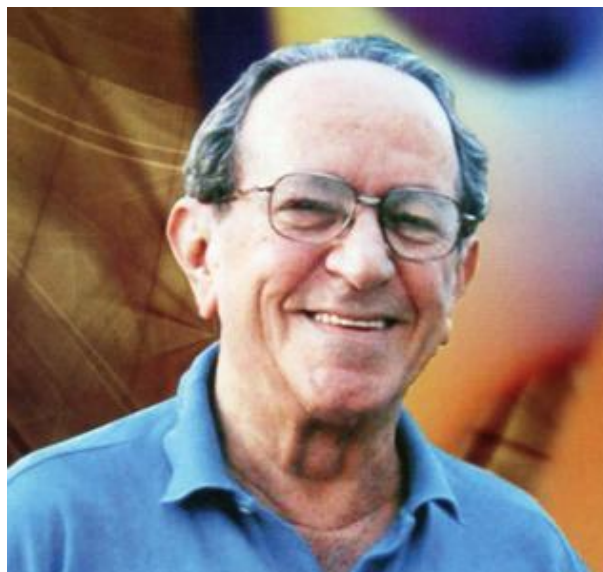


Figura 25 – Professor Manoel Perdigão do Carmo.

Fonte: <http://fotos00.laopiniondemurcia.es/fotos/noticias/318x200/2012-05-09_IMG_2012-05-09_00:23:15_00801mumu.jpg>

Em 1947, Manoel iniciou o curso de engenharia civil na Escola de Engenharia do Recife. Terminou o curso em 1951 e voltou para Maceió onde começou a trabalhar no Departamento de Estradas de Alagoas. (MENDES, 1994).

No ano de 1955, após passar alguns meses no Departamento de Matemática do ITA, ele foi trabalhar na Escola de Engenharia do Recife e passou os dois anos seguintes estudando Matemática. (MENDES, 1994).

Participou do I Colóquio Brasileiro de Matemática em Poços de Caldas/MG e entrou em contato com um grupo de pessoas que tinham os mesmos objetivos que os seus. A partir desse Colóquio, Manoel direcionou seus estudos para a geometria diferencial. (MENDES, 1994).

Em 1959, esteve no IMPA fazendo um estágio de especialização e, em setembro de 1960, foi para a Universidade da Califórnia estudar geometria diferencial com Shiing Shen Chern, o mais destacado geômetra diferencial da época. (MENDES, 1994).

Após obter o título de doutor em 1963, Manoel voltou para o Recife, onde trabalhou na Escola de Engenharia, na Faculdade de Filosofia e no Instituto de Física e Matemática. (MENDES, 1994).

Em 1965, decidiu aceitar o convite do professor Elon e foi trabalhar na UnB. O professor Manoel narrou que o ambiente universitário era

excelente, respirava-se ares de renovação, apesar de várias dificuldades físicas. (MENDES, 1994).

A UnB tinha a função de suprir as necessidades culturais da cidade em formação. Dessa forma, aos sábados, havia concertos organizados por Cláudio Santoro e sessões de cinema organizadas por Nelson Pereira dos Santos. (MENDES, 1994).

Mas, logo em seguida, começaram os problemas com os militares e o clima tornou-se tenso, os coordenadores de alguns departamentos pediram demissão coletiva e os professores entraram em greve. Em outubro, quase todos os professores pediram demissão e partiram para outras instituições no Brasil e no mundo. Manfredo considera que essa foi uma perda irreparável que ainda não havia sido avaliada. (MENDES, 1994).

Ao sair da UnB, em 1965, Manfredo foi para Fortaleza trabalhar como professor visitante no Instituto de Matemática da UFCE que estava iniciando o programa de mestrado. Foram com ele os colegas Plínio Simões e José Ubirajara Alves. (MENDES, 1994).

Em Fortaleza, o professor Manfredo ocupou-se das aulas no mestrado e na escrita final do seu primeiro livro de Geometria Diferencial. Ele ficou muito chateado com os acontecimentos ocorridos na UnB, assim, partiu, em 1967, para Berkeley, a fim de utilizar uma bolsa Guggenheim. (MENDES, 1994).

4.3.6 O que narrou o Professor Roberto de Araújo Lima

O professor Roberto de Araújo Lima cursou a FNFi e foi aluno de Leopoldo Nachbin na disciplina Álgebra Moderna, porém não terminou os estudos nessa faculdade. Mais tarde, graduou-se em Matemática pela Faculdade Fluminense de Filosofia, em Niterói/RJ. Trabalhou no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP de 1947 a 1960, no Rio de Janeiro, onde conheceu as ideias de Anísio Teixeira e participou de cursos ministrados por Darcy Ribeiro. Participou e foi

aprovado no primeiro concurso nacional para professor da nova capital e foi trabalhar no Ginásio da CASEB – Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília.



Figura 26 – Professor Roberto de Araújo Lima³⁵.
Fonte: Acervo do grupo COMPASSODF.

Roberto ficou sabendo o que seria Brasília e como seria seu plano educacional por meio de um colega de trabalho. Ele se entusiasmou muito com a ideia, por isso decidiu se mudar para a nova capital.

Brasília era um fim do mundo, né! Como diria, acho, Noel Rosa Brasília era um “rancho fundo, que fica bem pra lá do fim do mundo”. Brasília era o fim. Aqui, tinha índio, tinha cobra na rua, não tinha nada. Decidi vir e me inscrevi num concurso. E me disseram, você não precisa fazer o concurso, você é funcionário do MEC. Eu disse, eu vou fazer o concurso. E minha esposa se inscreveu também. Ela tinha Psicologia, fizemos o concurso, fomos aprovados e viemos para cá. Chegamos a Brasília, pela primeira vez, no dia 9 de abril de 1960. Por isso, nós somos do Clube dos Candangos Pioneiros. Viemos escolher os apartamentos; já havíamos sido contratados. (LIMA, 2008).

³⁵ Fotografia tirada durante entrevista concedida ao grupo COMPASSODF em 5 mar. 2008.

Após passar no concurso para trabalhar na CASEB e, como já era funcionário público federal, Roberto ficou à disposição do sistema educacional de Brasília de 1960 a 1964.

No dia 16 de maio de 1960, foram iniciados os trabalhos no Ginásio da CASEB, cujo prédio de madeira fora construído em sessenta e oito dias. Para ele, foi um trabalho gratificante e árduo, pois os alunos vinham de todas as partes do Brasil com as mais diversas formações e idades. As aulas eram conversas, já que não havia quadro de giz, e ele utilizava o livro do Osvaldo Sangiorgi.

Roberto descreveu seu trabalho assim:

Era um trabalho de educação integral. Eu não ensinava só Matemática. A gente procurava trabalhar e desenvolver a atitude dos alunos, a formação mais integral. Por outro lado, os alunos também tinham liberdade, como aconteceu várias vezes comigo. Professor, eu, hoje, preciso do senhor, depois da aula, durante o almoço. Está bem, então vamos trabalhar. Pegava o livro de Matemática e ia resolver exercícios. [...] A nossa vida era essa. Então, o diferencial que eu vejo é que nós trabalhávamos o todo do aluno, a Matemática era um veículo. (LIMA, 2008).

Em 1962, Roberto participou do primeiro vestibular da UnB e foi aprovado para o curso de Arquitetura e Urbanismo. Na UnB, encontrou o reitor Darcy Ribeiro, seu conhecido desde o Rio de Janeiro, e foi convidado para trabalhar como auxiliar de ensino.

O Darcy, que já me conhecia, e sabendo que eu tinha o curso da Faculdade de Filosofia me chamou para dar [aulas na UnB]... porque naquele tempo eu era muito mais inteligente. Nesse caso da universidade do Darcy Ribeiro os alunos passavam no geral, mas tinham deficiências em algumas disciplinas, uma delas era a Matemática. Então, eram admitidos com a condição de fazer o curso de Matemática, cursar e sanar as deficiências que tinham. Então, eu entrei nessa faixa. Eu, o Kléber e o Rivera dávamos aulas disso. (LIMA, 2008).

Dessa forma, Roberto era docente do ICM/MAT e também aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo. Em 1964, deixou a docência na UnB e retornou para o MEC, mas continuou sua graduação e formou-se arquiteto, que era um sonho desde os tempos do Rio de Janeiro.

4.3.7 O que narrou o Professor Kleber Farias Pinto

O professor Kleber Farias Pinto foi catedratura da Escola Normal de Ouro Preto e formou-se engenheiro na Escola de Minas em Ouro Preto/MG.

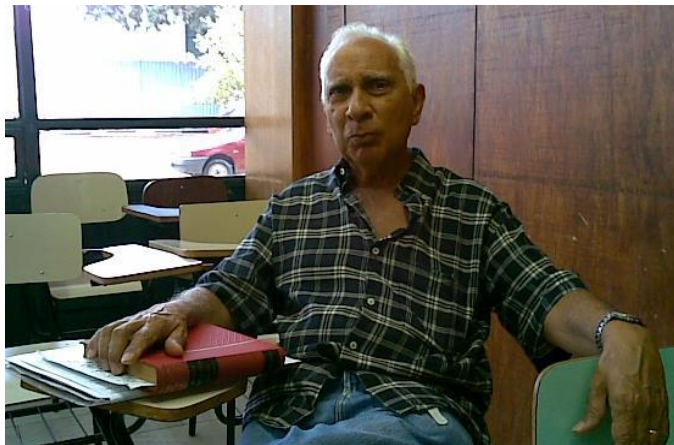


Figura 27 – Professor Kleber Farias Pinto³⁶.
Fonte: Acervo do grupo COMPASSODF.

Kleber contou que ao chegar em Ouro Preto/MG, depois de deixar sua terra natal, Aracaju/SE, foi trabalhar como professor em um dos ginásios da cidade para poder se sustentar e estudar engenharia. Explicou que estudava bastante o conteúdo a ser ministrado nas aulas a fim de encontrar maneiras para simplificar a Matemática visando a um melhor entendimento por parte dos alunos e, por isso, conseguia manter um bom diálogo com os estudantes. Ele considera que sempre teve competência para simplificar a Matemática e, dessa forma, facilitava a aprendizagem dos discentes (PINTO, 2007). E foi essa competência para ensinar Matemática que o levou a trabalhar com as disciplinas de embasamento matemático no ICM/MAT.

Em 1958, após convite do próprio Juscelino Kubitschek, que precisava de uma equipe competente e de sua confiança para realizar a construção de Brasília em um curto prazo, Kleber foi trabalhar na construção da estrutura da rede elétrica de Brasília. Nas palavras de Pinto (2007):

³⁶ Fotografia tirada durante entrevista concedida ao grupo COMPASSODF em 20 out. 2007.

Brasília foi feita em três anos e meio. Para fazer uma cidade em três anos e meio, ele [JK] tinha que ter uma equipe certa, ele tinha que ter uma equipe competente e correta, que não fosse picareta, não fossem trambiqueiros que vinham para cá fazer negociata. Então, ele descobriu o homem-chave para isso, que ele conhecia. Era o presidente da Comissão de Finanças do Congresso, que se chamava Israel Pinheiro. Então, ele foi atrás de Israel e disse: – “Israel, renuncie a sua função de presidente da Comissão de Finanças do Congresso e você vai ser nomeado como engenheiro para ser o construtor de Brasília. Em você eu acredito”. E Israel disse: – “Eu posso escolher livremente quem eu vou levar para lá?”. JK disse: – “Vamos fazer um decreto e eu vou cuidar da legislação que vai lhe dar plenos poderes para você nomear quem você quiser, para você fazer contratos com determinadas empresas que você escolherá, com permissão do Presidente da República e do Congresso Nacional”. Então, deram plenos poderes para o Israel Pinheiro. Quem era Israel Pinheiro? Israel Pinheiro era um engenheiro da Escola de Minas de Ouro Preto. Era um dos mais brilhantes engenheiros que foram formados em Minas Gerais, lá em Ouro Preto. Então, o que fez Israel? Pegou a patota dele de Ouro Preto, pessoas que ele conhecia que tinham dignidade, respeitabilidade e tinham competência e trouxe todos eles para construir Brasília. Brasília foi construída por Ouro Preto.

Já em Brasília, Kleber acabou participando do concurso para professor de ensino médio do sistema educacional da cidade, no qual foi aprovado e atuou como professor de Matemática, acumulando as duas funções.

Sobre a criação da UnB, Pinto (2007) narrou o seguinte:

Darcy Ribeiro inventou de criar uma universidade em Brasília que seria diferente de todas as outras universidades. Para criar uma universidade em Brasília era a coisa mais simples, era o presidente da república baixar um decreto, como todas as universidades, baixava-se um decreto criando a universidade e seu estatuto. Darcy Ribeiro que era muito atrevido disse: – “Não. A minha Universidade de Brasília não vai ser criada pela cabeça e nem por um ato do presidente da República. Eu quero criar um projeto de lei, quero que o Congresso Nacional discuta totalmente isso, que coloque todas as objeções, para depois, através de uma lei, criar a minha universidade. Eu não aceito universidade criada por decreto”. Ele tinha sido designado para criar e assim foi. Eu ajudei o Darcy no Congresso Nacional, íamos todas as tardes para lá para discutir. Foi através de uma lei. E essa universidade foi criada por uma lei altamente diferenciada das demais. Começava que não tinha nota de 1 a 10 como toda universidade tinha. Tinha os conceitos “MM”, “MS”, coisa que ninguém nem sabia o que era. Os cursos eram feitos de maneira diferenciada em blocos: eram os cursos básicos, depois os cursos de formação profissional. Tudo diferente e com uma lei. Então, o Darcy disse: – “Minha universidade... só aceito se for feita por uma lei do Congresso. Eu quero que ela seja discutida e implantada

com seriedade e respeito de todo mundo porque não é mais uma universidade, é a Universidade de Brasília”.

No início de 1962, Kleber foi contratado para elaborar a prova de Matemática do primeiro vestibular da UnB e depois passou a trabalhar como auxiliar de ensino. (PINTO, 2014).

Ele contou que, quando houve o primeiro vestibular, a UnB funcionava no segundo andar do Ministério da Saúde e, após a inauguração, o ICM passou a funcionar em umas casinhas de madeira próximas ao primeiro prédio construído. (PINTO, 2014).

Sobre a invasão militar em 1964, Kleber contou que:

o Exército e a Polícia fizeram um cerco, por toda a universidade e foram avançando. A essa altura, eu estava dando aula na Faculdade de Tecnologia. Eu era professor lá no Material e Construção. Ouvi um barulho “Tá!”. Parecia um tiro. Aquele barulho e um burburinho. Então, nós saímos da sala, no começo do Minhocão. O primeiro trecho do Minhocão era a Faculdade de Tecnologia. Tinha um bando de gente correndo. Ficamos naquela balaustrada lá de cima, sem saber nada, sem noção de saber o que era que estava acontecendo. Quando vimos chegar soldados. “Que horror! O que é isso?” Tinha um rapazinho... esqueci agora o nome dele, também na balaustrada. Saiu um tiro e bateu na cabeça dele. O cara estava a dez metros de mim. O universitário. Eu olhei... o tiro na cabeça e ele caiu, assim de bruços. Na balaustrada saiu um monte de gente correndo. Eu me deitei no chão, de bruços, fiquei lá quieto deitado no chão. Outro colega meu, que era professor da Tecnologia e era militar, voltou lá e acudiu. Era o Valdemar, era o Valdemar. Acudiu o Valdemar. Pegou o garoto e saiu com ele nos ombros, ele saiu com um cartão militar para passar e levar o menino para o hospital. Conseguiu levar. Todos os outros ficaram presos. Fomos presos, todo mundo de mão na nuca. Todo mundo veio aqui para o Multiuso. Tinha um campo de basquete lá. Então, cercou todo mundo lá, em silêncio. Havia um monte de repórteres tirando retratos, inclusive meu retrato saiu no Correio Braziliense. Ficamos presos ali, incomunicáveis durante o dia inteiro, até que lá pelas cinco horas da tarde foram nos liberando. Eles queriam pegar o Honestino. Aquilo causou um grande impacto na universidade. E, depois, a demissão coletiva de duzentos professores, todos num documento só. Quando eu entrei, já foi na segunda folha da lista. Passou o papel e o primeiro a assinar foi Oscar Niemeyer. (PINTO, 2007).

Kleber ficou na UnB até 1965 quando houve o pedido de demissão coletivo. (PINTO, 2014).

A seguir apresentaremos um quadro com o ano da saída dos docentes do ICM/MAT e o local para onde foram ao deixarem a UnB.

Docente	Ano de saída da UnB	Local para onde foram os docentes
Elon Lages Lima	1965	Universidade de Rochester
Djairo Guedes Figueiredo	1964	Universidade de Wisconsin
Geraldo Ávila	1963	Universidade do Kansas
Manfredo Perdigão do Carmo	1965	UFCE
Mário Matos	1965	Universidade de Rochester
Roberto de Araújo Lima	1964	Retornou para o MEC
Kleber Farias Pinto	1965	Retornou para a NOVACAP ³⁷

Quadro 4 – Ano da saída dos docentes do ICM/MAT.

Fonte: Depoimentos dos docentes do ICM/MAT.

Como podemos observar, apesar da decepção de deixar para trás o sonho de uma universidade renovada e o transtorno de mudar de cidade ou país, os docentes do ICM/MAT não ficaram sem emprego. Aqueles que já tinham um cargo público em Brasília retornaram para suas funções de origem e os acadêmicos partiram para outras universidades.

Os que partiram para os Estados Unidos, ao que tudo indica, não tiveram nenhum problema para entrar naquele país, mesmo tendo saído de uma universidade que tinha a reputação de ser “um foco de subversão dirigido por irresponsáveis” (SALMERON, 1999, p. 21), além de terem pedido demissão por não concordarem com as imposições do regime militar. Isso nos leva a crer que era do interesse dos Estados Unidos manter em suas universidades renomados pesquisadores matemáticos.

As informações contidas nas narrativas dos docentes do ICM/MAT possibilitaram-nos conhecer alguns fatos que foram dando identidade ao instituto. Seus docentes consideravam que o trabalho era um desafio, mas viam a possibilidade de muita produção acadêmica e crescimento profissional. A oportunidade de trazer profissionais de outras nacionalidades era um atrativo para que docentes de outras universidades brasileiras fossem passar uma temporada na UnB e assim, grandes matemáticos brasileiros estiveram trabalhando no ICM/MAT, gerando a troca de conhecimentos.

Tudo leva a crer que os docentes do ICM/MAT se apropriaram de

³⁷ O professor Kleber foi para Brasília trabalhar como engenheiro da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP.

um sentimento de que aquele era um espaço altamente qualificado, e quando, na crise de 1965, todos pediram demissão, consideraram aquele um prejuízo que só foi corrigido na década de 1970, quando os mesmos docentes começaram a retornar à UnB.

O governo brasileiro que buscava autonomia econômica e política já vinha traçando com os Estados Unidos, desde meados dos anos 1940, acordos de cooperação técnica para as várias áreas de ensino, tendo em vista a necessidade de formação de profissionais a fim de promover o desenvolvimento do país. Também era necessária a modernização do ensino superior para atender aos “imperativos da segurança e do desenvolvimento” (CUNHA, 2007, p. 128), por isso, em 1947, apoiou a criação do ITA e, em 1951, a fundação do CNPq e da CAPES que impulsionaram as pesquisas científicas e a concessão de bolsas de estudos no país e fora dele. (CUNHA, 2007).

É possível pensar que o governo usou o desenvolvimento da ciência e tecnologia como estratégia para o progresso do país e os pesquisadores matemáticos da UnB, que tinham representatividade na comunidade acadêmica nacional e internacional, usaram a tática de aproveitarem os benefícios, oferecidos pelos órgãos de fomento nacionais e internacionais, para se aperfeiçoarem cada vez mais em suas áreas de pesquisa e, com isso, manterem-se nas posições mais altas do campo científico matemático.

5 O MESTRADO EM MATEMÁTICA

O movimento criado em torno da fundação da UnB chegou ao conhecimento de muitos acadêmicos brasileiros até mesmo dos que estavam fora do país. Uma das pessoas que soube e se encantou com esse projeto foi o professor Elon Lages Lima que, impossibilitado de se comprometer com o projeto, indicou os professores Geraldo Severo de Souza Ávila e Djairo Guedes de Figueiredo os quais prontamente aceitaram o desafio de, junto com Darcy Ribeiro, tornar a UnB uma realidade.

Como já dissemos, os primeiros professores a chegarem para estruturar o instituto foram Djairo Figueiredo e Geraldo Ávila, ambos recém formados em seus doutorados pela NYU.

O ICM/MAT atendia aos cursos de Administração, Arquitetura e Economia. Também tinha a atribuição de oferecer cursos de pós-graduação.

As atividades em nível de pós-graduação constam de curso e programas especiais que podem compor o curso de mestrado, ao qual estão obrigados todos os instrutores. Este curso, que é o conduto natural à carreira do magistério na Universidade de Brasília. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1963a, p. 2).

O professor Djairo, antes de chegar à capital federal, trabalhava no IMPA, no Rio de Janeiro. Ao ir para Brasília, levou quatro alunos da pós-graduação daquela associação, os quais foram contratados como instrutores e passaram a ministrar aulas, atendendo aos cursos-tronco, enquanto os professores doutores ocupavam-se das aulas do mestrado para esses instrutores.

Eu [Djairo] cheguei em março, Geraldo chegou logo em seguida, e então com esse entusiasmo de formar a pós-graduação nós imediatamente começamos a discutir um programa de mestrado. Claro que isso não foi difícil, porque nós tínhamos uma formação no Instituto de Ciências Matemáticas da Universidade de Nova York, então a gente sabia exatamente o que era um mestrado. Possivelmente o mestrado da UnB fosse uma cópia exata daquele mestrado, sim, talvez tenha sido, não é Geraldo?! (AZEVEDO et al, 2005, p. 43).

Os instrutores Mário Carvalho Matos, Mauro Bianchini, Nelson Braga e Sérgio Falcão foram os primeiros alunos do curso de mestrado em Matemática da UnB, tendo seus anseios de concluir uma pós-graduação *strictu sensu* atendidos já que, imediatamente após a elaboração do programa, o curso de mestrado teve início.

Esse programa era composto por

de oito disciplinas de Matemática, duas sobre Problemas da Atualidade Brasileira, e a elaboração de uma dissertação. Cada disciplina é ministrada em um semestre de 16 semanas de trabalho efetivo. A escolha das disciplinas e do assunto da dissertação é feito pelo estudante, de comum acordo com seu professor orientador. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1963a, p. 2).

A organização dos cursos de mestrado na UnB foi realizada logo no início de 1963. Em um documento de 10 de abril de 1963, que tem no seu cabeçalho, *UNB, PÓS-GRADUAÇÃO, C-2/63*, e é assinado pelo senhor Heron Alencar, é feita a comunicação sobre a aprovação do título no qual foi registrado o grau de mestre dos candidatos inscritos em 1962 e 1963 com as especificações de Mestre em Matemática, Mestre em Letras Brasileiras, Mestre em Artes (Arquitetura e Teoria da Arte) e Mestre em Ciências Humanas (Administração, Direito, Economia, Finanças, Política e Sociologia). O documento também indica quem eram os orientadores dos cursos e, no caso do curso de Matemática, oficializa Geraldo Ávila e Djairo Figueiredo. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1963c).

O documento intitulado *Relação dos instrutores admitidos no 1º semestre de 1962 e Datas de vencimento do prazo para apresentação das teses* exibe como data de admissão de Mauro Bianchini e Mário Carvalho Matos no mestrado 1º de abril de 1962 e o vencimento do prazo para a defesa de suas pesquisas era de 11 de fevereiro de 1964. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1964, p. 7).

A posição do cargo de instrutor não estava muito clara para os funcionários da UnB, visto que não eram nem empregados e nem bolsistas, conforme se pôde extrair do documento *Sobre a posição do instrutor na Universidade de Brasília*, assinado pelo reitor Darcy Ribeiro, em 7 de maio de 1963, no qual é descrito e regimentado o trabalho dos

instrutores. Esse documento elucida que os empregados eram admitidos para realizar certo trabalho e receber remuneração estipulada em contrato. O bolsista era aluno inscrito em

cursos regulares, de pós-graduação, de especialização ou de aperfeiçoamento, e que recebe da Universidade ou de outro órgão qualquer, uma importância variável, avaliada de acordo com as suas necessidades, de manutenção, com ou sem obrigação de ressarcimento em serviço. O que se tem em vista, no caso da bolsa, é criar oportunidades materiais para a realização ou prosseguimento de estudos universitários para pessoas que se recomendem pelo seu talento e interesse na carreira acadêmica e não tenham condições de fazê-lo com seus próprios recursos. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1963b, p. 1).

Os instrutores eram bolsistas com obrigações com a UnB por um período máximo de dois anos e que aspiravam ao cargo de assistente na universidade após o recebimento do grau de mestre. A bolsa era variável, conforme o estado civil do bolsista, isto é, com mais ou menos obrigações familiares. Também diferia do cargo de auxiliar, quando a pessoa era admitida por um semestre, para realizar uma atividade específica.

A obrigação de trabalho, docente ou não, por parte do Instrutor, não o qualifica como empregado, porque deve ser concebida como um ressarcimento à Universidade pelo que dela recebe para sua manutenção, enquanto se qualifica para exercer funções docentes dentro da carreira universitária, como um profissional. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1963b, p. 2).

Os instrutores Mário Carvalho Matos e Mauro Bianchini foram os que primeiro tornaram-se mestres, em 1964. O primeiro escreveu a dissertação *Equação de Helmholtz e condições de radiação* e o segundo, *Teorema da projeção e princípio de Dirichlet*.

Em 1969, o curso de mestrado em Matemática foi suspenso até sua regularização junto ao Conselho Federal de Educação – CFE.

O esforço pioneiro da UnB para implantar a pós-graduação, em níveis de mestrado e doutorado, foi, sem dúvida, meritório, mas perdeu-se por falta de adequada estrutura e pela carência, em número, de pessoal qualificado para tarefa de tão alta responsabilidade. À atual administração, pouco depois de sua investidura, não se ofereceu outra alternativa senão a de interromper o sistema então vigente. Fazia-se o mestrado e doutorado por forma sumária, mediante a elaboração de dissertações ou teses, sob patrocínio de um orientador e depois submetidas ao exame de três especialistas, incluindo na junta o próprio orientador. Nessa época já estava em pleno vigor o histórico parecer nº 977/65, do Conselho de Educação,

e em andamento a Reforma Universitária, com disposições específicas sobre os cursos de pós-graduação, que vieram a ser consignadas na Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, e no Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, bem como no posterior parecer 77/69 daquele Egrégio Conselho. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1971a, p. 37).

O Departamento de Física foi o que primeiro se adequou às novas regras do CFE e contava com 48 alunos que tinham em vista o mestrado. Esperava-se que, no segundo semestre de 1971, a Matemática e a Química obtivessem o credenciamento. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1971a).

O Parecer 977/65, aprovado em 3 de dezembro de 1965, definiu a pós-graduação no Brasil. Segundo esse parecer, a pós-graduação: dava seguimento à graduação; conduzia ao grau de mestre ou doutor; os cursos deveriam ser aprovados pelo CFE, para que os diplomas fossem registrados no MEC e pudessem produzir efeitos legais; a duração mínima do mestrado era de um ano e do doutorado de dois anos; para ingressar nesses cursos, o estudante precisava ser aprovado em exame de seleção e, durante o curso, deveria frequentar disciplinas relativas à sua área de concentração e ao domínio conexo; no mestrado, o estudante deveria elaborar uma dissertação e no doutorado, uma tese.

Para Santos (2003), esse modelo de pós-graduação segue os padrões americanos, fortemente presentes nesse documento.

O Parecer 977 estabelecia a pós-graduação conforme o modelo norte-americano. A pós-graduação *stricto sensu* dar-se-ia em dois níveis independentes e sem relação de pré-requisitos entre o primeiro e o segundo (mestrado e doutorado). A primeira parte dos cursos seria destinada a aulas e a segunda à confecção do trabalho científico de conclusão (dissertação ou tese). Os currículos seriam compostos conforme o modelo norte-americano, que compreendia o *major* (área de concentração) e o *minor* (matérias conexas). (SANTOS, 2003, p. 630).

Silva e Azevedo (2004), no trabalho intitulado *Mestrados e doutorados em Matemática obtidos no Brasil a partir de 1942*, apresentam o mestrado em Matemática da UnB:

Na UnB o Programa de mestrado em Ciências (Matemática) foi iniciado em 1962. Sendo assim um dos primeiros Programas nessa área criados no Brasil.

Nessa primeira fase de existência do Programa os alunos que obtiam aprovação nos créditos exigidos deveriam elaborar e defender uma dissertação.

Posteriormente o Programa foi reformulado, sofreu modificações em sua estrutura possibilitando a escolha, por parte do aluno, de optar por exame de mestrado ou elaboração e defesa de uma dissertação. A partir de 1981 o Programa sofreu novas modificações. Foi introduzida a exigência de realização por parte do aluno, de um exame de qualificação antes da elaboração e defesa de uma dissertação de mestrado. O leitor observará que na UnB os alunos dos Programas de mestrado e de doutorado têm a possibilidade de optar por realizar um curso em Matemática Pura ou em Matemática Aplicada.

A UnB foi a primeira IES brasileira a conceder graus de mestre em Ciências (Matemática). Isto aconteceu em 1964.

Em 1975 foi iniciado na UnB o programa de doutorado em Ciências (Matemática). Os Programas de mestrado e doutorado em Ciências (Matemática) mantidos pela UnB são credenciados pelo MEC/CAPEL. (SILVA; AZEVEDO, 2004, p. 564).

Na relação dos títulos de mestre apresentados pelos autores, vê-se que há dissertações defendidas em 1964, 1965 e, somente em 1972, os trabalhos foram novamente relacionados. Há indícios de que esse período corresponde ao tempo em que a universidade estava providenciando a regularização do mestrado junto ao CFE.

No período de 1962 à 1972, Silva e Azevedo (2004, p. 564) listaram os seguintes trabalhos:

1964

Nome: Mário Carvalho de Matos.

Dissertação: *Princípio de Dirichlet*.

Orientador: Djairo Guedes de Figueiredo.

Data de obtenção do grau: julho de 1964.

Nome: Mauro Bianchini.

Dissertação: *Equações de Helmholtz e Condições de Radiação*.

Orientador: Geraldo Severo de Souza Ávila.

Data de obtenção do grau: julho de 1964.

Nome: Alejandro Ortiz Fernandez.

Dissertação: *Unicidade do Problema de Cauchy*.

Orientador: Djairo Guedes de Figueiredo.

Data de obtenção do grau: 1964.

1965

Nome: Eduardo Sebastiani Ferreira.

Dissertação: *Alguns Teoremas de Geometria Diferencial*.

Orientador: Alexandre Augusto Martins Rodrigues.

Data de obtenção do grau: maio de 1965.

Nome: Antônio Carlos do Patrocínio.

Dissertação: *Teoremas do Ponto Fixo*.
Orientador: Elon Lages Lima.
Data de obtenção do grau: junho de 1965.

Nome: Plínio Amarante Quirino Simões.
Dissertação: *Uma Demonstração Elementar do Teorema de Jordan, Teorema de Schoenflies Generalizado*.
Orientador: Elon Lages Lima.
Data de obtenção do grau: novembro de 1965.

1972

Nome: Paulo Rodrigues Esteves.
Exame de mestrado.
Orientador: Djairo Guedes de Figueiredo.
Data de obtenção do grau: 26 de junho de 1972.

Nome: Jairo Athayde Cavalcante.
Exame de mestrado.
Orientador: Hilton Vieira Machado.
Data de obtenção do grau: 1972.

Nome: Vasco Domingues Garcia.
Exame de mestrado.
Orientador: Geraldo Severo de Souza Ávila.
Data de obtenção do grau: 1972

Depois de 1972, verificamos que há trabalhos defendidos ano a ano, até 2009, período analisado pelos autores. A partir de 1978, também são apresentados trabalhos de doutorado.

5.1 O mestrado no período de 1967 à 1971

Dentre os vários documentos do ICM/MAT, encontramos uma pasta com formulários de frequência e menções finais de disciplinas oferecidas no mestrado em Matemática no período de 1967 à 1971. Essas disciplinas e seus docentes estão listados no quadro a seguir.

Período letivo	Disciplina	Docente
2º/1967	Espaços Métricos	Alberto de Azevedo
	Álgebra III	Alberto de Azevedo
1º/1968	Álgebra III	Alberto de Azevedo
	Álgebra IV	Alberto de Azevedo
2º/1968	Variável Complexa II	Guido Ivan Zapata Ferreira
	Análise II	Guido Ivan Zapata Ferreira

	Álgebra IV	Gervásio Gurgel Bastos
	Topologia Geral	Alberto Flávio Aguiar
1º/1969	Análise II	Carlos Antônio de Moura
	Álgebra III	Paulo Rodrigues Esteves
2º/1969	Variável Complexa II	Guido Ivan Zapata Ferreira
	Métodos Matemáticos da Física II (Seminários)	Guido Ivan Zapata Ferreira
	Equações Diferenciais Ordinárias II	José Raimundo Braga Coêlho
	Topologia Geral	Paulo Rodrigues Esteves
1º/1970	Teoria de conjuntos e Fundamentos de Matemática	Fausto Alvim Júnior
	Álgebra Linear II	José Raimundo Braga Coêlho
	Topologia Geral	Paulo Rodrigues Esteves
	Métodos Matemáticos da Física II	José Raimundo Braga Coêlho
	Fundamentos da Matemática e Teoria dos conjuntos I	Fausto Alvim Júnior
2º/1970	Integração	Paulo Rodrigues Esteves
	Análise de Regressão	Henrique Tafuri Malvar
	Introdução à Análise Funcional	José Raimundo Braga Coêlho
	Integração e Medida	Paulo Rodrigues Esteves
	Análise II	Eduardo Kanan Marques
	Álgebra III	Pedro Humberto Rivera Rodrigues
	Álgebra Linear II	Ivo Bertoni
1º/1971	Variáveis Complexas II	Paulo Rodrigues Esteves
	Análise II	José Raimundo Braga Coêlho
	Topologia	Pedro Humberto Rivera Rodrigues
	Introdução à geometria diferencial	Pedro Humberto Rivera Rodrigues
2º/1971	Linear Programming	Shri Krishna
	Variáveis complexas II	Antônio Conde e Said Najati Sidki
	Seminário de Álgebra	Adilson Gonçalves e Said Najati Sidki
	Equações Diferenciais Ordinárias II	Marco Antonio Raupp
	Análise II	Hilton Vieira Machado

Quadro 5 – Disciplinas oferecidas no mestrado entre 1967 e 1971.

Fonte: Formulários de frequência e menções do mestrado em Matemática do arquivo permanente da Secretaria do ICM/MAT.

Os documentos analisados nos dão indícios de que as aulas do mestrado em Matemática continuaram acontecendo apesar de o curso estar suspenso e de não haver defesas no período entre 1966 a 1971, além disso a maior parte dos docentes do ICM/MAT, nos anos de 1969, 1970 e 1971, estava assistindo a essas aulas no mesmo período, como se pode ver no apêndice F.

Entendemos que os conceitos de estratégia e tática criados por Certeau (1998) podem ser visualizados nessa situação encontrada no ICM/MAT, de modo que a estratégia do reitor, para seguir a orientação do Parecer 977/65, foi suspender os mestrados, até que estivessem organizados, e que pudessem seguir as determinações do documento. O ICM/MAT, no nosso entendimento, usou de uma tática ao não observar a suspensão e ao continuar a oferecer disciplinas do mestrado e os mestrandos, docentes da graduação, por sua vez, continuaram se matriculando e cursando as disciplinas mesmo diante da suspensão do curso. Quando o CFE autorizou o funcionamento do curso, provavelmente em 1971, alguns dos alunos seguiram essas orientações e concluíram seus mestrados.

Assim, tudo leva a crer que as aulas do mestrado continuaram sendo ministradas, mesmo com a suspensão desse curso pelo reitor, visando à sua adequação ao Parecer 977/65. Segundo Pinto e Novaes (2013, p. 268), “em face às ‘estratégias’ aplicadas pelo detentor do poder, os professores desenvolvem ‘táticas’ de sobrevivência, uma espécie de consumo criativo das normas advindas dos lugares de poder, que se revela em resistência”.

O quadro a seguir apresenta o ano em que alguns desses docentes concluíram seus mestrados no ICM/MAT.

Ano de conclusão do mestrado	Nome dos docentes do ICM/MAT que aí concluíram seus mestrados
1972	Paulo Esteves Rodrigues Jairo Athayde Cavalcante Vasco Domingues Garcia
1973	Isolda Hora Acioli João Ivo Bertolo

	José Augusto Raupp Maria Cristina Cunha Bezerra Maria Sylvia Marques de Campos Carneiro Nativi Viana Pereira Nilza Eigenheer Bertoni Shirlei Serconeck Telma Suaiden Walter Júlio Cortez Morales
1975	Sérgio de Alvim Carneiro Ivo Bertoni José Maria Cruz Andrade Filho Maria Auxiliadora Leão de Andrade

Quadro 6 – Nome dos docentes que concluíram seus mestrados no ICM/MAT.
Fonte: Silva e Azevedo (2004).

Fizemos uma busca no diretório da Plataforma Lattes e uma busca mais geral no Google, a fim de localizar os docentes que não concluíram seus mestrados no ICM/MAT e conseguimos encontrar as informações listadas no quadro a seguir.

Nome	Local	Ano de conclusão do mestrado
Antônio Paques	UNICAMP	1972
Brasil Terra Leme	USP	1972
Fausto Marçal de Souza	IMPA	1975
José Afonso Rodrigues Alves	UnB – aperfeiçoamento	1972
Luiz Antonio da Frota Mattos	State University of New Jersey – New Brunswick, Rutgers, Estados Unidos	1973
Maria Carmelina Fernandes	UNICAMP	1972
Nelson Antônio Borges Garcia	PUC RJ	1975
Otília Terezinha Wiermann	UNICAMP	1972
Rodney Carlos Bassanezi	UNICAMP	1971
Sebastião Antonio José Filho	UNICAMP	1972
Tarcísio Praciano Pereira	Uppsala Universitet – Suécia	1980

Quadro 7 – Docentes do ICM/MAT que concluíram seus mestrados em outras instituições. **Fonte:** Plataforma Lattes e Google.

Esses docentes, provavelmente, usaram de uma tática ao buscar outra instituição para cursar o mestrado, tendo em vista que o Parecer 977/65 regulamentou todas as pós-graduações do país.

Os mestrados da UnB serviram de modelo para o Parecer 977/65. Esse, por sua vez, regulamentou a pós-graduação nacional. A UnB teve que se adequar às minúcias das normas do documento como, por exemplo, aprovar os currículos dos cursos (graduação e mestrado) pelo CFE. As demais universidades oficializaram ou abriram seus mestrados seguindo, também, as normas desse parecer. Esse fato corrobora com a representação que a comunidade acadêmica possuía da UnB, uma universidade inovadora em sua estrutura e moderna desde sua concepção, em termos da pesquisa científica.

6 A GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA

Inicialmente o ICM/MAT ministrava as disciplinas que eram oferecidas aos alunos dos cursos de Administração, Arquitetura e Economia e visavam oferecer o “conhecimento matemático necessário às suas especialidades”. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1963a, p. 1).

Os cursos de licenciatura e bacharelado em Matemática, segundo informações incluídas no Censo da Educação Superior do cadastro e-MEC, que é um sistema pertencente à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES do MEC, começaram a funcionar em março de 1962. Nesse cadastro, o curso de licenciatura tinha uma carga horária de 2800 horas e o bacharelado, 2520 horas. No entanto, o *Diagnóstico do desenvolvimento da Universidade de Brasília de 1962 a 1968* (1969, p. 196) apresenta a informação de que o curso de Matemática, bem como outros cursos de Ciências Exatas, foram instalados em 1965.

O funcionamento dos cursos desta área de ensino [ciências exatas] iniciou-se em 1965. Tais cursos são: Engenharia, Física, Geologia, *Matemática* e Química. [Grifo nosso]. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1969, p. 77).

Os cursos das áreas de Ciências Biológicas e Ciências Exatas efetivamente se instalaram em 1966. O recrutamento do corpo docente, todavia, se fez desde 1962, com vistas à pesquisa, ou objetivando oferecer disciplinas essenciais aos alunos de outras áreas, como é o caso dos professores de *Matemática* aí incluídos. [Grifo nosso]. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1969, p. 98).

As evidências acima não nos possibilitam afirmar a data precisa do início da graduação em Matemática e não encontramos, no acervo permanente do ICM/MAT, documentos que dessem indícios de quando, realmente, esse curso começou. O fato é que, no banco de dados do MEC, esse curso começou a funcionar em março de 1962 e, nos documentos da UnB, teve início em 1965. (ANEXO B).

Sobre a graduação em Matemática, o *Anexo ao regimento geral da UnB* (1971b, p. 27) traz o seguinte:

Art. 1º. O Curso de Graduação em Matemática, de que tratará o diploma de Bacharel ou de Licenciado, destina-se à formação de profissionais para exercício na área de Matemática e de professores para o ensino das respectivas disciplinas na escola de 2º. Grau.

Art. 2º. O Curso de Matemática será ministrado em duração plena, para o bacharelado e a licenciatura, e em curta duração apenas para a licenciatura, abrangendo, respectivamente, cento e setenta e oitenta e cinco créditos, na forma do Art. 53 do Regimento Geral.

Art. 3º. O Curso de Matemática ministrado em duração plena abrangerá o 1º. Ciclo Geral, área de Ciências, a que se refere o Anexo 1, e o Ciclo Profissional regulado no presente Anexo, não se exigindo o 1º. Ciclo Geral para a modalidade de curta duração.

Em 1971, foi editado o Catálogo Geral contendo todas as informações necessárias para se conhecer a universidade. Dentre elas está o esclarecimento sobre as etapas a serem cumpridas pelo estudante a fim de obter seu diploma de ensino superior.

Sobre as disciplinas a serem cursadas, o catálogo esclarece que há o primeiro ciclo geral e o ciclo profissionalizante. No primeiro ciclo geral da área de ciências, era necessário cursar as seguintes disciplinas obrigatórias: Introdução à Física, Cálculo I, Química Geral e Biologia Geral.

Depois de terminado o primeiro ciclo geral, o estudante tinha acesso ao ciclo profissionalizante. No curso de Matemática, eram obrigatórias: Cálculo III, Variável Complexa I, Teoria dos Números, Álgebra II, Equações Diferenciais I, Probabilidade e Estatística, Cálculo Numérico e, para a Licenciatura, ainda era necessário cursar Matemática do Século I e II e as disciplinas de formação pedagógica que eram cursadas na Faculdade de Educação³⁸.

Em 2 de março de 1971, a graduação em Matemática foi aprovada pelo Parecer 123/71, do CFE. Também foram aprovados por esse conselho vários cursos que já estavam funcionando, eram eles Pedagogia, Física, Química, Geologia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Economia, História, Filosofia, Psicologia, Geografia, Letras, Engenharia, Administração, Biblioteconomia, Comunicação e Direito. Os

³⁸ Não conseguimos encontrar as disciplinas oferecidas por essa faculdade aos alunos da graduação em Matemática.

currículos de Medicina, Arquitetura e Música ainda estavam sendo preparados para serem examinados pelo CFE. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1971).

As narrativas que seguem surgiram da entrevista realizada com o professor Carlos Antônio de Moura, realizada dia 15 de abril de 2015, no restaurante da Livraria Travessa em Botafogo, Rio de Janeiro/RJ e com a professora Nilza Eigenheer Bertoni, em 18 de dezembro 2013, na sala do Sindicato dos Trabalhadores da UnB.

Essas entrevistas foram realizadas com a finalidade de conhecermos um pouco mais sobre a graduação em Matemática, por meio da memória dos entrevistados, já que “o testemunho da memória é o fiador da existência de um passado que foi e não é mais” (CHARTIER, 2015, p. 23). Carlos foi aluno e depois professor do ICM/MAT e Nilza trabalhou com a graduação nesse instituto desde 1967.

6.1 O que narrou o professor Carlos Antônio de Moura

Carlos Antônio de Moura nasceu em João Pessoa/PB, em 1945. Formou-se Bacharel em Matemática pela UnB, em 1966. É mestre em Matemática pelo IMPA e em Ciências Matemáticas pela NYU. Também é doutor em Matemática Aplicada por essa mesma universidade. Fundou e trabalhou no Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC até se aposentar. É professor aposentado do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e continua nesta instituição como pesquisador visitante nos programas de pós-graduação em Ciências Computacionais e Engenharia Mecânica.



Figura 28 – Professor Carlos Antônio de Moura³⁹.
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

O professor Carlos contou que deixou sua cidade natal com quinze anos de idade e foi morar em Brasília, com a família, em 1960.

Seu pai era motorista profissional e adepto das ideias de Juscelino Kubitschek. Ele acreditava na mudança da capital e por isso foi lá tentar a vida. As pessoas acharam essa atitude muito estranha, porque ele tinha 40 anos e com essa idade, naquela época, a pessoa já era considerada muito velha. E diziam: "– Como é que você vai mudar de vida agora? Você já tem família criada, tem um trabalho no estadual... sua mulher também. O que você vai fazer lá nesse fim de mundo?". Mas ele achava que daria mais opções para os filhos se morassem na capital, num lugar que estava crescendo.

Assim, seu pai mudou-se para Brasília em 1958, foi um candango mesmo, isto é, ajudou a construir a cidade. A cada ano, uma pessoa da família ia ao encontro do pai. Em 1959, foi a mãe e, em 1960, ele foi.

Quando deixou João Pessoa, o professor Carlos estava fazendo o segundo ano do curso científico. Chegando em Brasília, com quinze anos, já começou a trabalhar, pois havia na cidade uma carência muito grande de mão de obra, então, foi estudar à noite a fim de trabalhar de dia.

³⁹ Fotografia tirada durante entrevista concedida à pesquisadora em 15 abr. 2015.

Rapidamente tornou-se chefe de seção no Departamento de Água e Esgoto – DAE, que posteriormente transformou-se na atual Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB.

Em 1961, ele concluiu o científico, mas não acreditou na UnB, por isso resolveu fazer vestibular para o curso de Geologia da Escola de Minas de Ouro Preto/MG. Logo nas primeiras provas, percebeu que seria reprovado e nem as terminou. No entanto, considera que aquela fora uma experiência muito boa, pois aprendera muito com a tentativa.

Em 1962, a UnB começou a funcionar com cinco cursos, já que, para se criar uma universidade, era necessário, pelo menos, esse número de cursos ou de faculdades. A UnB abriu os cursos de Letras, Arquitetura, Direito, Administração e Economia. A partir de então, ele começou a acreditar na UnB e na possibilidade de estudar lá. Em 1963, fez o vestibular para Arquitetura e foi aprovado em terceiro lugar. Carlos se lembra de que fez provas de conhecimento geral, redação e um teste psicotécnico, dentre outras avaliações.

Estudou Cálculo I no Instituto Central de Matemática que já existia e possuía o curso de mestrado. Seu professor, naquela disciplina, foi Marco Antônio Raupp, ex-ministro da Ciência e Tecnologia.

O professor Carlos e três amigos, João Carlos Costa dos Anjos, atual diretor do Observatório Nacional – ON, Alberto Santoro, professor da UERJ e Moacyr Henrique Gomes de Souza, professor do CBPF, cursaram todas as disciplinas de Cálculo juntos e, mais tarde, encontraram-se novamente, já formados e doutorados, no CBPF.

Quando eles começaram a fazer Cálculo I, eram quatro turmas com vinte e cinco alunos, uma para cada instrutor. No semestre seguinte, só havia uma turma, porque os 75 alunos restantes haviam sido reprovados. Segundo Carlos, seus colegas consideravam que só deveriam ser aprovados para o próximo semestre aqueles que dominassem bem os conteúdos, isto é, os alunos que eram muito bons, que tinham talento e se esforçavam. Eles utilizavam o livro do Courant, no curso de Cálculo, e as provas eram muito exigentes.

O reitor fundador, Darcy Ribeiro, dizia que o vestibular da UnB era fácil, o difícil era sair diplomado. Reitera essa consideração o fato de que

Carlos trancou um semestre de Cálculo e os outros três colegas tiveram que esperá-lo para cursar Cálculo IV, pois eles eram os únicos alunos daquela disciplina.

Na disciplina de Cálculo I, Carlos vivenciou uma situação que considerou interessante e que o marcou. Logo na primeira aula, o professor começou a entregar uma folha em branco para fazer um exame. Eles, calouros, entrando no curso sem saber nada da universidade, pararam. Não sabiam nada de cálculo, nem do que seria dado. Ficaram perplexos. Então o professor pediu que na questão 1 escrevessem o nome dos estados dos Estados Unidos de que eles se lembrassem e, na questão 2, pediu que escrevessem o nome das repúblicas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. O professor justificou que seu pedido tinha a intenção de saber qual era o conhecimento político da turma.

Como Carlos foi aprovado em Arquitetura, fez algumas disciplinas daquele curso, por isso, aprendeu desenho a mão livre, teoria da Arquitetura, Física aplicada às construções, e outras. Em 1964, quando o professor Roberto Salmeron⁴⁰, físico, chegou à UnB, junto com outros importantes nomes científico-acadêmicos daquela época, tais como Antônio Rodrigues Cordeiro da Biologia e Otto Richard Gottlieb da Química, começaram um curso básico de Ciências⁴¹ e deram a oportunidade para quem quisesse cursá-lo. Carlos se candidatou a fazê-lo.

No entanto, o professor Salmeron resolveu reexaminar os candidatos para saber se teriam condições de permanecer no curso. Aqueles que não estivessem aptos poderiam se qualificar estudando no Centro Integrado de Ensino Médio – CIEM.

⁴⁰ Roberto Salmeron formou-se em engenharia pela USP e em física pela UFRJ. Foi conselheiro para a organização do Instituto de Física desde 1962. Em janeiro de 1964, assumiu a coordenação do Instituto de Física e a coordenação geral dos Institutos Centrais de Ciências e Tecnologia que envolvia Biotecnologia, Física, Geociências, Matemática, Química e suas relações com a Engenharia. (SALMERON, 1999).

⁴¹ Segundo Salmeron (1999), uma comissão de alunos o procurou e explicou que centenas deles havia feito vestibular para a área de humanidades, mas estavam à espera dos cursos das áreas de ciências. Para transferir esses alunos para os Institutos de Ciências, Salmeron promoveu um curso de ciências básicas e fez uma reavaliação desses estudantes.

O CIEM foi criado pelo Ato de Designação Administrativa, nº 4/63 de 24 de janeiro de 1963, e começou a funcionar em maio de 1964. No Plano diretor da UnB, ele seria o Centro de Experimentação e Demonstração Pedagógica da Escola de Educação, portanto seria articulado à universidade e usufruiria das pesquisas da universidade. Teria surgido “como medida de emergência, tendo em vista a necessidade de atender aos anseios de um ensino superior de qualidade e de corrigir os desvios de conhecimento dos recém-ingressados na Universidade, via vestibular”. (CRUZ, 2001, p. 59).

Carlos contou que não se saiu muito bem em Biologia, por isso cursou aquela disciplina no CIEM. Considera que foi um curso excelente. Explicou que a escola funcionava na L2 norte, era um prédio que tinha uns cobogós, próximo ao Hospital Universitário⁴².

Enquanto estudava no ICM/MAT, conseguiu transferir seu trabalho na DAE para a UnB com uma grande perda financeira, pois era diretor e recebia gratificação pelo cargo. Dessa forma, tornou-se monitor e ficava integralmente na Universidade. Como ele queria cursar Matemática, achava necessária aquela dedicação.

A crise de 1965 gerou a falta de professores para ministrar as disciplinas finais do curso de Matemática e, como eram apenas quatro alunos que estavam concluindo aquela formação, o reitor concedeu bolsas de estudos para que esses alunos terminassem a graduação no Rio de Janeiro. Como Carlos era funcionário da UnB, não fez jus à bolsa.

Carlos fez uma disciplina na PUC/RJ, uma na FNFi e outra no IMPA onde logo ingressou no mestrado.

Anos depois, já doutor, de posse do diploma da NYU e do IMPA, foi realizar uma atividade no LNCC. Aproveitou o contato com a colega Telma Suaiden, que trabalhava na UnB, e passou-lhe uma procuração a fim de que ela pegasse o seu certificado da graduação. Ficou surpreso ao saber que estava devendo três disciplinas, Cálculo Numérico, Geometria Descritiva e Análise Numérica. Para resolver tal situação, Carlos apresentou uma justificativa indicando que já havia ministrado essas

⁴² Atualmente funciona nesse prédio o ambulatório do Hospital Universitário.

disciplinas no período que retornou a Brasília. A UnB aceitou sua justificativa e seu diploma, portanto, foi emitido.

Essa situação também aconteceu com os colegas Ricardo José Cioglia e Luís Antônio da Frota Mattos, mas, como eles estavam ministrando aulas na UFRJ, eles resolveram a situação se matriculando como alunos nessas disciplinas.

Carlos explicou que o currículo do curso de Matemática provavelmente fora criado por Djairo e seus colegas. Na época, ainda não existia um currículo nacional, como atualmente.

Após instaurada a crise de 1965, Leopoldo Nachbin empenhou-se em reestruturar o instituto. Foi graças a sua influência que os professores de Goiás foram terminar o semestre. Para retomar o mestrado, Nachbin levou dois doutorandos para ministrar as aulas, eram Enzo Picinini e Alberto Azevedo. Esses professores não ficaram muito tempo, pois uma nova crise política ocorreu. Em seguida, chegou um novo grupo de doutores para trabalhar no mestrado, o grupo de Chicago. Faziam parte desse grupo Djairo Figueiredo, Geraldo Ávila, Marco Antônio Raupp, Antônio Conde, Célio Alvarenga e Adilson Gonçalves.

Depois de terminado o mestrado, Carlos trabalhou dois semestres na UnB, enquanto aguardava sua viagem para cursar o doutorado na NYU, a pedido de Leopoldo Nachbin, quem considera, ainda hoje, como seu grande orientador.

Quando voltou de Nova Iorque, o professor Carlos ministrou aulas no mestrado em Matemática da UnB e depois foi para o Rio de Janeiro, juntamente com Marco Antônio Raupp, para fundar o LNCC.

Carlos ficou no LNCC até se aposentar, em 1993, quando já tinha 35 anos de trabalho. Como começou a trabalhar aos 15 anos em Brasília, antes dos 50 anos de idade já tinha condições de se aposentar. Então foi trabalhar na Fundação de Meteorologia do Ceará, na UFCE, na Universidade Federal Fluminense – UFF, no Instituto Politécnico de Nova Friburgo, na UERJ e no Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ.

Questionado sobre quem era Fausto Alvim⁴³, Carlos relatou que era um gênio cujo diploma foi o número um da Universidade. Fausto nasceu com diabetes congênita e não podia se machucar porque a cicatrização era difícil. Então, como a família dele tinha condições, ele não frequentou a escola. Fausto tinha preceptores, isto é, professores que iam à sua casa. E ele era brilhante, um gênio. Bem cedo já lia inglês, francês e filosofia.

Fausto queria fazer o curso de Matemática e os professores do ICM/MAT viram que ele tinha conhecimento suficiente para ir direto para o mestrado. Dessa forma, ele recebeu o diploma da graduação e foi cursar o mestrado. Posteriormente, ele fez o doutorado em Londres.

Carlos teve a oportunidade de estudar Filosofia da Matemática tendo Fausto Alvim como docente e considera que ele era mesmo brilhante. Ficou muito impressionado com as histórias que ele contava e, ainda hoje se lembra dessas histórias.

Carlos contou que foi contemporâneo de José Raimundo Braga Coelho, atual presidente da Agência Espacial Brasileira – AEB, sendo o segundo, um semestre mais novo. Posteriormente, quando José Raimundo foi coordenador do Departamento de Matemática, Carlos foi professor visitante no ICM/MAT.

O professor Carlos ainda tem familiares morando em Brasília, assim, frequentemente volta à cidade. Também manteve contato com a UnB, foi professor visitante algumas vezes e escreveu algumas notas de Álgebra Linear e de Equações Diferenciais a partir de cursos de verão que ministrou.

Diante das informações de Carlos, fizemos uma busca nos formulários de notas e frequência do arquivo permanente do ICM/MAT e

⁴³ Darcy Ribeiro (1986, p. 17) citou o caso de Fausto Alvim em um discurso proferido na UnB: “Formamos e doutoramos, por exemplo, em quatro anos, um rapaz de alto talento matemático que não tinha nem diploma primário. A família superprotegendo-o não havia lhe dado escola, mas ele tinha uma cabeça ótima. Aqui chegou, começou a frequentar aulas de Matemática, como aluno livre, logo saltou para o Mestrado. Os matemáticos disseram que ele era ótimo, mas não podia estudar oficialmente, porque não tinha nem o ginásial. Isso eu resolvo – respondi – dei-lhe o ginásial. Em quatro anos o rapaz Fausto Alvim era doutor, não doutor feito por mim, ele fez seu doutorado na Inglaterra, brilhantemente”.

conseguimos verificar as disciplinas que ele cursou no ICM/MAT. Vimos que seu número de matrícula era 77/63 e ele cursou:

Semestre/ano	Disciplina	Docente
1º/63	Matemática I	Marco Antônio Raupp
1º/64	Introdução à Álgebra Linear	Sem informação
2º/64	Cálculo IV	Marco Antônio Raupp
	Matemática III	Marco Antônio Raupp
1º/65	Fundamentos e História da Matemática (Seminários de Matemática)	Fausto Alvim Júnior
	Matemática para Físicos	Marco Antônio Raupp
	Álgebra Moderna I	Antônio Conde
	Equações Diferenciais	Manfredo Perdigão do Carmo
	Variáveis Complexas	Marco Antônio Raupp
2º/65	Álgebra Linear	Edson Durão Júdice
	Métodos Matemáticos da Física	Marco Antônio Raupp
	Álgebra II	Antônio Conde

Quadro 8 – Disciplinas cursadas por Carlos Antônio de Moura no ICM/MAT.

Fonte: Formulários de frequência e menções do arquivo permanente da Secretaria do ICM/MAT.

O quadro acima indica que Carlos cursou doze disciplinas no ICM/MAT, mas não sabemos se ele cursou outras nos institutos ou na Faculdade de Educação, a qual oferecia as disciplinas pedagógicas. Além disso, sabemos que ele cursou disciplinas no Rio de Janeiro.

Como já apresentamos anteriormente, segundo o Catálogo Geral de 1971, eram disciplinas obrigatórias no primeiro ciclo geral, Introdução à Física, Cálculo I, Química Geral e Biologia Geral e no ciclo profissionalizante, Cálculo III, Variável Complexa I, Teoria dos Números, Álgebra II, Equações Diferenciais I, Probabilidade e Estatística, Cálculo Numérico e Matemática do Século I e II.

Dessa relação de disciplinas, pudemos verificar que Carlos cursou três delas, Variável Complexa I, Teoria dos Números, Álgebra II, Equações Diferenciais I. Infelizmente não conseguimos encontrar o currículo do início do curso de Matemática e, por isso, não tivemos como acompanhar as possíveis mudanças ao longo dos anos. No entanto, a

partir dessas informações, criamos uma possível matriz curricular do curso, como veremos mais à frente.

As informações de Carlos nos levam a crer que Leopoldo Nachbin, já um renomado pesquisador, quando foi convidado por Darcy Ribeiro a assumir a coordenação do ICM/MAT, tinha em mente criar um centro de pesquisa de peso e as pessoas que ele convidou para trabalhar no ICM/MAT se apropriaram do valor e do tamanho da obra intelectual que se planejava construir. Isso pode ser percebido no percurso acadêmico de Carlos, estudante de Arquitetura, que mudou para o curso de Matemática e depois seguiu a carreira de pesquisador matemático, ou na história de Fausto Alvim, que dado seu conhecimento, recebeu o diploma de graduação mesmo sem ter cursado as disciplinas, em seguida, fez o mestrado e o doutorado. É possível pensar que os docentes do ICM/MAT estavam imbuídos em formar uma equipe talentosa e que estivesse engajada no projeto de criação do ICM/MAT como um local influente na pesquisa matemática.

6.2 O que narrou a professora Nilza Eigenheer Bertoni

A professora Nilza Eigenheer Bertoni nasceu em Mogi Mirim/SP, em 1936. Formou-se em Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, em 1962. É mestre e doutora *Honoris Causa* pela UnB. Foi professora da UNESP, UFGO e UnB. Atualmente está na vice-presidência da Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM e já foi presidente da SBEM regional DF.



Figura 29 – Professora Nilza Eigenheer Bertoni⁴⁴.
Fonte: Acervo da SBEM-DF.

Inicialmente, a professora Nilza expressou sua alegria em participar da entrevista e considerou importante uma tese relatando a história da licenciatura em Matemática da UnB, que era o foco inicial da pesquisa.

Contou que acredita que as coisas que se fazem na vida com muito empenho, com muito amor, com fé, com crença, acabam sendo boas e dando frutos. E assim foi com curso de licenciatura em Matemática da UnB, tendo em vista que Nilza dedicou parte de sua vida profissional a esse curso.

Em 1966, ela retornou da Alemanha, onde foi estudar. Estava morando em Limeira/SP e trabalhando na Universidade de Filosofia e Letras de Rio Claro, atual UNESP. Em janeiro do ano seguinte, Nilza veio a Brasília para participar de um curso de verão, ministrado por Leopoldo Nachbin, na UnB.

Esse curso de verão tinha como objetivo revigorar o Departamento de Matemática que enfrentava uma crise desde 1965. Devido ao pedido de demissão coletiva dos professores da UnB, as aulas do Departamento de Matemática estavam sendo ministradas por professores emprestados da Universidade Federal de Goiás que vinham a Brasília dar aulas e voltavam a Goiânia, onde moravam.

⁴⁴ Fotografia tirada durante o III Seminário Brasiliense de História e Educação Matemática Nilza Eigenheer Bertoni em 06 nov. 2015.

Leopoldo Nachbin tinha a intenção de reestabelecer o Departamento de Matemática. Quando o curso terminou, ele convidou Nilza para ficar em Brasília, trabalhando no departamento. Nilza já tinha ouvido falar da UnB, que estava despontando nos meios acadêmicos, em um colóquio em 1963, quando encontrou Paulo Esteves e Antônio do Patrocínio que faziam o mestrado naquela instituição.

Segundo Nilza, a UnB era uma universidade que tinha futuro. Sabia-se que tinha sido criada por Darcy Ribeiro, pagava bem, estava instalada numa cidade da qual se ouvia falar no Brasil inteiro e que todo mundo tinha vontade de conhecer e ver o que havia sido feito. Por outro lado, era uma universidade em crise, esfacelada, tentando se reestabelecer, praticamente sem coordenador. Quando ela chegou, o Departamento de Matemática era coordenado a distância. Tudo era difícil, portanto era necessário ter fé!

Desde 1967, ela aguardava que o curso de mestrado em Matemática fosse reaberto. Com a chegada dos doutores Renzo Piccinini e Alberto Azevedo, em 1968, a esperança de que o curso fosse oferecido aumentou.

Depois, em 1970 ou 71, chegou a turma de Chicago composta por Djairo, Geraldo e mais cinco ou seis doutores. Eles estavam profissionalmente muito animados e empenhados, ministraram seminários e falavam no mestrado. No entanto, quando esses docentes chegaram, a UnB havia passado por mais uma crise horrenda e os professores Renzo e Alberto já haviam ido embora.

Nilza explicou que, quando ela chegou ao MAT, o Departamento funcionava no prédio do CIEM e tinha a estrutura concebida por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira na qual todas as disciplinas de Matemática, que os outros departamentos precisassem, eram oferecidas por ele. Nenhum departamento podia contratar professor para dar aulas de Matemática. O secretário administrativo do departamento sabia da demanda em cada semestre, daí havia a distribuição de professores. Era um planejamento grande, porque envolvia toda a universidade. Certa vez, Nilza fez um levantamento e verificou que o Departamento de Matemática só não

atendia os alunos do curso de Letras. Isso porque no ciclo básico de acesso todos os cursos tinham alguma Matemática.

Nilza presenciou, em uma reunião de departamento, a Geologia solicitando que as matemáticas fossem ministradas por seus professores e o pedido foi sumariamente negado. Portanto, a estrutura continua assim: a Física dá toda a Física, a Química dá toda Química e a Matemática é que tem mais trabalho, porque é básica para quase todos os cursos.

Ela também relatou que, tendo em vista o alto índice de reprovação em Cálculo I, foi solicitado que dividissem essa disciplina em Matemática I e II, e o departamento, na época, acatou a solicitação.

O curso de Matemática, assim como todos os outros, tinha um ciclo básico de dois anos e só depois o aluno escolhia entre a licenciatura e o bacharelado. Não havia separação dos alunos do curso de Matemática dos alunos dos demais cursos.

Quanto ao mestrado, Nilza entende que foram os professores Renzo e Alberto que o organizaram e que, depois, passou a ser oferecido pela turma de Chicago, já no finalzinho de 1969, início de 1970.

Foi um curso muito difícil já que, depois de cursadas as disciplinas, era necessário submeter-se a um exame envolvendo todos os conteúdos estudados. Segundo Nilza, o curso era

Uma pauleira! Matemática pura bem hard! Álgebra, Análise Correlata, porque abordava Variável Complexa, Geometria Diferencial, Topologia, Álgebra III, Álgebra Linear. Fazia as disciplinas quem quisesse, porque não era questão de ter as notas no papel, era preciso estar pronto para fazer o exame. (BERTONI, 2013).

A única disciplina na qual ela fez trabalho escrito foi a que tratava de estudos sociais brasileiros, obrigatória naquele momento. No verso de seu certificado de mestrado, após a palavra dissertação, vem o nome das disciplinas cursadas.

Ela tinha como orientador o professor Djairo, porém, como não era preciso escrever uma dissertação, a orientação referia-se à escolha das disciplinas que seriam cursadas.

Todos os docentes do Departamento de Matemática tinham duas turmas de seis horas, às vezes alguém tinha três turmas. Isso valia também para quem estava cursando o mestrado. Assim, Nilza assistia às aulas do mestrado e continuava a ministrar aulas na graduação.

Sobre a licenciatura em Matemática, Nilza contou que foi criada antes de 1965, como e por quem ela não sabe. Quando ela chegou à UnB, já existia o ciclo básico geral e ciclo básico de dois anos para a graduação em Matemática. O básico de dois anos era igual para o bacharelado e a licenciatura e a outra parte desses cursos eram muito parecidas. Os licenciandos não faziam as disciplinas dos anos finais, eles não faziam Análise I e II, Álgebra Linear, Geometria Diferencial, Métodos Matemáticos da Física e Álgebra II. Mas eles faziam Introdução à Álgebra Linear que o bacharel não fazia, porque já fazia Álgebra Linear. Também faziam as disciplinas pedagógicas, o estágio de um semestre, Matemática para o Ensino do Segundo Grau I e Matemática para Ensino do Segundo Grau II.

Nilza ficou responsável por ministrar as aulas de Matemática para o Ensino do Segundo Grau I e II e estava incomodada por não haver disciplinas que tratassem do ensino de 5^a a 8^a séries. Ao questionar sobre quem formava o professor de 5^a a 8^a séries, explicaram que eram as faculdades menores, pois a UnB não tinha interesse em formar professor para aquele nível de ensino. Mas a realidade era que os alunos prestavam concurso e iam trabalhar exatamente com aquelas séries.

O currículo do bacharelado e da licenciatura em Matemática foi reconhecido, posteriormente, na década de 1970. Entre 1967 e 1970, Nilza não teve muito tempo para pensar no currículo, estava mais preocupada com o Cálculo e em como os alunos estavam aprendendo, além disso, estava se adaptando à cidade, começando a cursar o mestrado e tudo isso num ambiente envolto pela ditadura.

Mas, na década de 1980, ela começou a se interessar pelo currículo. Começou a olhar e a falar. A licenciatura era parecida com bacharelado, tudo que o bacharel fazia o licenciando também fazia. Então, ela começou a interagir com os alunos e, a partir daí, começou a pensar na reformulação da licenciatura.

Em 1982, a professora Maria Terezinha Jesus Gaspar chegou ao Departamento de Matemática e se juntou a Nilza e a Ivo Bertoni na discussão sobre a licenciatura. Alguns colegas de mestrado a apoiavam.

Nilza apresentou a proposta de reformulação da licenciatura em 1983. Essa proposta começou a ser pensada em 1981 quando um grupo de alunos egressos que já estavam trabalhando em sala de aula foram ao seu encontro pedir ajuda para preparar suas aulas. Era um grupo que sentia necessidade de melhorar sua prática docente.

A maior dificuldade encontrada, durante a elaboração da proposta de reformulação da licenciatura, foi obter a aprovação do departamento para discuti-la. Não houve discussão da proposta em reunião. Geraldo Ávila era um elo entre os três e os demais matemáticos. Ele sempre sondava o que Nilza estava pensando e dizia que ela era uma teimosa e que não entendia aquele curso. Alguns estudantes, incluindo o representante da graduação no colegiado, também eram simpáticos à ideia de reformulação da licenciatura.

Quando a proposta de reformulação ficou pronta, era fruto das ideias que vinham do trabalho que a professora desenvolvia com os egressos, da sua interação com os estudantes e das leituras das revistas *Arithmetic Teacher* e *Mathematics Teacher* que continham artigos voltados para a prática pedagógica.

Em 1983, a proposta já estava pronta, porém ela só foi para julgamento no departamento em 1985 e, depois de passar pelos trâmites superiores, só foi aprovada em 1986 e começou a ser implementada em 1987.

De maneira sucinta, as propostas contidas na reformulação foram: eliminar Variáveis Complexas e incluir Seminário de Tópicos Especiais, Geometria, Introdução à Ciência da Computação e disciplinas que o MEC chamava de integradoras, pois faziam a articulação entre as disciplinas pedagógicas e as de conteúdo. Essas disciplinas lidavam tanto com os conteúdos que o professor daria, quanto com os aspectos metodológicos. A Matemática para o Ensino do 2º grau I e a Matemática do Ensino para 2º grau II transformaram-se em Álgebra para o ensino do 1º e 2º graus e Geometria para o ensino do 1º e 2º graus. A parte mais inovadora foi a

inclusão dos estágios, Estágio em Laboratório de Ensino, Estágio de Pesquisa Bibliográfica e Estágio de Redação em Ensino de Matemática.

Nilza considera que na época não havia nenhuma diretriz curricular para a graduação em Matemática, mas ela tinha os resultados de um seminário nacional promovido pelo MEC que tratava da formação de recursos humanos para profissionais da educação.

As mudanças na licenciatura em Matemática da UnB influenciaram os cursos de outras universidades. Nilza visitava várias instituições de ensino superior, muitas vezes para tratar de outro assunto, e acabava convidada para falar sobre a licenciatura. Ela narrou que, em Porto Nacional/TO, conversou com um rapaz que achava que, em Brasília, a licenciatura era em Educação Matemática, dadas as mudanças ocorridas. A professora acredita que, em 1987, já sob a influência da SBEM, disciplinas como Seminário de Educação Matemática e Etnomatemática começaram a aparecer em vários cursos de licenciatura.

A professora Nilza, que já era uma educadora matemática, sempre teve que ultrapassar as barreiras colocadas pelo ICM/MAT, inicialmente com a reformulação da licenciatura, depois na aprovação do projeto SPEC e também com sua participação na diretoria da SBEM, da qual foi a primeira presidente. As pesquisas que apresentava em congressos de Educação eram consideradas incipientes e não eram enviadas para o decanato, pois não eram pesquisas de Matemática. Consideravam-na muito problemática, dessa forma ela não progredia na carreira.

Em 1992, Nilza aposentou-se, mas outros professores se encarregaram de tentar manter as mudanças realizadas na licenciatura. Atualmente, Nilza continua envolvida com atividades de ensino e é vice-presidente da SBEM, vinte e cinco anos depois.

Os comentários de Nilza sobre a dificuldade na reestruturação da licenciatura, no final dos anos 1980, e na realização do projeto SPEC, sobre as leituras que ela fez, nos dão indícios de que ela seguiu um caminho pioneiro rumo à Educação Matemática e isso não foi bem aceito pelo grupo de docentes do ICM/MAT. Porém, seu trabalho foi reconhecido e, em 23 de novembro de 2010, a UnB lhe outorgou o título de Doutora

Honoris Causa por sua contribuição à Educação Matemática, não apenas do Distrito Federal, mas nacional.

Seu envolvimento com o currículo de Matemática foi além da graduação. Enquanto estava envolvida com o projeto SPEC, ela teve a oportunidade de discutir e modificar o currículo do ensino de 1º grau das redes pública e particular do DF.

Como pudemos observar, a graduação em Matemática da UnB começou ou estava autorizada desde 1962, segundo o MEC, mas, conforme informação de documento diagnóstico da universidade, somente em 1965 esse curso teve início. Ao que tudo indica, foi com a chegada de Roberto Salmeron, em 1964, para coordenar os institutos Centrais de Ciências e Tecnologia, que o curso de Matemática foi realmente implantado, assim como os outros cursos dessa área. É importante ressaltar, no entanto, que alguns alunos já estavam cursando disciplinas visando à conclusão da graduação em Matemática.

Após as demissões coletivas de 1965, as atividades do ICM/MAT prosseguiram com um grupo de docentes da UFGO, que provisoriamente assumiram as aulas, mas, logo que possível, medidas foram tomadas para que o departamento contratasse novos professores e voltasse ao patamar de excelência almejado quando a universidade foi criada.

Os comentários da professora Nilza Bertoni nos levaram a crer que a maioria dos docentes do ICM/MAT pouco se abriram para os trabalhos relacionados à EM, mantendo seu foco na Matemática Pura e Aplicada. As primeiras mudanças no currículo da licenciatura só ocorreram no decênio de 1980 e foram uma conquista de um pequeno grupo de professores atentos às diferenças existentes entre o bacharelado e a licenciatura.

No capítulo a seguir, analisaremos alguns documentos encontrados no arquivo permanente do ICM/MAT, no entanto, faz-se necessário realizar uma síntese da história narrada até o momento.

A UnB foi criada a partir de ideias de personalidades envolvidas com o ensino superior que consideravam importante uma reformulação das universidades. A estrutura da UnB foi diferente daquela existente, constituída por escolas com vida própria, unidas por uma mesma reitoria

e serviu de inspiração para a Lei da Reforma Universitária, Lei 5540 de 28 de novembro de 1968.

Nos primeiros semestres de funcionamento do ICM/MAT, houve uma preocupação com o baixo rendimento dos alunos que ingressaram nos cursos de Administração, Economia e Arquitetura.

Em 1964, quando foram criados os Institutos Centrais de Ciências, os estudantes que tinham interesse em se dedicar à Biociências, Física, Geociências, Matemática e Química foram reavaliados e tiveram a oportunidade de cursar no CIEM as disciplinas nas quais não obtiveram bom rendimento. Ao que tudo indica, havia uma preocupação do professor Salmeron, coordenador geral dos institutos, em receber alunos que já estivessem aptos a dar continuidade aos novos cursos, diferente da ideia inicial de Darcy Ribeiro que era de receber todos aqueles que haviam passado no exame vestibular e prepará-los, enquanto cursavam as disciplinas, já dentro da universidade.

As informações de Carlos e Nilza apontam para um ICM/MAT preocupado com a pesquisa e com uma formação matemática de excelência, e isso se justifica na criação do mestrado em Matemática antes da graduação e no alto índice de reprovação dos estudantes nas disciplinas matemáticas.

Os dados encontrados indicam que o ICM/MAT foi implantado a partir de ideias modernas de seus criadores quanto a sua estrutura, principalmente a do curso de mestrado em Matemática. Entretanto, na graduação, seguiu-se o modelo já utilizado em outras universidades brasileiras. Portanto, o ICM/MAT, até os anos 1980, não tinha preocupações voltadas à Educação Matemática. Foram as ideias e a persistência da professora Nilza Bertoni que introduziram no ICM/MAT um ensino de Matemática para todos.

7 O ARQUIVO PERMANENTE DO ICM/MAT

Alguns documentos do ICM/MAT encontram-se, atualmente, organizados e arquivados em armários ou estantes de ferro, numa das salas do departamento. Eles trazem informações desde os anos 1962 até 2007 e, como já esclarecemos anteriormente, analisamos, para esta tese, somente os anos que envolvem o primeiro decênio de criação do ICM/MAT (1962 a 1972). Delimitamos esse período porque encontramos envelopes de todos os semestres dessa época, o que não ocorreu em outros períodos.



Figura 30 – Sala do arquivo permanente do ICM/MAT.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

A Secretaria arquivou os documentos em caixas-arquivo separadas por ano e as que são de interesse deste trabalho contém, em sua maioria, informações sobre as disciplinas oferecidas para os alunos da graduação e do mestrado em Matemática.

Como o ICM/MAT era responsável por todas as disciplinas de Matemática da Universidade, não há como identificar se havia alguma específica para os alunos da graduação em Matemática.

Apresentaremos a seguir como estão organizados os documentos em estudo. A figura 31 mostra a caixa-arquivo que contém material do primeiro semestre de 1962 ao segundo semestre de 1968, num total de 14 envelopes. Numa outra caixa com esse mesmo formato e organização

encontramos os documentos do primeiro semestre de 1969 até o primeiro semestre de 1972.



Figura 31 – Caixa-arquivo 1º semestre de 1962 a 2º semestre de 1968.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Já a figura 32 exhibe a maneira como estão organizados os envelopes dentro das caixas-arquivos.



Figura 32 – Documentos dentro da caixa-arquivo.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Os envelopes contêm informações sobre as disciplinas ministradas as quais, de maneira geral, são os formulários de frequência e menções.

Esses formulários têm vários formatos, mas todos apresentam um cabeçalho com o nome da universidade, disciplina, turma, período, ano letivo; uma tabela com número de matrícula, nome do estudante, data das aulas, curso, notas, observações; e, no final da página, data, assinaturas do docente e do secretário executivo do tronco.

Como afirma Marc Bloch (2001, p. 79), os documentos nos dão informações, mas eles “não falam senão quando sabemos interrogá-los”. Assim, diante da grande quantidade de informações, as questões que direcionaram nossas análises estão relacionadas à matriz curricular do curso de graduação em Matemática: qual a função das disciplinas de recuperação/supletivo⁴⁵? Quais foram as disciplinas ministradas no curso de Matemática no momento de sua criação? Qual era a matriz curricular da graduação em Matemática?

Inicialmente, fizemos quadros com as informações sobre cada semestre letivo⁴⁶ e depois fomos tentando relacioná-las às informações que já haviam sido mencionadas no decorrer da pesquisa, tais como a necessidade de embasar matematicamente os novos universitários que eram os trabalhadores da nova capital, citada por Djairo Figueiredo em sua entrevista, e o comentário do então aluno Carlos Antônio de Moura acerca da sua formação no curso de graduação.

Apresentamos a seguir um exemplo dos quadros criados com as informações dos envelopes:

Envelope: 1º semestre /1962	
Disciplina	Docente
Matemática para o curso de Arquitetura	Djairo Guedes Figueiredo Mauro Bianchini
Matemática para os cursos de Administração e Economia	Nelson Almeida Braga
Matemática para o curso de Economia	Djairo Guedes Figueiredo Kleber Farias

⁴⁵ Entendemos que a denominação supletivo tem o sentido de um ensino relacionado às bases matemáticas e não ao ensino regulamentado pela Lei 5692, de 11 de agosto de 1971 que, no capítulo IV, trata do ensino supletivo como aquele que se destinava aos adolescentes e adultos que não concluíram a escolaridade na idade própria. (BRASIL, 1971).

⁴⁶ Esses quadros encontram-se no apêndice F.

	Roberto de Araújo
Matemática para o curso de Arquitetura – Supletivo	Kleber Farias
Matemática para o curso de Administração e Economia – Supletivo	Sem informação

Quadro 9 – Informações do envelope do 1º semestre de 1962.

Fonte: Arquivo permanente da Secretaria do ICM/MAT.

O conteúdo dos envelopes permitiram-nos fazer um levantamento das disciplinas que foram ministradas em cada semestre e dos seus docentes, porém, a ausência das ementas não nos possibilitou uma análise sobre as práticas docentes e os conteúdos ensinados, por isso, limitamo-nos a uma análise baseada nas informações que os nomes das disciplinas podiam nos trazer.

Também verificamos que o ICM/MAT desconsiderou o poder de alguns sobre as disciplinas, como acontecia com as cátedras. Pudemos perceber isso analisando os formulários de frequência e menções encontradas nos envelopes do arquivo permanente da secretaria do ICM/MAT. Vimos que não havia a permanência de docentes em uma única disciplina, eles estavam sempre ministrando disciplinas diferentes a cada semestre e essa prática se mantém até o presente.

7.1 As disciplinas supletivas ou de recuperação

O ensino superior, para Chervel (1990), é aquele no qual o docente não precisa adaptar o conteúdo ao seu público, pois as práticas acontecem conforme as suas finalidades, ou seja, os objetivos de ensino estão diretamente ligados aos conteúdos, o saber é ensinado diretamente aos estudantes e as disciplinas escolares “misturam intimamente conteúdo cultural e formação do espírito” (CHERVEL, 1990, p. 186). No entanto, os alunos da UnB, em seus primeiros vestibulares, eram os trabalhadores da nova capital que tiveram a oportunidade de cursarem uma graduação, porém sem terem se preparado para isso. Desse modo, o exame vestibular tinha a função de diagnosticar as deficiências dos

candidatos nas disciplinas do ensino médio e, depois de aprovados, aqueles alunos deveriam cursar disciplinas de “recuperação”. (CUNHA, 2007, p. 145).

Os docentes do ICM/MAT, diante da carência de base matemática de alguns estudantes dos cursos de Administração, Economia e Arquitetura, precisaram ministrar disciplinas com a finalidade de melhorar os conhecimentos matemáticos daqueles universitários.

Nos envelopes do primeiro semestre de 1962 até o segundo semestre de 1964, inseridos na primeira caixa-arquivo, encontramos disciplinas que apresentavam em seu nome a palavra “supletiva”, “supletivo” ou “recuperação”, por exemplo, Matemática – Arquitetura – Turma B – Supletivo, Matemática para Economia – Turmas A e B – Supletiva e Matemática recuperação. Essas evidências nos dão indícios de que foi necessário criar disciplinas cujo conteúdo auxiliasse os estudantes a compreenderem uma Matemática própria do ensino superior.

Como os envelopes após 1964 não apresentaram formulários de frequência e menções relacionadas às disciplinas supletivas/recuperação, é possível pensar que essas disciplinas deixaram de existir ou que o embasamento matemático passou a fazer parte de outras disciplinas. Essa linha de entendimento nos remete às palavras de Frago (2008) ao afirmar que as disciplinas escolares são

como organismos vivos [...]. Nascer e se desenvolvem, evoluem, se transformam, desaparecem, engolem umas às outras, se atraem e se repelem, se desgarram e se unem, competem entre si, se relacionam e intercambiam informações (ou as tomam emprestadas de outras) etc. Possuem uma denominação ou nome que as identifica frente às demais, ainda que em algumas ocasiões, como se tem advertido, denominações diferentes mostram conteúdos bastante similares e, vice-versa, denominações semelhantes oferecem conteúdos nem sempre idênticos. (FRAGO, 2008, p. 204).

O envelope do primeiro semestre de 1962 contém documentos que estamos denominando de registros de avaliação dos alunos, os quais apresentam um acompanhamento mensal de atividades, testes e frequência. O material nos leva a crer que essa foi a maneira utilizada por

alguns docentes para acompanhar os estudantes daquelas disciplinas ao longo do semestre letivo.

Os registros de avaliação têm a seguinte configuração: inicialmente o nome do estudante, o número de matrícula, o tronco (curso) e a disciplina a que se referia esse registro. Em seguida, a identificação do discente, sexo, data de nascimento, estado civil, profissão, local de trabalho e remuneração, depois, uma coluna com as notas obtidas no exame vestibular e uma tabela com informações sobre o currículo (formação, integração e supletiva). Logo depois, vinham os quadros de rendimento acadêmico dos meses de abril a agosto, nos quais o docente deveria preencher as horas, o rendimento, o exame, a menção, um quadro síntese com esses mesmos dados e, por fim, havia um espaço para as observações e assinaturas.

Para melhor entendimento de nossa descrição, mostraremos a seguir um dos registros encontrados.

TRONCO: *Arquitetura* MATRÍCULA: *121/62* NOME: *Arquitetura*

IDENTIFICAÇÃO: *Arquitetura* SEXO: *masculino*

Data nasc.: *28.3.46* PROVAÇÃO: *DM. TA. H.A.*

Est. civil: *casado* INTEGRAÇÃO:

Profissão: *Arquiteto* SUPLETIVA: *Mat.*

Trabalho: *Carr. Alameda*

Remuneração:

Mês	Horas	Rendimento	Exame	Menção
ABRIL	2			
MAYO	16	2,25	I	
JUNHO	16	4,5	M5	
JULHO	3,5	MI		
AGOSTO	3			

SÍNTESE

HORAS	RENDIMENTOS	EXAMES	MENÇÕES
			MI

OBSERVAÇÕES:

Máximo interesse. Nível de conhecimentos baixo de vez que remete seus estudos. Tem 26 anos. Perfil bastante responsável. Profissional em Desenho de Construção.

Prof. *[Assinatura]* Instrutor *[Assinatura]*

Figura 33 – Registro de avaliação da disciplina Matemática – Arquitetura – Turma B – Supletivo. **Fonte:** Arquivo permanente da Secretaria do ICM/MAT.

O registro de avaliação na figura 33 diz respeito à disciplina Matemática, do curso de Arquitetura, turma B, Supletivo. As informações da primeira parte do registro, ao que tudo indica, já chegavam preenchidas para o professor, pois entendemos que dificilmente o professor teria como pesquisar as notas de vestibular obtidas pelos alunos do curso e os dados relativos à identificação (pessoais e profissionais) de cada um deles.

Esses dados iniciais do registro de avaliação podem ser interpretados como informações que dão ao professor a possibilidade de conhecer cada estudante de forma mais estreita e também o seu desempenho no vestibular. Com essas informações e com o acompanhamento do desenvolvimento do estudante ao longo do semestre, o docente emitia, então, uma avaliação sobre o desempenho do aluno.

É possível notar que o estudante da ficha acima teve duas horas registradas no mês de abril, mas o professor deixa em branco o quesito “menção” para aquele mês. Do mesmo modo, no mês de agosto, apesar de indicar a nota 3,0, o professor também não apresentou menção. Somente no mês de junho, o aluno, com 16 horas de estudos, obteve nota 7,5 no exame e menção MS (Média Superior), ao contrário dos meses maio e julho, quando, com notas 2,25 e 3,5 respectivamente, o aluno obteve menção MI (Média Inferior). Como resultado final, sem apresentação do número total de aulas, rendimentos e notas de exames, o aluno obteve menção MI. O registro de avaliação contém a seguinte observação: *Máximo interesse. Nível de conhecimento baixo de vez que são remotos seus estudos. Tem 36 anos. Perfeitamente recuperável. Profissional em Desenho de Construções.* O documento foi assinado pelo professor Djairo Guedes Figueiredo e pelo auxiliar de ensino Kleber Farias Pinto, naquela época, 1962.

A partir dessas observações, parece-nos, no exemplo acima, que os professores tentam justificar sua avaliação, procurando mostrar que o aluno já apresentava baixa aquisição dos conhecimentos matemáticos antes de ingressar para o curso e que foram envidadas atividades a fim de melhorar o seu conhecimento matemático o que, no entanto, não

ocorreu. Em outros registros, os alunos obtiveram bons resultados e foram aprovados.

Portanto, de uma maneira geral, esses registros de avaliação indicam que os professores dessas disciplinas supletivas/recuperação acompanharam os estudantes durante o semestre letivo registrando o seu desempenho no que se refere à sua frequência, à realização das atividades e às notas.

O quadro a seguir apresenta as disciplinas, seus docentes, o número de registros de avaliação e o número de aprovações segundo esses registros.

Disciplina	Docente	Número de registros de avaliação	Número de aprovados
Matemática – Arquitetura – Turma B – Supletivo	Professor: Djairo Guedes Figueiredo Auxiliar de ensino: Kleber Farias Pinto	25	12
Matemática para Economia – Turma A	Professor: Djairo Guedes Figueiredo Auxiliar de ensino: Kleber Farias Pinto	24	5
Matemática para Economia – Turma B	Professor: Djairo Guedes Figueiredo Auxiliar de ensino: Roberto de Araújo Lima	28	10

Quadro 10 – Disciplinas de recuperação do envelope do 1º semestre de 1962.

Fonte: Arquivo permanente da Secretaria do ICM/MAT.

Como podemos notar, para essas disciplinas, a maioria dos alunos, apesar de um acompanhamento mais próximo por parte dos docentes, não atingiu a aprovação.

Com a finalidade de conhecer um pouco mais sobre esses registros de avaliação, entramos em contato com o professor Kleber Farias Pinto. Esse professor explicou que as disciplinas em estudo foram criadas com o objetivo de capacitar os novos universitários na continuidade de seus cursos superiores, pois aqueles estudantes, em sua maioria, eram pessoas envolvidas com a construção de Brasília e possuíam poucos conhecimentos matemáticos. (PINTO, 2014a).

Segundo Kleber, o exame vestibular era fácil e os aprovados nos cursos de Administração, Economia e Arquitetura eram matriculados nas disciplinas de recuperação para poderem alcançar o nível universitário, pois a instrução de Darcy Ribeiro, reitor da universidade, era aprovar as pessoas porque, depois, os professores se ocupariam de ensinar o conteúdo que possibilitasse o acompanhamento das disciplinas universitárias. Dessa forma, o curso de recuperação em Matemática trabalharia com conteúdos do começo do ginásio, isto é, aritmética básica e conteúdos de nível médio. (PINTO, 2014a).

Kleber não se lembra quem criou a ficha de registro de avaliação, mas foi uma maneira de acompanhar o aluno que era preparado dentro da universidade para se tornar um universitário. (PINTO, 2014a).

No que se refere às informações sobre o vestibular constantes na ficha, Kleber Farias Pinto acredita que já vinham preenchidas pela Secretaria. As anotações nos formulários eram feitas ao longo do semestre, ele dava as aulas e fazia os testes de verificação da aprendizagem. Sobre as anotações no campo de observações, Kleber explicou que havia entrevistas e que os alunos o procuravam para tirar dúvidas, pois eram muito dedicados, mas tinham pouco tempo para estudar, já que eram trabalhadores. (PINTO, 2014a).

Nas atividades de aula, ele utilizava o quadro de giz e as discussões; não existiam nem laboratório de Matemática e nem livros didáticos, porém ele usava livros portugueses e franceses para preparar suas aulas: “eu pegava a linguagem internacional e transformava em linguagem candanga, uma linguagem que possibilitava o entendimento dos estudantes”. (PINTO, 2014a).

Essas informações do professor Kleber nos remetem a Chervel (1990) que afirma que o aspecto funcional das disciplinas escolares é a aculturação dos estudantes conforme suas finalidades, que essa aculturação é uma garantia de que o professor foi entendido e que uma disciplina funciona quando há uma assimilação efetiva do curso.

Também encontramos registros de avaliação assinados pelo professor Roberto de Araújo Lima que também atuou como auxiliar de ensino do ICM/MAT. Tanto o professor Roberto quanto o professor Kleber

vieram trabalhar na educação média⁴⁷ do Sistema Educacional de Brasília, logo na fundação da cidade, em 1960 e, ao que tudo indica, devido aos seus conhecimentos em Matemática básica, foram convidados a trabalhar na UnB ministrando disciplinas voltadas ao embasamento matemático dos novos universitários.

Segundo Julia (2001, p. 33), “os professores dispõem de uma ampla liberdade de manobra”, dessa forma, é possível que os professores Kleber e Roberto tenham se aproveitado de suas competências no ensino da Matemática básica com o objetivo de ensinarem os novos universitários e usaram os registros de avaliação para acompanharem individualmente seus alunos, a fim de sanar suas dificuldades, tendo em vista a continuidade dos estudos nos cursos de graduação.

7.2 Uma possível matriz curricular da graduação em Matemática do ICM/MAT

Com a pretensão de analisar o processo de implementação e configuração do ICM/MAT, consideramos importante nos inteirar sobre a matriz curricular do curso de Matemática da UnB, na década de 1960, uma vez que ela permite verificar as disciplinas presentes no curso. Entendemos que os professores Leopoldo Nachbin, Elon Lages Lima, Djairo Figueiredo e Geraldo Ávila participaram na elaboração da matriz curricular do ICM/MAT daquele período, mas não temos como confirmar essa hipótese porque, conforme já comentado anteriormente, nos arquivos visitados não encontramos uma matriz curricular da graduação em Matemática da UnB no período correspondente a 1962-1970.

Dessa forma, julgamos necessário realizar um cruzamento de fontes relativas às ementas dos cursos de graduação em Matemática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP – FFCL/USP e da

⁴⁷ O Sistema Educacional de Brasília nos anos 1960 estava organizado em dois níveis de ensino, o primário e o médio, em conformidade com a Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961. O ensino médio destinava-se à formação do adolescente e era ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial. (BRASÍLIA, 2001).

Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – FNFi, no intuito de construir uma possível matriz curricular para o curso de graduação em Matemática da UnB, já que essas faculdades serviram de modelo para todo o país. Note-se ainda que, na década de 1940, os professores criadores do ICM/MAT, Leopoldo Nachbin e Djairo Figueiredo, cursaram engenharia na UB, Elon Lages Lima cursou Matemática na FNFi e Geraldo Ávila cursou Matemática na FFCL/USP. Consideramos que esses docentes, ao criarem a matriz curricular do curso de Matemática do ICM/MAT, levaram em consideração a experiência vivida nas suas próprias graduações e se apropriaram dos modelos de currículo dos lugares em que estudaram.

A USP foi criada pelo Decreto-lei 6283, de 25 de janeiro de 1934, e tinha a FFCL como um de seus institutos oficiais. O capítulo II do decreto discorre sobre essa faculdade e, no artigo oitavo, cita a subseção Ciências Matemáticas.

Artigo 8.º - A Seção de Ciências compreenderá as seguintes subseções com as suas respectivas cadeiras fundamentais:

I - Ciências Matemáticas:

1) Geometria (projetiva e analítica). História das Matemáticas.

2) Análise matemática (inclusive elementos de cálculo das probabilidades e de estatística matemática).

3) Cálculo Vetorial e Elementos da Geometria Infinitesimal. Mecânica Racional e Elementos de Mecânica Celeste. (BRASIL, 1934).

No décimo artigo, são definidas as disciplinas a serem cursadas a cada ano pelos estudantes do curso.

II - Ciências Matemáticas:

1.º ano - Geometria (projetiva e Analítica), Análise Matemática;

2.º ano - Análise Matemática, Cálculo Vetorial, e elementos de Geometria Infinitesimal, Física Geral e Experimental;

3.º ano - Mecânica Racional e Elementos de Mecânica Celeste, Física Geral e Experimental, História das Matemáticas. (BRASIL, 1934).

Esse curso recebeu professores italianos e franceses os quais influenciaram a pesquisa e a formação dos matemáticos. A influência

italiana deveu-se à presença de Luigi Fantappiè (1901-1956), Giacomo Albanese (1890-1948), Gabriele Mammana (1893-1942) e Achille Bassi (1907-1973) e a francesa ocorreu devido à presença dos bourbakistas, como já mencionamos anteriormente. Também houve influência norte americana, pois, na década de 1960, muitos matemáticos brasileiros já estavam retornando com seus doutorados realizados nos Estados Unidos. Segundo Cavalari (2012), esse foi o primeiro curso de Matemática do país desvinculado das escolas de engenharia.

Em 1946, a matriz curricular do curso básico de Matemática da FFCL/USP era composta pelas disciplinas do quadro a seguir, além das disciplinas previstas no Decreto-lei 9092. Então, os estudantes do bacharelado precisavam cursar duas disciplinas específicas de sua área e aqueles que quisessem se licenciar deveriam cursar Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial. (CAVALARI, 2012).

1º ano	2º ano	3º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Geometria Analítica e Projetiva • Análise Matemática • Física Geral e Experimental • Complementos da matemática • Cálculo Vetorial 	<ul style="list-style-type: none"> • Mecânica Racional • Física Geral e Experimental • Complementos de Geometria • Análise Matemática • Geometria Descritiva, Analítica e Projetiva • Crítica dos Princípios e Complementos da Matemática 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise Matemática • Análise Superior • Geometria Superior • Crítica dos Princípios • Álgebra (Topologia Plana) • Física Matemática • Mecânica Celeste

Quadro 11 – Matriz curricular do curso básico de Matemática da FFCL/USP de 1946. **Fonte:** Cavalari (2012, p. 41).

A FNFi foi criada pelo Decreto-lei 1190 de 4 de abril de 1939. Esse documento organiza essa faculdade e, na seção II, prevê a duração do curso de Matemática e suas disciplinas.

SECÇÃO II

Do curso de matemática

Art. 10. O curso de matemática será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Análise matemática.
2. Geometria analítica e projetiva.

3. Física geral e experimental.
- Segunda série
1. Análise matemática.
 2. Geometria descritiva e complementos de geometria.
 3. Mecânica racional.
 4. Física geral e experimental.
- Terceira série
1. Análise superior.
 2. Geometria superior.
 3. Física matemática.
 4. Mecânica celeste. (BRASIL, 1939).

A seção XII apresenta o curso de didática ao qual estavam obrigados os bacharéis que quisessem se licenciar, era a estrutura conhecida como 3 + 1.

SECÇÃO XII

Do curso de didática

Art. 20. O curso de didática será de um ano e constituir-se-á das seguintes disciplinas:

1. Didática geral.
2. Didática especial.
3. Psicologia educacional.
4. Administração escolar.
5. Fundamentos biológicos da educação.
6. Fundamentos sociológicos da educação. (BRASIL, 1939).

O artigo 29 desse decreto-lei previa que os alunos poderiam ser regulares ou ouvintes. Essa informação possibilitou-nos entender a presença do aluno de engenharia Leopoldo Nachbin, nas aulas da FNFi, como ouvinte.

A FNFi também recebeu vários docentes vindos da Europa e dos Estados Unidos, entre eles alguns integrantes do grupo Bourbaki, o português Antônio Aniceto Monteiro (1907-1990), os italianos Gabriele Mammana (1893-1942), Luigi Sobrero (1909-1979) e Achille Bassi (1907-1973), os norte americanos Abraham Adrian Albert (1905-1972) e Marshall Stone (1903-1989). (CAVALARI, 2012).

Segundo Silva (2002), essa estrutura curricular permaneceu em vigor até 1946, quando foi publicado o Decreto-lei 9092, de 26 de março de 1946, que criou uma nova estrutura para os cursos das faculdades de filosofia, isto é, ampliou em um ano os cursos dessas faculdades.

Art. 1º As faculdades de filosofia poder-se-ão reger pela forma da legislação vigente ou de acôrdo com o regime didático estabelecido no presente Decreto-lei.

Art. 2º O diploma de licenciado ou de bacharel em o novo regime será conferido após quatro anos de estudos, de acôrdo com as condições dos artigos 3º e 4º.

Art. 3º Nos três primeiros anos os alunos seguirão um currículo fixo de cadeiras, cuja discriminação será a atual ou objeto de instruções baixadas pelo Ministro da Educação e Saúde.

Art. 4º No quarto ano de curso os alunos optarão por duas ou três cadeiras ou cursos, dentre os ministrados pela faculdade.

§ 1º Para obter o diploma de licenciado, os alunos do quarto ano receberão formação didática, teórica e prática, no ginásio de aplicação e serão obrigados a um curso de psicologia aplicada à educação.

§ 2º Os que não satisfizerem as exigências do parágrafo anterior receberão o diploma de bacharel. (BRASIL, 1946).

O curso de Matemática da FNFi adequou-se ao decreto-lei e passou a ter a seguinte matriz curricular:

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Análise Matemática • Cálculo Infinitesimal • Geometria Analítica e Projetiva • Física Geral e Experimental • Introdução à Álgebra Moderna 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise Matemática • Geometria Descritiva • Complementos de Geometria • Mecânica Racional 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise Superior • Geometria Superior • Mecânica Celeste • Física Matemática • Teoria da Funções • Crítica dos Princípios da matemática 	<ul style="list-style-type: none"> • Álgebra Moderna • Geometria Algébrica • Topologia • Topologia Algébrica • Geometria Diferencial • Teoria das Funções

Quadro 12 – Matriz curricular do curso básico de Matemática da FNFi de 1947 a 1955. **Fonte:** Silva (2002, p. 112).

Após a exposição das matrizes curriculares dos cursos de Matemática, em vigor nas duas principais universidades brasileiras, diante dos comentários do então aluno Carlos Antônio de Moura e com as informações encontradas nos envelopes do arquivo permanente do ICM/MAT, tentamos criar uma matriz curricular para o curso de graduação em Matemática da UnB no início de seu funcionamento. Como as matrizes curriculares da FFCL/USP e FNFi eram muito parecidas e, diante do Decreto-lei 9092/46, que regulamentou em quatro anos os cursos das

faculdades de filosofia, entendemos que a graduação em Matemática da UnB deveria ter essa mesma duração.

Além dessas informações, a publicação do Parecer 292/62 do Conselho Federal de Educação, em 14 de novembro de 1962, também acrescentou mais dados para a possível matriz curricular. O parecer propunha que as seguintes disciplinas deveriam fazer parte da matriz curricular dos cursos de licenciatura em Matemática: Desenho Geométrico, Geometria Descritiva, Fundamentos de Matemática Elementar, Física Geral, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Analítica, Álgebra e Cálculo Numérico. Também determinou a inclusão de disciplinas de conteúdo prático-pedagógicas nas licenciaturas em geral, assim, Psicologia da Educação, Didática, Elementos da Administração Escolar, Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado passaram a fazer parte da matriz curricular dos cursos de licenciatura.

Valendo-nos da palavras de Julia (2001, p. 17), o qual afirma que “pode-se tentar reconstituir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais ou nos artigos das revistas pedagógicas”, levantamos, a partir das informações dos cursos de Matemática da FFCL/USP e da FNFi, das disciplinas cursadas por Carlos Antônio de Moura, do Parecer 292/62 e dos formulários de frequência e menções, uma matriz curricular para o curso de graduação em Matemática da UnB, no momento de sua criação, porém, não foi possível determinar as disciplinas de conteúdo prático-pedagógicas que, provavelmente, eram oferecidas pela Faculdade de Educação – FE.

Algumas disciplinas contidas nos envelopes com nomes diferentes, como, por exemplo, Equações Diferenciais e Equações Diferenciais I, ou Probabilidade Estatística e Probabilidade Estatística I, ou ainda Matemática (Cálculo Vetorial) e Cálculo Vetorial e Cálculo de Matrizes, podem se tratar da mesma disciplina, já que o ICM/MAT ministrava as matemáticas de todos os cursos da universidade, no entanto, como não temos certeza disso, lançamos todas elas na matriz curricular.

Para construir essa possível matriz curricular, primeiro distribuimos as disciplinas encontradas nos formulários de frequência e menções dos envelopes e listadas no apêndice F. Para essas disciplinas, mantivemos

as palavras na cor preta. Marcamos de azul as disciplinas cursadas por Carlos Antônio de Moura e inserimos, na mesma cor, aquelas que ele comentou ter recebido os créditos posteriormente. Em seguida, fomos incluindo as disciplinas determinadas pelo Parecer 292/62, em vermelho. Em verde, marcamos as disciplinas da FNFi e da FFCL/USP que eram comuns à UnB.

1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre
Cálculo I	Cálculo II	Cálculo III	Cálculo IV
Matemática I	Matemática II	Matemática III	Variáveis Complexas I
Desenho Geométrico	Introdução à Álgebra Linear	Equações Diferenciais I	Álgebra Linear II
Física Geral	Geometria Analítica	Equações Diferenciais	Geometria Descritiva
	Geometria Analítica e Cálculo Vetorial	Álgebra Linear I	
	Matemática curso Secundário I	Cálculo Numérico	
	Matemática (Cálculo Vetorial)	Matemática curso Secundário II	
	Cálculo vetorial e cálculo de matrizes	Fundamentos de Matemática Elementar	

5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
Álgebra Linear	Álgebra II	Álgebra III	Probabilidade e Estatística I
Álgebra I	Métodos Matemáticos da Física I	Análise III	Probabilidade e estatística
História e Fundamentos Matemáticos	Métodos Matemáticos	Geometria Diferencial	Estatística
Matemática para Físicos	Análise II	Matemática do Ensino Médio	Estágio supervisionado em Matemática
Álgebra Moderna			Análise Numérica
Análise I			

Quadro 13 – Sugestão de matriz curricular da graduação em Matemática da UnB. **Fonte:** Formulários de frequência e menções do arquivo permanente da Secretaria do ICM/MAT.

Após a construção da possível matriz curricular do curso de graduação em Matemática da UnB, logo na sua criação, e analisando apenas os nomes das disciplinas, verificamos que somente três disciplinas foram comuns às matrizes da FNFi e da FFCL/USP: Geometria Descritiva, Álgebra Moderna e Geometria Diferencial. Então, relacionamos semelhanças e diferenças dentre as demais disciplinas das três universidades, sem considerar as ementas, pois não temos informações sobre as mesmas e criamos o quadro 15 em que a primeira coluna diz respeito às disciplinas citadas nas matrizes curriculares da FNFi e FFCL/USP; a segunda coluna indica o ano em que essas disciplinas deveriam ser cursadas nessas instituições e a última coluna exhibe disciplinas presentes na provável matriz curricular da UnB naquele período, qual seja, nos anos de 1960.

Disciplinas ministradas na FNFi e na FFCL/USP	Ano de ensino das disciplinas	Disciplinas ministradas na UnB
Análise Matemática	Presente no 1º e 2º anos.	Análise I, II e III.
Cálculo Infinitesimal	Presente no 1º ano.	Cálculo I, II, III e IV.
Geometria Analítica e Projetiva	Presente no 1º ano.	Geometria Analítica.
Física Geral e Experimental	Presente no 1º ano.	Física Geral.
Complementos de Geometria	Presente no 2º ano.	Não há disciplina que dê indícios de ser a mesma.
Mecânica Racional		
Análise Superior	Presente no 3º ano.	Análise I, II e III.
Geometria Superior	Presente no 3º ano.	Não há disciplina que dê indícios de ser a mesma.
Física para Matemática	Presente no 3º ano.	Métodos Matemáticos da Física I
Mecânica Celeste	Presente no 3º ano.	Não há disciplinas que dêem indícios de serem as mesmas.
Crítica dos Princípios da Matemática		
Teoria das Funções	Presente no 3º e 4º anos.	Não há disciplina que dê indícios de ser a mesma.
Geometria Algébrica	Presente no 4º ano	Não há disciplinas que dêem indícios de serem as mesmas.
Topologia		
Topologia Algébrica		

Quadro 14 – Comparação entre as disciplinas do curso de graduação em Matemática da FNFi, FFCL/USP e da UnB nos anos 1960.

O quadro acima nos mostra que as disciplinas Complementos de Geometria, Mecânica Racional, Geometria Superior, Mecânica Celeste, Crítica dos Princípios da Matemática, Teoria da Funções, Geometria Algébrica, Topologia e Topologia Algébrica, não têm disciplinas que indiquem, pelo nome, uma semelhança às disciplinas da UnB e que tivessem seus formulários de frequência e menções nos envelopes analisados. Disciplinas como Mecânica Racional e Mecânica Celeste podem ter sido oferecidas pelo Instituto de Física.

Segundo Cavalari (2012), as disciplinas Análise Funcional, as Geometrias, as Topologias e as Mecânicas tinham a influência dos professores italianos que passaram pela USP nos anos 1930. Esses catedráticos retornaram para a Itália por causa da Segunda Guerra Mundial e seus assistentes assumiram essas cadeiras. Nos anos 1940, as Álgebras, Geometrias e Topologias receberam a influência dos boubarkistas. Podemos pensar que, ao assumirem essas cadeiras, os assistentes tenham mantido as disciplinas no mesmo formato e nível, por isso as influências italiana e francesa se mantiveram nessa Universidade, naquele período. O mesmo aconteceu na FNFi que praticamente recebeu os mesmos professores. Nessa linha de entendimento, consideramos que as outras disciplinas da UnB que têm correspondência com as da FFCL/USP e da FNFi podem ter abordado os conteúdos contemplados naquelas disciplinas, ou ainda, que elas possam ter sido ministradas, mas que os formulários de frequência e menções não tenham sido guardados.

Das disciplinas sugeridas pelo Parecer 292/62 do CFE, Física Geral era oferecida pelo Instituto de Física e não encontramos indícios de que as disciplinas Desenho Geométrico, Geometria Descritiva foram trabalhadas, no entanto elas podem ter sido ofertadas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo ou pela de Engenharia. Todas as outras têm uma correspondência com o que foi ministrado pelo ICM/MAT.

Verificamos que a USP e a UB trabalhavam em períodos anuais e a UnB em semestrais, no entanto, é possível pensar que, apesar dos nomes das disciplinas serem diferentes, havia documentos que normatizavam nacionalmente a graduação em Matemática logo, é provável que esses cursos fossem parecidos. Portanto, o curso de

graduação em Matemática no período pesquisado era muito parecido aos já existentes no país, sendo dessa forma, bem tradicional.

Entendemos que, nos primeiros semestres de funcionamento da UnB, os professores do ICM/MAT tiveram dificuldades em ajustar o conhecimento matemático de alguns dos novos universitários e, para isso, elaboraram práticas que viabilizassem essa necessidade. Para tanto, foram criadas as disciplinas de recuperação. Professores aptos a trabalhar com o público carente de base teórica foram contratados, enquanto outros docentes se encarregavam em dar continuidade ao mestrado e às outras disciplinas matemáticas mais avançadas.

O acervo permanente do ICM/MAT, no que se refere à parte pesquisada, possui uma grande quantidade de informações que carecem de investigação. Analisamos o material que encontramos no período em estudo, mas, ainda assim, dependendo do olhar do pesquisador, outras histórias podem ser escritas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho de pesquisa foi investigar como se deu a criação e o desenvolvimento do ICM/MAT, tratando-o como uma instituição educativa e, portanto, detentora de memória, história, tradição e pertencente a uma comunidade que alimenta sua identidade. Delimitamos como espaço temporal da pesquisa um período de dez anos, desde a criação do instituto, em 1962, até 1972, quando a UnB já estava começando a superar as dificuldades vividas após o golpe civil-militar de 1964 e o ICM/MAT estava recebendo de volta os acadêmicos que haviam se afastado.

O referencial teórico-metodológico apresentado foi sendo construído no desenrolar da investigação; os conceitos teóricos adotados nos possibilitaram a compreensão dos acontecimentos e deram forma à nossa narrativa. Assim, estudamos as instituições educativas, as disciplinas escolares e o campo científico.

Ao fazermos uso desses aportes teórico-metodológicos, tentamos responder aos seguintes questionamentos que, apesar de despretensiosos, causavam-nos muita curiosidade: Quais eram as intenções políticas e pedagógicas que permearam a estruturação da UnB? Como se deu a implementação e a configuração do Departamento de Matemática da UnB? Quem eram os professores que foram trabalhar no departamento após a sua fundação? Quais são as apropriações dos acontecimentos relacionados ao funcionamento do Departamento de Matemática da UnB pelo grupo de docentes? Quais eram as intenções pedagógicas e práticas de ensino dos docentes do Departamento de Matemática da UnB? Quando surgiram os cursos de licenciatura e de bacharelado em Matemática?

Procuramos esclarecer essas questões ao longo da investigação por meio das informações encontradas nos documentos e nos depoimentos. Como num quebra-cabeças, tivemos que juntar peças para compreender muitos dados que, a princípio, deixavam-nos um pouco

desorientadas, como, por exemplo, o nome Instituto Central de Matemática – ICM ou Departamento de Matemática – MAT. Os entrevistados falavam sobre o departamento, os documentos ora tratavam do departamento, ora do instituto. O MAT surgiu como ICM, mas optamos por utilizar ICM/MAT para não causar desentendimentos durante a leitura do trabalho. Ou ainda, uma questão que merece aprofundamento, que diz respeito à data de surgimento dos cursos de licenciatura e de bacharelado em Matemática.

Para compreender a implementação e configuração do ICM/MAT, foi preciso conhecer o cenário de implantação das universidades brasileiras até a criação da UnB. Isso possibilitou nosso entendimento sobre o motivo de se considerar essa universidade como um modelo a ser seguido e as dificuldades por ela enfrentadas.

O ICM/MAT está inserido na UnB, instituição educativa que teve sua criação marcada pela busca da inovação cujos criadores queriam que sua estrutura desse materialidade ao ideal de universidade almejado desde os anos 1920, por isso, tempos antes de ter sua criação publicada, já se discutia, nos meios intelectuais e acadêmicos, como seria sua organização.

Um fator marcante, para a apropriação por parte dos fundadores da UnB da ideia de inovação, está na localização onde foi instalada, isto é, a cidade que se constituía estava envolta pelo sentimento de otimismo e de grandes realizações, tanto por parte dos trabalhadores que a construíam, como daqueles que vinham fazer a cidade funcionar. Contudo, o caminho para que o projeto da UnB fosse aprovado foi duro e correu o risco de não sair do papel dado o momento político vigente. Muitas articulações e discussões sobre a importância e a necessidade de uma universidade na capital em construção foram realizadas.

Pouco falamos sobre as dificuldades encontradas por aqueles que vieram trabalhar em Brasília. Sabemos que a cidade era um canteiro de obras e que quase não havia oportunidades de lazer; também nisso a UnB foi importante, já que proporcionava a apresentação de filmes e música, além de moradia para seus docentes. Aos órgãos públicos federais teve a função de assessoramento.

A estrutura dessa universidade, novidade para o Brasil, mas já bem estabelecida nos Estados Unidos, permitia a comunicação entre as áreas do conhecimento e uma interação entre as pessoas que compunham a comunidade universitária, ratificando que as instituições educativas são organismos que mantêm vínculos político-sociais.

Além disso, sua organização concisa possibilitava uma economia financeira, já que não havia disciplinas e laboratórios repetidos. Esse formato abriu espaço aos novos acadêmicos que estavam retornando de seus estudos no exterior e às pessoas interessadas em ingressar na carreira científica. Por isso, seu quadro docente foi formado por uma comunidade preocupada e empenhada não só na produção acadêmica, mas também comprometida com a aprendizagem dos primeiros universitários os quais eram trabalhadores na construção da capital.

Todos esses fatores conferem à UnB a responsabilidade pela idealização de uma sociedade detentora de atitudes e hábitos próprios e o ICM/MAT, então, foi tornando-se uma referência no ensino e na formação de matemáticos.

Para compreender as intenções pedagógicas e práticas de ensino dos docentes do ICM/MAT, buscamos conhecer o panorama matemático internacional da época e o lugar de cada um dos docentes do instituto no campo científico matemático daquele período.

Nos anos 1930, a Matemática brasileira estava se constituindo, por isso, os mais renomados matemáticos mundiais eram convidados a trabalhar nas universidades brasileiras. O núcleo formador dessa comunidade científica encontrava-se na FFCL/USP e na FNFi e os primeiros matemáticos nacionais foram formados por essas instituições.

O coordenador do ICM/MAT, professor Leopoldo Nachbin, já era um jovem matemático reconhecido nacional e internacionalmente. Seu trânsito pelas universidades americanas e européias abriram caminhos para que os matemáticos brasileiros também pudessem se aperfeiçoar fora do país, mas Leopoldo quase não esteve presente no instituto, o qual, na maioria do tempo em estudo, foi dirigido por um substituto seu. Nossas análises nos levam a crer que tanto ele quanto seus substitutos estavam imbuídos em estabelecer no ICM/MAT um ambiente de alta

produção científica mesmo sofrendo constantes intervenções militares. Esforços foram envidados para formar os seus docentes, recrutando alunos dos melhores cursos de graduação em Matemática, oferecendo-lhes o curso de mestrado e depois articulando para que fizessem seus doutorados fora do país. Quando a graduação em Matemática começou a funcionar, o instituto passou a contribuir para a formação dos matemáticos desde sua entrada na universidade. Logo, no primeiro decênio de funcionamento do ICM/MAT havia a preocupação com a formação de matemáticos e com isso a ampliação do campo científico matemático.

Devido ao golpe civil-militar, em 1965, grande parte dos professores da UnB assinou o pedido de demissão coletiva. No ICM/MAT esse ato resultou numa perda acadêmica que só foi reestabelecida no início dos anos 1970, quando muitos docentes retornaram ao departamento. Porém, somente em meados dos anos 1980, quando a universidade teve seu primeiro reitor eleito, é que se pôde respirar ares democráticos.

O mestrado em Matemática da UnB foi interrompido para adequação ao parecer que normatizava os cursos de pós-graduação no país. No entanto, os documentos apontam que os instrutores, que eram docentes da graduação e alunos do mestrado, continuaram assistindo às aulas. Isso nos leva a crer que, mesmo com a impossibilidade de obtenção do certificado de mestrado, esses docentes/alunos continuaram empenhados em sua formação acadêmica. Vimos que, quando o mestrado recomeçou, havia a possibilidade de escrever uma dissertação ou fazer um exame e muitos optaram pelo exame. Supomos que tal opção se deve à consciência do nível de conhecimento matemático adquirido pelos estudantes durante a interrupção do mestrado, quando os mestrandos, juntamente com os professores, optaram por não suspender as aulas.

Os documentos do arquivo permanente do ICM/MAT nos possibilitaram perceber o crescimento da universidade ao longo dos anos. Dentre os formulários de frequência e menções encontrados, vimos a quantidade de alunos aumentar, no entanto, a quantidade de aprovados

infelizmente mantinha-se pequena. Esse trabalho não se voltou para uma análise sobre as aprovações/reprovações e suas causas. Esse é um exemplo de informação que pode contribuir para a construção de uma outra investigação.

Devido à ausência de uma matriz curricular da graduação em Matemática, fizemos o exercício de montar uma, para isso, buscamos apoio nas matrizes da FFCL/USP e da FNFi que eram, à época, os modelos de universidades a serem seguidos, além das legislações em vigor e das informações contidas nos depoimentos dos entrevistados. Em princípio, achávamos que as disciplinas seriam as mesmas, mas, ao final da organização, vimos que somente três eram iguais. Esse fato ainda nos intriga e, para isso, será necessário fazer uma análise das ementas das disciplinas da UnB, da FFCL/USP e da FNFi, as quais ainda não localizamos.

Uma prática docente que chamou a nossa atenção foi aquela voltada para ajudar os novos universitários a obterem conhecimentos matemáticos que permitissem a continuidade dos estudos, já que a falta de base matemática, impediria o alcance da aprovação nas disciplinas voltadas à Matemática do ensino superior. Vimos também que cursos foram criados com a finalidade de trabalhar a Matemática básica no ICM/MAT e que o CIEM foi acionado para auxiliar nesse trabalho de base não só na Matemática, mas nas outras ciências.

Encontramos a pasta funcional de alguns docentes que participaram da fundação do ICM/MAT e observamos que eles fizeram inúmeras viagens apresentando trabalhos ou fazendo cursos no Brasil e no exterior após 1972. Acreditamos que esses profissionais, representantes da comunidade brasileira de matemáticos, além de estarem buscando um aperfeiçoamento profissional, também estavam difundindo uma representação da UnB, como uma Universidade empenhada na formação de seus profissionais, que incentivava a pesquisa e a divulgação dos resultados e interessada em manter o intercâmbio entre os pesquisadores matemáticos nacionais e estrangeiros.

Esta pesquisa partiu da hipótese de que as intenções pedagógicas dos docentes de Matemática da UnB, no período de 1962 a 1972, possibilitaram a implementação de um departamento integrado com os anseios da universidade que se construía. O que percebemos foi que, a UnB foi criada no período de um surto desenvolvimentista pelo qual o Brasil passava e que resultou, entre outras coisas, na construção de Brasília, a nova capital brasileira.

A estrutura da UnB e do ICM/MAT era inovadora, porém pouco se fez para a formação de educadores matemáticos, pois o foco do instituto era a pesquisa.

O ICM/MAT foi criado em 1962 com a intenção de ser um centro de excelência em pesquisas matemáticas nos mesmos moldes das grandes universidades norte-americanas. Inicialmente foi criado o mestrado em Matemática, a fim de capacitar docentes do departamento, e as atividades de graduação se resumiam em disciplinas de fundamentação matemática para os cursos de Administração, Economia e Arquitetura e Urbanismo.

Nos anos de 1964 e 65, a UnB sofreu intervenções do governo militar instalado no Brasil e vários cursos suspenderam suas atividades. O ICM/MAT não parou, mas precisou de contratar novos professores para continuar suas atividades. Com o início dos cursos de licenciatura e bacharelado em Matemática, em 1965, o ICM/MAT passou a contribuir com a formação de pesquisadores matemáticos desde sua entrada na universidade.

Em 1969, o mestrado em Matemática foi suspenso para adequar-se aos novos moldes da pós-graduação brasileira, porém o departamento continuou a oferecer disciplinas, inclusive com professores convidados, e os alunos do mestrado continuaram a assistir às aulas.

No início dos anos 1970, com o retorno dos professores que haviam deixado o departamento, a maioria vindo da Universidade de Chicago, houve a retomada pelo ICM/MAT do importante papel de desempenhar pesquisas matemáticas no Brasil.

Assim, em meio a um contexto político e social tão conturbado e repleto de contradições ideológicas, ainda persistiu na mente da

comunidade universitária a esperança de que o futuro trouxesse transformações em prol do crescimento e do desenvolvimento não só da capital mas também do país.

O grupo de docentes que compunha o ICM/MAT, no período pesquisado, vivenciou o golpe civil-militar e várias outras adversidades e conquistou a projeção do departamento no rol dos mais bem conceituados do país, firmando, assim, a intenção original de 1962, que era tornar o ICM/MAT um centro de excelência em pesquisas matemáticas. Atualmente, a pós-graduação do ICM/MAT detém o conceito máximo oferecido pela CAPES e tal mérito pode ser atribuído, também, àqueles profissionais que, na década em estudo, a ele dedicaram seu trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ANTUNES, Celso. *Glossário para educadores(as)*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ÁVILA, Geraldo Severo de Souza. Entrevista. [mar. 2007]. Entrevistadoras: Carmyra Oliveira Batista, Eliene Maria Alves Dias, Erondina Barbosa da Silva, Mônica Menezes de Souza, Sandra Baccarin, Rosália Fagundes, Raquel Soares de Santana. Brasília, 2007. 1 arquivo. mp3. Entrevista concedida ao Grupo COMPASSODF.
- AZEVEDO, Alberto; ÁVILA, Geraldo Severo; FIGUEIREDO, Djairo Guedes; TENENBLAT, Ketí. A história do Departamento de Matemática da Universidade de Brasília. In: VI SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA MATEMÁTICA, 2005, Brasília. *Anais...* Brasília: Sociedade Brasileira de História da Matemática, 2005. p. 39 – 57.
- AZEVEDO, Alberto. Grothendieck no Brasil. *Revista Matemática Universitária*, n. 44, p. 39-42, jun. 2008. Disponível em: <http://rmu.sbm.org.br/Conteudo/n44/n44_Artigo04.pdf>. Acesso em 10 mai. 2015.
- BATISTA, Carmyra Oliveira; COSTA, Edilene Simões; SOUZA, Mônica Menezes; CARVALHO, Rosália Policarpo Fagundes. A história do ensino-aprendizagem da matemática no Distrito Federal: paisagem da pesquisa. XI Encontro Nacional de Educação Matemática – XI ENEM. Curitiba. Educação Matemática: retrospectivas e perspectivas. *Anais...* Curitiba. 2013.
- BERTONI, Nilza Eigenheer. Entrevista. [dez. 2013]. Entrevistadoras: Carmyra Oliveira Batista, Edilene Simões Costa dos Santos, Mônica Menezes de Souza, Rosália Fagundes. Brasília, 2013. 1 arquivo. mp3. Entrevista concedida ao Grupo COMPASSODF.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOMBAL, Fernando. Laurent Schwartz, o matemático que queria mudar o mundo. *Revista Matemática Universitária*, n. 38/39, p. 1-34, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://rmu.sbm.org.br/Conteudo/n38_n39/n38_n39_Artigo01.pdf>. Acesso em 10 mai. 2015.

BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 26, p. 51-71, 1994. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_04.htm> Acesso 27 set. 2014.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 10, jul./dez. 2005. Disponível em <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/175>. Acesso em 24 nov. 2014.

BOSI, Éclea. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. Tradução de Paula Montero. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n. 2/3, p. 88-104, jun. 1976. In: ORTIZ, Renato. (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'água, 2013.

BRANDÃO, Zaia. Diálogo com Anísio Teixeira sobre a escola brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 80, n. 194, jan./abr. 1999. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/203/204>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

BRASIL. Decreto-lei 6283, de 25 de janeiro de 1934. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

_____. Decreto-lei 1190, de 4 de abril de 1939. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1190.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Decreto-lei 9092, de 26 de março de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9092.htm>. Acesso em: 6 out. 2014.

_____. Exposição de Motivos nº 492 de 16 de abril de 1960. Diário do Congresso Nacional de 17 de maio de 1960, pp. 3375-76. Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/275/27503014.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2014.

_____. Lei nº. 3998, de 15 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/fub/lei.php>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

_____. Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. Lei 5692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 26 out. 2015.

BRASÍLIA. *Certidão de registro da Fundação Universidade de Brasília*. Livro A1, Registro de pessoas jurídicas folhas 265 a 273 n^o 92 de 26 de fevereiro de 1962.

_____. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. *40 anos de educação em Brasília*. 2001.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO; GATTI JUNIOR (Orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira*. Uberlândia: Edufu, 2002.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff; COELHO, George Henrique de Souza. Ceam: 25 anos de quebra de paradigmas. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 73, p. 37-50, 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000300005&lng=en&tlng=pt>. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000300005>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

CARMO, Manfredo Perdigão. *IMPA: 50 anos*. 2003. Disponível em:
<http://www.impa.br/downloads/livro_impa_50_anos.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015.

CAVALARI, Mariana Feiteiro. As contribuições de Chaim Samuel Höning para o desenvolvimento da Matemática brasileira. Tese. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Doutora em Educação Matemática. 2012. p. 202. Disponível em:
<http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102091/cavalari_mf_dr_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 ago. 2015.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5. n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 jan. 2012.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Portugal: DIFEL, 2002.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. A afinidade eletiva entre Anísio Teixeira e John Dewey. *Revista Brasileira de Educação*. n. 11, p. 86-98, mai./jun./jul./ago. 1999.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990. Disponível em: <http://moodle.fct.unl.pt/pluginfile.php/122510/mod_resource/content/0/Leituras/Chervel01.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

COSTA, Lúcio. Plano Piloto de Brasília. In: UNB. *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Brasília: UnB, 1962.

CRUZ, Terezinha Rosa. *Uma experiência de educação interrompida*: CIEM – UnB. Brasília: Plano, 2001.

CUNHA, Luis Antônio. *A universidade crítica*: o ensino superior na república populista. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Luis Antônio. *A universidade reformanda*: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007a.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. *Educação & Sociedade*, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr./jun. 2014. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87331479002>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

DIAS, Cândido Lima da Silva; HÖNIG, Chaim Samuel. MEDEIROS, Luiz Adauto. Leopoldo Nachbin. *Revista Matemática Universitária*, n. 16, p. 19-21, jun. 1994. Disponível em: <http://rmu.sbm.org.br/Conteudo/n16/n16_Artigo01.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

DUARTE, Aparecida Rodrigues da Silva. Matemática e Educação Matemática: a dinâmica de suas relações ao tempo do Movimento de Matemática Moderna no Brasil. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Educação Matemática. 2007. p. 437. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=88955>. Acesso em: 14 jul. 2013.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 17, mai./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/101/111>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

FIGUEIREDO, Djairo Guedes. *IMPA: 50 anos*. 2003. Disponível em: <http://www.impa.br/downloads/livro_impa_50_anos.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. Entrevista. [abr. 2014]. Entrevistadora: Mônica Menezes de Souza. Rio de Janeiro, 2013. 1 arquivo. mp3.

FONTENELE, Mário. Fotografia de Juscelino Kubitschek e Lúcio Costa no Planalto Central durante a construção de Brasília, 1959. Disponível em: <<https://candangas.wordpress.com/category/historia/page/2/>>. Acesso em: 1 set. 2014.

FRAGO, Antonio Viñao. Sistemas educativos, culturas escolares e reformas. In: *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas*. 2. ed. Madri: Ediciones Morata S. L., 2006.

FRAGO, Antonio Vinão. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 8, n. 3 [18], 2008. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/93>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

GALIANI, Claudemir. MACHADO, Maria Cristina Gomes. Dewey e a função social da educação. In: IX Congresso Nacional de Educação da PUCPR (EDUCERE), 2009. *Anais...* Curitiba, PR. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2025_994.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2015.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. *A experiência do labirinto: metodologia, história oral e educação matemática*. São Paulo: UNESP, 2008.

GATTI JÚNIOR, Décio. A pesquisa histórico-educacional sobre as instituições educacionais brasileiras: reflexões teórico-metodológicas. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 1., 2000. Rio de Janeiro. Educação no Brasil: história e historiografia. *Anais ...* Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação. 2000. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/042_decio.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

GATTI JÚNIOR, Décio. PESSANHA, Eurize Caldas. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (Orgs.). *História em perspectiva: ensino, pesquisa produção e novas investigações*. Campinas: Autores associados, 2005.

GERMANO, José Willington. 5. ed. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LIMA, Elon Lages. *IMPA: 50 anos*. 2003. Disponível em: <http://www.impa.br/downloads/livro_impa_50_anos.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. Entrevista. [dez. 2013]. Entrevistadora: Mônica Menezes de Souza. Rio de Janeiro, 2013. 1 arquivo. mp3.

LIMA, Roberto de Araújo. Entrevista. [ago. 2008]. Entrevistadoras: Carmyra Oliveira Batista, Eliene Maria Alves Dias, Erondina Barbosa da Silva, Mônica Menezes de Souza, Sandra Baccarin, Rosália Fagundes, Raquel Soares de Santana. Brasília, 2008. 1 arquivo. mp3. Entrevista concedida ao Grupo COMPASSODF.

LIMA, Eliene Barbosa. *Matemática e matemáticos na Universidade de São Paulo: italianos, brasileiros e bourbakistas (1934-1958)*. Tese. Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências. 2012. p. 260. Disponível em: <https://twiki.ufba.br/twiki/pub/PPGEFHC/DissertacoesPpgefhc/Eliene_Barbosa_Lima.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2015.

MAGALHÃES, Justino Pereira. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira. História das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (Orgs.). *História em perspectiva: ensino, pesquisa produção e novas investigações*. Campinas: Autores associados, 2005.

MAGALHÃES, Justino Pereira. A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 69-74, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/5069>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

MARANHÃO, Jarbas. Apreciação da mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek ao Congresso Nacional no dia da inauguração de Brasília. In: UNB. *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Brasília: UnB, 1962.

MATOS, Mário Carvalho. *Tempos de Brasília*. 2010. Mensagem recebida por profmonicams@yahoo.com.br em 19 de novembro de 2013.

MENDES, Pedro. Entrevista: Manfredo Perdigão do Carmo. [jun. 1994]. Entrevistador: Pedro Mendes. *Revista Matemática Universitária*, n. 16, de jun. 1994.

MENEGHEL, Stela Maria. *Cérebros, Cérebros, Cérebros: o modelo de Universidade da Unicamp*. 2005. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas/unicamp.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

MOURA Antônio Carlos. Entrevista. [abr. 2015]. Entrevistadora: Mônica Menezes de Souza. Rio de Janeiro, 2015. 1 arquivo. mp3.

MUJICA, Jorge. Os trabalhos de Leopoldo Nachbin (1922-1993). *Revista Matemática Universitária*, n. 16, p. 22-36, jun. 1994. Disponível em: <http://rmu.sbm.org.br/Conteudo/n16/n16_Artigo02.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

NACHBIM, André. *A matemática brasileira depois de Leopoldo Nachbin*. [jul. 2012]. Entrevistador: Bruno Pierro. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/blog/luisnassif/a-matematica-brasileira-depois-de-leopoldo-nachbin>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

NACHBIN, Leopoldo. Entrevista. [mar. 1991]. Entrevistadoras: Alzira Abreu, Sheila Kaplan, Vera Rita da Costa. Entrevista concedida à Canal Ciência – Instituto Brasileiro de Informação de Ciência e Tecnologia – Ibict. Disponível em: <http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/livros/leopoldo_nachbin_59.html>. Acesso em: 23 jul. 2015.

_____. Tecendo considerações acerca do projeto de criação da Universidade de Brasília. In: RIBEIRO, Darcy. (Org.). *Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3998 de 15 de dezembro de 1961*. Brasília: UnB, 2011.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

NOVAES, Bárbara Winiarski Diesel; PINTO, Neuza Bertoni; FRANÇA, lara da Silva. Estruturalismo e matemática moderna: dilemas e Implicações para o ensino. In: VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR (EDUCERE) – Edição Internacional, 2008. Curitiba. Formação de professores. *Anais...* Curitiba. 2008. Disponível em:

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/653_790.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2015.

NUNES, Clarice. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. *Teoria & Educação*, n. 6, p.151-182, 1992.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes; MENDONÇA, Erasto Fortes. Universidade de Brasília (UnB): da universidade idealizada à universidade modernizada. In: MOROSINI, Marília. (Org.). *Universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: INEP, 2006.

PADOVANI, Maria Valéria Franca. (Coord.). Lei 3998 de 12-12-1961, Decreto 500 de 15-01-1962, Estatutos da FUB, Estatutos da UnB. Brasília: UnB, 1968.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, Lúcia Maria da Franca. Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília. In: PEREIRA, Eva Waisros *et all*. (Orgs.). *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

PEREIRA, Eva Waisros. As raízes pragmatistas da educação do Distrito Federal. In: PEREIRA, Eva Waisros *et all*. (Orgs.). *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

PEREIRA, Pedro Carlos. Contribuições da professora Maria Laura Leite Lopes para a educação matemática no Rio de Janeiro. X Encontro Nacional de Educação Matemática – X ENEM. Salvador. Educação Matemática, Cultura e Diversidade. *Anais...* Salvador. 2010. Disponível em: <http://www.lematec.net/CDS/ENEM10/artigos/CC/T6_CC1794.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINTO, Kleber Farias. Entrevista. [out. 2007]. Entrevistadoras: Carmyra Oliveira Batista, Edilene Simões, Erondina Barbosa da Silva, Mônica Menezes de Souza, Nilza Eigenheer Bertoni, Patrícia Tôrres, Sandra Baccarin. Brasília, 2007. 1 arquivo. mp3. Entrevista concedida ao GEPEMDF.

PINTO, Kleber Farias. Entrevista. [jun. 2014]. Entrevistadoras: Carmyra Oliveira Batista, Mônica Menezes de Souza. Brasília, 2014a. 1 arquivo. mp3. Entrevista concedida ao grupo COMPASSODF.

PINTO, Neuza Bertoni; ALMEIDA, André Francisco; DINIS, Márcia Alves. Saberes docentes para o ensino da matemática Moderna.

VII Congresso Nacional de Educação da PUCPR (EDUCERE) – Edição Internacional, 2007. Curitiba. Saberes docentes. *Anais...* Curitiba. 2007. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

PINTO, Neuza Bertoni. NOVAES, Bárbara Winiarski Diesel. Matemática moderna na cultura de escolas técnicas industriais do Brasil e de Portugal. *Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 261-282, abr. 2013. Disponível em: <<http://alexandria.ppgect.ufsc.br/files/2013/04/Neuza.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

PINTO, Neuza Bertoni. História das disciplinas escolares: reflexão sobre aspectos teórico-metodológicos de uma prática historiográfica. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 125-142, jan./abr. 2014.

PIRES, Rute da Cunha. A presença de Nikolas Bourbaki na Universidade de São Paulo. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Educação Matemática. 2006. p. 577. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4983> Acesso em: 26 jun. 2015.

PROTA, Leonardo. *Um novo modelo de universidade*. São Paulo: Convívio, 1987.

RIBEIRO, Darcy. A Universidade de Brasília. *Educação e Ciências Sociais*. Ano V, v. 8, n. 15, p. 33-91, set. 1960.

RIBEIRO, Darcy. *A Universidade necessária*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

RIOS, Diogo Franco. Memória e história da matemática no Brasil: a saída de Leopoldo Nachbin do IMPA. Dissertação. Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana. Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências. 2008. p. 142. Disponível em: <https://twiki.ufba.br/twiki/pub/PPGEFHC/DissertacoesPpgefhc/DIOGO_F RANCO_RIOS_2008.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida*: Brasília 1964-1965. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. 484 p.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares: desafios teóricos. *Série-Estudos: periódico do mestrado em Educação da UCDB*, Campo Grande, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/212>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

SANFELICE, José Luís. História e historiografia de instituições escolares. Revista *HISTEDBR on-line*, Campinas, n. 35, p. 192-200, set. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13_35.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2015.

SANTOS, Cássio Miranda. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos. Política educacional e hegemonia: a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná na década de 1960. Tese. Universidade Estadual de Campinas. Doutora em educação. 2000. p. 271. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000223671&fd=y>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

SILVA, Circe Mary Silva. Formação de professores e pesquisadores de matemática na Faculdade Nacional de Filosofia. *Cadernos de Pesquisa*. [on-line]. n. 117, p. 103-126, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15554.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

SILVA, Clóvis Pereira; AZEVEDO, Alberto Carvalho Peixoto. *Mestrados e doutorados em Matemática obtidos no Brasil a partir de 1942*. 2004. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/216372527/matematica-pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. Os historiadores e os “fazedores de história”: lugares e fazeres na produção da memória e do conhecimento histórico contemporâneo a partir da influência midiática. *OPSIS*, Catalão, v. 7, n. 9, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/search/results>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

SKOVSMOSE, Ole. *Educação matemática crítica: a questão da democracia*. Campinas: Papirus, 2001.

SOUZA, Rodrigo Augusto; MARTINELLI, Telma Adriana Pacífico. Considerações históricas sobre a influência de John Dewey no pensamento pedagógico brasileiro. Revista *HISTEDBR on line*,

Campinas, n. 35, p. 160-172, set. 2009. Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art11_35.pdf>.
Acesso em: 10 jan. 2014.

TRINDADE, Hégio. Universidade em perspectiva: sociedade, conhecimento e poder. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, jan./abr. 1999.

TRIVIZOLI, Lucieli Maria. Intercâmbio Acadêmico entre Brasil e Estados Unidos: Leopoldo Nachbin – bolsista da Fundação Rockefeller. In: I CEMACYC – I Congresso de Educação Matemática da América Central e Caribe, 2013, Santo Domingo, República Dominicana. *Anais...* Santo Domingo, República Dominicana, 2013, p. 888-897. Disponível em:
<http://www.pucrs.br/famat/viali/tic_literatura/anais/doc_memorias_completo.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2015.

TODOROV, Maria Silvia Ribeiro. *UnB – evolução da estrutura acadêmica: do plano orientador ao estatuto de 1993*. Brasília: UnB, 1995.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Brasília: UnB, 1962.

_____. *Programação das atividades do Departamento de Matemática da Universidade de Brasília*. Brasília, 1963a.

_____. *Sobre a posição do instrutor na Universidade de Brasília*. Brasília, 1963b. 5 p.

_____. *Pós-graduação C-2/63*. Brasília, 1963c.

_____. *Normas provisórias para concessão do grau de mestre*. Brasília, 1964.

_____. *Diagnóstico do desenvolvimento da Universidade de Brasília: 1962 a 1968*. Assessoria de Planejamento e Controle – APC/UnB, 1969.

_____. *Relatório das atividades 1969*. 1970.

_____. *Relatório das atividades da UnB em 1970*. 1971.

_____. *Catálogo Geral 1971*. Brasília: Alvorada Ltda, 1971a.

_____. *Anexos ao regimento geral*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1971b.

_____. *Relatório de atividades de 30 de julho de 1987 a 29 de fevereiro de 1988 do Projeto Um Novo Currículo de Matemática da 1ª a 8ª séries – SPEC/MAT/UnB/MEC/CAPES/PADCT*, 1988.

_____. Disponível em: <<http://www.unb.br>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. Disponível em:
<<http://www.exatas.unb.br/apresentacao/instituto.html>>. Acesso em: 04 fev. 2015a .

VALENTE, Wagner Rodrigues. Oito temas sobre História da Educação Matemática. *REMATEC: Revista de Matemática, Ensino e Cultura*, Natal, ano 8, n. 12, p. 22-50, jan./jun. 2013.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Os diálogos trans, inter e intra da história da educação matemática no Brasil. In: VALENTE, Wagner Rodrigues. (Org.). *História da educação matemática no Brasil: problemáticas de pesquisa, fontes, referências teórico-metodológicas e histórias elaboradas*. São Paulo: Editora da Física, 2014.

WIELEWSKI, Gladys Denise; PALARO, Luiza Aparecida; WIELEWSKI, Sergio A. Cuiabá na década de 80: vestígios da Matemática Moderna nas quatro primeiras séries do 1º grau. *Revista Diálogo Educacional*, PUCPR, Curitiba, v. 8, p. 675-688, 2008. Disponível em:
<<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=2440&dd99=view>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

ZAIA, Iomar Barbosa. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 10, jul./dez. 2005. Disponível em:
<<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/172>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de carta de cessão de direitos

CESSÃO DE DIREITOS

Eu, _____, portador(a)
do RG _____ e do CPF _____, residente

declaro para os devidos fins, que autorizo a utilização de minha imagem e cedo os direitos de minha entrevista, concedida no dia ___ de _____ de 20___, em caráter gratuito, à pesquisadora Mônica Menezes de Souza para a realização de pesquisa sobre o Departamento de Matemática da Universidade de Brasília – UnB para ser usada integralmente ou em partes, sempre referindo-se à fonte e condições originais da obtenção da entrevista, sem restrição de prazos, desde a presente data. Este documento de cessão se refere ao material gravado, às transcrições e textualizações obtidas a partir dele, e ao texto presente na pesquisa *Uma história do Departamento de Matemática da Universidade de Brasília – UnB: 1962-1972*. A presente cessão é feita em caráter universal, irrevogável e irretratável.

As fotografias e outros materiais doados e anuídos por mim, a título gratuito, poderão ser utilizados na íntegra ou em parte, na pesquisa desenvolvida pela pesquisadora, sempre referindo-se à fonte, sem restrição de prazos, desde a presente data. A presente doação não inclui o direito de reproduzir ou autorizar a reprodução por terceiros, com fins comerciais, dos documentos doados. A presente licença não permite a modificação das fotos, adições, ou qualquer mudança, que altere o sentido das mesmas.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente, que terá minha firma reconhecida em cartório.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Data e local

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o professor Dr. Djairo Guedes Figueiredo

Entrevistadora: Mônica Menezes de Souza.

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Horário da entrevista:

Esclarecimentos sobre a pesquisa: tema e objetivo

Pedir uma pequena biografia

1. Por que a opção pela Matemática? Quando aconteceu essa opção? Por que ser professor(a) de Matemática?
2. Como e quando surgiu a oportunidade de ir trabalhar na UnB?
3. Por quanto tempo o senhor ficou em Brasília?
4. Trabalhar na UnB era atraente? Por quê?
5. No início da UnB vocês prestavam atendimento a todos os cursos da universidade? Isso mudou em algum momento?
6. Quando o curso de Matemática foi criado? Quando o curso de Matemática começou a funcionar?
7. Como vocês estruturaram o Departamento de Matemática?
8. Aonde funcionava o departamento? (prédio)
9. Quando o senhor foi para Brasília, levou quatro instrutores. Como foi a divisão do trabalho? (nome dos instrutores: Sérgio Falcão, Nelson Braga, Mauro Bianchini e Mário Matos)
10. Os quatro instrutores terminaram o mestrado?
11. O senhor mantém contato com os instrutores da época: Sérgio Falcão, Nelson Braga, Mauro Bianchini e Mário Matos.
12. Quando começaram a chegar novos professores, além dos instrutores e do professor Geraldo? (Quando aumentou o quadro de instrutores?)
13. O mestrado da UnB foi o primeiro do país?
14. Quais as funções que o senhor exerceu?
15. O senhor sempre teve a preocupação de trazer grandes nomes para dar aulas na UnB? Como isso era possível? Era preciso fazer muitas articulações ou era fácil?
16. Quais as dificuldades vivenciadas pelo senhor?

Agradecimentos.

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o professor Dr. Elon Lages Lima

Entrevistadora: Mônica Menezes de Souza.

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Horário da entrevista:

Esclarecimentos sobre a pesquisa: tema e objetivo

Pedir uma pequena biografia

1. Por que a opção pela Matemática? Quando aconteceu essa opção?
Porque ser professor(a) de Matemática?
2. Como e quando surgiu a oportunidade de ir trabalhar na UnB?
3. Por quanto tempo o senhor ficou em Brasília?
4. Trabalhar na UnB era atraente? Por quê?
5. No início da UnB vocês prestavam atendimento a todos os cursos da universidade? Isso mudou?
6. Quando o curso de Matemática foi criado? Quando o curso de Matemática começou a funcionar? Por que demorou tanto para se criar a licenciatura?
7. Como vocês estruturaram o Departamento de Matemática?
8. Aonde funcionava o departamento? (prédio)
9. Quais as funções que o senhor exerceu?
10. O que aconteceu com o departamento durante o movimento militar de 1964? Os visitantes continuaram vindo? Quem continuou dando aulas?
11. O que aconteceu quando os 220 professores da universidade pediram demissão?
12. Sempre houve uma preocupação em trazer grandes nomes para dar aulas na UnB? Como isso era possível? Era preciso fazer muitas articulações ou era fácil?
13. Hoje a UnB continua assim? Com grandes nomes?
14. Quais as dificuldades vivenciadas pelo senhor?
15. Em algum momento não foi exigida a escrita da dissertação? Bastava fazer uma prova?

Agradecimentos.

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com o professor Dr. Carlos Antônio de Moura

Entrevistadora: Mônica Menezes de Souza.

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Horário da entrevista:

Esclarecimentos sobre a pesquisa: tema e objetivo

Uma pequena biografia

1. Como e quando surgiu a oportunidade de ir estudar na UnB?
2. Segundo documento da reitoria a graduação em Matemática só foi aprovada em 1965, mas o senhor se formou em 1966. Poderia nos falar sobre o seu curso. Houve vestibular para Matemática?
3. Como e quando surgiu a oportunidade de ir trabalhar na UnB?
4. O senhor poderia falar sobre o clima político na universidade e no departamento, durante o período em que permaneceu lá?

Agradecimentos.

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista com a Professora Dra. Nilza Eigenheer Bertoni

Entrevistadora: Mônica Menezes de Souza e COMPASSODF.

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Horário da entrevista:

Esclarecimentos sobre a pesquisa: tema e objetivo

1. Como e quando surgiu a oportunidade de ir trabalhar na UnB?
2. Trabalhar na UnB era atraente? Por quê?
3. A senhora veio fazer o mestrado e decidiu ficar trabalhando ou veio trabalhar e resolveu fazer o mestrado?
4. Qual era a estrutura do mestrado?
5. Quem eram os professores do mestrado?
6. Qual foi o tema da sua dissertação? Quem foi seu orientador?
7. Quem era o coordenador do Departamento de Matemática quando a senhora chegou? A senhora poderia explicar a estrutura: Instituto central de Matemática/Departamento de Matemática?
8. Quem eram os seus colegas?
9. Quando os professores doutores começaram a chegar? Quem eram eles?
10. Aonde funcionava o departamento? (prédio)
11. Vocês prestavam atendimento a todos os cursos da universidade ou só ao curso de Matemática?
12. Qual era o currículo adotado? Foi criado por quem? Sob que influências?
13. Quais foram as suas propostas de mudanças no currículo? Quando ela aconteceu? A senhora conseguiu implementar todas as suas propostas? Quem a apoiava?
14. Quando a licenciatura em Matemática foi criada? Quando começou a funcionar?
15. Que universidades foram influenciadas pela sua proposta de licenciatura?
16. O que é o SAMAC? Como surgiu a ideia de criá-lo?
17. Quais as funções que a senhora exerceu no departamento?
18. Quando a senhora se aposentou?
19. Como está o currículo atualmente?
20. O que aconteceu com o Departamento depois que a UnB foi invadida pelos militares?
21. Quais as dificuldades vivenciadas pela senhora?
22. A senhora tem documentos ou fotografias da época?

Agradecimentos.

APÊNDICE F – Comparação entre relação alunos do mestrado em Matemática e os docentes do ICM/MAT no período de 1967 a 1971.

Alunos do mestrado entre 1967 e 1971	Docentes do ICM/MAT em 1969
Alaciel Franklin de Almeida	Antônio Paques*
Alexandre G Aguiar Pietsch	Brasil Terra Leme*
Almir Matos Meneses Filho	Carlos Antônio de Moura*
Antonio Carlos do Patrocínio	Eduardo Kanan Marques*
Antonio Paques	Elton Jacob do Amaral*
Antônio Tibery Costa	Gil Vicente R Figueiredo
Astrea Barreto Chiarini	Isolda Hora Acioli*
Brasil Terra Leme	Ivo Bertoni*
Carlos de Abreu Pena	João Ivo Bertolo*
David Luiz Boianousicy	José Pauly Resende*
Domingos Pereira dos Santos	José Raimundo B Coelho
Edson Londe Melo	Luiz Antônio da Frota Mattos*
Eduardo Kanan Marques	Marcos Luiz Lourenço*
Elton Jacob do Amaral	Maria Carmelina Fernandes*
Fausto Marçal de Souza	Maria Cristina C Bezerra
Francisco Rodrigues de Oliveira	Maria Sylvia M C Carneiro*
Francisco Rodríguez	Nativi Viana Pereira*
Gilséa Sarmento Malvar	Nilza Queiróz Telles Eigenheer*
Hércio Afonso de Almeida	Oswaldo Buffo Travolo*
Isolda Hora Acioli	Otília Terezinha Wiermann*
Ivo Bertoni	Paulo Rodrigues Esteves*
Jairo Athayde Cavalcante	Ricardo Moacir G de Moraes
Joana Guimarães Filha	Sebastião Antônio José Filho*
João Ivo Bertolo	Vasco Domingues Garcia*
Joaquim Araújo Ramos	Virginia Mendes Martins*
José Afonso Rodrigues Alves	Wilmeosnei Banzato* (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1970, p. 26).
José Augusto Raupp	
José Henrique de Sá Mesquita	
José Marcelo de Sousa	
José Maria Cruz Andrade Filho	
José Pauly Resende	
Katuchi Techima	
Luiz Antonio da Frota Mattos	
Luiz Francisco B Peres dos Santos	
	Docentes do ICM/MAT em 1970
	Aloysio Mayorm Pereira
	Celso Chiarini
	Domingos Pereira dos Santos*
	Eduardo Kanan Marques*
	Elton Jacob do Amaral*
	Fausto Alvin Júnior
	Francisco Rodrigues Oliveira*

Márcio Jório Veiga de Lemos	Gil Vicente R Figueiredo
Marcos Luiz Lourenço	Gilséa Sarmiento Malvar*
Maria Auxiliadora Leão de Andrade	Henrique T Malvar
Maria Carmelina Fernandes	Isolda Hora Acioli*
Maria Cristina Cunha Bezerra	Ivo Bertoni*
Maria Nair da Silva Piccinini	Joana Guimarães Filha*
Maria Sylvia M C Carneiro	João Ivo Bertolo*
Mauro Bianchini	Joaquim Araújo Ramos*
Nativi Viana Pereira	José Augusto Raupp*
Nelson A Borges Garcia	José Araújo Ramos
Nelson Soares Resende	José Pauly Resende*
Nilza Queiroz Telles Eigenheer	José Raimundo B Coelho
Oswaldo Buffo Travollo	Luiz Edmundo R Soares
Otília Terezinha Wiermann	Maria Cristina C Bezerra
Paulo Rodrigues Esteves	Maria Sylvia M C Carneiro*
Quimico lamamoto	Maurício Pinho Gama
Reinaldo Arcírio de Oliveira	Nativi Viana Pereira*
Ricardo José Cioglia	Nilza Queiróz Telles Eigenheer*
Ricardo Moacyr de Moraes	Oswaldo Buffo Travolo*
Rodney Carlos Bassanezi	Paulo Rodrigues Esteves*
Sálvio Calicchio Sobrinho	Pedro H Rivera Rodrigues
Sebastião Antonio José Filho	Ricardo José Gioglia
Sérgio de Alvim Carneiro	Sálvio Calichio Sobrinho*
Shirlei Serconeck	Telma Suaiden*
Sônia Regina Moraes	Vasco Domingues Garcia*
Tarcício Praciano Pereira	Virginia Mendes Martins*
Telma Suaiden	Walter Júlio Cortez Morales*
Teresa Cleidecer Dias	Wilmeosnei Banzato* (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1971, p. 70).
Vasco Domingues Garcia	
Virginia Mendes Martins	Docentes do ICM/MAT em 1971
Waldemar Villas Bôas Filho	Aloísio Mayworm Pereira
Walter Júlio Cortez Morales	Antonio Conde
Wilmeosnei Banzato	Celso Chiarini
	Charles Claude Pinter
	Domingos Pereira dos Santos*
	Eduardo Kanan Marques*
	Elton Jacob do Amaral*
	Fausto Alvim Júnior*
	Francisco Rodrigues de Oliveira*
	Gilsea Samento Malvar*

	<p>Henrique Tafuri Malvar Hilton Vieira Machado Isolda Hora Acioli* Ivo Bertoni* Joana Guimarães Filha* João Ivo Bertolo* Joaquim Araújo Ramos* José Augusto Raupp* José Pauly Resende* Leopoldo Nachbin José Raimundo Braga Coelho Marco Antonio Raupp Marcos Duarte Maia Maria Cristina Cunha Bezerra* Maria Sylvia M. C. Carneiro* Maurício de Pinho Gama Nativi Viana Pereira* Nilza Eigenheer Bertoni* Oswaldo Buffo Travolo* Paulo Rodrigues Esteves* Pedro Humberto Rivera Rodrigues Ricardo Cioglia Sálvio Calicchio Sobrinho Shri Krishna Telma Suaiden Vasco Domingues Garcia* Virgínia Mendes Martins* Walter Júlio Cortez Moralez* Wilmeosnei Banzatto* (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1971a, p. 56).</p>
--	---

Quadro 6 – Relação dos alunos do mestrado em Matemática e os docentes do ICM/MAT⁴⁸. **Fonte:** Formulários de frequência e menções do mestrado em Matemática do arquivo permanente da Secretaria do ICM/MAT e Biblioteca Central.

⁴⁸ Os nomes dos docentes com asterisco correspondem aos alunos matriculados no mestrado em Matemática.

APÊNDICE G – Quadros com as disciplinas encontradas nos formulários de frequências e menções e seus respectivos docentes

A seguir apresentamos as disciplinas e seus docentes no período em estudo. Todas essas informações foram tiradas dos envelopes dispostos nas caixas-arquivo do acervo permanente do ICM/MAT.

Envelope: 1º semestre /1962	
Disciplina	Docente
Matemática para o curso de Arquitetura	Djairo Guedes Figueiredo Mauro Bianchini
Matemática para os cursos de Administração e Economia	Nelson Almeida Braga
Matemática para o curso de Economia	Djairo Guedes Figueiredo Kleber Farias Roberto de Araújo
Matemática para o curso de Arquitetura – Supletivo	Kleber Farias
Matemática para o curso de Administração e Economia – Supletivo	Sem informação

Envelope: 2º semestre /1962	
Disciplina	Docente
Matemática Recuperação	Roberto de Araújo Lima
Matemática (Cálculo Vetorial)	Mauro Bianchini
Complementos de Matemática	Mário Matos e outra pessoa não identificada
Cálculo I (C – I)	Sem informação

Envelope: 1º semestre /1963	
Disciplina	Docente
Matemática Recuperação	Antonio Carlos do Patrocínio Kleber Farias Pinto
Matemática I	Marco Antonio Raupp
Matemática II	Eduardo Sebastiani Ferreira
Matemática especial para Administração	Terezinha Maria Bezerra Xavier
Cálculo II	Mauro Bianchini

Envelope: 2º semestre /1963	
Disciplina	Docente
Matemática A	Alaciel Franklin de Almeida Eduardo Kanan Marques Paulo Rodrigues Esteves
Matemática B	Marco Antonio Raupp Mauro Bianchini Willian James Scarafield
Matemática Recuperação	Antonio Carlos do Patrocínio
Matemática III	Eduardo Sebastiani Ferreira

Envelope: 1º semestre /1964	
Disciplina	Docente
Matemática Recuperação	Antonio Carlos do Patrocínio Willian James Scarafield
Introdução à Álgebra Linear	Sem informação

Envelope: 2º semestre /1964	
Disciplina	Docente
Álgebra Linear	Mauro Bianchini
Cálculo IV	Marco Antônio Raupp
Matemática I	Antônio Carlos do Patrocínio Plínio Amarante Quirino Simões
Matemática II (para Medicina, Química e Engenharia)	Paulo Rodrigues Esteves
Matemática III	Marco Antônio Raupp
Recuperação de Matemática	Arlindo Raposo Eduardo Kanan Marques Orlando Alaciel Franklin de Almeida
Matemática recuperação para Engenharia	Willian James Scarafield

Envelope: 1º semestre /1965	
Disciplina	Docente
Álgebra Linear I – exercício – turmas A até H	Plínio Amarante Quirino Simões
Álgebra Linear I – teórica – turmas A até H	Edson Durão Júdice

Álgebra Moderna	Antônio Conde
Cálculo I – exercício – turmas A até H	Elon Lages Lima
Cálculo I – turmas A até H, exceto a F	Elon Lages Lima
Cálculo II – exercício – turma C	Elon Lages Lima
Cálculo III	Paulo Rodrigues Esteves
Equações Diferenciais	Manfredo Perdigão do Carmo
História e Fundamentos Matemáticos (Seminário de matemática)	Fausto Alvim Júnior
Matemática Especial I – turma A	Mauro Bianchini
Matemática Especial I – turma B	Mauro Bianchini
Matemática para físicos – 3º e 4º ano	Marco Antonio Raupp
Variáveis Complexas	Marco Antonio Raupp

Envelope: 2º semestre /1965	
Disciplina	Docente
Álgebra II	Antônio Conde
Álgebra III	Elon Lages Lima
Álgebra Linear II	Edson Durão Júdice
Análise II	Sílvio Machado
Análise III	Hilton Machado
Cálculo I	Mauro Bianchini
Cálculo II	Elon Lages Lima Agenor Cortarelli
Cálculo IV	Manfredo Perdigão do Carmo
Matemática Especial I	Paulo Rodrigues Esteves
Matemática Especial II	Paulo Rodrigues Esteves
Matemática Especial II – turma R	Célio Alvarenga
Matemática Especial II – turma S	Célio Alvarenga
Matemática Especial II – turma T	Célio Alvarenga
Matemática Especial II – turma U	Célio Alvarenga
Matemática Especial II – turma V	Célio Alvarenga
Matemática Especial II – turma X	Célio Alvarenga
Matemática Especial II	Paulo Rodrigues Esteves
Métodos Matemáticos da Física	Marco Antônio Raupp

Envelope: 1º semestre /1966	
Disciplina	Docente
Matemática especial I	assinado por Carlos Falcão

Matemática Especial II – turma única	Sem identificação
Matemática I	assinado por Carlos Falcão
Cálculo III	Ivo Bertoni
Cálculo Numérico	assinado por Carlos Falcão
Cálculo Vetorial e cálculo de matrizes	assinado por Carlos Falcão

Envelope: 2º semestre /1966	
Disciplina	Docente
Cálculo Numérico	ilegível
Cálculo I	Sem informação
Cálculo II	
Cálculo III	
Cálculo IV	
Equações Diferenciais	ilegível
Estatística	Rodney Carlos Bassanesi
Fundamentos de Matemática elementar	Sem informação
Matemática Especial II	Ivo Bertoni
Matemática I	Sérgio de Alvim Carneiro
Matemática I	ilegível

Envelope: 1º semestre /1967	
Disciplina	Docente
Cálculo Numérico	José Pauly Resende
Cálculo I	Ricardo Moacyr de Moraes
Cálculo I	Sem informação
Cálculo I – turma A	Maria Sylvia Marques de Campos Carneiro
Cálculo I – turma B	Sem informação
Cálculo II	Sem informação
Cálculo III	Ivo Bertoni
Matemática I – pós-graduação – Psicologia	Sérgio A Lorenzato
Matemática I – turma única	Sérgio A Lorenzato
Matemática II – turma única	Rodney Carlos Bassanezi
Variáveis Complexas I	Rodney Carlos Bassanezi
Equações Diferenciais I	Ivo Bertoni
Álgebra I	Nilza Queiroz Telles Eigenheer

Envelope: 2º semestre /1967	
Disciplina	Docente
Álgebra Linear	Lúis Antônio da Frota Mattos
Cálculo I	José Pauly Resende
Cálculo II	Sem informação
Cálculo III	Maria Sylvia Marques de Campos Carneiro
Cálculo IV	Antônio Patricínio
Equações Diferenciais I	Ivo Bertoni
Estatística	Rodney Carlos Bassanezi
Matemática I – pós-graduação	Nilza Queiroz Telles Eigenheer
Matemática I	Nilza Queiroz Telles Eigenheer
Matemática II	Sem informação
Métodos Matemáticos Aplicados à Engenharia	Sem informação
Métodos Matemáticos Aplicados à Engenharia – Mecânica	Sem informação

Envelope: 1º semestre /1968	
Disciplina	Docente
Cálculo II – turma A	Nair Piccinini
Álgebra I – turma única	Nilza Queiroz Telles Eigenheer
Álgebra II – A	Paulo Rodrigues Esteves
Cálculo I – turma B	Rodney Carlos Bassanezi
Cálculo I – turma C	Ricardo Moacyr de Moraes
Cálculo I – turma D	Brasil Terra Leme
Cálculo I – turma E	Sebastião Antônio José Filho
Cálculo I – turma F	Otília T Wiermann
Cálculo II – turma B	José Pauly Resende
Cálculo III	Maria Sylvia Marques de Campos Carneiro
Cálculo IV	Paulo Rodrigues Esteves
Equações Diferenciais	Mauro Bianchini
Equações Diferenciais	Sem informação
Estatística	Ivo Bertoni
Geometria Analítica e Cálculo Vetorial – GAVC – turma A	Maria Carmelina Fernandes
Geometria Analítica e Cálculo Vetorial – GAVC – turma B	Nilza Queiroz Telles Eigenheer
Matemática I – turma única	Elton Jacob
Matemática I – turma única	Elton Jacob
Matemática II	Eduardo Kanan Marques

Variável Complexa I	Descartes S Teixeira
---------------------	----------------------

Envelope: 2º semestre /1968	
Disciplina	Docente
Álgebra I	Gervásio Gurgel Bastos
Álgebra II – b	Paulo Rodrigues Esteves
Cálculo Numérico – turma A e B	Virgínia Mendes Martins
Cálculo I – turma A	Elton Jacob Amaral
Cálculo I – turma B	Maria Sylvia Marques de Campos Carneiro
Cálculo II – turma B	Brasil Terra Leme
Cálculo II – turma A	Ricardo Moacyr de Moraes
Cálculo II – turma C	Luís Antônio da Frota Mattos
Cálculo III	José Pauly Resende
Cálculo IV	Rodney Carlos Bassanezi
Equações Diferenciais – turma única	Alberto Flávio Alves
Geometria Analítica e Cálculo Vetorial – GAVC – turma C	Maria Carmelina Fernandes
Geometria Analítica e Cálculo Vetorial – GAVC – turma D	Sebastião Antônio José Filho
Geometria Analítica e Cálculo Vetorial – GAVC – turma A	Nilza Queiroz Telles Eigenheer
Geometria Analítica e Cálculo Vetorial – GAVC – turma B	Maria Carmelina Fernandes
Matemática I – turma única	Ivo Bertoni
Matemática II	Eduardo Kanan Marques
Métodos Matemáticos	Asaharu Tomimura

Envelope: 1º semestre /1969	
Disciplina	Docente
Álgebra Linear – curso de verão	Gervásio Gurgel Bastos
Matemática I	Wellington Jacob do Amaral
Métodos Matemáticos da Física I	Carlos Antônio de Moura
Álgebra I	Sem informação
Álgebra II	
Álgebra Linear I	
Cálculo I	
Cálculo II	
Cálculo III	
Cálculo IV	

Equações Diferenciais I	
Matemática curso secundário I	
Probabilidade e estatística I	
Variável complexa I	

Envelope: 2º semestre /1969	
Disciplina	Docente
Métodos Matemáticos da Física I	José Raimundo
Matemática I	Wellington Jacob do Amaral
Matemática II	Sem informação
Cálculo I	
Cálculo II	
Cálculo III	
Cálculo IV	
Cálculo Numérico I	
Probabilidade e estatística I	
Equações Diferenciais I	
Álgebra Linear I	
Variável complexa I	
Álgebra II	
Análise I	
Matemática curso secundário II	

Envelope: 1º semestre /1970	
Disciplina	Docente
Cálculo II – curso de verão	Sem informação
Matemática I – curso de verão	
Álgebra I	Eduardo Kanan Marques
Análise I	Nilza Queiroz Telles Eingenheer
Cálculo I	Elton Jacob do Amaral Jose Augusto Raupp Maria Sylvia Marques de Campos Carneiro Oswaldo Buffo Travolo Paulo Rodrigues Esteves Ricardo Moacyr de Moraes Walter Júlio Cortez Morales Wilmeosnei Banzato
Cálculo II	Vasco Domingues Garcia

Cálculo III	Gil Vicente Reis de Figueiredo Maria Cristina Cunha Bezerra Virginia Nerds
Cálculo IV	Luís Antônio da Frota Mattos
Cálculo Numérico	Isolda Hora Acioli
Matemática I	Domingos Pereira dos Santos Ivo Bertoni Salvio Calicchio Sobrinho Telma Suaiden
Matemática II	Joaquim Araújo Ramos
Variável Complexa I	José Raimundo Braga Coelho
Probabilidade e estatística	Francisco R de Oliveira João Ivo Bertolo José Pauly Resende Nativi Viana Pereira

Envelope: 2º semestre /1970	
Disciplina	Docente
Álgebra II	João Ivo Bertolo
Cálculo I	Joaquim Araújo Ramos Nativi Viana Pereira
Cálculo II	Elton Jacob do Amaral José Augusto Raupp Maria Sylvia Marques de Campos Carneiro Oswaldo Buffo Travolo Walter Júlio Cortez Morales Wilmeosnei Banzato
Cálculo III	Vasco Domingues Garcia
Cálculo IV	Maria Cristina Cunha Bezerra Nelton Teófilo de Oliveira
Cálculo Numérico	Ricardo José Cioglia
Equações diferenciais I	Aloysio Mayworm Pereira Gil Vicente Reis de Figueiredo Isolda Hora Acioli Oswaldo Buffo Travolo
Matemática I	Fausto Alvim Júnior Francisco Rodrigues de Oliveira Joana Guimarães Filha José Henrique de Sá Mesquita

	Salvio Calicchio Sobrinho
Matemática II	Domingos Pereira dos Santos Telma Suaiden
Métodos Matemáticos da Física I	José Pauly Resende
Probabilidade e Estatística	Celso Chiarini Gilséa Sarmiento Malvar Henrique Tafuri Malvar Maurício de Pinho Gama
Variável Complexa I	Fausto Alvim Júnior Nilza Queiroz Telles Eingenheer

Envelope: 1º semestre /1971	
Disciplina	Docente
Álgebra I – curso de verão	Sem informação
Análise I – curso de verão	
Matemática do curso secundário I – curso de verão	
Variável complexa I – curso de verão	Ivo Bertoni
Variável complexa I	José Augusto Raupp
Álgebra II	Ivo Bertoni
Análise II	José Raimundo Braga Coelho
Cálculo I	Alexandre Piesth Domingos Pereira dos Santos Joana Guimarães Filha João Ivo Bertolo José Afonso Rodrigues Alves José Marcelo Souza Nativi Viana Pereira Salvio Calicchio Sobrinho Telma Suaiden
Cálculo II	Isolda Hora Acioli
Cálculo III	Elton Jacob Amaral Maria Cristina C Bezerra Maria Sylvia Marques de Campos Carneiro Nilza Queiroz Telles Eingenheer Walter Cortez Morales
Cálculo IV	Vasco Domingues Garcia
Cálculo numérico	Aloísio Mayworm Pereira Ricardo Cioglia

Equações diferenciais I	Joaquim Araújo Ramos José Henrique de Sá Mesquita Luiz Francisco Bastos Peres dos Santos Pedro Humberto Rivera Rodrigues
Matemática I	Wilmeosnei Banzato
Matemática II	Francisco Rodrigues Oliveira
Matemática do curso secundário II	Eduardo Kanan Marques
Métodos Matemáticos da Física I	José Pauly Resende
Probabilidade e Estatística	Gilséa Sarmiento Malvar Henrique Tafuri Malvar Maurício de Pinho Gama

Envelope: 2º semestre /1971	
Disciplina	Docente
Álgebra I	Djairo Guedes Figueiredo
Análise I	Adilson Gonçalves
Cálculo I	Coordenador: Fausto Alvim Júnior Virginia Mendes Martins Francisco Rodrigues de Oliveira Joana Guimarães Filha João Ivo Bertolo José Marcelo de Souza Nativi Viana Pereira Telma Suaiden Waldemar Villas Boas Filho
Cálculo II	Isolda Hora Acioli Jairo Athayde Cavalcante José Augusto Raupp José Maria C A Filho Maria Cristina C Bezerra Walter Cortez Morales
Cálculo III	Maria Sylvia Marques de Campos Carneiro Paulo Rodrigues Esteves
Cálculo Numérico	Alexandre G A Pieth Aloísio Mayworm Pereira
Equações Diferenciais I	Elton Jacob do Amaral Joaquim Ramos Araújo José Henrique Sá Mesquita Vasco Domingues Garcia

Geometria Diferencial I	Marcos Duarte Maia
Matemática I	Luiz Francisco B Peres Santos José Afonso R Alves Wilmeosnei Banzato
Matemática II	Salvio Calicchio Sobrinho
Matemática do Ensino Médio	Hércio Afonso de Almeida
Probabilidade e estatística	Celso Chiarini Gilséa Sarmiento Malvar Henrique Tafuri Malvar Maurício de Pinho Gama
Métodos Matemáticos da Física I	Eduardo Kanan Marques José Pauly Resende Marco Antonio Raupp
Variável Complexa I	Nilza Queiroz Telles Eingenheer Hilton Vieira Machado Maria Auxiliadora Andrade Ivo Bertoni

Envelope: 1º semestre /1972	
Disciplina	Docente
Álgebra II – curso de verão	Ivo Bertoni Nilza Queiroz Telles Eingenheer
Cálculo numérico – curso de verão	Alexandre Guilherme A Piesth Aloísio Mayworm Pereira
Equações Diferenciais I – curso de verão	José Augusto Raupp Walter Júlio Cortez Morales
Introdução à Álgebra Linear – curso de verão	Vasco Domingues Garcia
Tópicos dos Espaços Métricos – curso de verão	Paulo Rodrigues Esteves
Álgebra I	Fausto Alvim Júnior
Cálculo I	Antonio Tibery Costa Francisco F Granjeiro Francisco Rodrigues de Oliveira Jairo Athayde Cavalcante João Ivo Bertolo Joaquim Araújo Ramos José Marcelo de Souza José Ulisses Sousa Melo

	José Valdo A Gonçalves Salvio Calicchio Sobrinho Waldemar Villas Boas Filho
Cálculo II	Isolda Hora Acioli Telma Suaiden Virginia Martins Mascarenhas
Cálculo III	Elton Jacob do Amaral Ivo Bertoni José Maria Cruz de A Filho Maria Sylvia Marques de Campos Carneiro Nativi Viana Pereira Nilza Bertoni
Cálculo Avançado	José Augusto Raupp
Cálculo Numérico	Alexandre Guilherme Aguiar Piesth Aloísio Mayworm Pereira Wilson Castro Ferreira Júnior
Equações diferenciais I	Francisco Rodrigues de Oliveira José Pauly Resende Maria Auxiliadora L Andrade Maria Cristina Cunha Bezerra Vasco Domingues Garcia
Estágio Supervisionado em Matemática	Luiz Francisco B Peres dos Santos
Estatística aplicada	Henrique Tafuri Malvar
Fundamentos da Matemática II	Fausto Alvim Júnior
Matemática I	Wilmeosnei Banzato
Matemática II	José Henrique de Sá Mesquita
Métodos Matemáticos da Física I	Marco Antonio Raupp
Probabilidade e estatística	Celso Chiarini Gilséa Sarmento Malvar Henrique Tafuri Malvar Maurício de Pinho Gama
Variáveis Complexas I	José Raimundo Braga Coelho Marcos Duarte Maia Said Najati Sidki

APÊNDICE H – Carta de recomendação ao Chefe do Departamento de Matemática da UnB

São Paulo, 11 de fevereiro de 2014.

Profº. Dr.
DD. Chefe de Departamento de Matemática da UnB

Prezado Senhor,

Na qualidade de doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Matemática da Universidade Anhanguera de São Paulo (nota 5 pela CAPES), e desenvolvendo trabalho na área da História da Educação Matemática Brasileira, sob orientação da Profª Drª Aparecida Rodrigues Silva Duarte, venho por meio desta, solicitar à V. Sª, autorização para realizar pesquisa documental no arquivo permanente do Departamento de Matemática desta conceituada IES. O acesso a esses documentos permitirá um significativo auxílio na elaboração de minha pesquisa.

Atualmente, desenvolvo uma pesquisa que trata do percurso do Departamento de Matemática da UnB na década de 1960. A proposta engloba o estudo das relações entre Matemática e Educação Matemática, envolvendo leitura, análise de documentos e entrevistas com professores e alunos.

Contando com vossa colaboração, agradeço desde logo, pela atenção dispensada.

Cordialmente,

Mônica Menezes de Souza (doutoranda)

De acordo: _____
Profª Drª Aparecida Rodrigues Silva
Duarte (orientadora)

ANEXOS

ANEXOS A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

UNIVERSIDADE
BANDEIRANTE DE SÃO PAULO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: 50 ANOS DE HISTÓRIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (1962- 2012)

Pesquisador: Mônica Menezes de Souza

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 16967313.4.0000.5493

Instituição Proponente: UNIBAN - UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: UNIBAN - UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SAO PAULO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 411.884

Data da Relatoria: 09/09/2013

Apresentação do Projeto:

Esta é uma pesquisa historiográfica que será realizada por meio da história oral e análise de documentos. Com essa pesquisa espera-se tornar conhecida a história do Departamento de Matemática da UnB, e assim, elevar o conhecimento de seus professores, alunos e outras pessoas interessadas no ensino de Matemática no DF.

Objetivo da Pesquisa:

O Objetivo desta pesquisa é construir uma história do curso de Licenciatura em Matemática da UnB a partir da década de 1960 até os dias atuais, procurando compreender um passado permeado por intenções políticas, pedagógicas e culturais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Esta é uma pesquisa historiográfica, as entrevistas serão gravadas, transcritas e submetidas a autorização dos entrevistados. Também serão consultados documentos que abordam a criação do Departamento de Matemática da Universidade de Brasília, com a devida autorização dos detentores desses documentos. A pesquisadora ressalta que todos os cuidados com a manipulação desses documentos serão tomados. Dessa forma, observa-se que a pesquisa não apresenta qualquer tipo de risco físico para os entrevistados ou para a documentação que será consultada.

Endereço: Rua Maria Cândida, 1813, 6o andar.
Bairro: Vila Guilherme CEP: 02.071-013
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)2967-9015 Fax: (11)2967-9083 E-mail: comissao_cep@ig.com.br

UNIVERSIDADE
BANDEIRANTE DE SÃO PAULO



Continuação do Parecer: 411.664

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto é de interesse da comunidade científica. O projeto encontra-se bem elaborado, apresentando objetivos claros e metodologia adequada aos objetivos. Todas as entrevistas estão adequadamente estruturadas e apresentadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão adequadamente apresentados. A folha de rosto foi devidamente preenchida e assinada. O TCLE foi bem redigido, contendo as informações necessárias aos sujeitos da pesquisa.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de inadequações:

As pendências foram sanadas.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

SAO PAULO, 01 de Outubro de 2013

Assinador por:
Flávia Doná
(Coordenador)

Endereço: Rua Maria Cândida, 1813, 6o andar.
Bairro: Vila Guilherme CEP: 02.071-013
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)2967-6015 Fax: (11)2967-6083 E-mail: comissao.cep@ig.com.br

ANEXOS B – Resposta do Inep acerca da solicitação de informações sobre o curso de graduação em Matemática da UnB

Prezada Mônica,

Informamos que as informações constantes no Censo da Educação Superior referentes ao curso de Matemática ofertado pela Universidade de Brasília – UNB demonstram que existem 03 códigos de cursos diferentes, cujos dados estão abaixo.

Essas informações são os dados cadastrais constantes no Censo da Educação Superior que são oriundos do cadastro e-MEC, sistema pertencente à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES do Ministério da Educação. A SERES é a unidade do MEC responsável pela regulação e supervisão das IES, tanto públicas quanto privadas, pertencentes ao Sistema Federal de Educação, além dos cursos superiores de graduação.

O Curso de Licenciatura em Matemática que começou a funcionar em Recomenda-se ao solicitante entrar em contato com a própria UNB ou com a SERES-MEC para obter as informações, principalmente, os documentos relacionados a esse curso.

Estes dados não são editáveis. Para retificá-los, entre em contato com o e-MEC: <http://amec.mec.gov.br/>

Código do curso:	44372
Nome do curso:	MATEMÁTICA
Código OCDE:	145F15
Nível acadêmico:	Graduação
Grau acadêmico:	Licenciatura
Modalidade ensino:	Presencial
Atributo do ingresso:	Normal
Curso gratuito:	Sim
Local de oferta:	4229 - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília/DF
Carga horária:	2600
Data início de funcionamento:	01/03/1962
Data de autorização:	
Situação Funcionamento:	Em atividade

Dados e-MEC Dados Censo

Estes dados não são editáveis. Para retificá-los, entre em contato com o e-MEC: <http://emec.mec.gov.br/>

e-MEC

Código do curso:	181
Nome do curso:	MATEMÁTICA
Código OCDE:	145F18
Nível acadêmico:	Graduação
Grau acadêmico:	Licenciatura
Modalidade ensino:	Presencial
Atributo do ingresso:	Normal
Curso gratuito:	Sim
Local de oferta:	4229 - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília/DF
Carga horária:	2520
Data início de funcionamento:	01/03/1993
Data de autorização:	
Situação Funcionamento:	Em atividade

Dados e-MEC Dados Censo

Estes dados não são editáveis. Para retificá-los, entre em contato com o e-MEC: <http://emec.mec.gov.br/>

e-MEC

Código do curso:	22122
Nome do curso:	MATEMÁTICA
Código OCDE:	461M01
Nível acadêmico:	Graduação
Grau acadêmico:	Bacharelado
Modalidade ensino:	Presencial
Atributo do ingresso:	Normal
Curso gratuito:	Sim
Local de oferta:	4229 - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília/DF
Carga horária:	2520
Data início de funcionamento:	01/03/1962
Data de autorização:	
Situação Funcionamento:	Em atividade